

Roque Ademir Favarin

**FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: AVANÇOS E LIMITES
PARA A CONSTRUÇÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO
BRASIL**

Florianópolis
2018

Roque Ademir Favarin

**FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: AVANÇOS E LIMITES
PARA A CONSTRUÇÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia Política.

Linha de Investigação: Estado, mercado, empresariado e sistema financeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ary Cesar Minella

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Favarin, Roque Ademir

Fundos rotativos solidários : avanços e limites
para a construção de finanças solidárias no Brasil /
Roque Ademir Favarin ; orientador, Prof. Dr. Ary
Cesar Minella, 2018.

413 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Fundos Rotativos
Solidários. 3. Finanças Solidárias. Microcrédito. 4.
Microfinanças. Economia Solidária. 5. Movimentos
sociais. I. Minella, Prof. Dr. Ary Cesar . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsopol@contato.ufsc.br

“Fundos Rotativos Solidários: avanços e limites para a construção de Finanças Solidárias no Brasil.”

Roque Ademir Favarin

Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof. Dr. Ary Cesar Minella
(PPGSP/UFSC)
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Marcia da Silva Mazon
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Fábio Luiz Burigo
(DZDR/CCA/UFSC)

Prof. Dr. Valmor Schiochet
(PPGDR/FURB)

Prof. Dr. Ernesto Seidl
(Coordenador PPGSP/UFSC)

FLORIANÓPOLIS, (SC), MARÇO DE 2018.

A todas as pessoas e organizações
Que lutaram,
Que lutam,
E continuarão lutando
Pelo fim do capitalismo
E de toda a forma social de
exploração, violência e
desigualdade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Xisto e Adelina, pela vida, educação, esforço e condições proporcionadas para estudar.

A minhas irmãs Célia e Luciane e cunhados, Ilário e Luciano, pelo apoio mesmo que indireto

Aos sobrinhos, Cleiton e Christian, pelo que são e representam de esperança.

Ao Seminário Diocesano de Caçador (SC) e todas as pessoas que continuam no incentivo ao crescimento pessoal e intelectual desde 1984 até hoje.

Aos incontáveis amigos e amigas que, ao meu lado, não me deixaram desanimar nos momentos difíceis, e pessoas que generosamente prestaram sua contribuição neste trabalho sem o perceber.

A todos os membros do Secretariado Regional (Aline, Fabiana, Gelson, Guilherme entre outros) e Cáritas Diocesanas de Santa Catarina que, neste período, sempre apoiaram, compreenderam e, principalmente, supriram trabalhos quando necessário que eu me “ausentasse” para o doutorado.

A todos os colegas do Secretariado Nacional, principalmente Jaime, Ademar e Nando

Ao CAMP de Porto Alegre (RS) e todas as pessoas que nele trabalharam, neste tempo, por tudo e pela participação em vários eventos relevantes a esta pesquisa desde 2011.

À Universidade Federal de Santa Catarina por proporcionar este crescimento intelectual e pessoal.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro (NESFI) pelo aprofundamento teórico e metodológico e pelas contribuições referentes a esse tema em vários momentos e, por toda a convivência e apoio.

Aos professores e todos os servidores do Programa Pós-graduação em Sociologia Política.

E, de maneira especial, ao Prof. Dr. Ary Minella pelo apoio, incentivo, cuidado e dedicação que sempre dispensou para a qualidade acadêmica deste trabalho.

***Meu Deus, Meu Deus,
Está Extinta a Escravidão?***

*Não sou escravo de nenhum senhor
Meu Paraíso é meu bastião
Meu Tuiuti, o quilombo da favela
É sentinela na libertação*

*Irmão de olho claro ou da Guiné
Qual será o seu valor?
Pobre artigo de mercado*

(...)

*Ê, Calunga, ê! Ê, Calunga!
Preto Velho me contou, Preto Velho me
contou
Onde mora a Senhora Liberdade
Não tem ferro nem feitor*

(...)

*Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social*

(Samba Enredo - Paraíso do Tuiuti 2018)

RESUMO

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) são poupanças coletivas para suprir determinadas necessidades dos seus participantes ou de outros grupos ou famílias mediante o consenso de regras acordadas pelos integrantes dos Fundos. Eles mobilizam, organizam e emprestam recursos a “pequenos projetos” coletivos e alternativos, como empreendimentos econômicos solidários, mobilizações sociais ou atividades formativas. São “rotativos” porque apresentam algum tipo de “devolução de recursos”. Também são considerados instrumentos de Finanças Solidárias que, em tese, praticam a autogestão, formando uma poupança voluntária e reinvestem em prol da própria comunidade. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade e a regras de reciprocidade. As origens dessa prática financeira se inspiram em diversas modalidades de microfinanças, que remontam à década de 1980, impulsionados pela ascensão de movimentos sociais na redemocratização do Brasil e pelo apoio financeiro a setores onde havia ausência de crédito. O avanço dessas experiências contribui para o surgimento da Economia Solidária, entre os anos 1990 a 2000. Na década mais recente, tais práticas foram impulsionadas inclusive por programas governamentais e pela articulação de organizações populares em torno da Economia Solidária. Neste processo, inserem-se os FRS, as Cooperativas de Crédito Solidário, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento e o uso de moedas sociais passa a integrar um campo teórico e político denominado Finanças Solidárias. Essas formas de financiamento procuram se diferenciar dos atuais programas de microcrédito, que priorizam as microempresas capitalistas. Visto isso, o aporte teórico que baseia este trabalho situa as Finanças Solidárias na teoria da Dádiva, de Mauss; na Reciprocidade, de Polanyi; e na concepção marxista de emancipação; pressupondo que tais concepções acrescentam outro significado ao conceito Solidário, comumente entendido como assistencialismo ou caridade. O problema teórico posto é analisar em que medida os FRS conseguem ser um instrumento de emancipação dos grupos sociais envolvidos. Para responder esta questão, a metodologia deste trabalho se utilizou de dados e informações dos 539 Fundos considerados no “Mapeamento dos Fundos Solidários” realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Brasil entre 2011 e 2013. Desse universo, foram considerados para análise 270 fundos rotativos solidários que utilizam a devolução financeira, divididos entre “comunitários” e “de fomento”. Do total avaliado, 193 FRS estão inseridos no meio rural, sendo a maioria comunitários e organizados por associações de agricultores familiares

(142) seguidos de assentados, apicultores, pescadores, indígenas e quilombolas. Em menor número, 33 FRS são urbanos e incluem artesãos, costureiras, sem-tetos entre outros; e, finalmente, 44 são caracterizados como FRS de Fomento, gerenciados por entidades de maior abrangência geográfica de atuação. A análise considerou quatro aspectos principais em relação aos fundos: i) a captação de recursos; ii) gestão; iii) atividades que são financiadas; e iv) principais conquistas e dificuldades. Constatou-se que grande parte dos Fundos operam com recursos próprios, mas é expressivo o aporte de diferentes entidades sociais, ONGs e organizações estrangeiras. A análise da gestão, considerou especialmente o envolvimento dos participantes, identificou que há participação mais significativa em Fundos Comunitários, e predomina o financiamento de empreendimentos coletivos da Economia Solidária. Entre as principais conquistas situam-se a melhoria da qualidade de vida, o aumento da renda e a atuação coletiva. As principais dificuldades constatadas estão nas escassas ações relacionadas a políticas públicas de finanças solidárias, a inadimplência, a falta de recursos e à baixa participação dos membros na gestão dos Fundos. Com isso, conclui-se que os FRS, por serem práticas creditícias menos complexas, facilitam a emancipação via autogestão coletiva dos recursos de tais grupos sociais excluídos, principalmente os comunitários, nos quais as relações sociais baseiam-se na confiança que se traduzem na Dívida e Reciprocidade. E, mais, que sua viabilidade econômica, social e política depende de uma “rede de movimentos sociais” articulada à sua base social, que contribui para avanços na emancipação política e humana. Enfim, de modo geral, considera-se que os FRS contribuem para emancipação enquanto metodologia pedagógica, utilizando-se do crédito solidário como um “instrumento”, alternativo, ao hegemônico sistema financeiro capitalista.

Palavras-Chave: Fundos Rotativos Solidários. Finanças Solidárias. Microcrédito. Microfinanças. Economia Solidária. Movimentos sociais.

ABSTRACT

Solidarity Rotating Funds (FRS) are collective savings to meet certain needs of its participants or other groups or families through the consensus of rules agreed by the members of the Funds. They mobilize, organize, and lend resources to collective and alternative "small projects," such as solidarity-based economic ventures, social mobilizations, or training activities. They are "rotating" because they have some sort of "resource return". They are also considered Solidarity Finance instruments that, in theory, practice self-management, forming a voluntary savings and reinvest in behalf of the community itself. Resources circulate in the community itself and the replenishment of these funds follows a logic of solidarity and rules of reciprocity. The origins of this financial practice are inspired by several microfinance modalities that date back to the 1980s, driven by the rise of social movements in the redemocratization of Brazil and by financial support to sectors where there was no credit. The advancement of these experiences contributes to the emergence of the Solidarity Economy, between 1990 and 2000. In the most recent decade, these practices were promoted by governmental programs and the articulation of popular organizations around the Solidarity Economy. In this process, the FRS, Solidarity Credit Cooperatives, Community Development Banks and the use of social currencies are integrated into a theoretical and political field called Solidary Finance. These forms of financing seek to differentiate themselves from current microcredit programs, which prioritize capitalist microenterprises. Given this, the theoretical contribution that bases this work places Solidary Finances in Mauss' theory of the Gift; in Polanyi's Reciprocity; and in the Marxist conception of emancipation; presupposing that such conceptions add another meaning to the concept of Solidarity, commonly understood as welfare or charity. The theoretical problem posed is to analyze to what extent the FRS can be an instrument of emancipation of the social groups involved. To answer this question, the methodology of this work was used data and information of the 539 Funds considered in the "Mapping of Solidary Funds" carried out by the National Secretariat for Solidarity Economy (SENAES) in Brazil between 2011 and 2013. From that universe, 270 rotating solidarity funds that use the financial devolution, divided between "community" and "fomento". Of the total evaluated, 193 FRS are inserted in the rural environment, most of which are community-based and organized by family farmer associations (142) followed by settlers, beekeepers, fishermen, natives and "*quilombolas*". In a smaller number, 33 FRS are urban and include artisans, seamstresses, homeless,

among others; and finally, 44 are characterized as FRS de “Fomentation”, managed by entities of greater geographic scope of performance. The analysis considered four main aspects in relation to the funds: i) funding; (ii) management; iii) activities that are funded; and iv) main achievements and difficulties. It was found that a large part of the Funds operate with their own resources, but the contribution of different social entities, NGOs and foreign organizations is significant. The analysis of the management, especially considered the involvement of the participants, identified that there is more significant participation in Community Funds, and predominates the financing of collective enterprises of the Solidary Economy. Among the main achievements are the improvement of the quality of life, the increase of income and the collective action. The main difficulties observed are the scarce actions related to public policies of solidarity finance, delinquency, lack of resources and low participation of members in the management of the Funds. As a result, FRS, because they are less complex credit practices, facilitate the emancipation through collective self-management of the resources of such excluded social groups, especially the community, in which social relations are based on the trust that is translated in the Gift and Reciprocity. Moreover, its economic, social and political viability depends on a "network of social movements" linked to its social base, which contributes to advances in political and human emancipation. Finally, in general, the FRS contribute to emancipation as a pedagogical methodology, using solidarity credit as an alternative "instrument" to the hegemonic capitalist financial system.

Keywords: Solidary Rotating Funds. Solidarity Finance. Microcredit. Microfinance. Solidarity Economy. Social movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma dos Recursos em um Fundo Rotativo Solidário	46
Figura 2 - O Campo da Economia Solidária no Brasil	57
Figura 3 - Representação esquematizada de algumas estruturas de reciprocidade	94
Figura 4 - Principais fontes de entidades dos FRS Brasil – 2010.....	279

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: Número de Fundos Solidários pela data de instituição (1980-2012).....	35
Gráfico 2 – Fundo Solidários por modalidade Brasil (2011-2013).....	38
Gráfico 3 - Entidades que apoiaram a criação dos FRS.	191
Gráfico 4 – Brasil: Distribuição dos recursos por tipo de atividade econômica apoiadas pelos FRS de Base (2010).....	292
Gráfico 5 – Brasil: Distribuição dos recursos por tipo de atividade.....	293
Gráfico 6 - Porcentagem dos Valores emprestados pelos FRS	298
Gráfico 7 - Porcentagem por tipo de empreendimento apoiado dos FRS.....	299
Gráfico 8 – Sujeitos atuantes na definição das políticas e regras de funcionamento.....	307
Gráfico 9 - Análise dos projetos solicitados aos FRS (2011-2013)	309
Gráfico 10 - Sujeitos atuantes no acompanhamento dos projetos aprovados	313

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características principais dos FRS Comunitários e FRS de Fomento.....	49
Quadro 2 - As lógicas subjacentes as relações sociais segundo MAUSS.....	83
Quadro 3 - Formas de integração econômica em Polanyi.....	87
Quadro 4 - Proposta para o Sistema Nacional de Finanças solidárias..	119
Quadro 5 - Programas de Finanças Solidárias: Parceiros executores dos convênios realizados	120
Quadro 6 - Diferenças entre o paradigma liberal e o emancipatório das Microfinanças.....	127
Quadro 7 – Falhas do mercado de crédito e mecanismo ou técnica de intervenção.....	160
Quadro 8 – Síntese da Trajetória história dos Fundos Rotativos Solidários no Brasil	170
Quadro 9 - Fundos Rotativos formados com recursos devolvidos do Projeto da Rede Bodega (CE) do PAPPS.....	181
Quadro 10 – Brasil: Exemplos de FRS de agricultores familiares	203
Quadro 11 – Brasil: FRS e entidades gestoras de agricultores assentados.....	214
Quadro 12 – Brasil: FRS e entidades gestoras de agricultores agroecológicos.....	218
Quadro 13 – Brasil: FRS e entidades gestoras de apicultores	221
Quadro 14 – Brasil: FRS e entidades de trabalhadores Rurais como gestoras.....	224
Quadro 15 – Brasil: FRS com pequenos criadores de animais.....	225
Quadro 16 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Quilombolas	227
Quadro 17 - FRS e entidades gestoras de hortifruticultores.....	229
Quadro 18 – Brasil: FRS e entidades gestoras de aldeias indígenas	230
Quadro 19 – Brasil: FRS e entidades gestoras de extrativistas	232
Quadro 20 – Brasil: FRS e entidades gestoras de pescadores	233
Quadro 21 – Brasil: FRS e entidades gestoras de quebradeiras de coco	234
Quadro 22 – Brasil: FRS e entidades gestoras de artesãos.....	239

Quadro 23 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Costureiras	242
Quadro 24 – Brasil: FRS e entidades gestoras de moradores urbanos.	244
Quadro 25 – Brasil: Entidades de trabalhadores como gestoras de FRS	247
Quadro 26 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Catadores de material reciclável.....	250
Quadro 27 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Afrodescendente	252
Quadro 28 - Brasil - FRS com Empreendimentos da Economia Solidária	254
Quadro 29 – Brasil: FRS de entidades de assessoria	258
Quadro 30 – Brasil: FRS de entidades Cáritas e outras entidades católicas	262
Quadro 31 – Brasil: FRS articulados pelo “Projeto Vencer Juntos”	266
Quadro 32 – Brasil: FRS de outras entidades e ecumênicas	267
Quadro 33 – Brasil: Entidades sociais financiadoras dos FRS	380
Quadro 34 - Entidades da cooperação internacional financiadoras e apoiadoras de FRS	393

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Localização dos Fundos Solidários no Brasil.....	34
Tabela 2 - Fundos Solidários por modalidade no Brasil (2011-2013)....	37
Tabela 3 – Brasil: Número de Cooperativas de Crédito Solidário por estado (2015).....	112
Tabela 4 – Brasil: Número de Bancos Comunitários de Desenvolvimento por estado (2015).....	114
Tabela 5 - Motivações principais para a criação dos FRS no Brasil	188
Tabela 6 - Tipo de entidades fomentaram a criação dos FRS no Brasil	190
Tabela 7 - Número de entidades gestoras de FRS (Brasil, 2011-2013)	192
Tabela 8 - Número e percentagem de FRS por Grupos Sociais (Brasil, 2011-2013).....	196
Tabela 9 - Agricultores familiares e Número de FRS por Tipos de gestores e abrangência territorial.....	201
Tabela 10 - Nº de FRS com participação direta de mulheres, em diversas áreas.	270
Tabela 11 – Brasil: Fontes de recursos dos FRS – 2010.	278
Tabela 12 – Brasil: Fontes de recursos dos FRS por grupos sociais - 2010	280
Tabela 13 - Condições gerais de Devolução dos FRS.....	288
Tabela 14 – Brasil: Valores médios emprestados pelos FRS em 2010	295
Tabela 15 – Brasil: Distribuição dos recursos por atividade econômica e empreendimentos apoiados pelos FRS (2010)*	300
Tabela 16 – Brasil: Distribuição dos valores emprestados por tipo de empreendimentos (2010).....	301
Tabela 17 - Sujeitos atuantes na definição das políticas e regras de funcionamento dos tipos de FRS por abrangência (2011-2013)	308
Tabela 18 - Sujeitos atuantes na definição das políticas e regras de funcionamento dos FRS por tipo de entidade gestora (2011-2013)	308
Tabela 19 - Sujeitos atuantes nas Análises das solicitações de recursos dos FRS por abrangência (2011-2013)	311
Tabela 20 - Sujeitos atuantes nas análises de solicitações de recursos por abrangência e tipo de entidade gestora dos FRS (2011-2013)	311

Tabela 21 - Sujeitos atuantes no acompanhamento dos projetos aprovados nos FRS por abrangência (2011-2013)	314
Tabela 22 - Sujeitos atuantes no acompanhamento dos projetos aprovados nos FRS por tipo de entidade gestora (2011-2013).....	314
Tabela 23 - Principais resultados apontados – FRS Rural (2011-2013)	319
Tabela 24 - Principais resultados dos FRS que atuam na área urbana (2011-2013).....	327
Tabela 25 - Principais dificuldades apontadas pelos FRS Rural (2011-2013)	332
Tabela 26 - Principais dificuldades apontadas na atuação Urbana (2011-2013)	338
Tabela 27 – Brasil: FRS por tipos e por abrangência (2011-2013).....	378
Tabela 28 – Brasil: FRS por tipos e por natureza da entidade gestora (2011-2013).....	379
Tabela 29 - Amostra de FRS comunitários de agricultores familiares.	400

LISTA DE SIGLAS

ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Social da Central Única dos Trabalhadores
AKB	Associação Keynesiana do Brasil
ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária
APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
AS-PTA	Agricultura Familiar e Agroecologia
ASA	Articulação do Semiárido
BCB	Banco Central do Brasil
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMP	Centro de Apoio Multiprofissional
CCS	Cooperativa de Crédito Solidário
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDAPP	Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor de Pecuária (PE)
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CM	Correção Monetária
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONFESOL	Confederação das Cooperativas de Crédito Solidário
CONCRAB	Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária
CPA	Cooperativas de Produção Agrícolas

CUT	Central Única dos Trabalhadores
EAF	Entidades de Apoio, Fomento e Assessoria a Economia Solidária
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EGE	Entidade Gestora de Fundo Rotativo Solidário
EFA	Entidade de Apoio e Fomento a Fundo Rotativo Solidário
EMATER	Empresa de Assessoria Técnica Rural
EPS	Economia Popular Solidária
ES	Economia Solidária
ETENE	Escritório Tecnológico do Nordeste (BNB)
FACES do Brasil	Fórum de Articulação do Comércio, Ético e Solidário
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FDS	Fundo Diocesano de Solidariedade
FLD	Fundo Luterano de Diaconia
FNS	Fundo Nacional de Solidariedade
FRS	Fundo Rotativo Solidário
GOLD	Grupo de Oportunidades de Desenvolvimento Local
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IHU	Instituto Humanitas
IMF	Instituição de Microfinanças
IMS	Institu Marista de Solidariedade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MPAs	Miniprojetos Alternativos

MPO	Microcrédito Produtivo Orientado
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NESOL	Núcleo de Economia Solidária
OCB	Organização da Cooperativas do Brasil
ONG	Organização Não-Governamental
OMF	Organização Microfinanceira
OSCIP	Organização Social de Interesse Público
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC's	Projetos Alternativos Comunitários
PACS	Políticas Alternativas para o Cone Sul
PAPPS	Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários
PATAC	Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
PDHC	Projeto Dom Helder Câmara
PIF	Plano de Inclusão Financeira
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNMPO	Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado
PPA	Plano Plurianual (Orçamentos Públicos)
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIES	Sistema de Informações da Economia Solidária
STTR	Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais
UNICAFES	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICOPAS	União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidária

UNISOL Brasil Central de Cooperativas e Empreendimentos
Solidários

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	33
1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	65
1.2 OBJETIVOS	67
1.2.1 Objetivo geral	67
1.2.1 Objetivos Específicos	68
2. O MERCADO NA LÓGICA SOLIDÁRIA	71
2.1 A IMPORTÂNCIA DA TEORIA DA DÁDIVA PARA AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS	72
2.2 O MERCADO TORNA-SE CAPITALISTA.....	84
2.3 A RECIPROCIDADE: UMA LÓGICA RACIONAL DA SOLIDARIEDADE.....	92
2.3.1 As estruturas elementares da reciprocidade	93
2.3.2 As articulações entre sistema mercado capitalista e da reciprocidade	100
2.4 A SOLIDARIEDADE NO HORIZONTE DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E HUMANA	102
3.FINANÇAS SOLIDÁRIAS: POSSIBILIDADES E LIMITES NO CAPITALISMO	107
3.1 FINANÇAS SOLIDÁRIAS: FATORES HISTÓRICOS PARA A COMPREENSÃO ATUAL.....	108
3.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: BASE DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS	123
3.3 FUNDAMENTOS DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS: A TENTATIVA DE UMA CONCEITUAÇÃO	126
3.3.1 Serviços financeiros para superação da pobreza	129
3.3.2 Dinheiro: poderia exercer uma “função solidária”?	131
3.3.3 A gestão das finanças desafios para a autogestão	136
3.3.4 Desenvolvimento local: relação entre Finanças e território .	138
3.3.5 As redes sociais como base para a sustentabilidade das Finanças Solidárias	141
3.3.6 Possibilidades da Finanças Alternativas na construção de Utopias emancipatórias	145
3.4 AS MICROFINANÇAS: NAS ORIGENS DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS	148

3.5 MICROFINANÇAS: DILEMAS ENTRE DEMOCRATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO?	154
4. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS FRS NO BRASIL.....	167
4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS.....	167
4.2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS FRS NO BRASIL	169
5. AS BASES SOCIAIS: RAZÃO FUNDAMENTAL DOS FRS...187	187
5.1 AS INFLUÊNCIAS E DEMANDAS ORIGINÁRIAS DOS FRS	188
5.2 OS FRS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	191
5.3 A CONTRIBUIÇÃO DOS FRS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	197
5.3.1 Os FRS: uma perspectiva para viabilidade da agricultura familiar.....	201
5.3.2 A importância dos FRS para os assentamentos de reforma agrária.....	213
5.3.3 Os FRS na perspectiva da agroecologia	217
5.3.4 A apicultura e os FRS	219
5.3.4 FRS com participação dos Trabalhadores Rurais	222
5.3.6 Com os criadores de pequenos animais.....	225
5.3.7 Os Quilombolas e a experiência tradicional	226
5.3.8 Os FRS adotado pelos Hortifruticultores.....	228
5.3.9 Os FRS entre os Indígenas	230
5.3.10 FRS com extrativistas	231
5.3.11 FRS com participação de pescadores	233
5.3.12 Para Quebradeiras de coco uma estratégia fundamental....	234
5.4 FRS COMUNITÁRIOS DO MEIO URBANO	237
5.4.1 A Relevância dos Fundos para os Artesãos e Artesãs.....	237
5.4.2 FRS com a participação de Costureiras.....	241
5.4.3 Moradores urbanos: luta por moradia e melhores condições de vida	243
5.4.4 FRS com trabalhadores do meio urbano	246
5.4.5 Catadores de material reciclável.....	249
5.4.6 Os FRS e estratégia de resistência cultural dos Afrodescendentes	251
5.5 FRS DE FOMENTO	253
5.5.1 FRS com Empreendimentos Economia Solidária	253

5.5.2 FRS de entidades de assessoria técnica	257
5.5.3 FRS sob a gestão da rede Cáritas.....	261
5.5.4 FRS inspirados pelo “Projeto Vencer Juntos”	264
5.5.5 FRS gerenciados por Diaconia, CAPA e CONIC	267
5.6 FRS COM GESTÃO E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES	269
5.7 FRS COM PARTICIPAÇÃO DE JOVENS.....	271
6. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DOS FRS	277
6.1 AS FONTES DE RECURSOS E O APORTE DAS ENTIDADES SOCIAIS	277
6.2 A DEVOLUÇÃO: UMA QUESTÃO DE VIABILIDADE E “RETRIBUIÇÃO”	285
6.3 DESTINO: PRINCIPAIS ATIVIDADES E TIPOS DE EMPREENDIMENTOS.....	291
6.4 OS PROCESSOS DE GESTÃO DOS FRS	303
6.4.1 Definição das políticas e regras de funcionamento dos FRS	306
6.4.2 Sujeitos da análise das solicitações de recursos dos FRS	309
6.4.3 O acompanhamento dos projetos aprovados.....	312
7. AVANÇOS E LIMITES DOS FRS PARA O FORTALECIMENTO DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS.....	317
7.1 AS PRINCIPAIS CONQUISTAS PARA OS ENVOLVIDOS	317
7.1.1A contribuição dos FRS para a emancipação de grupos sociais rurais	317
7.1.2 Os FRS urbanos e sua contribuição para os grupos sociais urbanos.....	325
7.2 DESAFIOS PARA A PRÁTICA DE FRS	330
7.2.1 Dificuldades enfrentadas pelos FRS no mundo rural	331
7.2.1 Os desafios enfrentados pelos FRS urbanos	337
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	343
REFERÊNCIAS	351
APÊNDICE.....	377
APÊNDICE I – SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS OBTIDOS PELO MAPEAMENTO 2013-2014	378
ANEXO	401
ANEXO 1 - CARTAZ DO 3º SEMINÁRIO NACIONAL DE FUNDOS SOLIDÁRIOS	402

ANEXO 2 - TRECHO DO REGIMENTO INTERNO DO FRS CAJA - TANGARÁ SERRA MT	403
ANEXO 3 - INSTRUMENTAL UTILIZADO NO MAPEAMENTO	405

1. INTRODUÇÃO

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS), de modo geral, são “poupanças coletivas” cuja finalidade é fomentar projetos econômicos de grupos sociais ou empreendimentos alternativos de produção (ou serviços) através de “empréstimos” de pequenos valores em condições mais acessíveis. Os recursos que compõem tais poupanças são captados por entidades da sociedade civil, geralmente associações comunitárias, que se encarregam da gestão, do acompanhamento e da devolução dos recursos “emprestados”. Esta descrição preliminar, não pretende ocultar a diversidade e a multiplicidade de suas variadas formas existentes de práticas financeiras ditas solidárias em relação às outras formas convencionais de crédito e poupança.¹

Os Fundos² inserem-se no campo mais amplo das diversas formas alternativas de finanças praticadas recentemente no Brasil. Apesar de pouco conhecidos por diversos setores públicos e acadêmicos até a década de 2010. Neste sentido, o trabalho mais importante para conhecer os FRS foi realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)³, denominado de “Mapeamento dos Fundos Solidários”, realizado entre 2011 e 2013. Tratou-se de um levantamento de dados coordenado nacionalmente pela Cáritas Brasileira⁴ e por outras entidades distribuídas nas cinco regiões do país: a Fundação Esquel, para mapear os Fundos da região Nordeste e Norte; o Centro de Formação Multiprofissional (CAMP), da região Sul; o Programa Providência, do Centro-Oeste; e a Cáritas Brasileira Regional São Paulo, do Sudeste. Os pesquisadores contratados por essas entidades realizaram visitas *in loco*, entrevistaram membros de equipes gestoras e/ou responsáveis pela administração dos Fundos preenchendo um questionário. (Cf Anexo). Esta pesquisa tem como base essencialmente o estudo destes dados e relatos.

¹ Há outras definições similares como “poupanças” comunitárias ou coletivas, que visam investir ou fomentar atividades econômicas, sociais, políticas e culturais. (GONÇALVES, 2010; GUSSI, et al, 2012; OLIVEIRA, 2011, RAHMER, 2015)

² Para facilitar a leitura deste texto ora usaremos o termo “Fundos” ou a sigla FRS.

³ A SENAES foi criada no Brasil pelo governo Lula em 2003, subordinada ao Ministério de do Trabalho e Emprego, instituída pela Lei 10.683/2003; Decreto 4.764/2003. Maiores detalhes serão tratados no capítulo três.

⁴ A Cáritas é uma rede de entidades da Igreja Católica no Mundo e presente no Brasil desde 1956. Maiores detalhes serão desenvolvidos ao longo deste trabalho.

O Mapeamento foi resultado de processos históricos anteriores e no “1º Seminário Nacional dos Fundos Solidários”, realizado em Brasília em fevereiro de 2007, no qual os 250 participantes solicitaram “a realização de um mapeamento dos fundos solidários e a articulação dos fundos em redes estaduais e uma rede nacional.” (MAPEAMENTO, 2015, s. p.) a fim de medir sua força social e elaborar políticas públicas a eles dirigidas.

Nesse período, as entidades mapearam 539 Fundos Solidários no Brasil⁵ (disponíveis em um banco de dados que na sequência denomina-se apenas por “Mapeamento”) distribuídos em 25 estados do Brasil, sendo que na região Nordeste localizam-se 344 fundos, correspondendo a 63,82%. (Cf. Tabela 1)

Tabela 1 - Localização dos Fundos Solidários no Brasil

Região	Núm. FS	%	Estados c/ FS
Nordeste	344	63,82	9
Centro-Oeste	85	15,76	4
Sudeste	48	8,90	4
Sul	38	7,05	3
Norte	24	4,45	5
TOTAL	539	100	25

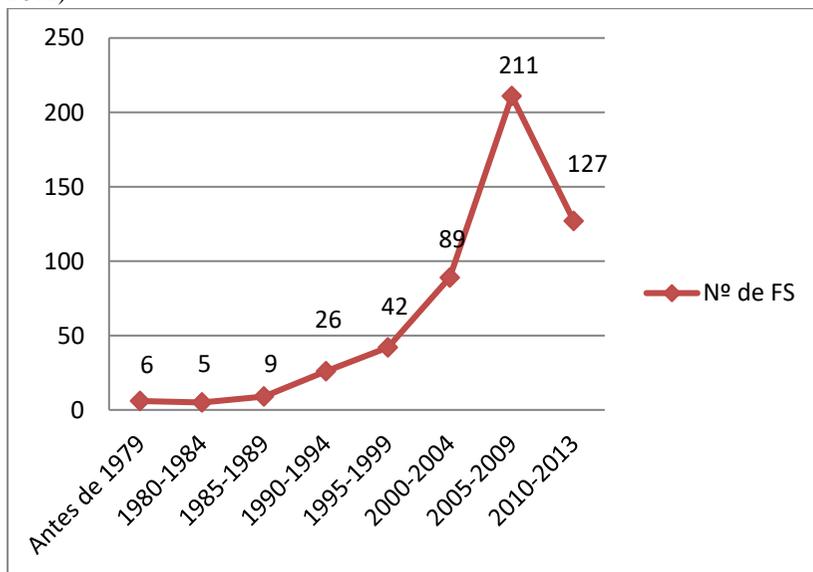
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Mapeamento (2011-2013).

O Mapeamento também revelou que houve um aumento no número dessas iniciativas a partir de 2005 (Cf. Tabela 2 e Gráfico 1). Esse crescimento, entre tantas causas, pode ser atribuído aos avanços e conquistas do próprio movimento de Economia Solidária (onde se vinculam técnica e politicamente) e das ações governamentais realizadas nessa área, como o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) empreendido pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (GUSSI *et al.*, 2012). No referido programa foi incluída a tecnologia de cisternas e a criação de FRS como uma das “estratégias de convivência com o semiárido” e ele foi promovido por um conjunto de entidades e movimentos sociais que se organizam em torno da Articulação do Semiárido (ASA)⁶ (OLIVEIRA, 2011, p. 168).

⁵ Como o Mapeamento denominou inicialmente, porém mais adiante descobriu-se mais diferenças, por exemplo entre Fundos Rotativos e Fundos Solidários, monetário e não-monetários, de Fomento e Comunitários.

⁶ Constitui-se de “uma rede formada por mais de mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos nove estados que compõem o Semiárido Brasileiro: AL, BA, CE, PE,

Gráfico 1 – Brasil: Número de Fundos Solidários pela data de instituição (1980-2012)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento (2011-2013)

Os significados sociais, políticos e conceituais dos FRS em seus diversos aspectos serão discutidos ao longo deste trabalho. Os conceitos principais (enquanto categorias de análise) utilizados neste trabalho concentram-se mais no âmbito da “prática” que no mundo acadêmico, propriamente. Avançando mais, convém apresentar uma primeira diferenciação descoberta pelo Mapeamento entre “Fundos Solidários” e Fundos Rotativos Solidários (FRS): Os **Fundos Solidários** mobilizam, organizam e emprestam recursos a “pequenos projetos” ou projetos alternativos e coletivos, como empreendimentos econômicos, mobilizações sociais ou atividades formativas. Já, os **“Rotativos”** apresentam algum tipo de “devolução de recursos” e são empréstimos para fomentar atividades econômicas de empreendimentos solidários locais ou de participantes de uma comunidade ou de um bairro. Dessa forma, os FRS são considerados parte integrante dos Fundos Solidários no geral, como são denominados no movimento social e nos programas da Economia Solidária no Brasil. Neste sentido, após o Mapeamento

tornam-se mais claras estas delimitações entre os “tipos” de Fundos Solidários.

Outra tipificação dos FRS apontada são entre os “monetários” e “não-monetários a partir do critério “da devolução”. Os primeiros movimentam recursos financeiros (captando ou emprestando-os) e os segundos trabalham com outras formas de valores, a exemplo de casas de sementes, repasse de animais, devolução em produtos ou serviços (FUNDOS, 2015, p. 11). No caso dos recursos a serem devolvidos em dinheiro (monetários), pode ser cobrada uma taxa de juros abaixo do mercado financeiro (ou taxas de rendimento da caderneta de poupança), e/ou com correção monetária, ou outras condições (conforme se vê no capítulo 6). Em suma, as devoluções podem ser de três maneiras: a) em dinheiro; b) em produtos, animais ou sementes; ou c) serviços e outras formas. Dependendo do FRS podem inclusive ser mistas (uma parte em dinheiro e outra em produtos).

Sobre esse aspecto, outros detalhes são importantes, como, por exemplo, o fato de que certos Fundos podem “repassar” recursos monetários (na forma de empréstimos), e condicionar que sua devolução seja para um FRS Comunitário. Como exemplos, cita-se os seguintes casos: no programa de cisternas, a família que recebeu uma cisterna contribui com pequenos pagamentos mensais para um fundo comunitário aplicado para beneficiar outras famílias; ou o Banco ou Casas de Sementes, no qual um grupo de famílias recebe financiamento para uma horta ou plantação e devolve sementes para um banco de sementes; e, ainda, um FRS para criação de animais, como no caso da “Pastoral da Criança e outras entidades que doavam cabras para famílias pobres na área rural, e cada família que recebeu a cabra se comprometia para passar uma ou duas crias para outras famílias” (RAHMER, 2015, p. 01). Considerando-se, nesse sentido, que, para os camponeses, os animais representam uma espécie de Poupança futura que poderá ser acessada em ocasiões de suas maiores necessidades por meio da venda dos animais (ABRAMOVAY, 2004, p.44).

Com esta categorização é possível apontar que, do total de Fundos Solidários mapeados, os Fundos Solidários Rotativos monetários representam 50,09%; Casas ou Banco de Sementes são 15,02%; os Fundos com animais: 3,34%; e os Fundos Solidários, por sua vez, correspondem a 19,48%. (Cf. Tabela 2 e para melhor visualização Gráfico 2)

Fundos Solidários são considerados os que investem prioritariamente em projetos “não econômicos”, como iniciativas comunitárias de inclusão social, mobilizações sociais e políticas,

reivindicações coletivas, projetos baseados na educação popular, de formação de líderes para o exercício da cidadania, de valorização da cultura popular das comunidades entre outras ações. (Cf. Tabela 2)

A nossa pesquisa percorreu o seguinte caminho: com base nestes 539 formulários preenchidos na plataforma virtual do Mapeamento, classificando-os a partir de critérios julgados pertinentes aos objetivos desta: primeiro foram “excluídos” os formulários que apontavam como característica de ação as Entidades de Apoio a Fundos Solidários (EFAs); após, foram retirados os FRS que não apresentavam informações sobre a devolução, não possuindo, portanto, um caráter rotativo; foram, então, escolhidos os Fundos que praticam a devolução monetária (por exemplo, não foram incluídas Casas ou Bancos de sementes, os FRS de animais e os que se organizam com “horas de trabalho”). Como resultado desse processo de seleção e classificação, chegou-se aos já mencionados 270 FRS monetários, isto é, os que mobilizam e trabalham com devolução de recursos financeiros.

Antes de prosseguir, convém apresentar um apanhado geral destes 539 FRS, observando-se como estão distribuídos por modalidade e por região para, em seguida, aprofundar um pouco mais do ponto de vista teórico o que significam os Fundos Solidários em geral.

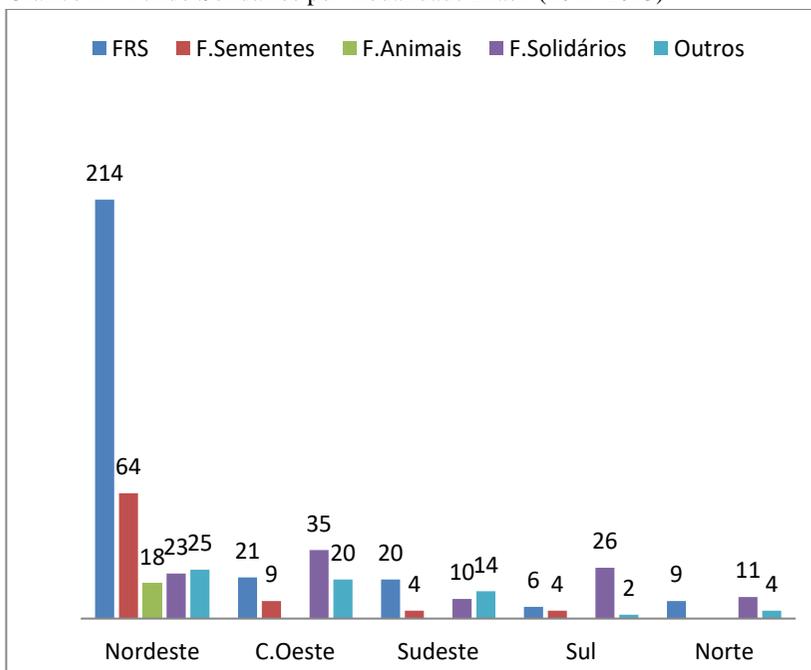
Tabela 2 - Fundos Solidários por modalidade no Brasil (2011-2013)

	FRS*	F. Sementes	F. Animais	F. S.**	Outros	Total
Nordeste	214	64	18	23	25	344
Centro-Oeste	21	9	-	35	20	85
Sudeste	20	4	-	10	14	48
Sul	6	4	-	26	2	38
Norte	9	-	-	11	4	24
TOTAL	270	81	18	105	65	539

(*) FRS monetário (**) Fundos Solidários que não há devolução monetária ou material.

Fonte: Elaboração própria a partir de Mapeamento (2011-2013)

Gráfico 2 – Fundo Solidários por modalidade Brasil (2011-2013)



(*) FRS monetário e F. Solidários: sem devolução monetária ou material

Fonte: Elaboração própria a partir de Mapeamento (2011-2013)

No Nordeste, destaca-se o estado da Paraíba, onde se concentra o maior número de FRS do meio rural: são 68 casos, representando 12,61% dos mapeados e dos quais 53 são de agricultores familiares, 21 envolvem a troca direta de animais e os bancos de sementes. Nesse estado também ocorreram as primeiras iniciativas de FRS comunitários e é onde há mais pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre a temática⁷.

No Centro-Oeste há maior variedade de Fundos e, no estado de Goiás, seis FRS foram selecionados (2,22% dos 270), sendo quatro de abrangência comunitária, dois municipais e um de artesãos, na área urbana. Os demais são de agricultores familiares (três), de quilombolas (um) e de jovens (um). Cita-se, ainda, outras formas de FRS (22) e dois bancos de sementes.

⁷ Por exemplo, Oliveira (2011), Silva (2015), Fulgêncio (2014) entre outros artigos citados neste trabalho.

Na região Sudeste, uma síntese dos principais FRS encontrados se divide em duas categorias: i) “Apoio à luta pela produção solidária sustentável”; e ii) “Fundo de apoio a luta por território”. Cada uma, por sua vez, subdivide-se. O “Apoio à luta pela produção solidária sustentável” é subdividido em: a) Fundo rotativo de apoio a feirantes; e b) Fundo rotativo de apoio a associações cooperativas e grupos rurais e urbanos. Já o “Fundo de apoio à luta por território” secciona-se em: a) Fundo de apoio a compra de terras em conjunto; e b) a conquista de moradia. Além disso são citados exemplos de “caixinhas solidárias”, muito comuns no Rio de Janeiro, para custear algumas atividades dos participantes como feiras, encontros de formação (CONSTRUINDO, 2013?, p.10-12).

Na Região Sul, em 2013, encontravam-se seis Fundos rotativos, todos geridos por entidades de fomento. Depois do mapeamento, surgiram mais três Fundos comunitários. Há também um Fundo nacional, o Fundo Luterano Diaconia (FLD). Na região Norte houve mais dificuldades para realização do mapeamento devido às distâncias, apesar disto, foram encontrados 24 Fundos.

Para a análise e compreensão do objeto de estudo deste trabalho, utilizou-se dos próprios conceitos utilizados no Mapeamento, que ajudam na compreensão de sua organização prático-operacional. Um dos principais objetivos do Mapeamento foi realizar um diagnóstico aproximado, a fim de conhecer melhor a realidade dos Fundos Solidários no Brasil, no sentido de “sistematizar as suas linhas de ação e metodologias de gestão, analisar os seus resultados na geração de trabalho e renda e de fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis” (CARTILHA, 2012, p. 4). Além de identificar a base para a criação de Redes de Fundos Solidários no Brasil, buscava-se contribuir para a elaboração e constituição de programas governamentais e/ou políticas públicas de fomento aos Fundos Solidários.

Depois de realizada a fase das entrevistas com pessoas responsáveis pela gestão dos Fundos, as informações foram compiladas e inseridas em um “banco de dados”, ainda hoje sob a responsabilidade das entidades envolvidas⁸. Nessa base de dados consta as informações divididas em dois tipos de entidades: as “apoiadoras” (EFAs) e as “gestoras” de Fundos Rotativos Solidários.

As entidades de apoio são organizações da sociedade civil, movimentos sociais, fundações e institutos que fomentam a criação de novos fundos solidários através de suporte técnico, político, de assessoria,

⁸ Cf. nome das entidades acima. (Nota de rodapé n.2)

de divulgação, entre outros, e/ou diretamente com repasses de recursos financeiros. As entidades gestoras são, de modo geral, associações comunitárias movimentos sociais entre outras formas de organizações que diretamente gerenciam fundos solidários de maneira geral, rotativos e comunitários. Há casos de entidades que exercem duas funções – de gestão e fomento – simultaneamente⁹. Para citar um exemplo, a Cáritas Brasileira assumiu a gestão do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) entre 1999 e 2014 e promove a animação e criação de Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS) nos quais atua¹⁰ (Tabela 2). A partir de 2015, a CNBB decidiu assumir diretamente a gestão do FNS e a Cáritas Brasileira manteve seu papel de divulgação e apoio.¹¹

À medida que as informações eram compiladas pelos entrevistadores e discutidas nos encontros, foi aparecendo uma diversidade maior de Fundos, revelando-se, assim, novas formas de classificações ou tipificações (FUNDOS, 2015, p.03), mostrando-se principalmente grande número de fundos de caráter rotativo, de abrangência comunitária e localizados no Nordeste brasileiro (cf. dados acima e capítulo 6). Mediante tal variedade, dois tipos básicos foram se consolidando: FRS Comunitários (também de Base) e de Fomento. Também foram consideradas no Mapeamento as seguintes experiências consideradas como “Fundos Solidários”:

- a) As Casas ou Bancos de Sementes Comunitárias, pois têm como objetivo permitir o acesso a sementes no momento certo do plantio; b) Os fundos Rotativos de animais que podem ajudar uma

⁹ No Código Civil, associação ou fundação. Não se identificou na pesquisa que haja fundação como gestora de FRS. Cf. Lei n. 13019, de 31 de julho, que define três tipos de organização da sociedade civil: entidade privada sem fins lucrativos; sociedades cooperativas; e organizações religiosas com atividades de “interesse público e cunho social”

¹⁰ A Cáritas Brasileira teve papel importante na criação do FNS e dos FDS, pois, a experiência na gestão de fundos de apoio a pequenos projetos, ancorada numa perspectiva pedagógica não assistencial (...) credenciou a Cáritas Brasileira para assumir os processos de animação, administração e gerência do FNS. Disponível em: <<http://caritas.org.br/fundo-nacional-de-solidariedade/o-que-e>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

¹¹ Conforme decisão na 52ª Assembleia Geral da CNBB, 30 de abril a 09 de maio de 2014, Aparecida (SP). (Relatório Geral da Presidência 2011-2015 - item 17). Disponível em: <<http://diocesejacarezinho.org/site/wp-content/uploads/2015/04/17Sub-Ageral-53-Relatorio-Presidencia.pdf>>. Acesso: 29 jun. 2015.

família a formar seu rebanho ou a melhorar sua criação através do repasse de crias; c) Os fundos rotativos com recursos financeiros/moeda para benefícios dos sócios conforme decidirem em assembleia; d) Os fundos podem reunir recursos (financeiros, mão-de-obra e sementes) tendo como característica a autogestão das comunidades. (MAPEAMENTO, 2015)

Antes desse processo, havia alguns artigos e o estudo pioneiro sobre FRS, na Paraíba realizado por Oliveira (2011, p.143) salientando que

o sistema de Fundos Rotativos Solidários (...) possui vários aspectos. Em primeiro lugar, ele responde a essa necessidade de pequenos investimentos produtivos ou de infraestrutura que permitem a decolagem da economia familiar. Em segundo lugar, **não é um favor, é um empréstimo que será pago** (pelo menos parcialmente, pois tem um tipo de rebate), e que, portanto, não cria dependência. (...). Em terceiro lugar, o sistema dos Fundos Rotativos Solidários é o pontapé inicial para a organização da comunidade, e talvez seja nisso que reside seu valor essencial para modificar a situação de subdesenvolvimento. (OLIVEIRA, 2011, p.143, grifos nossos)

Ainda, segundo Oliveira (2011, p.131), os FRS “constituem um (...) processo pedagógico e político de organização, e não simplesmente uma operação econômica”. Tal concepção constitui o pano de fundo desta pesquisa, no sentido de entender o seu significado social diferente de outras iniciativas microfinanceiras, como uma compreensão diferenciada de solidariedade, como uma forma de emancipação dos grupos sociais envolvidos.

Os FRS assemelham-se com a noção de “poupança coletiva”, não no sentido de acumular ou economizar recursos (como prevê a função da reserva de valor da teoria monetária), mas a partir de uma função específica como aponta Guedes (apud SILVA, 2015, p.39)

uma poupança comunitária gerida coletivamente para fortalecer as iniciativas urbanas e rurais. Essa poupança é formada por meio da doação voluntária de recursos por cada membro participante do fundo, ou ainda, pode ser constituída a partir de ações e

recursos externos, destinada à comunidade. O FRS permite a várias cooperativas a possibilidade de pegar um empréstimo e não pagar juros.

Convém pontuar que FRS não tem o mesmo significado do que se denomina “fundo perdido”, pois, como revelou o Mapeamento, “quem participa ou recebe os recursos tem o compromisso de devolvê-los e investir de acordo com o projeto solicitado”. (SILVA, 2015; FULGENCIO 2014, p. 40). Como será tratado no último capítulo, percebe-se que tal noção às vezes está presente em alguns prestatários dos FRS, dificuldade de compreensão que se demonstra quando eles não possuem vínculos mais estreitos com a comunidade ou entidade gestora, não se sentindo responsáveis pela devolução haja visto o entendimento de tratar-se de “recursos vindo de fora”, o que se dá principalmente nos casos em os recursos são provenientes de programas governamentais. Além disso, percebeu-se que os FRS não são espécie de praticas denominadas “a fundos perdidos”, pois a devolução é fundamental para sua existência e continuidade. Contudo, como muitas das entidades gestoras não conseguem ter equipes técnicas para realizar o acompanhamento, muitas devoluções correm o risco de ir se perdendo, não ocorrendo a retribuição.

Uma outra visão relevante para a hipótese desta pesquisa é aquela que compreende os FRS como “instrumentos” ou “metodologias” para emancipação dos envolvidos:

Os Fundos Rotativos Solidários **são instrumentos de finanças solidárias** direcionadas às comunidades que, em tese, **praticam a autogestão** dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária e que decidem (re) investir parte desta, em prol da própria comunidade. Estes Fundos podem ser caracterizados como uma forma de **associação de crédito rotativo**. Os recursos circulam na própria comunidade e **a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade** baseada nas regras tradicionais de reciprocidade [...] Para além do crédito não reembolsável ao banco destinado à essas comunidades, **o foco central dos Fundos são os interesses dos grupos ou das comunidades e a solidariedade tecida em suas relações sociais como poderoso instrumento na geração da renda**. Em seu desenho e metodologia o papel atribuído aos Fundos **não é de apenas prover o crédito segundo uma lógica financeira**

tradicional e/ou segundo uma lógica clientelista presente em comunidades rurais, mas sim, exercitar um diálogo político-pedagógico onde a comunidade se aproprie dos circuitos financeiros, **apontando para a emancipação das comunidades beneficiárias** a partir da lógica da solidariedade. (SANTO FILHO, 2010, p. 12, grifos nossos)

A abordagem acima salienta a importância social e política de construção das finanças solidárias entre outros motivos porque estas se diferenciam do microcrédito (Cf. Seção 3.3). Nesse sentido, são apontadas como alternativas ao próprio sistema financeiro convencional. De acordo com Rahmer (2012)

O fundo solidário funciona **sem intermediação de um banco** ou outra instituição financeira; **é gerenciado pelos próprios sócios**¹², em muitos casos com a ajuda de uma entidade de apoio, sem fins lucrativos; as contribuições para o fundo são voluntárias [...] A contribuição para o fundo não envolve juros de mercado. [...] O fundo solidário é para ajudar, não para lucrar. Portanto, nos critérios de desembolso sempre predomina a necessidade da pessoa (ou do grupo), não a capacidade de devolver o recurso. **Fundo solidário não é simplesmente um instrumento financeiro.** É uma **prática que envolve organização coletiva**, formação e capacitação, além do repasse de recursos. (RAHMER, 2012, grifos nossos)

Complementarmente, outras abordagens focam mais no processo de gestão como a participação direta dos envolvidos, salientando o poder exercido pela comunidade e em prol da mesma como um aspecto fundamental que caracteriza os FRS e que, inclusive, se aproxima da ideia de instrumento de emancipação:

A gestão dos Fundos nas comunidades a partir da lógica da reciprocidade e de sua respectiva organização social **é baseada no “conselho” formado pelos chefes de família e na unidade básica que é a família do pequeno agricultor** composta por pessoas ligadas por laços de sangue,

¹² Principalmente para os casos dos FRS de base.

afinidade e compadrio. Ao aderirem aos FRS, as pessoas assinam um termo de adesão, elaboram um regimento, convocam reuniões, elaboram a sua ata e fazem o controle contábil. Trata-se de um processo pedagógico, porque pequenos agricultores com baixo nível de escolaridade formal aprendem a elaborar uma ata, por exemplo, ou a fazer um controle contábil básico dos recursos que entram e circulam (SANTOS FILHO, 2010, p. 6, grifos nossos).

Nesse sentido, a pesquisa de Oliveira (2011, p.141) sobre as mudanças da comunidade de Mandacaru, em Soledade (PB), destaca que a importância dos FRS está na metodologia organizativa. Dentre outras conclusões, indica que a gestão coletiva é uma dimensão fundamental, pois

a invenção do Sistema de Fundos Rotativos Solidários abriu as portas para a **aprendizagem da gestão coletiva e comunitária** de bens individuais e comuns a partir da gestão coletiva e do exercício da solidariedade e da reciprocidade. Os grupos se fortaleceram e ganharam autoconfiança. Aprenderam a trocar ideias e descobriram que a cooperação – ação coletiva – permite obter resultados difíceis de serem alcançados pela ação individual.

Além disso, quando se analisa as entidades gestoras de FRS, há uma multiplicidade de formas de organizações, por exemplo, em relação à natureza jurídica e à abrangência de atuação. Nesse ponto, convém salientar que as entidades não se utilizam dos FRS para manter sua “estrutura interna”, ou seja, as suas equipes administrativas ou sua direção. Os Fundos possuem uma finalidade “externa”, no sentido que a entidade exerce, de forma solidária, apoio a atividades econômicas dos seus participantes ou de grupos externos disponíveis a desenvolvê-las. E, nesse ponto, pressupõe-se que um dos aspectos que o caráter “solidário” acontece de diversos modos: pelo compromisso da “devolução”, no fomento a atividades econômicas, práticas não assistencialistas, autogestão dos Fundos em todos os processos, entre outros pontos.

Por fim, uma ideia-síntese muito utilizada nos encontros e/ou subsídios populares: “é Fundo porque reúne recursos (financeiros, sementes, animais, etc.). É Rotativo porque os recursos giram, circulam entre todos os participantes. E, é Solidário porque quem recebe o

benefício, também pensa no outro, divide com o outro” (CARTILHA, 2012, p. 19; CORDEL, 2011, p.13).

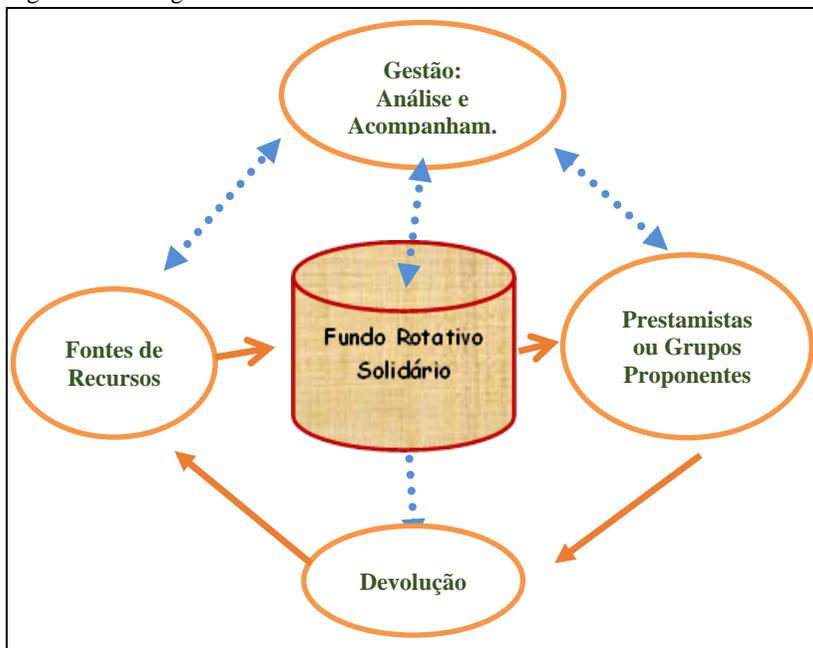
Em relação ao funcionamento dos diferentes fundos, pode-se identificar quatro aspectos básicos, como características morfológicas: a) relacionado às fontes de recursos; b) os empréstimos (repasses)¹³, que se referem aos protagonistas¹⁴; c) as formas de devolução solidária dos recursos; e d) e os modelos de gestão dos FRS. (Cf. Figura 1).

Em relação à **origem** ou **fontes** dos recursos (*funding*) dos FRS, tal aspecto divide-se em: a) *interna*, quando os recursos são captados na própria comunidade ou na “base” da entidade (contribuintes, sócios etc.); b) *externa*, quando a comunidade capta recursos de outras fontes como ONGs, bancos, órgãos e/ou programas de governo etc.; e c) *mista*, quando uma parcela de recursos é captada externamente e outra internamente.

¹³ No mapeamento utilizou-se o termo “repasso” mas neste trabalho optou-se pela forma convencional “empréstimo” por facilitar a compreensão e para não confundir com “doação”, que não é o caso dos FRS.

¹⁴ Optou-se por “protagonistas” por entender que esse termo caracteriza melhor do que o uso de “prestatários” (convencional) ou beneficiários (pois os recursos não são benefícios assistenciais) e nem “destinatários” ou “usuários”, pois os “prestatários” são ao mesmo tempo gestores e financiadores dos FRS, principalmente no caso dos “comunitários”. Por vezes se utilizará o termo “proponente” para fazer a mesma referência, mas reforçando o sentido de que propõem ao Fundo um “projeto” para aplicação dos recursos na atividade que pretendem desenvolver. O mapeamento utiliza o termo “participantes”, mas para este trabalho, o seu uso cria uma dificuldade de compreensão para o caso dos FRS de fomento e os Fundos Solidários pois dificilmente quem empresta recursos desses Fundos torna-se “participante”. Esta dificuldade será melhor demonstrada no capítulo 6

Figura 1 - Fluxograma dos Recursos em um Fundo Rotativo Solidário



Legenda: Fluxo de Informações Fluxo de Recursos

Fonte: Elaborada pelo autor

O segundo aspecto relaciona-se aos **“empréstimos”** ou tipo de “investimento” (para quem se empresta) e grupos sociais protagônicos (para quem). Nesse ponto, os FRS exercem a função de crédito, pois o objetivo principal é o de conceder “empréstimos” a seus membros no caso específico de FRS Comunitários¹⁵. Geralmente os grupos proponentes solicitam os recursos para investimentos em máquinas, equipamentos, matéria-prima, capital de giro, infraestrutura, transporte e comercialização.

Em relação a esse último aspecto, prefere-se abordar o perfil dos proponentes (ou “prestamistas”) tipificando-os a partir dos “grupos sociais”, ou seja, observando suas organizações como associações comunitárias, grupos informais, cooperativas populares, empreendimentos da economia solidária (EES), movimentos sociais,

¹⁵ Embora esses empréstimos não estejam regulamentados por normas legislativas de crédito ou do sistema financeiro nacional e, por isso, trata-se de devoluções voluntárias e solidárias do ponto de vista jurídico.

sindicatos e entidades religiosas. Os empréstimos dos recursos se dão por meio de um “projeto” que um grupo/família apresenta para a entidade gestora. A constituição de tais projetos varia, podendo ser: a) *peçoais ou familiares* (especificamente para os FRS Comunitários); b) *coletivos* (caso de empreendimentos de economia solidária, cooperativas, grupos que se organizam para alguma atividade econômica – como mulheres, jovens, agricultores familiares, artesãos etc.); e c) *sociais* (iniciativas que visam a inclusão social de grupos ou comunidades mais pobres, de vulneráveis socialmente, de pessoas em áreas de risco, entre outros casos).

Um terceiro aspecto diz respeito à **devolução**, seja tanto em recursos financeiros, quanto em produtos, sementes ou animais. Para isso acontecer, a estrutura de funcionamento prevê “critérios para aprovação” dos projetos, normalmente explícitos em Regimento Interno, Ata ou outro documento. Assim, o caráter rotativo está nessa devolução ao Fundo, reabastecendo-o para novos empréstimos. Há casos em que o proponente deve apontar no respectivo projeto para quem destinará a “devolução” – por exemplo, para outro FRS ou para outra entidade social – ou se vai prestar algum tipo de serviço gratuito na comunidade. Já no caso dos **Fundos Solidários**, considera-se a devolução de outra forma quando a entidade gestora tenha fontes de recursos próprios ou externos¹⁶.

Finalmente, o quarto aspecto da caracterização dos FRS refere-se a **Gestão**. Foram selecionados para este trabalho três processos gestores,¹⁷ a saber: a) definição das regras e critérios dos FRS; b) a análise dos projetos; e c) o acompanhamento dos projetos aprovados.

A definição de critérios diz respeito a processos de elaboração de linhas de ação, às normas de empréstimos, às formas de prestação de contas e às contrapartidas. A análise implica tarefas como analisar, deliberar sobre o projeto apresentado pelos proponentes/participantes (aprovando-o ou não) e, principalmente, formalizar o repasse dos recursos. Já o acompanhamento se refere à solicitação do correto uso dos recursos, a acompanhar a execução do projeto e a monitorar e “cobrar” a devolução dos recursos ao Fundo, resolvendo casos não previstos – como atrasos, renegociação, entre outras.

Cada FRS tem seu próprio modo de definição das regras e normas para os empréstimos ou repasses, isto é, organiza seus próprios “**critérios**” – condições dos empréstimos, quem são os destinatários, tipos de

¹⁶ Um exemplo desses casos são os Fundos Diocesanos de Solidariedade que se mantêm pelas Coleta da Solidariedade realizada anualmente pela Igreja Católica, no Brasil.

¹⁷ No Mapeamento havia outras questões referente a gestão.

investimentos etc. Tal processo pode contar com a participação direta dos membros da entidade em maior ou menor nível. No caso de entidades com maior número de membros, a gestão é atribuída a comissão própria, equipe técnica ou equipe com apoio de entidades parceiras. Assim, os critérios deveriam ser conhecidos por todos os membros da entidade ou comunidade ou explícitos de alguma forma no “Regimento Interno”, em folder ou em página eletrônica.

Há ainda outros aspectos da gestão, que se referem à “prestação de contas” dos recursos do FRS e destinam-se a basicamente dois âmbitos: a) para a comunidade ou a “base” da entidade (exemplo: os filiados do sindicato, os fiéis da igreja etc.); b) para as “fontes externas” de recursos, ou seja, entidades financiadoras, organizações sociais, órgãos de governo¹⁸.

Como síntese dessas diversas concepções e formas assumidas, classificou-se para esta pesquisa em dois conjuntos: os Fundos Rotativos Solidários Comunitários (ou de Base) e os Fundos Rotativos Solidários de Fomento¹⁹ (CAMP, 2015a, p.41-45 - uma síntese dessas diferenças se encontra no Quadro 1):

a) Fundos Rotativos Solidários de **Fomento**: a principal característica é apresentar uma gestão hierárquica ou heterogestionária. Esta acontece através da direção da entidade ou um conselho gestor ou comissão técnica, ou seja, um grupo representativo dos membros da entidade, de maneira geral. Contribui para isto, entre outros aspectos, o tipo de entidade gestora com nível de formalização maior. E também sua atuação de modo geral tem uma abrangência geográfica mais ampla²⁰ (de nível intermunicipal, estadual ou regional) como as entidades religiosas, entidade de assessoria técnica, sindicatos e cooperativas. Funcionam do seguinte modo

esta entidade estabelece critérios a fim de selecionar os projetos e grupos que serão beneficiados pelos recursos. [...] Os recursos são **repassados** para fomentar projetos produtivos e sociais da sociedade civil, como comunidades,

¹⁸ Tais aspectos serão abordados no capítulo 6 deste trabalho em seção especial.

¹⁹ De acordo com publicações da Cáritas Brasileira (Cf. FUNDOS, 2015) e do CAMP (CARTILHA, 2012; CAMP, 2015a) feitas após este levantamento, são especificados a partir desses dois tipos: FRS de Fomento e FRS comunitários.

²⁰ No Mapeamento foram denominadas escala *Territorial* quando um FRS que envolve geograficamente vários municípios e *Regional* referindo-se a vários estados (unidades da federação).

iniciativas de economia solidária, fundos rotativos solidários ou projetos de luta por direitos. E os recursos que compõem este tipo de Fundos são **captados** de doações da sociedade, da cooperação internacional ou de convênios e patrocínios públicos ou privados (CARTILHA, 2012, p. 19, grifos nossos).

b) Fundos Rotativos Solidários **comunitários (de base)**: apresentam como característica principal a autogestão conforme descrição abaixo.

os recursos são **captados** pelos próprios membros/sócios/participantes/contribuintes da entidade gestora. Nesse caso os membros e usuários [prestamistas] são as mesmas pessoas. Os recursos são investidos em projetos produtivos, empreendimentos de Economia Solidária, infraestrutura comunitária ou familiar, selecionados pelos participantes. Estes recursos são devolvidos para os FRS (CARTILHA, 2012, p. 11, grifos do autor)

Ao relacionar os FRS comunitários e de fomento em dois conjuntos básicos, apresenta-se uma diferenciação das formas de funcionamento entre ambos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Características principais dos FRS Comunitários e FRS de Fomento

Aspecto Considerado	FRS Comunitários	FRS Fomento
1. Fontes de recursos:	<i>Contribuição dos participantes ou sócios (interna/próprios).</i>	<i>De ONGs, órgãos do Estado, cooperação internacional (Externos).</i>
2. Devoluções:	<i>Em dinheiro, sementes, animais ou produtos.</i>	<i>Em dinheiro, produtos ou “solidária”.</i>
3. Destino dos empréstimos:	<i>Atividades econômicas e sociais (coletivas ou familiares) dos participantes.</i>	<i>Atividades econômicas dos empreendimentos, economia Solidária ou projetos comunitários (coletivos)</i>
4. Gestão:		
Definição critérios e regras de funcionamento	<i>Pelos participantes/ sócios.</i>	<i>Pela direção da entidade, conselho gestor ou comissão técnica</i>

Análise e aprovação dos projetos:	<i>Pelos participantes/sócios.</i>	<i>Conselho gestor e/ou direção da entidade e comissão técnica</i>
Acompanhamento dos projetos após aprovação	<i>Pelos participantes/sócios.</i>	<i>Conselho gestor e/ou direção da entidade e comissão técnica</i>
Composição do Conselho Gestor	<i>Pela associação (entidade gestora).</i>	<i>Pela direção da entidade (delegação ou eleição).</i>
Entidade gestora	<i>Associação comunitária ou grupo informal, cooperativa.</i>	<i>Sindicato, Igreja, movimento social, ONG, cooperativa.</i>
5.Aspectos complementares:		
Abrangência geográfica de ação	<i>Local (comunidade ou bairro)</i>	<i>Municipal Territorial, (Intermunicipal), estadual, regional (vários estados), nacional.</i>
Prestação de Contas (quem faz):	<i>Participantes/sócios.</i>	<i>Conselho gestor e/ou direção da entidade.</i>
Prestação de Contas (para quem):	<i>Para a comunidade, sócios ou participantes.</i>	<i>Para as entidades financiadoras (fontes) e/ou para a entidade.</i>
Socialização das Informações (de Critérios, funcionamento):	<i>Os usuários com maior acesso às informações.</i>	<i>Os usuários com menos acesso às informações.</i>
Modelos de gestão	Autogestão	Hierárquica (heterogestão)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento (2011-2013)

O que viemos explicitando são aspectos descritivos do funcionamento operacional e estrutural dos FRS, mas é possível compreender os Fundos desde um estudo dos processos históricos. Os fatores que influenciaram o seu surgimento são múltiplos que vão desde experiências de microfinanças, à economia solidária, as lutas pela ampliação de direitos dos movimentos sociais entre tantos outros que serão discutidos ao longo desta pesquisa. No entanto, e de modo geral, pode-se inicialmente pontuar que os Fundos Solidários suas origens no Nordeste brasileiro a partir principalmente das pastorais sociais da Igreja Católica. Uma das causas mais remotas deste processo estaria na influência exercida pela renovação da Igreja Católica desde o Concílio

Vaticano II (1962-1964), na Conferência Latino-americana de Puebla (1979) que reforçou uma “opção preferencial pelos pobres”, inspirada na própria teologia da libertação²¹, ou seja, de tendências no interior da igreja que estimulam os cristãos leigos a se organizarem em comunidades eclesiais de base e a assumirem práticas de libertação dos oprimidos (Cf. BETTO, 1981, p.16-22; LÖWI, 2000, p. 10-23).

Um marco fundamental das várias origens históricas dos FRS foi o Seminário “Homem e a Seca”, promovido pelas dioceses do Nordeste em 1981. Desse encontro surgem os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), cujos objetivos também eram evitar o êxodo rural e maior empobrecimento dos camponeses nordestinos vitimados pelas secas. Foram constituídos Fundos que consistiam em empréstimos de pequenos valores para agricultores adquirirem algumas máquinas, equipamentos, sementes, insumos ou animais para o processo produtivo. Esses Fundos ainda não eram chamados de rotativos e nem solidários e sua gestão é confiada às Cáritas como meio mais eficaz de gestão. Os recursos financeiros são provenientes de ONGs internacionais, principalmente aquelas de caráter religioso²², que incentivaram a sua constituição. (CNBB, 2006, p. 51; SOUZA, 2013, p.52-55; p.98-113)

Esses Fundos (de PACs) se tornaram uma fonte importante para a realização de pequenos projetos fortalecendo organizações coletivas de produção e consumo, desde cooperativas populares chegando ao que hoje são conhecidos como Empreendimentos de Economia Solidária. As razões de tal crescimento dos “Fundos de apoio aos PACs”, conforme Souza (2013, p.98-102) e Bertucchi; Silva (2003, p. 13-20) se deve aos seguintes fatores: os juros mais baixos do que os praticados no sistema bancário; a devolução dos recursos não baseada nos princípios tradicionais do crédito; a devolução dos recursos em produtos, animais ou sementes, principalmente no período de inflação elevada; o mínimo de exigências legais para acessar o empréstimo; entre outros. Há autores inclusive que apontam as cooperativas de crédito solidário (ou grande parte delas) iniciaram a partir dessas experiências dos FRS (BÚRIGO,

²¹ Cf. DACOREGIO (2010, pp. 105-106) e SOUZA (2013, p.63-76).

²² No caso das ONGs Católicas como *Misereor*, *Adveniat*, Missão Central (Alemanha), *Secour Catholique* (França), CEI (Itália), CRS (EUA) e Cáritas europeias, para citar algumas, também sob a influência de renovação Concílio Vaticano II e um conjunto de encíclicas sociais se propõe a praticar a solidariedade aos países do terceiro mundo. Anteriormente, o Papa Paulo VI lança a encíclica *Populorum Progressio*, incentivando a “solidariedade internacional para a busca da Paz e desenvolvimento”.

2010, p. 92; ASSESSOAR, 2017, p.2-6). Considerando que até a década de 1990 não havia políticas públicas ou programas de financiamento específicos para a agricultura familiar (como o Pronaf) e que, de certo modo, esses Fundos demonstraram que tais agricultores tinham capacidade de gerenciar e aplicar o crédito, em que pese as dificuldades específicas do setor agrícola.

Assim, os PACs contribuíram para o surgimento da Economia Solidária no Brasil, bem como as empresas autogestionárias (ou “empresas recuperadas”), as cooperativas da reforma agrária e as associações de agricultores familiares entre outras experiências seminais (SINGER, 2002; FARIA, 2011). Por causa dessa relação, o tema FRS esteve presente nos debates e encontros do movimento de Economia Solidária, e nas três Conferências Nacionais de Economia Solidária (Cf. BRASIL, 2006b; 2010; 2015), enquanto possibilidades de crédito alternativo e, ademais, foram incluídos em alguns Programas e projetos da SENAES. Esse processo está na base da construção de um sistema de finanças próprio para atender às demandas dos empreendimentos solidários, principalmente o crédito, e de um sistema alternativo de finanças gerido pelos mais excluídos que se convencionou denominar de Finanças Solidárias.

Finanças Solidárias é um conceito ainda em construção e que, do ponto de vista político, se aproxima do movimento social e popular em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. Tudo indica que o termo apareceu na Europa nos anos 1980, época que marcava o fim do ciclo de crescimento econômico acelerado que a região vivera desde 1950 especialmente na França e, depois, em outros países, como no Canadá (particularmente em Quebec). As Finanças Solidárias foram um tipo de resposta original dada pela sociedade civil no momento em que emergiam os fenômenos da exclusão social e de pobreza extrema.

Do ponto de vista teórico, o conceito Finanças Solidárias vinha sendo discutido há mais tempo, desde os anos de 1990, quando várias correntes teóricas europeias discutem o papel das finanças no desenvolvimento e os impactos dos programas de fomento ao mutualismo desenvolvidos por órgãos governamentais e não governamentais. “Em parte dessas pesquisas se emprega como referencial teórico para analisar e explicar as potencialidades das experiências financeiras locais a ideia das finanças solidárias” (BURIGO, 2006, p. 39).

No Brasil, as Finanças Solidárias começam a ser compreendidas como estratégias para enfrentar a falta de crédito no sistema financeiro para empreendimentos coletivos, iniciativas de microcrédito, bancos do povo e fundos rotativos, em outras palavras, surgem no bojo das diversas

iniciativas Economia Solidária. É possível identificar esse tema no Encontro do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em São Paulo, dezembro de 2002²³. Posteriormente, aparece nas três Conferências Nacionais da Economia Solidária com um significado prático é mais delimitado. Desde 2003, no início das ações governamentais e do movimento social da economia solidária²⁴ começam a fazer parte da construção de políticas públicas de Finanças Solidárias, mas a delimitação mais clara se dá na I Conferência Temática de Finanças Solidárias e Crédito. Essa Conferência aconteceu em Fortaleza (CE), nos dias 03 a 05 de maio de 2010. A partir desse momento, as Finanças Solidárias no Brasil concretamente passam a referir-se basicamente a FRS, Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), Cooperativas de Crédito Solidário²⁵ (CCS) e clubes de troca²⁶ (usando “moedas sociais”), que participaram desses eventos. A “aproximação e articulação entre estas diferentes iniciativas, começou em 2010 com a criação de um Programa Nacional de Finanças Solidárias pela SENAES” (BRAZ; FAZIO, 2016, p.14)

Assim, Finanças Solidárias é um termo que procura se distanciar das experiências e programas conhecidos por microfinanças e/ou microcrédito, os últimos, entendidos comumente como a oferta de serviços financeiros para a população de baixa renda e/ou excluída do sistema financeiro tradicional. Embora também adotem essa premissa, de maneira geral, as Finanças Solidárias referem-se a um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o próprio sistema financeiro,

²³ Sobre as origens anteriores a este período do termo Economia Solidária nos principais autores no Brasil América Latina e França uma síntese fundamental encontra-se em Correa (2014, p.85-97)

²⁴ As reflexões mais importantes do movimento de Economia Solidária estão nos documentos das cinco Plenárias realizadas desde 2000.

²⁵ Integradas no “sistema Cresol”, integrado na Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol). “Em 2016 (...) a Confesol tornou-se Cresol Confederação. Esta mudança alinhou-se à comemoração dos 20 anos da Cresol (...) Atualmente, a Cresol Confederação representa as Centrais de Crédito: Cresol Baser, sediada em Francisco Beltrão (PR); Cresol Central SC/RS, sediada em Chapecó (SC); Cresol Sicoper, sediada em Passo Fundo (RS); e ASCOOB, sediada em Serrinha (BA). Sua sede e área técnica estão localizadas em Florianópolis (SC), contando também com um escritório em Brasília (DF)”. (Cf. informações em <<http://www.cresolconfederacao.com.br/>> Acesso em: 09 abril 2018)

²⁶ Soares (2006) apresenta um debate teórico sobre dinheiro e uso das moedas sociais por Clubes de Troca, no Brasil.

fazendo com que as finanças operem a serviço de necessidades coletivas e grupos sociais menos favorecidos. Essas iniciativas são constituídas para atender demandas de segmentos populacionais e organizações que estão excluídas do acesso ao crédito nos moldes convencionais (COELHO, 2003, p.153; MUÑOZ, 2009, p. 208; SABATÉ; MUNOZ; OZOMEK, 2005, p.16).

A noção de “assistir à pobreza através do crédito”, está presente em vários programas governamentais em diversos países do mundo entre 1950 e 1980. Esse papel passa a ser assumido pelas ONGs com o objetivo de aliviar a pobreza mediante a provisão de pequenas somas de dinheiro, para pessoas de baixa renda para ampliar e desenvolver empreendimentos (Exemplo do Banco *Grameen*). Atualmente existe uma ampla gama de serviços financeiros especificamente desenvolvidos para a população de menores recursos. As microfinanças surgem como “resposta possível à existência de mercados financeiros incompletos mediante a prestação de serviços financeiros dirigidos a projetos ou microemprendimentos que estão excluídos do sistema bancário formal” (OZOMEK, 2007, p.193-194).

Ao contrário do que comumente se imagina e devido a poucas abordagens nas teorias econômicas clássicas, os setores empobrecidos desenvolvem, mesmo com pequenas quantias, assíduas e criativas fórmulas de autoajuda e de trocas econômicas e monetárias (Cf. RUTHERFORD, 2002). A vida financeira das populações de baixa renda se alimenta de uma gama de experiências, como fundos rotativos, caixinhas, clubes de trocas, seguros grupais etc. Não obstante sua intensidade e grau de racionalidade, a maioria dos atos financeiros dos pobres se processa em “mercados imperfeitos”, que muitas vezes funcionam sem qualquer enquadramento legal e acompanhamento técnico. (BÚRIGO; 2010, p. 134). “Há também um círculo vicioso em que a falta de crédito não melhora a qualidade de vida das comunidades carentes que, dessa forma, não conseguem oferecer garantias tradicionais ao sistema financeiro” (COSTA; SILVA apud FREIRE, 2013, p.51)

Por um outro viés, os pobres podem entender e praticar o uso do dinheiro de maneira diferente do que abordam as teorias monetárias que predominam no sistema financeiro. Segundo Zelizer (2011, 13-42) há uma *marcação social do dinheiro* própria dos pobres. Por exemplo, o dinheiro adquire um “valor simbólico” diferenciado quando se destina para comprar alimentos às crianças de quando é usado para adquirir bens supérfluos. De acordo com Abramovay (2003, p. 22, grifos do autor), “a vida financeira das famílias deve ser encarada sob o ângulo de suas ligações sociais: cada operação exprime vínculos, que podem ser de

igualdade, de subordinação, de hierarquia, de cooperação, de exploração, mas que de forma impressionante, revelam o amplo domínio da reciprocidade nas sociedades contemporâneas”.

Nesse sentido, infere-se que não só as famílias, mas as empresas, igrejas, ONGs e outras organizações podem “marcar socialmente” o dinheiro destinando alguma parcela para desenvolver “projetos sociais” ou práticas de “solidariedade”. Nesse contexto os FRS podem ser inseridos, atribuindo novos significados sociais ao dinheiro como instrumento de superação da pobreza: uma solidariedade que fomenta atividades econômicas.

Em torno do conceito de solidariedade, convém apresentar alguns pontos a fim de evitar confusões sobre o objeto específico deste trabalho. Reconhecidamente há inúmeras iniciativas que mobilizam recursos na sociedade sob o conceito de “solidariedade” e que organizam fundos provisórios para socorros emergenciais ou campanhas de ajuda com prazos maiores de vigência. Há, por exemplo, entidades beneficentes ou de empresas privadas (atribuídas às práticas de “Responsabilidade Social”) que promovem determinadas campanhas apelando para “sentimentos” solidários da população²⁷. Tampouco se confunde com “fundos humanitários, de formas indiretas de beneficência ou caridade” (SABATÉ; MUÑOZ; OZOMEK, 2005, p. 50). E menos ainda, não são os “Fundos” de cooperativas, muitas vezes previstos em seus estatutos, denominados de “Fundo solidário de desenvolvimento cooperativo” ou “Fundo de reserva” como prevê a legislação brasileira atual²⁸ e que, por sua vez, têm uma finalidade específica que é ajudar na formação e educação dos cooperados ou oferecer proteção nos momentos de maiores necessidades da cooperativa. FRS, aqui, não trata dessas realidades que acabamos de descrever e, sim, apresentam em princípio outras finalidades e funções sociais distintas e específicas, como veremos ao desenrolar do presente trabalho.

²⁷ A exemplo do programa “Criança e Esperança” da Rede Globo de Televisão que, com forte apelo a sociedade brasileira, angaria volumosos recursos para projetos sociais destinados a crianças e adolescentes.

²⁸ A lei do cooperativismo (n. 5764/1971) prevê, no art 4º VIII e 28º, que as cooperativas devem “ter um fundo indivisível de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social” e prevê também que “além dos previstos neste artigo (28º), a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, **inclusive rotativos**, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação” (grifo nosso)

Enfim, quando Finanças Solidárias são entendidas enquanto experiências de microfinanças e microcrédito, pode passar despercebido o antagonismo mais de fundo e as suas diferenças, que são os elementos de classe social e/ou sua orientação ideológica e política, como será tratado adiante: o paradigma liberal e o paradigma solidário (Seção 3.3). Outro aspecto que diferencia as Finanças solidárias é o fato de que integram o movimento da Economia Solidária e são tipificadas experiências denominadas Empreendimentos (CORRÊA, 2014, p.85-97).

Atualmente o campo conceitual e prático da Economia Solidária no Brasil é bastante diverso e amplo, conforme retrata a Figura 2, o que também revelado no Atlas da Economia Solidária em 2005. Brevemente, “Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito [finanças] – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (BRASIL, 2006a, p.11).

De um modo geral, há a seguinte diferenciação conceitual entre Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e Entidades de Apoio Assessoria e Fomento (EAFs): os empreendimentos são organizações “coletivas-organizações supra-familiares, singulares e complexas cujos participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão de atividades como alocação de recursos, com diversos graus de formalização [...]” (BRASIL, 2006a, p.13). As EAFs, por sua vez, são aquelas organizações que “desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos e solidários tais como: assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento” (BRASIL, 2006a, p.13).

Figura 2 - O Campo da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Brasil (2006a, p.14). Nome das entidades (Cf. Lista de siglas)

Para fortalecer estas experiências, é criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) “no decorrer dos acontecimentos do I Fórum Social Mundial em 2001. Na primeira reunião do FBES, realizada em 2002, foram criados 18 Fóruns estaduais. Hoje são 160 Fóruns distribuídos nos Municípios, Microrregiões e Estados” (BARRETO, 2017, p. 18) E desde o início organiza-se nos três segmentos: EES, EAFs e os gestores públicos (representantes das instâncias governamentais).

Com a criação da SENAES em 2003, uma das primeiras necessidades para organização dos programas governamentais foi conhecer e mensurar o conjunto de empreendimentos, entidades e empreendimentos envolvidos na Economia Solidária. O primeiro mapeamento, realizado entre 2005-2007, registrou em sua primeira etapa cerca de 15 mil EES. Uma nova coleta em 2007 chegou ao número de 21.859 EES. O segundo mapeamento foi realizado entre 2009-2013, gerou uma base de dados (no SIES) com 19.708 EES e 1.423.631 sócios. É importante destacar que 50% dos EES foram iniciados em 2005. A forma “associação” representa 60% dos números e a forma “cooperativa”, 8,8%. Na agricultura estão 55% e no artesanato, 18%. Um total de 56% constituído por homens e de 43% por mulheres e, ainda, 70% são formalizados e 30,5% são informais.

Os dados sobre os empreendimentos (EES) por regiões mostram que no Nordeste estão 41% (3.531) dos EES e 37% dos sócios, sendo que 72,2% localizam-se na área rural. No Sudeste, há 16 %, com 8% dos sócios. No Centro-Oeste, 10% e 8% dos sócios. Na região Sul, 17% e 27 % dos sócios. Finalmente, no Norte estão 16% e 20% dos sócios. Nas áreas de atuação tem-se: na produção 56%; consumo, 20%; comercialização 13%, prestação de serviços 6%; poupança, crédito ou finanças solidárias 1,7%; e trocas 2%.

Recentemente “foram identificados 21.859 empreendimentos econômicos solidários em 2 933 municípios do Brasil (53% deles) sendo 690 EES, em 175 municípios de SC” (BRASIL, 2009, p.27). E no Brasil são 2.084 cooperativas que se identificam também como EES alternativa ou autêntica.

Os fóruns de Economia Solidária (regionais, estaduais e o brasileiro) foram constituídos desde 2003, inicialmente inseridos na articulação e proposta das edições do Fórum Social Mundial: “outro mundo é possível”. Os fóruns de Economia Solidária não possuem uma formalização jurídica, nem se organizam como Federação (modelo do cooperativismo convencional brasileiro), mas desempenham um papel de incidência política: visando construir um espaço sociopolítico para elaboração das pautas de reivindicações, de controle social dos programas

governamentais e de articulação entre os EES, EAFs e gestores públicos ligados a programas governamentais afinados com os objetivos de “outra economia”.

Simultaneamente ao movimento, contribuíram nesse processo as empresas recuperadas pelos trabalhadores, criando a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), em 1994 (FARIA, 2011, p.17 e p.398-420). Além deste, a trajetória de um cooperativismo alternativo e popular, convém destacar que não foram somente através dos fóruns as maneiras de agregar politicamente estas experiências. Por exemplo, uma primeira tentativa de criar uma “central” (federação) dos empreendimentos solidários partiu do movimento sindical, principalmente no ABC paulista: a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil), em 2000. Mais tarde, foi criada em junho de 2005 a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Desse “novo cooperativismo, uma aglutinação destas funda-se a Unicopas recentemente:

Dirigentes da Unicafes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Unisol Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) e Concrab (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil) definiram em conjunto o Conselho Diretor e o Estatuto da Unicopas no último dia 30/01/2014, em reunião histórica realizada em Brasília-DF. As três grandes organizações nacionais do cooperativismo [...] reunidas em torno do objetivo de lutar pela concepção do cooperativismo solidário no Brasil e do desafio de representar nacionalmente cooperados de agricultura familiar e economia solidária.²⁹

No movimento da Economia Solidária, a questão do crédito estava presente nos debates desde 2003, como um item fundamental na pauta de reivindicações para a sustentabilidade dos EES. Esse primeiro mapeamento revelou as dificuldades enfrentadas “constata-se que 72% dos EES afirmaram ter dificuldades de comercialização, 56% para acesso ao crédito, e 28% não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou

²⁹ Disponível em: <<http://cirandas.net/unicafes/unicafes/unicopas-nasce-para-fortalecer-o-cooperativismo-solidario>>. Acesso em: 02 mar. 2014

assistência técnica” (BRASIL, 2006a, p. 50). Em parte, reivindicam políticas de crédito junto ao Estado e, em parte, a Economia Solidária buscou criar alternativas a essa falta de crédito, desenvolvendo as várias iniciativas de Finanças solidárias, sendo que elas vão além da oferta de serviços creditícios.

Deste processo percebe-se que subjaz, nessas alternativas criadas pelas classes populares ou excluídos socialmente, através de uma solidariedade como meio da emancipação. O ponto de partida para compreender a emancipação, conceito que aportamos da ciência política, aliada à realidade de finanças, baseia-se em Marx, na obra “Sobre a Questão Judaica”, na qual a emancipação humana é vista como uma sociabilidade do indivíduo, que difere da emancipação política. Esta última está circunscrita ainda nos moldes da sociedade burguesa, na qual o indivíduo se apresenta como “guardião do dinheiro, da mercadoria” e o Estado protetor da propriedade privada do indivíduo.

Em Cattani (2003, p. 130) complementa-se que a emancipação “designa o processo ideológico e histórico de liberação de comunidades políticas ou de grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais”.

Partindo da noção de “marcação social do dinheiro” e a emancipação no caso dos FRS, deriva que, na sua base social – constituída de diversidade de organizações sociais – a solidariedade apresenta-se como um “aumento” de relações menos competitivas. Esse aumento do “grau de solidariedade”, imensurável quantitativamente, adquire várias interpretações que vão desde o tradicional assistencialismo, na forma de esmola ou caridade, às novas relações e significados. Perpassando, portanto, o fomento às iniciativas de geração de renda (papel do crédito), mas ampliando para a conquista e garantia de direitos sociais numa perspectiva de emancipatória.

Finanças baseadas em relações sociais e econômicas não-capitalistas são amplamente discutidas nas ciências sociais. Como apresentam as teorias econômicas liberais, no qual a vida se torna mercantilizada e onde tudo é passível de compra e venda³⁰ intermediada pelo dinheiro em um sistema de mercado capitalista, conforme Marx, em “O Capital”. Também as formas não-capitalistas de dinheiro, no caso de Weber (2012, p. 60),

quando alguém ajuda um “camponês com sementes de cereais estipulando com ele um determinado

³⁰ Em parte essas discussões serão abordadas no capítulo seguinte.

acréscimo ao devolvê-las, ou quando a mesma coisa ocorre com dinheiro que uma gestão patrimonial necessita e outra pode dar, não é conveniente denominar este processo como “capitalista”.

Para contribuir nestas discussões, busca-se fundamentos teóricos, por exemplo, no “Ensaio sobre a Dádiva”, de Marcel Mauss que contribui para uma compreensão da economia mercantil anterior ao capitalismo, cujas trocas não são determinadas por valores monetários, mas pelas relações que sustentavam as sociedades tribais da Polinésia e do noroeste americano, numa tríplice obrigação: “dar, receber e retribuir”. Acrescenta-se a contribuição de Polanyi, um dos autores críticos dos pressupostos do liberalismo clássico, como o mercado autorregulável. Sua contribuição está em demonstrar que o mercado não é capitalista por natureza, existindo inclusive no mundo ocidental até a Idade Média. Nesse sentido, se dá a partir de três princípios: o da reciprocidade, redistribuição e troca. Nesse último ponto, a troca, estariam inseridas as relações mercantis. Enfim, o argumento é de que não são todas as realidades sociais regidas unicamente pelo “princípio da troca” capitalista. Esses aportes teóricos subjazem este trabalho a fim de aprofundar teoricamente o significado, presente nas Finanças, Fundos Rotativos e também de outras iniciativas que compõe a Economia Solidária, embora não aprofundadas aqui.

Evidentemente, a solidariedade é um tema polissêmico abordado inclusive nas ciências sociais de diversos modos. De acordo com Laville (2009, p. 310) há uma “solidariedade filantrópica, remetendo à visão de uma sociedade ética na qual os cidadãos, motivados pelo altruísmo, cumprem seus deveres uns para com os outros voluntariamente. A segunda forma, como princípio de democratização societária, resultando de ações coletivas”, sendo esta segunda a mais importante para este trabalho.

Ainda sob o ponto de vista das bases teóricas e acadêmicas, no Brasil, apesar dos FRS existirem há mais de trinta anos, é possível ainda hoje identificar uma realtiva escassez de pesquisas e abordagens teóricas relativas à temática, embora seja um tema emergente em trabalhos teóricos e artigos mais recentes.

Metodologicamente a principal fonte para este trabalho foram os dados do Mapeamento, e outras fontes foram consultadas principalmente no mundo acadêmico. Entre as teses no Brasil³¹ destaca-se o trabalho de

³¹ Cf. pesquisa no Portal da Capes de teses e dissertações. Página: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>> Acesso em 4 jan, 2017.

Oliveira (2011), que identifica um Fundo Rotativo Solidário como um dos instrumentos fundamentais que contribuiu nas transformações sociais e tecnológicas ocorridas na comunidade rural Mandacaru, em Soledade (PB). Outro trabalho de destaque³², embora não seja diretamente sobre os FRS, é de Sabourin (2009) que situa o sistema de fundos solidários como manejo de recursos comuns e advoga sua importância para a construção de cisternas familiares e crédito mútuo.

Quanto às dissertações salienta-se a de Silva (2015) sob o título “Apicultura e Fundos Rotativos Solidários: Possibilidades em Direção ao Desenvolvimento Territorial Sustentável?”. O autor pesquisou sobre o tema nos assentamentos Tambaba e Nova Vida, no município de Conde (PB). Os apicultores receberam recursos do “Programa de Apoio a FRS” e conseguiram adquirir os equipamentos necessários para a produção de mel e própolis. Conclui Silva (2015, p. 106) que no assentamento Nova Vida

a política dos FRS, quando gerenciada a partir de uma solidariedade, no caso apícola, puderam-se verificar possibilidades de desenvolvimento territorial local, sejam estes através da comercialização, sejam através do consumo próprio da localidade, e que isso faz gerar renda, incremento econômico para o agricultor do Litoral Sul da Paraíba.

Porém, no outro assentamento, em Tambaba (Conde-PB), “encontrou-se a apicultura funcionando [somente com] a venda de mel e própolis, mas a Cooperativa estava completamente na inércia, subsistindo apenas no papel”. E relacionando com economia capitalista o autor aponta que “não se pode dizer que a economia solidária é uma ilusão, tendo em vista o exemplo da COOPERVIDA, citado acima, que teve bons resultados, no que tange ao econômico e social” (SILVA, 2015, p.107).

Outro trabalho é de Fulgêncio (2014), denominado “Os Laços Sociais, Reciprocidade e Solidariedade na Agrovila Lagoa do Jogo – Remígio/PB: Um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários”. Essa autora utiliza os conceitos de reciprocidade, solidariedade, cooperação e capital social como pilares teóricos para sustentar sua análise. Fulgêncio (2014, p.117) pressupõe que a manutenção de um FRS depende de princípios como cooperação e confiança, e sua conclusão não é positiva, pois

³² Uma obra baseada na tese de doutorado do autor.

na agrovila Lagoa do Jogo [...] a falta de confiança gerada pela falta de compromisso dos agricultores minimizou o ritmo do FRS na agrovila. O rompimento das noções constitutivas do FRS quebra a lógica do *receber e retribuir* encontrada na rotatividade do arranjo social, nesse sentido os participantes estão recebendo, mas não estão retribuindo a contribuição para a poupança dos fundos. (grifos do autor)

Fulgêncio propõe como solução a mediação constante de entidades sociais “externas” à comunidade para reforçar os laços sociais de reciprocidade e confiança perdidos ou esquecidos, operada através de acompanhamento e reuniões constantes.

Acrescenta-se, ainda, a dissertação de Ferreira (2013), cujo título é “Fundos Rotativos Solidários para o Trabalho Associado no Contexto da Reestruturação Produtiva da Década de 1990: A Experiência de Codó (MA)” e que analisa os FRS a partir do conceito de “trabalho associado” e das mudanças no mundo do trabalho pela reestruturação produtiva naquela década. Seu principal objetivo foi o de analisar as possibilidades do papel impulsionador, enquanto crédito alternativo, na dinâmica dos grupos de trabalho associado. Avaliou o papel dos Fundos Rotativos Solidários na dinâmica de crescimento e sustentabilidade dos grupos quanto à geração de emprego e renda. Sua contribuição para esta tese está no fato de que se aproxima indiretamente do que se pretende discutir a questão da emancipação (FERREIRA, 2013, p.60)

Essa proposta [*dos FRS e outros empreendimentos da Economia Solidária*], no entanto, tem se efetivado como experiências pontuais e impacto modesto, do ponto de vista econômico, como em Codó (MA). e demanda um nível de investimento público maior e sistemático, para que consiga se ampliar de forma mais significativa e aponta, para a disputa das prioridades da política pública. Enfrenta, também, o **desafio da representatividade coerente no espaço institucional**, considerando a existência dos **interesses representativos capitalistas** nas instâncias políticas deliberativas, **junto ao Estado**, como é o caso dos conselhos, das secretarias estaduais e secretaria nacional de economia solidária. (grifos nossos)

Ainda no que tange à questão da “emancipação política”, nos moldes do estado burguês, Ferreira (2013, p. 61), aborda como as ações governamentais de economia solidária apresentam um dilema para o segmento dos trabalhadores organizados: “o Estado burguês norteia-se juridicamente, como defensor da democracia e dos direitos universais, mas na prática os mecanismos estruturais diferenciam o acesso a tais direitos: educação, saúde, moradia, lazer ou crédito.” As conclusões principais de Ferreira (2013, p.118) apontam que, apesar da distância entre as propostas governamentais (mesmo incipientes), os FRS podem ser impulsionadores de grupos de trabalho associado, como ocorrido pelo desemprego consequente da reestruturação produtiva da década de 1990. Entre os desafios apresentados estão que,

os FRS podem se **expandir, ampliando a organização dos trabalhadores**, em geral, a partir da formação de redes locais e, inclusive internacionais, do ponto de vista da organização classista e dos princípios definidos pelo movimento [...] [*Mas por outro lado*] a viabilidade dos fundos rotativos solidários, como instrumentos impulsionadores e fortalecedores da lógica produtiva solidária, **depende, também, do nível de investimento direto realizado pelo Estado**, porque sua sustentabilidade e ampliação demandam novas inversões, que não são suficientes apenas com a poupança dos associados, haja vista sua renda baixa. (grifos nossos)

Recentemente a dissertação de Barreto (2017) apresenta uma importante análise sobre a construção da política de Finanças Solidárias na Bahia, e como se deu a interação entre os diversos atores e segmentos. Dentre as diversas conclusões, a autora aponta que sua pesquisa identificou que:

(i) durante os anos 2007/2011, os fundos rotativos solidários ascenderam na pauta dos governos federal e estadual, garantido recursos financeiros e participação na elaboração de ações políticas para seu segmento; (ii) as coalizões de fundos, bancos e cooperativas [...] se deu mediante impulso do governo estadual, no momento em que é criado o GT de finanças. [...] iv) no momento em que o ator estatal reúne os três segmentos numa arena comum, ocorrem dois fatos: uma organização da agenda sob

a perspectiva da Secretaria Estadual de Economia Solidária, [...] passa a dialogar com todos simultaneamente aumentando seu poder de proposição; ao mesmo tempo em que permite uma verticalização da construção da política

Além desses trabalhos, elenca-se outros, principalemtn e artigos que, ao longo do trabalho, serão referenciados quando necessário. Com base nesses estudos será desenvolvida a compreensão teórica situando-a na relação com as finanças solidárias com avanços e limites em relação às concepções que embasam solidariedade num viés da emancipação social, política e humana.

1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

As microfinanças constituem parte de uma estratégia de aproximar o sistema financeiro as camadas sociais com rendas inferiores, por meio de serviços específicos via inclusão financeira. Um dos desafios para a análise teórica dos FRS consiste em descobrir em que pontos se diferenciam das tantas outras iniciativas do âmbito das microfinanças e/ou microcrédito. Atualmente, o problema fundamental para a construção de modalidades circunscritas como “finanças solidárias” consiste no fato de que as atuais instituições de microfinanças foram subordinando-se gradativamente às regras do sistema bancário convencional e, acima de tudo, voltaram-se quase exclusivamente ao crédito tradicional, tendo como público-alvo as microempresas ou microempreendedores individuais. Subjaz nesses moldes uma ideia de que os pobres podem tornar-se microempresários, ou “pequenos capitalistas”. Em outras palavras, se o “pobre” for “empreendedor” ou “inovador” estará saindo de sua condição de pobreza ou desemprego, como apresentada principalmente nos meios de comunicação de massa ou órgãos empresariais, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Alia-se a esse fenômeno uma visão de que os pobres são bons “consumidores” de serviços e produtos mais baratos do sistema financeiro (como correspondentes bancários ou aplicativos em celulares etc.) ou, dito de outro modo, são algo como um novo “nicho de mercado” e não participantes ativos e corresponsáveis pelos recursos que geram ou possuem.

A partir disso, a questão que permeia esta pesquisa é a seguinte: em que medida se torna possível mobilizar finanças na perspectiva solidária de grupos sociais excluídos, sob o domínio de relações sociais, econômicas e políticas presentes no sistema financeiro capitalista, na

perspectiva que se propõem os FRS? E, complementando esta questão, quais os limites e contribuições que os FRS apresentam, sob ponto de vista teórico e prático, para a construção das Finanças Solidárias no Brasil superando a lógica microfinanceira atual? Responde-se a partir do pressuposto que os FRS apontam para práticas e compreensões que demonstram a capacidade que grupos excluídos social e financeiramente adquirem ao gerir suas finanças, no sentido de viabilizar suas atividades econômicas, transformando o caráter das finanças em um instrumento de melhoria de suas condições de vidas e de sua emancipação.

É interessante fazer uma discussão breve sobre o que se entende por inclusão social, visto que “há excluídos ‘na’ e os excluídos ‘da’ sociedade, e nela a questão da inclusão financeira. Ser excluído, é estar ‘fora do’ espaço (real ou simbólico) dos incluídos”, como descreve Bessone (2016, p.40). Segundo esta autora, “o paradoxo da noção de exclusão é precisamente que não há espaço homogêneo pré-dado mas que a produção da exclusão consiste em construir o espaço tal que certas pessoas são descartadas, pela invisibilização, pelo estatuto jurídico diferenciado ou pela reclusão”. Já a concepção de inclusão financeira se refere ao contexto específico em outro âmbito, com reflexos sociais:

O Banco Central iniciou processo de avaliação e estudos, visando ao aumento da oferta de serviços financeiros para populações de baixa renda, considerado elemento fundamental para combate à desigualdade social do país. [...] Destacam-se, dentre outras ações, os mecanismos para bancarização – com aperfeiçoamento das normas relativas aos correspondentes e com adoção das contas simplificadas –, o aprimoramento das normas, a aproximação entre o Banco Central e as cooperativas de crédito e a implementação da figura da Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM) (FELTRIM; VENTURA; DODL, 2009, p.19).

Antes de prosseguir, reconhece-se que na sociedade contemporânea as finanças (especialmente o dinheiro) e o crédito se tornaram mais complexos e se estruturaram tanto que exercem um papel hegemônico para possibilitar (ou não) os meios de subsistência e bens necessários para a vida social. Forma-se um setor que permeia todos os setores da vida econômica, social e política das nações. Denomina-se a esse processo, aliado a outros, de financeirização da sociedade. Também

como a “bancarização dos pobres”³³, que tem aspectos positivos quando essas inúmeras formas serviços e de crédito vão na direção de “democratizar” o sistema financeiro (COELHO, 2003) ou “popularizar” as finanças (CHESNAIS, 2005; CHUSSODOSKI, 1999; HARVEY, 2011; AMARO, 2011 entre outros).

Como apontam Abramovay (2004, p. 39-53) e Singer (2002, p.115-121), as experiências alternativas no campo financeiro, inseridas “territorialmente”, são influenciadas pelas finanças capitalistas e não estão imunes da reprodução das mesmas práticas capitalistas, pois as finanças não constituem um “setor fechado,” mas “permeado” (*embeddedness*) por muitos aspectos da vida social, econômica, política e cultural, cotidianamente³⁴. Por um lado, as finanças podem contribuir com um processo transformador da sociedade capitalista, emancipatório, embora não sejam a única forma para a melhorar a vida e desenvolver emancipação dos pobres (diferente do “empoderamento” pela via do aumento da renda monetária conforme apregoa as teses liberais). Assim, é a partir dos elementos ora apontados que situamos as balizas que guiam a análise do tema desta pesquisa.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os FRS a partir de processos sociais e históricos e das suas características organizacionais, bem como de seus limites e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento das Finanças Solidárias, em uma perspectiva emancipatória de grupos socialmente excluídos.

³³ Segundo Wilson R. Levorato (In.: FELTRIM; VENTURA; DODL, 2009, p. 175) “uma forma de medir por aproximação a bancarização num país é pelo conceito de acesso a serviços financeiros, ou seja, pelo percentual da população que utiliza os produtos oferecidos pelos bancos. Esses produtos podem ser conta corrente, cadernetas de poupança e linhas de crédito.” Apresenta que nas contas correntes, entre 2000 e 2008, houve aumento de 97,30%; e aumento do crédito de 25,5% do PIB para 40,00%.

³⁴ Por exemplo, o dinheiro dos FRS monetários é depositado numa conta bancária (no sistema convencional).

1.2.1 Objetivos Específicos

a) Discutir a construção teórica das Finanças Solidárias no Brasil com base em lógicas não capitalistas como a dádiva, a reciprocidade e a solidariedade em um processo de emancipação social e política, no horizonte mais amplo da “emancipação humana”.

b) Apontar elementos históricos e teóricos da construção de Finanças Solidárias a partir do protagonismo dos seus participantes, relacionando-os com as experiências de microfinanças e microcrédito, para além da estratégia de combate à pobreza e dos parâmetros convencionais da finança capitalista.

c) Identificar processos históricos e relações teóricas que fundamentam o surgimento e a constituição dos FRS no Brasil como parte integrante das estratégias das organizações populares para a superação da exclusão social tendo como protagonistas os diversos grupos sociais envolvidos.

e) Apresentar aspectos referentes ao funcionamento dos FRS discutindo sua tipificação e as categorias específicas que compõem as iniciativas de Finanças Solidárias, no sentido de uma compreensão conceitual e prática condizente com suas intencionalidades.

f) Elencar as principais conquistas e as maiores dificuldades apresentadas pelos FRS para a construção de Finanças Solidárias no contexto social, cultural e político da sociedade e do Estado no período mais recente no Brasil.

Para atender os objetivos este trabalho está dividido em sete capítulos. O primeiro capítulo compõe esta Introdução. O segundo, busca entender o termo solidariedade em alguns autores da sociologia, economia e antropologia, como a “Dádiva” em Mauss ou a análise de Polanyi com a discussão sobre a reciprocidade. Esses temas estão relacionados a uma perspectiva de entendimento das finanças não-capitalistas. E, por fim, complementa-se com o conceito de emancipação política e humana em Marx. As abordagens são fruto de um processo de pesquisa teórico nas próprias obras dos autores citados e em alguns de seus intérpretes, revisitando as referidas categorias de análise.

O terceiro capítulo discorre sobre a construção das Finanças Solidárias e seu significado social a partir de elementos teóricos, como a relação entre microfinanças, microcrédito e finanças solidárias. Nas duas últimas seções são interpelados alguns exemplos de políticas públicas voltadas para a construção de políticas de microfinanças e das finanças a partir da ação “do” ou “no” Estado. Com base em vários trabalhos acadêmicos, procura-se contextualizar o tema de finanças solidárias na

história e traçar alguns princípios gerais para compreensão do seu significado e suas diferenças em relação às finanças convencionais e às microfinanças.

No quarto capítulo, adentramos mais especificamente nos FRS apresentando uma trajetória histórica e uma conceituação do ponto de vista teórico. As informações apresentadas e os elementos para a discussão baseiam-se em pesquisas bibliográficas, relatórios e materiais publicados após os eventos mais importantes relacionados à temática.

Os capítulos seguintes apresentam discussões especificamente com os dados do Mapeamento. Os procedimentos metodológicos adotados são de pesquisa bibliográfica e documental, de dados secundários, além de acompanhamento e participação direta do autor em várias atividades, reuniões, encontros referentes ao tema. A base principal destes capítulos são os dados na “Plataforma virtual”, do Mapeamento do Projeto Fundos Solidários e os 539 Fundos nela cadastrados, dentre os quais serão examinados os 270 FRS selecionados conforme se mencionou anteriormente.

A partir disso, constitui-se o quinto capítulo, que versa sobre a base social dos FRS, no qual apresenta-se uma categorização por grupos sociais no Brasil. A maioria deles está situada nos ambientes rurais, composta pelos múltiplos grupos relacionados a agricultores familiares, incluindo assentados da Reforma Agrária, indígenas, quilombolas, etc. Outro destaque são os Fundos integrados por mulheres (em segundo lugar em números quantitativos). Depois, os que têm participação direta de jovens, na gestão. Vêm em seguida, os FRS articulados pelos Empreendimentos ou Fóruns de Economia Solidária e, por fim, os organizados pelas entidades de fomento à Economia Solidária. Este quinto capítulo foi elaborado prioritariamente pelo estudo da questão: “como surgiu o Fundo?” utilizada nas entrevistas do Mapeamento.

No sexto capítulo, apresenta-se os quatro aspectos organizacionais dos FRS, que já citamos aqui, cabendo reiterá-los: (i) quais entidades os financiaram (fontes); (ii) a forma como se deu a “devolução” (em dinheiro, com juros, com correção, com carência); (iii) por quem foram definidos os critérios de “empréstimo” ou repasses, quem selecionou e quem acompanhou os projetos (gestão); e, finalmente (iv) que tipos de atividades econômicas e que tipos de grupos sociais que utilizaram os recursos, a partir do recorte temporal, durante o ano de 2010

O sétimo capítulo apresenta uma síntese das principais conquistas e das dificuldades enfrentadas pelos Fundos considerando os depoimentos elencados pelos próprios entrevistados no Mapeamento. A sistematização foi dividida de acordo com critérios específicos desse trabalho por área de

atuação: rural e urbana e, em cada uma, são avaliadas conquistas e dificuldades: em relação às fontes, aos destinatários, à devolução, à gestão, à participação na construção de políticas públicas que tangem às demandas e, por fim, alguns pontos avaliativos mais gerais. Os dados inseridos e sistematizados respondiam à questão do Mapeamento: “Cite os cinco principais avanços dos Fundos e as cinco dificuldades mais graves”. Além disso, foi preciso revisar todas as respostas, visto que alguns desses pontos e outras dúvidas estavam melhores explicitados em respostas dadas a outras questões.

Finalmente, por se tratar também de uma pesquisa qualitativa utilizou-se de várias técnicas de coleta de dados, principalmente do acesso às informações dos dados do Mapeamento, além das publicações já realizadas pelas entidades que o executaram. Contribuiu sobremaneira a participação direta e observação participante do autor em reuniões do Comitê Gestor do Projeto Fundos Solidários/Região Sul³⁵ e na gestão e acompanhamento do Fundo Rotativo estadual dos Miniprojetos Alternativos (MPAs (de 1997 a 2015), bem como em outras atividades relacionadas, como em encontros, seminários, reuniões, feiras de economia solidária, entre outras relacionadas ao objeto desta pesquisa. A pesquisa bibliográfica acompanhou todos os momentos deste trabalho, a partir de material já elaborado, constituído principalmente de teses, dissertações, livros e artigos científicos.

³⁵ Foram dois Projetos executados pelo Centro Multiprofissional de Apoio e Assessoria (CAMP), de Porto Alegre (RS), conveniado com a Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e emprego, entre 2011 a 2017.

2. O MERCADO NA LÓGICA SOLIDÁRIA

Este capítulo trata da relação entre finanças e solidariedade sob o ponto de vista da teoria sociológica. Realidades que, na ciência econômica, são vistas como distintas e, por vezes, até antagonicas, relações estudadas inclusive em vários autores da sociologia classica³⁶. Essa visão dualista aponta solidariedade como mero conjunto de práticas assistencialistas e caritativas realizadas por entidades sociais, religiosas; enquanto as finanças são concebidas como atividades tipicamente econômicas (como a produção, distribuição e consumo)³⁷, tendo-se que as Finanças se apresentam como uma lógica racional, técnica moderna e “avançada”. Nesse sentido, este capítulo objetiva explicar a solidariedade em autores sociológicos, deixando para o seguinte o aprofundamento do debate acerca das diferenças teórico-práticas entre “finanças solidárias” capitalistas.

Segundo Plasencia e Orzi (2007, p. 28-29), ao unir-se ao mercado, a solidariedade torna-se a característica fundamental dos **mercados solidários** (e, de forma análoga, das finanças solidárias), apresentando como traços específicos:

é um mercado em que seus participantes (compradores, vendedores, produtores, usuários, etc.) atuam com uma lógica que a busca das vantagens econômicas particulares se realiza no marco de considerações morais, [...] de modo que ninguém se sinta afetado nas condições de reprodução da vida de todo.

³⁶ Weber fala que princípios éticos e solidários não se coadunam com o cálculo e os negócios. Há diversas formas de regulamentar um mercado: pela lei, pela tradição, pela convenção ou de forma voluntária (por meio de cartéis de preços). Os interesses são impessoais no mercado e não se leva em conta a pessoa, importa o que está sendo trocado. Não é um ultraje aos sistemas religiosos e éticos apenas por transgredir as regras das pessoas se relacionarem, mas, o modo como o mercado funciona dificulta ser influenciado por Ética devido a este caráter de impessoalidade, não tem como regulá-lo eticamente. Exemplo disto é que se para o mercado for necessário desempregar uma quantidade de operários se fará pela própria lógica racional do mercado, de acordo com Weber. As lutas pelo poder econômico determinam os preços, então os preços são ‘produto do conflito de interesses e de acordos’. (SWEDBERG, 2005, p.71)

³⁷ Cf. Sandroni (2004, p.189).

Em outras palavras, o objetivo dos mercados solidários é a reprodução da vida de todos, mais ampla que uma simples reprodução do trabalhador (ou da força de trabalho). Reprodução da força de trabalho necessária para a acumulação capitalista como revela a análise de Marx em “O Capital”.

Busca-se fundamentos para esta abordagem sociológica das finanças solidárias em teorias que se contrapõem à lógica mercantil, sob a dominação capitalista, defendida teoricamente pelos economistas liberais. A característica comum das experiências de Finanças Solidárias é que elas derivam de sistemas de reciprocidade e de ajuda mútua, que reatam e fortalecem os laços comunitários de proximidade. (FREIRE, 2013, p.45).

Assim, situamos as Finanças Solidárias em uma discussão teórica que busca ir além do foco econômico, inserindo-as nas relações sociais, políticas e culturais, como o faz a Nova Sociologia Econômica³⁸. Nessa direção, as ideias socioantropológicas da Teoria da Dádiva, de Marcel Mauss e da teoria da reciprocidade de Polanyi e seus desdobramentos podem contribuir para fundamentar nossa análise.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA TEORIA DA DÁDIVA PARA AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Esta seção apresenta uma breve discussão a partir de elementos da teoria da dádiva como uma forma que sociólogos e antropólogos apresentam a crítica à ciência econômica clássica defensora dos pressupostos que justificam o mercado capitalista enquanto lógica naturalizada da sociedade moderna e das relações humanas. (Cf. LECHAT; SCHIOCHET, 2003, p.85; OLIVEIRA, 1979, p.29)

Inicialmente, convém esclarecer que dádiva não se confunde com outras interpretações que se faz do termo. Dádiva aqui não é simples

³⁸ Esta é uma corrente de pensamento e na sociologia que vem sendo revisitada, para um aprofundamento do estado da arte desta corrente consultar Swedberg (2004). “A sociologia econômica pode ser definida de modo conciso como a aplicação de idéias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos – mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante [...] Desde o início dos anos de 1990, houve mudanças importantes na sociologia econômica, tanto na Europa como nos Estados Unidos, quer no tocante a seu status institucional, quer no que respeita a sua abordagem teórica. Novos tópicos foram acrescentados à agenda da sociologia econômica, e avanços instigantes se concretizaram por meio de análises de alguns temas que vinham sendo discutidos em bases preliminares desde os anos de 1980”. (SWEDBERG, 2004, p. 7 e 8)

sinônimo de filantropia ou oblação, tampouco de gratuidade sem motivos, sem intenções e “desinteressada”. Por exemplo, no Brasil, quando traduzida por “dom”, pode ser confundida com competências especiais ou carismas próprios de algumas pessoas ou comunidades³⁹

Esta “Teoria”, do ponto de vista das ciências sociais, foi desenvolvida por Marcel Mauss no “Ensaio sobre a Dádiva” (1924/25) no qual a identifica como uma lógica específica e característica das sociedades orinárias, como no caso das tribos da Melanésia, da Polinésia, do noroeste americano e da Escandinávia. Há nestas, a presença de “trocas mercantis”, porém diferentes do estilo moderno e dos princípios capitalistas⁴⁰.

Nesta perspectiva, acredita-se que esse aporte teórico, postulado nas origens do século XX, apresenta elementos daquilo que hoje se entende por “solidário” subjacente às relações sociais e às experiências econômicas, sociais, políticas e culturais nas sociedades primárias, ainda não mercantilizadas hegemonicamente pelo capitalismo. Nesta direção, até que ponto os FRS poderiam ser considerados e analisados como uma dessas práticas da atualidade? Parte-se, para responder a questão, da premissa que Mauss

foi um dos principais animadores, juntamente com Durkheim, da revista *Année Sociologique*, e por ter sido o principal sistematizador da teoria da dádiva, que vem sendo resgatada como um modelo interpretativo de grande atualidade para se pensar os fundamentos da solidariedade e da aliança nas sociedades contemporâneas. (MARTINS, 2005, p. 45)

As teses sociológicas de Mauss vêm sendo revisitadas principalmente pelos autores do Movimento Anti-Utilitarista como explicações que contrapõem-se às teorias econômicas liberais. O “Ensaio sobre a Dádiva” entende a “troca mercantil” como característica da sociedade moderna (civilizada) e que ela está baseada no racionalismo econômico (“cálculo”), e, nesse íterim, a concepção é a de que o ser

³⁹ “Embora caridade e benção correspondam a certo tipo de dádiva, é importante assinalar que para Mauss o termo tem uma significação mais ampla”. (MARTINS, 2005, p. 52)

⁴⁰ “Neste ensaio, ele procurou demonstrar que os fenômenos do Estado e do mercado não são universais. Não há, segundo ele, evidências da presença dos mesmos nas sociedades tradicionais, mas, apenas, em sociedades mais complexas como as modernas.” (MARTINS, 2005, p.53)

humano (*homo economicus*) age ou interage sob o interesse individual de maximizar lucros (é uma “máquina de calcular”)⁴¹. São justamente esses os conceitos e argumentos que Mauss situando a presença da Dádiva nas sociedades antigas como reguladora das trocas mercantis estando, inclusive, presente nas sociedades modernas⁴².

A análise de Mauss baseia-se em duas experiências tribais: o *kula*, uma espécie comércio circular nas ilhas polinésias; e o *potlatch* como celebração nas festas ou grandes assembleias. O primeiro é citado nos trabalhos etnográficos de Malinowski, das Ilhas dos Trobriand, e Mauss (2013, p.40-42) o apresenta da seguinte forma:

O sistema de comércio intertribal e intratribal que leva o nome de *kula*. [...] O *kula* é uma espécie de grande *potlatch* veiculando um grande comércio intertribal, ele se estende por todas as ilhas Trobriand [...] A tradução da palavra certamente quer dizer círculo. O comércio *kula* (...) É cuidadosamente diferenciado da simples troca econômica de mercadorias úteis (*gimwali*). O *kula* distingue-se por uma negociação muito tenaz das duas partes [...] consiste em dar da parte de uns e receber da parte de outros. (...) Aproveita-se a viagem marítima para trocar carregamentos, estabelecendo todo o tipo de relações (...). A troca é cercada de solenidades com isso mostrar a liberdade e autonomia e grandeza.

Como explica Mauss (2013, p.13-14), nessas sociedades primárias, havia mercado, e com intensas trocas de bens, mas eram diferentes do nosso tempo:

Nas economias e nos direitos que precederam os nossos nunca se constatarem simples trocas de bens,

⁴¹ Weber (2012) faz uma distinção entre “ação econômica racional” e a Tecnologia. Tecnologia é a escolha racional de meios com fim predeterminado. As medidas mais básicas e típicas da ação econômica racional: Poupança; Consumo em termos de preferências; produção; comércio. Poupança é transferir utilidades para o futuro e é parte integrante da economia. Preço é determinado pela negociação (luta pelo preço) em combinação com ações competitivas (luta entre concorrentes).

⁴² “Foram nossas sociedades ocidentais que muito recentemente, fizeram do homem um ‘animal econômico’, mas nem todos somos ainda seres desse gênero; o *homo economicus* não está atrás, mas adiante de nós [...] não muito que é uma máquina, com uma máquina de calcular que acompanha”. (MAUSS, 2013, p. 129)

de riquezas e de produtos num mercado estabelecido de indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam [...] São pessoas morais (clãs, famílias e tribos) e o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, coisas úteis economicamente. São amabilidades, banquetes ritos, serviços militares, crianças, danças, festas feiras, dos quais o mercado é um dos momentos.

O que Mauss demonstra, ao longo de seu ensaio são princípios que ainda contribuem para entender, de certa forma, as atuais iniciativas de “economia solidária”, ao revelar e discutir práticas originárias como o *Potlatch*, presentes nessas tribos.

Estas prestações totais chamamos de *Potlatch*, quer **dizer nutrir, consumir** essas tribos passam o inverno numa perpétua festa [...] assembleia solene da tribo. [...] o que é notável nessas tribos é que há um princípio da rivalidade e do antagonismo que dominam essas práticas. [...] Por outro lado, chegue-se à **destruição suntuárias das riquezas acumuladas** para eclipsar o chefe rival. (MAUSS, 2013, p. 14, grifos nossos)

Nesses “mercados”, as trocas não são de bens e artigos simplesmente para atender interesses econômicos de indivíduos, como apregoa a noção de *homo economicus* subjacente à economia clássica - como em Mill (2013) e Smith (1974). As trocas constituem um sistema de prestações e contraprestações: dar, receber, retribuir. Nas palavras de Mauss (2013, p.69-75)

A **obrigação de dar** é a essência do *potlatch*. Um chefe deve oferecer vários *potlatch*, onde conserva sua autoridade sobre aldeia e tribo. Ele não pode provar a fortuna a não ser gastando-a, distribuindo-a, há uma obrigação de distribuir tudo o que vem de um *potlatch* de que se foi beneficiário [...] o *potlatch*, a distribuição dos bens, é o ato fundamental do reconhecimento militar, jurídico, econômico, religioso em todos os sentidos da palavra. [...] **A obrigação de receber** não é menos constritiva. Não se tem o direito de recusar uma dádiva, de recusar o *potlatch*. Agir assim é manifestar que se teme ter de retribuir, é perder o

peso de seu nome, é confessar-se vencido. [...] Abster de dar e receber é como faltar a um dever, assim como abster de retribuir. **A obrigação de retribuir:** é todo o *potlatch*, a medida que ele não consiste em pura destruição [...] mormente o *potlatch* deve ser retribuído com juros, aliás, toda a dádiva deve ser retribuída desta forma [...] A sanção da obrigação de retribuir é a escravidão por dívida, instituição comparável a *nexum* romano. O indivíduo que não pode retribuir o empréstimo é desqualificado e perde a condição de homem livre. (grifos nossos)

No caso dos FRS, destaca-se a importância das “obrigações dadas”, principalmente a “de retribuir”, que se relaciona com o aspecto de devolução do empréstimo. Ressalta-se que nos vários pesquisadores elencados e nas entrevistas do Mapeamento aparecem tais “obrigações” morais na confiança e na responsabilidade no uso correto e solidário dos recursos financeiros, explícitas ou não, nos seus estatutos, regimentos e contratos.

Esse sistema, segundo Mauss, mantém a vida em geral, a vida “social, econômica, política, jurídica, religiosa e estética destas sociedades”, ou seja, a Dádiva é uma “lógica organizativa do social” como “fato social total” diferente da lógica da “troca mercantil moderna”. Segundo o seu raciocínio, a dádiva está presente nestas sociedades em todas as dimensões da vida social e não a momentos isolados e descontínuos. Para Mauss, aquilo que circula influi decisivamente sobre como se formam os atores e como se definem seus lugares em sociedade. É fato social total pois a dádiva está em todas as dimensões: econômica, política, social, cultural, estética, científica e, no sentido que junta o vida material e a simbólica (MAUSS, 2013, p.09-10).

Mauss revela que na essência desses mercados não ocorre uma simples troca de um artigo por outro de igual valor, remunerado monetariamente e estabelecido por um preço. Há um “espírito” na coisa “dada, recebida e retribuída”, que não é o “interesse individual”. Embora haja nelas interesses para busca de honra e prestígio coletivos. É o que os polinésios chamam de *mana* e os maori de *hau*. A devolução da dádiva é explicada por essa “força presente na coisa dada”, pela força espiritual que seria, segundo esses povos, a razão da circulação dos bens. A propósito do *hau*, descreve-o um informante maori, cujo nome é Tamati:

suponha que você tem um artigo (*taonga*) e me dê esse artigo, sem preço fixado. Não fazemos

negociação. Eu dou este artigo a uma terceira pessoa que, depois de um tempo, decide retribuir alguma coisa em pagamento. Ora esse presente que ele me dá é o espírito (*hau*) que recebi de você e que dei a ela. O *taonga* [artigo recebido] que recebi pelos *taonga* (vindo de você). É preciso que eu devolva. Não seria justo guardar para mim, sendo desejável ou detestável. São um *hau* que devo dar de volta.’ (Cf. MAUSS, 2013, p.23)

A questão de fundo que orienta Mauss, é “por que as dádivas de presentes devem ser obrigatoriamente devolvidas? E por que existe essa universalidade da retribuição?” (MAUSS, 2013, p.08) Destaca-se este ponto, da retribuição, da devolução como ponto diferencial dos FRS, pois o dar-receber sem o retribuir cria uma relação de caridade do tipo assistencialista, na qual quem recebe continua dependente de quem doa. E, no mercado convencional, o vender-pagar não cria a dependência, mas encerra a obrigação e a relação social. Por isso, talvez a “obrigação de retribuir” compromete quem doa, quem recebe em devolver “mais”, o que mantém o círculo aberto e horizontal das trocas constantes e intensificando as relações sociais (de forma simétrica). Este ponto será retomado adiante na discussão da teoria da reciprocidade. Contudo, é necessário esclarecer que a dádiva não é só uma relação horizontal ou harmoniosa, (positiva) por exemplo, se

recusar a receber é declarar guerra, e recusar a aliança e a comunhão [...] Em tudo isso há uma série de direitos e deveres de consumir e de retribuir, correspondendo a direitos e deveres de dar e receber. Tudo vai e vem como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual que compreendesse coisas e homens, entre clãs e indivíduos, repartidos entre funções, sexos e as gerações. (MAUSS, 2013, p.27-28)

Dessa forma, Mauss apresenta que, nesse sistema de trocas, as pessoas não se concebem como proprietárias dos bens e das coisas e, por isso, doam, recebem, devolvem às origens. Em outras palavras, nessas sociedades não se compreende “propriedade privada” como nas sociedades modernas, e o explicará quando discorre sobre os Direitos antigos, cujos já apresentam uma relativa separação do “Direito das pessoas e do “Direito das coisas”.

Nesse aspecto, a base de tais sociedades não é a acumulação, mas o respeito à natureza (ou aos deuses), como “única” (os) ou proprietária

(os) “original” (ais) dos bens trocados (e das pessoas) e que a ela (es) devem ser devolvidos. Conclui, assim, que há uma **noção de sociabilidade** gerada pelos bens e trocas. Para Mauss (2013, p.24- 25),

a intervenção de uma terceira pessoa [...] [*gera uma obrigação de devolver*] Se o presente recebido, trocado, obriga, é que a coisa recebida não é inerte. Conserva algo do doador. [...] Pois o *taonga* é animado pelo *hau* de sua floresta, de seu território, de seu chão: o *hau* acompanha todo o detentor [...] No fundo o *hau* que quer voltar ao seu lugar de nascimento, ao santuário da floresta e do clã e ao proprietário [...] Em primeiro lugar a natureza do vínculo jurídico criado pela transmissão de um coisa, e um vínculo de almas... em segundo lugar, fica clara a natureza das trocas por dádivas, [...] a conservação dessa coisa [*sem circulação*] seria perigosa e mortal.

Qual a contribuição dessa teoria para a relação com finanças na economia e sociedades atuais? A resposta não é tão simples, porém, nas origens históricas das sociedades antigas há elementos importantes na busca de “desnaturalizar” a mercantilização capitalista, hegemônica no pensamento atual. Weber e Marx, cada um a seu modo, também buscam explicar o sistema de finanças moderno e capitalista a partir das origens históricas⁴³.

Um ponto inicial que se destaca no Ensaio é que, nessas sociedades, as trocas não são puro escambo, e pratica-se o uso de determinados bens assinalados com a função intermediária ou signo de dinheiro.

Os *vaygu'a*, funcionam como espécie de moeda, são braceletes e colares confeccionados. São animados de um movimento circular: braceletes de oeste a leste e colares de leste a oeste. Essa instituição tem sua face mítica, religiosa e mágica. Os *vaygu'a* não são coisas diferentes, **simples moeda...** tem um prestígio, um nome, uma personalidade uma história [...] Os cobs brasonados são objetos de crenças importantes e mesmo de um culto. [...] por outro lado, ao mesmo tempo, é a riqueza e a sorte que se transmitem. No

⁴³ Por exemplo, em Weber (2006) a obra “História Geral da Economia” e em Marx, em todo “O Capital”, principalmente no livro I (capítulo XXIV) e Livro III.

fundo quando se consideram cobre e outras formas são também objeto de entesouramento. (MAUSS, 2013, p. 43-44.78-79, grifos nossos)

A **venda a crédito** caracterizaria uma “fase superior da civilização”. Convém acrescentar para esta discussão que

dávica implica necessariamente uma **noção do crédito**. A evolução não fez o Direito passar de economia do escambo à venda, e do pagamento à vista ao pagamento a prazo. Foi sobre um sistema de presentes dados e retribuídos a prazo que se edificaram, de um lado, o escambo, por simplificação, por aproximação de tempos e, de outro, a compra e a venda, esta a prazo e à vista, e também o empréstimo [*honra de pagar as dívidas*] (MAUSS, 2013, p.65, grifos nossos)

Assim, nessa questão de propriedade e uso dos bens, há algo que não se doa. “Há os objetos de consumo e partilha comum e há as coisas preciosas da família”, e admite que

estes são mais objetos de empréstimo do que de venda, há casos que não podem ser cedidos. No fundo essas “propriedades” são objetos sagrados dos quais a família só se desfaz como muito pesar e às vezes nunca. [...] entre os *haïda* “divinizaram a noção de propriedade, de fortuna, não menos que a mãe ou rainha” (MAUSS, 2013 p. 75-76).

Neste ponto Mauss (2013 p. 81) contrapõe os pressupostos teóricos do mercado capitalista.

Eles nos permitem conceber *esse princípio da troca-dávica deve ter sido o das sociedades que ultrapassaram a fase da prestação total, mas que ainda não chegaram ao contrato individual puro ao mercado onde circula o dinheiro, à venda e sobretudo a noção de preço calculado em moeda pesada e reconhecida.* (grifos do autor).

Na segunda parte do “Ensaio sobre a Dávica”, Mauss trata de Dávicas presentes nas civilizações “mais recentes” e busca nos Direitos antigos (como o Direito Romano, Germânico, Celta e Indo-Europeu) como neles se desenvolvem e aceitam o princípio da troca que origina os mercados modernos. Nesses Direitos se distinguem e se separam o “direito das pessoas” e o “direito das coisas”, as últimas como um valor

de uso e de troca próprios que se tornam independentes do valor das pessoas. Tal forma está na origem da propriedade e dos contratos individuais, que são regulados nesses “Direitos antigos”,

Vivemos em sociedades que distinguem fortemente os direitos reais e os direitos pessoais, pessoas e coisas. Essa separação constitui a condição mesma de uma parte de nosso sistema de propriedade, de alienação e de troca; de outro modo, nossas civilizações, desde a semítica, a grega e a romana, distinguem entre a obrigação e a prestação não gratuita de um lado, e a dádiva de outro. (MAUSS, 2013 p.84)

Cita, por exemplo, o contrato mais antigo do Direito Romano, o *Nexum*, no qual são regulamentados os penhores dados por ocasião de um contrato, já separados dos contratos coletivos e das antigas dádivas. Outra forma de contrato solene é o *mancipatio*, que apregoa que as coisas eram de duas espécies, distinguia-se entre família e pecúnia, as coisas da casa (gado, escravos) e o gado do campo. Para Mauss as coisas que estariam fora do *mancipatio* são precisamente o gado miúdo dos campos e a pecúnia, isto é, o dinheiro, que derivam de gado e a *res* é sempre marca de propriedade da família. Compreende-se assim que, com as coisas *mancipi*, e a tradição solene do *mancipatio* crie-se um vínculo de direito. Outro caso é o do penhor no Direito alemão:

A civilização germânica **igualmente existiu por muito tempo sem mercados**, permaneceu essencialmente feudal e camponesa, **as palavras e noção preço de compra e venda parecem ser de origem recente**. [...] Mais antigamente desenvolveu o sistema de dádivas. Na medida em que os clãs do interior das tribos e as grandes famílias no interior dos clãs, viviam moral e economicamente fora das esferas fechadas do grupo familiar era sob a forma da dádiva e da aliança, por meio dos penhores e reféns, festins e presentes, que eles se comunicavam e se ajudavam (MAUSS, 2013, p. 104-105, grifos nossos).

Por fim, segundo Mauss, assim como nos direitos mais primitivos há a dádiva e depois a dádiva retribuída, assim também no Direito Romano existe a “colocação à venda” e depois o “pagamento”. O segundo detentor só aceita a coisa isenta de vícios, de vícios mágicos, só aceita porque pode pagar, retribuir compensar, pagar o preço. [...] o *Vendere*.

“Originalmente, *venun-dare*, ela compreende nitidamente o elemento *dare*, a dádiva e transmissão.” Outro termo parece ser o preço. “Foi justamente os romanos e gregos e depois semitas do norte e oeste que inventaram a distinção dos direitos pessoais dos direitos reais, separaram a venda da dádiva e da troca, isolaram a obrigação moral e o contrato.” (MAUSS, 2013, p. 94)

Destacam-se as sugestões práticas que Mauss apresenta nas conclusões do Ensaio e que são importantes para a atualidade. Primeiramente apresentando a importância do Estado, aos moldes e ao nível da nação, como gestor de um “fundo solidário” como o montante de recursos do Estado, gerados pelo trabalhador:

Toda a legislação de **previdência social**, esse socialismo de Estado já realizado, inspira-se no seguinte princípio: o trabalhador deu sua vida e seu trabalho à coletividade, de um lado, a seus patrões, de outro, e, se ele deve colaborar na obra da previdência, os que se beneficiarem de seus serviços não estão quites em relação a ele com o pagamento do salário, o próprio Estado, que representa a comunidade, devendo-lhe, com contribuição dos patrões e dele mesmo, uma certa seguridade em vida, contra o desemprego, a doença, a velhice e a morte. (MAUSS, 2013, p.114, grifos nossos)

Em segundo lugar, apresenta uma responsabilidade dos industriais em realizar também Fundos de ajuda mútua aos trabalhadores, pela qual poder-se-ia justificar as práticas recentes de “responsabilidade social”⁴⁴ ou investimentos do “terceiro setor”⁴⁵. “Costumes recentes e engenhosos, como as **caixas de assistência familiar** que os industriais franceses propuseram livre e vigorosamente, em favor dos operários, responde a essa necessidade de vincular os próprios indivíduos” (MAUSS, 2013, p.114, grifos nossos).

⁴⁴ O enfraquecimento do Estado deixa uma série de demandas sociais desatendidas e que favorece o crescimento do Terceiro Setor e surgimento de inúmeras Organizações Não-Governamentais (ONGs). São ações sociais voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem geração de excedentes econômicos. A partir dos anos 1970 surge um grupo de empresários preocupados com questões éticas. Que chamam de responsabilidade social.

⁴⁵ Rifkin (1995) ao abordar as transformações sociais nos EUA e no Mundo na década de 1990 apresenta como alternativa que Estado e empresas privadas invistam no que chama Terceiro Setor.

E a conclusão válida para a construção de utopias relacionadas à igualdade e à solidariedade é a de que:

Em primeiro lugar [...] que os ricos voltem de maneira livre e obrigatória a se considerar tesoureiros de seus concidadãos (exemplo das civilizações antigas dos banquetes comuns) [...] teremos de remontar a leis desse gênero, é preciso mais preocupação com o indivíduo, sua vida, sua saúde e sua educação, o que é rentável, sua família e o futuro desta, é preciso mais boa-fé, sensibilidade generosidade nos contratos. será preciso que se encontre o meio de **limitar os frutos da especulação e da usura.**

Enfim, que Mauss faz uma distinção entre dois sistemas: o da “troca mercantil”, motivada pelo interesse individual, e o “sistema de dádiva”, pelo interesse coletivo. E que

ainda subsiste no século XXI, do universo primitivo da Dádiva, à parte, práticas de presentear nas festas, não é muito aparente, porque a nossa concepção da Dádiva sofreu modificações ao ser modelada por dois mil anos de cristianismo. Todas as grandes religiões devem ser interpretadas como transformações do sistema arcaico da dádiva, pois agiram para universalizá-la, para radicalizá-la, e para interiorizá-la. (MAUSS, 2013, p.105)

A atualização e recepção de Mauss recentemente, adquiriu destaques com a criação do movimento MAUSS, na Europa, em 1981, como um movimento cultural e intelectual de caráter renovador que expressa as novas ideias que prosperaram nas ciências sociais sobretudo a partir da crise do estruturalismo, em fins dos anos 1970 (MARTINS, 2005, p.59; LECHAT; SCHIOCHET, 2003, p. 85; DOSSE, 2003, p. 162). O movimento tem dois sentidos: um deles, homenagear Marcel Mauss destacando seu lugar na plêiade de autores sociológicos; o outro, divulgar o caráter antiutilitarista da teoria da dádiva e o potencial da mesma para uma crítica sociológica consistente à doutrina neoliberal. Buscando, portanto, demonstrar ser um equívoco a ambição do pensamento utilitarista e econômico de colocar o mercado como variável central na construção da vida social.

Sinteticamente apresentam-se alguns pontos importantes a partir das teses do MAUSS (movimento): i) A sociedade moderna não é regida por uma única lógica (a do mercado), mas por uma pluralidade de lógicas,

assim, nesta perspectiva pode-se entender que enquanto o mercado é regido por um sistema de trocas equivalentes (dar-pagar), o Estado conhece um outro, sistema de reciprocidades (receber-devolver), enquanto a sociedade civil é regida por um sistema de trocas não equivalentes: o dar-receber-retribuir. (Cf. Quadro 2). ii) O mercado tem importância central para a existência da ordem moderna e para a liberdade individual. A crítica a ele não passa pela sua eliminação, mas pela sua regulamentação. iii) A lógica mercantil não pode substituir o Estado e nem as práticas comunitárias e associativas. iv) A invenção do social apenas ocorre a partir da solidariedade entre os indivíduos. v) Para que esse sistema tradicional de trocas interpessoais que funciona adequadamente no plano das sociabilidades primárias (família, vizinhança, amigos, companheiros de empreitadas sociais como mutirões etc.) não apareça como sistemas de reciprocidades⁴⁶ verticais assimétricos (sistema clientelista, por exemplo), inventa-se uma ordem supraindividual e legal que seja obedecida pelos participantes. Nesse sentido, o político aparece como instituição histórica fundamental para que se possa pensar a ideia da democracia solidária (Cf. MARTINS, 2005, p. 59-60; FRANÇA; DZIMIRA, 1999, p. 163-171).

Quadro 2 - As lógicas subjacentes as relações sociais segundo MAUSS

Instituição social	Lógica subjacente às relações sociais (predominante)
Mercado	dar-pagar (preço calculado em moeda)
Estado	receber-devolver
Sociedade	dar-receber-retribuir

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Martins (2005).

Enfim para este estudo dos FRS, a teoria da dádiva, refere-se ao arranjo social no qual coexistem as duas lógicas, a mercantil e de reciprocidade, o que na próxima seção continuará a ser discutidas. “São práticas que formam e tornam as relações sociais mais coesas, criando/aumentando a sociabilidade. Nesse sentido pressupõe-se uma realidade social que coloca em prática a reciprocidade e a solidariedade no conjunto das relações sociais” (FULGENCIO, 2014, p.28). Tal discussão adquire particular importância devido aos FRS serem

uma prática ancestral das comunidades camponesas no Nordeste, baseada na dimensão comunitária da reciprocidade, da dádiva e da moralidade, presentes também nos movimentos associativos. **Os FRS são instrumentos de finanças solidárias**

⁴⁶ Sobre reciprocidade ver a seção 2.3.

direcionados às comunidades que, em tese, praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária, e que decidem (re)investir parte desta em prol da vizinhança. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos **obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade**, do tipo em que o agricultor compartilha água de beber porque “no sertão, água não se nega”, e cria animais nos fundos de pastos, em áreas de pastagens comuns. (GUSSI et al., 2011, p. 78, grifos nossos)

A análise maussiana contribui de certa maneira para o intento de buscar uma compreensão sociológica do significado de solidariedade em práticas como a dos Fundos, aproximando-os de sua concepção de dádiva. Contudo, a partir dela é necessário aprofundar a passagem de sua predominância nas relações sociais e simbólicas na sociedade para relações mercantis nas sociedades modernas sob regência do capitalismo, como será apresentado adiante, uma dentre as múltiplas explicações de como tal mudança de paradigma teria ocorrido ao longo dos últimos séculos.

2.2 O MERCADO TORNA-SE CAPITALISTA

Na perspectiva de estudos teóricos baseados em explicações alternativas e não pautadas em noções que justificam a economia capitalista, Karl Polanyi tem uma importante contribuição. Sua obra mais conhecida é “A Grande Transformação” (1944) que aborda as consequências da passagem histórica das sociedades antigas às sociedades dominadas pelo “sistema de mercado”. De maneira mais direta que Mauss, ele argumenta que as teorias econômicas clássicas liberais, da forma que foram aplicadas, geraram pobreza, fome e romperam os “cem anos de paz mundial” (1814-1914).

O contexto social, político e econômico da análise de Polanyi é influenciado pela ocorrência de duas guerras mundiais e por regimes totalitários de governo, como o Nazismo e Fascismo. Somados a esses fenômenos, de um lado, a economia mundial encontra-se sob os efeitos da grande crise de 1929 e, por outro, adquirem destaque as políticas

econômicas para superá-la, a exemplo do *New Deal*⁴⁷. Nessa época são lançadas as teses econômicas de Keynes⁴⁸ (1935), influenciando tanto a ciência como as políticas econômicas posteriores. A partir do keynesianismo, o Estado passa a ser aceito como um agente fundamental para resolver crises, diferentemente da teoria clássica que é apenas tolerado como um “mal necessário”, pois o protagonismo econômico é confiado ao mercado que se autorregula. Contrariamente, Polanyi aponta que o Estado, de um lado institucionalizou o mercado “competitivo” e, por outro, foi influenciado pelo mesmo mercado.⁴⁹

Para explicar a transformação ocorrida no século XX, Polanyi apresenta quatro “instituições” desenvolvidas até o século XIX e que mantinham a sociedade mundial: o sistema de equilíbrio de poder que impediu guerras prolongadas; o padrão-ouro internacional; o mercado autorregulável; e o Estado liberal, que teria garantido os “cem anos de Paz” (1814-1914) (Cf. POLANYI, 2012, p.3-20).

Uma dessas instituições é a economia de mercado que se autoequilibra pelos preços do mercado e nada além. Um tal sistema capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa, certamente mereceria ser chamado autorregulável. (POLANYI, 2012, p.45)

Para entender as relações entre mercado, economia e sociedade, Polanyi formula o conceito de *embeddedness* (sentido de imbricação ou

⁴⁷ O *New Deal* refere-se a uma série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana e assistir aos prejudicados pela crise de 1929. (cf. SANDRONI, 2004, p.422)

⁴⁸ Keynes, John M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”. O keynesianismo, que iria guiar numerosas políticas públicas dos anos 1950 e 1960. Hayek iria reaparecer e se tornar um novo mestre a se pensar fundador do neoliberalismo contemporâneo. Após uma grande transformação, com o desmoronamento do bloco soviético e, em todo o planeta a ocorrência de privatizações e desregulamentações maciças, o mundo conheceu uma espécie de nova transformação.

⁴⁹ A formação intelectual de Polanyi ocorre no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Segundo Cangiani (2005, p. 16) “época em que as ciências sociais, por um lado, renunciam as seguranças do positivismo e do evolucionismo, por outro, colocam (novamente após Marx) o problema do capitalismo como forma específica de organização da sociedade”.

entrelaçamento)⁵⁰, o qual busca mostrar a impossibilidade de separar a economia de outras atividades sociais.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seus interesses individuais na posse de bens materiais, ele age para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. (POLANYI, 2012, p.48)

No caso das sociedades tribais, o interesse econômico, é raramente predominante, e

a manutenção de laços sociais é crucial. Primeiro porque infringindo o código estabelecido de honra e generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber. [...] O prêmio estipulado pela generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestígio social (POLANYI, 2012, p. 49)

Como se garante a ordem econômica, a produção e a distribuição de bens nessas sociedades? Para respondê-la, ele retoma os estudos dos ilhéus de Trobriand, da Melanésia Ocidental, ao tratar do sistema mercantil *kula*, no qual as sociedades não modernas garantiam os meios materiais para a satisfação das necessidades através de duas formas econômicas básicas: reciprocidade e redistribuição. "O circuito *Kula*, da Melanésia ocidental, era baseado no princípio da reciprocidade, é uma das mais complexas transações comerciais já conhecidas pelo homem; e a redistribuição esteve presente, em escala gigantesca, na civilização das pirâmides [*exemplo do Estado egípcio*]" (POLANYI, 2012, p.65).

Segundo Polanyi (2012, p.57), até o período feudal, a ordem na produção e distribuição era garantida pela aplicação de três princípios: reciprocidade, redistribuição e o intercâmbio. A troca (base que estrutura os mercados) era subordinada a um ou dois outros princípios. Havia a economia doméstica de formas mais isoladas. (Cf. Quadro 3)

⁵⁰ Esse conceito será recuperado pelos autores da Nova Sociologia Econômica a partir de Granoveter (1985)

Quadro 3 - Formas de integração econômica em Polanyi

Formas de integração econômica	Instituição	Estruturas
Reciprocidade	Simetria	Sociedade
Redistribuição	Centralidade	Estado
Intercâmbio	Troca	Mercado
Domesticidade (<i>Oikos</i>)	Autarquia	Família, grupo, autossuficientes

Fonte: Polanyi (2012) e Barbosa (2012). Elaborado pelo autor.

Segundo a própria explicação de Polanyi (2012, p.57.)

Todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa ocidental, foram organizados segundo os princípios da **reciprocidade, redistribuição ou domesticidade**, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção era ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente (grifos nossos).

Essas três formas de integração coexistem em quase todas as sociedades, não de maneira igual, pois uma delas acaba se sobrepondo sobre as demais. Elas são partes constitutivas de quase todos os sistemas econômicos, antes e depois da sociedade dominada pelos mercados no mundo ocidental, sob o capitalismo.

Para compreender essa relação, Polanyi (2012, p. 73) explica deste modo:

Como regra, o sistema econômico era absorvido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre era compatível com ele. **O princípio da permuta ou troca** subjacente a esse padrão não revelava qualquer tendência **de expandir-se às expensas do resto do sistema**. Mesmo quando os mercados se desenvolveram muito, como ocorreu sob o sistema mercantil, eles tiveram que lutar sob o controle de uma administração centralizada que patrocinava a

autarquia tanto no ambiente doméstico do campesinato como em relação à vida nacional. (grifos nossos)

Tal compreensão se traduziu na noção de que os fenômenos econômicos se encontram submersos (*embeddedness*) no **todo social** do qual fazem parte. O ponto central da argumentação de Polanyi é que o estabelecimento de um sistema de mercado autorregulável foi uma tentativa utópica do liberalismo, pois sua concretização não seria possível sem a destruição da organização social existente.

A partir das três formas de integração econômica nas sociedades presentes até a sociedade medieval, o mercado está presente, porém regulado pela sociedade ou Estado e exerce um papel secundário. Na Europa Ocidental esses princípios foram se modificando quando o mercantilismo avança seu poder de influência, integrando-se, a partir do comércio interno (nacional) para o comércio exterior.

Quanto mais complicada se tornou a produção industrial, mais numerosos passaram a ser os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento. Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro. Numa sociedade comercial esse fornecimento só podia ser organizado de uma forma: tornando-os disponíveis à compra. Agora eles tinham que ser organizados para a venda no mercado - em outras palavras, como mercadorias. (POLANYI, 2012, p.81)

A grande inversão (transformação) na ordem tradicional aconteceu com o surgimento da ideia de mercado autorregulável, ou seja, os princípios anteriores foram substituídos pelo princípio da permuta ou troca como o mais importante, cujo padrão subjacente era o de mercado. Enquanto o mercantilismo unificou condições já existentes, a economia de mercado exigiu condições ainda não existentes, que tiveram que ser criadas. As principais eram a transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias, disponíveis para compra e venda.

Dessa maneira, Polanyi (2012, p. 78-79) explica porque no seu entendimento essas três coisas (ou recursos) não podem ser entendidas como mercadorias:

o **trabalho** é o outro nome para a atividade humana que vai unida própria vida, que, por sua vez, não é produzida para a venda [...]; nem pode esta atividade ser separada do resto da vida [...] A **terra**

é o outro nome da natureza que não pode ser produzida pelo homem e, por fim, o **dinheiro** é só um símbolo do poder de compra que não se produz, que surge do mecanismo dos bancos e das finanças estatais [...] Nenhum deste elementos se produz para a venda. [...] Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no **desmoronamento da sociedade**. (grifos nossos.)

Polanyi mostra o papel da *haute finance* como elo principal entre a organização econômica e política do mundo, entendido como mercadoria, “autorregulado” pelos princípios do mercado tornam-se gerador de crises sociais. Pois,

o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é **inteiramente fictícia**. Não obstante, é com a ajuda dessa ficção que são organizados os mercados reais do trabalho, da terra e do dinheiro (2012, p. 79, grifos nossos)

O adjetivo fictício leva a pensar como se elas fossem mercadorias, mas, de fato, nenhuma sociedade pode funcionar e jamais funcionou duradouramente dessa maneira (POLANYI, 2012, p.74-82; SERVET, 2005, p.08). Dessa maneira, outro viés da crítica polinyiana é o de apontar que o processo de mercantilização das condições de vida da sociedade e do indivíduo não era natural. (BELUZZO, 2005, p.24; LISBOA 2007, p 17, BARBOSA, 2012, p 67)

Nesse sentido diferencia-se da perspectiva weberiana, que o dinheiro é a “forma mais racional” e por esta “racionalidade” pertencente à modernidade⁵¹: “O dinheiro é a forma mais perfeita que existe de cálculo econômico, e também o meio mais racional que existe de orientar a ação econômica” (WEBER, 2012, p. 53).

A partir do acima exposto, a noção de reciprocidade apresentada por Polanyi pode ser interligada com a teoria da Dádiva, como o faz

⁵¹ Uma discussão que merece maior aprofundamento distinguindo entre racionalismo moderno e racionalismo ocidental. Ver em Sell (2013, p. 256-276).

Dominique Temple (apud SABOURIN 2009, p.56) apresentando a distinção de dois tipos de sociedades: uma baseada na troca (sociedade de mercado) e outra na reciprocidade (simetria):

a troca é motivada pelo interesse que se dá às coisas por elas mesmas ou por seu valor simbólico [...] feudatária do acúmulo e da posse. Reciprocidade envolve preocupações pelo outro, ou seja, valores afetivos, como a paz, amizade, a confiança, e ajuda mútua. A troca utiliza estes valores humanos para fazer a economia da violência. [...] Na realidade, a troca inverte o movimento da reciprocidade, pois ao invés de visar o bem do outro, busca satisfazer o interesse próprio.

Complementando o argumento, Servet (apud CANGIANI et al., 2005, p. 08) acrescenta que o fundamento essencial da economia de mercado é a propriedade privada e o princípio de concorrência e seus fundamentos estão no “interesse do indivíduo” de acordo com boa parte dos economistas liberais, sendo que a busca do lucro máximo é o motor de todo progresso. Polanyi chamou de moinho satânico às engrenagens da economia capitalista insaciáveis em seu apetite de acumular riqueza abstrata e triturar as condições da vida dos indivíduos concretos. Crítica que serve para entender as mudanças e crises no sistema capitalista recentes.

Polanyi, de modo geral, concebe a sociedade como uma realidade abrangente na qual estão inseridas três realidades interligadas: o Estado, o sistema econômico (ou a economia) e o mercado. Em “A Grande Transformação” demonstra que essa relação foi se convertendo em uma “sociedade de mercado”, ou seja, subordinando a seus mecanismos o Estado, o sistema econômico e a sociedade (Cf. Quadro 3). Polanyi desenvolve dessa forma a crítica aos pressupostos teóricos dos economistas liberais onde “uma economia de mercado que só possa existir numa sociedade de mercado”, a utopia do mercado autorregulável de maneira natural ou naturalizada⁵².

⁵² Segundo Delfim Netto “na economia de mercado, a coordenação é mais ou menos resolvida pelos preços relativos que nela se estabelecem. Para calculá-los sem os mercados, não bastam computadores. Seria preciso o *intellectus angelicus*, propriedade que nenhum miserável burocrata ateu há de possuir. [...] Afinal, depois de Smith, Marx, Keynes, Polanyi e Braudel, é quase impossível que alguém ainda acredite que a autorregulação dos mercados, é uma manifestação das leis da natureza... Disponível em:

Após a Segunda Guerra Mundial, o fortalecimento dos Estados protetores nos países industrializados lhe dava razão. Mas hoje, 60 anos após a publicação de seu livro, a transformação universal resultante da globalização liberal é o oposto do que ele esperava, a ponto da crítica da sociedade de mercado, feita por Polanyi, se justificar. (Cf. CANGIANI et al., 2005, p.03)

A abordagem polanyiana, segundo Lisboa (2007, p. 22), aponta para a “necessidade de estabelecer um controle social sobre o mercado. Neste sentido, aparecem diversos contramovimentos de proteção social que lutam para situar a terra, o trabalho, e a moeda fora da ação da lei do valor”. Em síntese, o autor pontua que essa teoria colabora para uma progressiva “desmercantilização” da terra proposta pelos movimentos ecológicos e pela Economia Ecológica. A redução da condição de mercadoria do Trabalho, na qual o trabalho se emancipa da dominação do capital por meio da Economia Solidária e de conferir ao dinheiro aquilo que ele realmente é: um título de participação e poder de comando sobre a riqueza social.

Em suma, Polanyi relativiza a economia como processo instituído, apresentando o mercado como realidade teórica e histórica, **construído socialmente**, em outras palavras, argumenta-se que a originalidade de sua contribuição está na desconstrução da “naturalidade” do mercado proposta pelos liberais. Como fruto de um processo de mercantilização, sob o capitalismo, processo que se afigura um “moinho satânico”, porque corresponde aos mecanismos implacáveis do mercado, moendo a vida das vítimas inevitáveis, em seu afã de acumular riqueza abstrata.

Nesse processo de “desmercantilização”, infere-se a contribuição relevante da análise polanyiana para compreensão dos FRS, embora neles se manifeste um processo dialético de aceitação de determinadas regras do mercado e não de outras. Como será tratado nos três últimos capítulos desse trabalho, os FRS são uma das formas de resistência ao poder do mercado financeiro e, por outro lado, são os “espaços vazios” em que as relações de troca capitalista não chegaram com intensidade. Adiante, nos capítulos que tratam diretamente dos FRS, retoma-se essas discussões, quando será abordado o uso do Dinheiro a partir de princípios “não-mercantis”, principalmente quando se verá tanto as conquistas como as dificuldades reveladas. Também será aprofundado o que significa a solidariedade na interrelação dialética dessas lógicas: a reciprocidade, a centralidade, a autarquia (autogestão) e a troca (do mercado capitalista).

2.3 A RECIPROCIDADE: UMA LÓGICA RACIONAL DA SOLIDARIEDADE

Esta seção desdobra um dos elementos presentes na Dádiva (Mauss) e na discussão de Polanyi, a Reciprocidade, dando sequência às abordagens teóricas na compreensão alternativa de finanças, ou seja, para além das teorias econômicas e monetárias. Parte-se da premissa que “a solidariedade se realiza pela reciprocidade” (CASTEL apud SABOURIN, 2008, p.02). “O princípio da reciprocidade é uma teorização no campo da economia social e da socioantropologia” (SABOURIN, 2011, p. 25). Em outras palavras, a teoria da “reciprocidade” revela-se uma forma de compreensão mais aproximada do que se entende por solidariedade nas experiências de finanças alternativas no Brasil, a exemplo dos FRS. Torna-se, portanto, fundamental para compreender as relações teóricas e sociais entre economia e solidariedade.

O conceito de reciprocidade deriva da descoberta da dádiva nas sociedades primevas, como revela o “Ensaio sobre a Dádiva” de Mauss, tratado anteriormente. Ele coloca a dádiva como uma forma originária da troca mercantil e o demonstra, igualmente, através da formulação da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Sabourin (2011, p.26) apresenta, em sua discussão, a reciprocidade e a troca mercantil como distintas uma da outra e sua discussão desenvolve-se a partir de autores mais recentes que interpretam a dádiva e “os fundamentos da teoria da reciprocidade”⁵³. Como percebemos na seção anterior, esta é uma tendência de Polanyi, situando a reciprocidade como princípio diferente das sociedades em que o mercado não era predominante.

Sabourin (2011, p.30-31) apresenta a teoria da reciprocidade em **quatro elementos**:

O primeiro, a reciprocidade constitui, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, mas um princípio econômico oposto. [...] O **segundo** elemento é que a reciprocidade pode assumir várias formas. A antropologia consagrou apenas a reciprocidade das dádivas:

⁵³ Segundo Sabourin (2011, p.26) “na base da teoria da reciprocidade, encontramos os autores pioneiros que permitiram reconhecer a validade e a universalidade das relações de reciprocidade nas civilizações e na história. Eles evidenciaram, também, o caráter estruturante desse princípio de reciprocidade, inclusive nas nossas sociedades contemporâneas. Refiro-me, em primeiro lugar, aos trabalhos fundadores de Simmel, Mauss, Lévi-Strauss, Polanyi e Gouldner.”

oferendas, partilhas, prestações totais, *potlatch*, a forma positiva. Há, porém, uma forma de reciprocidade negativa: a vingança, o sacrifício. Em **terceiro** lugar, as relações de reciprocidade estruturadas sob uma forma simétrica são aquelas que geram valores afetivos e éticos. A reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. O **quarto** elemento da teoria remete aos diferentes níveis do princípio de reciprocidade e aos modos que lhe são específicos. Existem três planos ou níveis de reciprocidade: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações). (grifos nossos)

Temple e Chabal (apud SABOURIN, 2009, p.60), demonstram que o princípio da reciprocidade são estruturas que regeram a vida de povos inteiros, de civilizações, e que é possível regular a vida mais moderna em muitos de seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Para melhor compreensão do tema, divide-se esta seção em dois itens. Primeiro, descrevemos os principais tipos de reciprocidade presentes nas sociedades atuais e, no segundo, abordamos como compreender as relações com as estruturas de mercado.

2.3.1 As estruturas elementares da reciprocidade

A reciprocidade, abordada na sociologia e antropologia, é composta de vários tipos e produz efeitos diferenciados nas estruturas da sociedade e nas relações sociais. Temple (1998) sistematizou as estruturas elementares de reciprocidade identificando os valores humanos que elas ajudam a produzir ou a reproduzir. A organização da produção e da reprodução social nas sociedades rurais contemporâneas oferece exemplos característicos dessas relações de reciprocidade estruturadas. Chabal (2005) inicia a descrição da reciprocidade a partir de algo vital a todos os seres humanos: o ato de comer.⁵⁴ “No entanto, este ato vital é humanizado assim que é partilhada a refeição. Podemos chamar o valor

⁵⁴ Original: “*On peut appeler convivialité la valeur produite par le partage du repas. Le repas en commun engendre de la convivialité entre les convives.*”

utilidade produzida pela partilha comum gera convivialidade entre os convidados”⁵⁵

Figura 3 - Representação esquematizada de algumas estruturas de reciprocidade

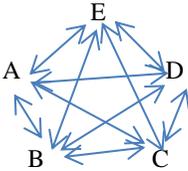
a) Reciprocidade binária simétrica: $A \leftrightarrow B$ (cara a cara) A/B ou B/A
Aplicada a grupos: ABCDE \leftrightarrow FGHIJ

Reciprocidade binária assimétrica $A \leftarrow \mid \Rightarrow B$ (a morada por exemplo)

b) Reciprocidade ternária unilateral $A \rightarrow B \rightarrow C$ (entre gerações)

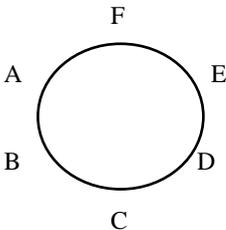
Reciprocidade ternária bilateral $A \leftrightarrow B \leftrightarrow C$

c) Reciprocidade em estrela



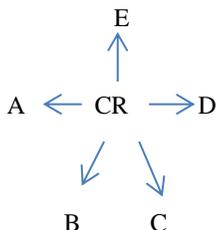
d) Partilha:

ABCDEF/ABCDEF



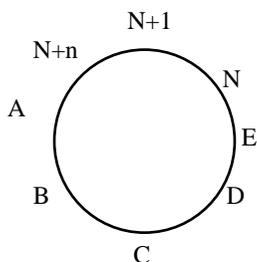
⁵⁵ Original: “Pourtant cet acte vital est humanisé dès qu’il est partagé : c’est le repas.. On peut appeler convivialité la valeur produite par le partage du repas. Le repas en commun engendre de la convivialité entre les convives”.

e) Reciprocidade centralizada



f) Reciprocidade Generalizada

(mercado da reciprocidade)



Fonte: Sabourin (2009, p.58).

O primeiro tipo de reciprocidade se divide em simétrica e assimétrica (vide Figura 3), com a seguinte explicação:

Essa simetria da reciprocidade não envolve necessariamente a igualdade de distribuição das dádivas, mas envolve a **justiça**, ou seja, uma redistribuição em função dos méritos de cada um. [...] A forma de reciprocidade que produz os valores éticos é a reciprocidade simétrica. Mas os valores podem também ser produzidos por relações de reciprocidade desigual, ficam cativos no imaginário: Ex.: a realeza, as divindades ou o Estado com sua burocracia. (SABOURIN, 2009, p.62)

A seguir descrevemos esquematicamente os tipos de reciprocidade (CF.Figura 03):

a) A estrutura da reciprocidade binária simétrica, conforme Chabal (2005), diz respeito às relações de aliança (como, por exemplo, o

casamento e o compadrio) entre indivíduos, famílias ou grupos (“cara-a-cara”), as quais geram amizade. Já a “recíproca binária assimétrica” pauta-se pelo objetivo de aumentar o prestígio do doador e a submissão do donatário.

b) Na reciprocidade ternária as estruturas ternárias envolvem, pelo menos, três partes em uma relação social. A reciprocidade ternária pode ser **unilateral**: é o caso da transmissão entre gerações – transmissão de saberes (educação, iniciação, aprendizagem) ou de patrimônio (dotações de terras ou animais, enxoval, heranças). Por exemplo, na relação entre pais e filhos tem como efeito produzido o valor de responsabilidade. Quando a reciprocidade ternária é **bilateral** as prestações circulam nos dois sentidos. Há um compartilhamento de recursos comuns e são gerados valores a justiça e a confiança.

c) A reciprocidade em forma de estrela é aquela situação quando são mobilizadas todas as famílias da comunidade para assumir responsabilidades específicas, por exemplo, a escola, o salão comunitário ou a construção coletiva de uma cisterna. Nessa estrutura, as relações produzem amizade e confiança entre seus membros, quem não participa delas perde prestígio e honra. Na região do Nordeste brasileiro, “o manejo de estruturas coletivas envolvia tradicionalmente os pastos coletivos e os pontos de água. Tal estrutura assume plenamente o desenho das relações em forma de estrela para o caso da repartição e do revezamento das famílias para assumir cargos comunitários” (SABOURIN, 2009, p.68)

d) A Partilha é estrutura descrita por Chabal (2005) da seguinte forma:

Em comparação com cara-a-cara normal (que une dois termos diferentes) foi na partilha (que reúne tudo em todos, portanto, um conjunto em si) há um forte senso de comunidade, de pertencer a um grupo. A união é o que busca produzir partilha. A palavra expressa esse “nós”. O lema é um por todos e todos por um.” Esta é a ideia de totalidade que domina. O produto geralmente compartilhando, o sentimento de ser de uma comunidade (para melhor e para pior), um todo. **“Solidariedade” expressa bem isto** (Tradução e grifos nossos.)

Uma aplicação concreta dessa estrutura de compartilhamento é particularmente verificada no “caso do manejo dos bens em propriedade comum: gestão de recursos naturais (terras, pastagens, floresta, água) ou de equipamentos coletivos (sistemas de irrigação, equipamentos ou máquinas agrícolas)” (SABOURIN, 2011, p.35). Em boa medida a maioria

dos FRS Comunitários regem-se por esses princípios subjacentes, contudo as estruturas de reciprocidade do tipo estrela representam um grau ideal de sociabilidade e confiança maior onde todos se conhecem como em comunidades constituídas por parentesco próximo, comunidades com poucos membros ou em sociedades tribais.

e) Na estrutura de recursos centralizada, “as prestações e as decisões são distribuídas por um centro de redistribuição (o chefe, o patriarca, o rei, o Estado ou líder religiosos) torna-se obrigação a obediência a um centro de redistribuição” (SABOURIN, 2009, p. 59)

f) Já no mercado da reciprocidade se dão relações mais complexas e que abrangem um território maior, como estado ou país, aproximando-se dos mercados financeiros, por exemplo.

Essas classificações ajudam a compreender a passagem do predomínio da “lógica da reciprocidade” para a “lógica da troca” nas sociedades ao longo da história da humanidade. Dito de outra forma,

o apagar histórico da reciprocidade frente ao desenvolvimento do individualismo e do liberalismo, provém da passagem de uma cultura original, onde a reciprocidade era dominante ou equivalente às lógicas de troca, para uma verdadeira “privatização da dádiva”. O valor da responsabilidade teria se apagado para dar lugar a relações de troca e de interesse, assim como para uma relação de propriedade estrita. (SABOURIN, 2011, p.32)

Para retirar a reciprocidade de uma esfera privada das relações humanas, Temple (2003 apud QUISPE, 2012, p.168) propõe uma opção política para integrar uma proposta de economia mais humana: tornar a reciprocidade generalizada. Se o acúmulo dos bens e dos meios de produção é fonte de poder no mercado capitalista, isso se dá pela “produção para acumular” (maximizar lucros). Por outro lado, pelo princípio da reciprocidade é possível “produzir para partilhar”, ou seja, para assegurar as necessidades elementares “dos outros” ou da coletividade.

A lógica da reciprocidade pode constituir um motor da produção – e de uma produção de excedentes – tão poderoso como aquele da lógica da troca para a acumulação do lucro. Contudo, as relações de reciprocidade geram valores humanos que garantem modos de regulação capazes de estabelecer justiça e contrapoderes, podendo limitar

os excessos, assim como foram propostas modalidades de regulação dos excessos do livre mercado. (SABOURIN, 2011, p.32)

Para um entendimento esquemático dessas estruturas de reciprocidades propõe-se uma distinção entre sociabilidades primárias e secundárias. Como a apresenta Alain Caillé (2002 apud MARTINS, 2005, p.56) uma tendência da sociedade moderna a provocar uma separação crescente de tipos de sociabilidades:

O primeiro é o das **sociabilidades primárias**, no qual as relações entre as pessoas são mais importantes que os papéis funcionais por elas desenvolvidos na sociedade. Trata-se, por exemplo, do registro da família, dos parentes, dos amigos e dos vizinhos. [...] No registro das **sociabilidades secundárias**, ao contrário, como são exemplos aquelas do mercado, do Estado e da ciência, a funcionalidade das práticas sociais vale mais que as personalidades e subjetividades dos atores presentes.

No primeiro tipo podem ser situadas as estruturas binárias e ternárias (letra a e b da figura 2). No segundo tipo, caberiam a “reciprocidade generalizada” (letra f) e também a centralizada (letra e). E na zona intermediária entre as duas, estariam as outras variadas formas: a estrela, partilha e mesmo a centralizada que estariam em ambientes de relações como uma comunidade. É nesses tipos de estruturas de reciprocidade que se pode entender as organizações dos FRS, tanto em seus aspectos positivos (partilha) ou negativos (centralização) ou, ainda, seu crescimento e arrefecimento como experiência solidária no uso de recursos comuns como as finanças.

De fato, sem estruturas de reciprocidade ternária, não há responsabilidade da humanidade em relação ao bem comum, ao meio-ambiente ou perante às futuras gerações. Contudo, esta responsabilidade, de acordo com Temple, significa saber que “dividir” está na base de toda e qualquer comunidade. (SABOURIN, 2011, p.33)

Contanto que a sensação de ser um todo é produzido pela reciprocidade, não é necessário que cada um perca a sua personalidade: identidade e diferença são necessários para produzir a consciência. Se tudo é homogeneizado, não há mais reciprocidade, **autêntica solidariedade**, e consciência verdadeira. O outro grande perigo de

partilha é o fechamento do círculo: partilha e mutualidade ao interior, e reciprocidade negativa ao exterior, ou mesmo trocar para fora, ou seja, sair da reciprocidade. (CHABAL, 2005, tradução e grifos nossos)⁵⁶

Dessa forma, infere-se que as atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse material individual. Muitas delas incluem também a preocupação com a satisfação das necessidades dos outros (do coletivo, do comunitário), e do social, com a manutenção do laço social. Sabourin (2011, p.34) lembra que nas sociedades rurais, trata-se da permanência de diversas formas de ajuda mútua agrícola e de associativismo ou das formas de manejo compartilhado de recursos naturais (águas, pastagens, terras, florestas, reservas extrativistas ou biodiversidade) e de bens em propriedade comum (infraestruturas ou equipamentos coletivos).

Segundo a teoria da reciprocidade há produção de valores sociais e simbólicos. A forma de reciprocidade que gera valores éticos é a reciprocidade simétrica (ou equilibrada), mas os valores podem ser produzidos também por meio de **relações de reciprocidade desigual**. Por exemplo, o caso da ajuda agrícola nas terras do senhor ou do chefe. Os valores ficam, então, presos ao imaginário que traduz essa desigualdade: a realeza (o príncipe, os nobres e os servos ou escravos), a divindade (as religiões e os seus sacerdotes etc.) ou o Estado com a sua burocracia e a sua tecnocracia (SABOURIN, 2011, p.36).

Como será tratado adiante, os FRS e as Finanças solidárias buscam praticar esses valores e princípios da reciprocidade simétrica. Porém não estão em “estado puro” porque a dádiva e a reciprocidade são construções sociais, reais e simbólicas, com avanços e recuos dialéticos. São experiências elaboradas e reelaboradas nas relações sociais, econômicas culturais de forma dialética. Há casos que as relações solidárias vão enfraquecendo e desaparecendo enquanto uma experiência coletiva e alternativa.

⁵⁶ No original: “*Tant que le sentiment d'être un tout est produit par la réciprocité, il n'y a pas lieu que chacun perde sa personnalité : identité et différence sont nécessaires pour produire la conscience. Si en revanche le tout sombre dans l'homogène, il n'y a plus de réciprocité, plus de solidarité authentique, plus de véritable conscience. L'autre grand danger du partage est la clôture du cercle : partage et mutualité à l'intérieur, réciprocité négative à l'extérieur, ou bien même échange à l'extérieur, c'est-à-dire sortie de la réciprocité.*”

Neste sentido Sabourin (2009), nos seus estudos sobre a agricultura camponesa no Brasil, apresenta os casos **de ajuda mútua e ação coletiva** no meio rural como exemplo de vivência de reciprocidade, isto é, experiências originárias fora das relações mercantis e atualmente isoladas, modificadas ou condicionadas pelo domínio do sistema de trocas do mercado capitalista. E aponta que a ajuda mútua não gera apenas valores humanos éticos e/ou subjetivos, mas também condições melhores de vida de ponto de vista material e econômico inclusive.

Nos dispositivos de gestão partilhada dos recursos naturais, as relações de compartilhamento contribuem para produzir sentimentos de pertencimento, mas também de confiança e respeito. Trata-se de valores produzidos pela relação de compartilhamento, que permitem, inclusive, em condições de renda precária, conservar e reproduzir esses bens comuns.

Tal discussão é importante pois contribui para entender a gestão coletiva dos FRS como instrumentos de consolidação das relações comunitárias e solidárias.

O sentimento de pertencer a um todo é muito forte e aparece de forma espontânea na maioria dos depoimentos de camponeses, associado a uma noção de unidade, de solidariedade, de força e de vida do ser coletivo ou comunitário. (SABOURIN, 2011, p.38, grifos nossos)

Abordou-se que a solidariedade é um processo dialético e socialmente compreendida que perpassa desde as relações mais simples até as mais complexas, atingindo a sociedade inteira. São relações que produzem efeitos e valores éticos diversificados no sentido positivo (a justiça, a igualdade) ou negativo (a desigualdade, a centralização de poder). Adiante adentra-se mais nas mencionadas relações separando de forma didática os sistemas da troca mercantil e da reciprocidade.

2.3.2 As articulações entre sistema mercado capitalista e da reciprocidade

De maneira breve, convém discorrer sobre a relação entre o sistema da troca (mercado) e da reciprocidade. No fundo busca-se através deste debate distinguir elementos socioantropológicos, os quais estão na base dessas experiências, procurando juntar elementos comumente considerados opostos: economia e solidariedade, finanças e reciprocidade, mercado e justiça, etc.

Um dos desafios da Economia Solidária, e também de suas bases teóricas, situa-se na questão da articulação entre o empreendimento econômico solidário, cuja regulação é dominada pela lógica de reciprocidade (internamente), e o mercado capitalista, regulado pela lógica da troca (concorrência para a acumulação privada) de que necessita para vender seus produtos (externamente)⁵⁷ (SABOURIN, 2011, p.43). Como Singer (2002, p.114) expõe, há o risco de desaparecimento se a economia solidária “for apenas uma resposta às contradições do capitalismo seu crescimento poderá se desacelerar no futuro e ela não passará de uma forma complementar da economia capitalista”.

Em boa medida essa dificuldade também se faz presente nas comunidades e nas organizações camponesas que se situam na interface entre o mundo da troca e aquele da reciprocidade. “A noção de **sistemas mistos** aplica-se às situações onde relações de reciprocidade e de troca coexistem, o que corresponde à maioria dos casos nas sociedades contemporâneas, inclusive no meio rural dos países do Sul” (SABOURIN, 2011, p.40, grifos nosso)

Em que pese tais dificuldades, “as relações e estruturas de reciprocidade têm conseguido, mesmo se ignoradas ou mascaradas, e apesar da dominação do sistema de intercâmbio capitalista, assegurar a sobrevivência material da maioria das populações rurais e, sobretudo, a manter nas nossas sociedades, com um mínimo de valores éticos” (SABOURIN, 2006, p.15)

Sabourin (2009, p.75) considera duas instituições estruturantes “positivas” da reciprocidade: a ajuda mútua e o manejo de recursos comuns no meio camponês, como os “pastos comuns”, os manejos de água, os projetos de desenvolvimento. Estaria aí uma explicação dos motivos pelos quais os FRS, principalmente comunitários, predominam no Nordeste brasileiro e estão mais presentes no ambiente rural. Apresentam como este processo é dinâmico, contraditório e disruptivo

As regras de uso foram abaladas muitas vezes pelas intervenções externas em termos de infraestruturas hídricas e manejo de água. As doações feitas em favor da coletividade que não se inscrevem nas

⁵⁷ Coraggio e Kraychete (In: KRAYCHETE; AGUIAR, 2007, P. 32-99) argumentam que sustentabilidade dos Empreendimentos Solidários depende da comercialização como inserção no mercado hegemonicamente capitalista, porém há aspectos políticos e sociais e dimensão de Utopia pode ser um ingrediente para superar sua descaracterização enquanto alternativa econômica.

lógicas das estruturas de reciprocidade se tornam difíceis de administrar pelos camponeses. [...] com a atuação da Igreja e do Estado a partir dos anos 1970 e 1980 multiplicaram-se poços, bombas cisternas, barragens e sistemas de irrigação [...] Com a distribuição clientelista de cisternas e barragens públicas, o rigor e a motivação costuma ser menores.

Para Temple as estruturas de reciprocidade são estruturas econômicas e produzem valores de uso e valores humanos: a amizade entre próximos, a responsabilidade entre gerações e perante os recursos naturais, a justiça e a equidade nos modos de redistribuição (SABOURIN, 2006, p.14)

Em síntese, a característica comum dessas diversas transações e prestações econômicas é não submissão às regras do intercâmbio capitalista. Primeiro, essas prestações são caracterizadas como relações econômicas e não apenas sociais. Segundo, os resultados confirmam a validade atual das categorias da reciprocidade e da redistribuição propostas por Polanyi, juntamente com a de intercâmbio. Os estudos mostram que, nas sociedades rurais contemporâneas, essas categoriais coexistem em situações que podem ser qualificadas como mistas ou de híbridas. “Essa coexistência gera complementaridades ou oposições, no mínimo tensões, entre as lógicas sociais e políticas associadas aos diversos sistemas econômicos” (SABOURIN, 2006 p.09).

As abordagens teóricas apontadas colocam a solidariedade para além das lógicas do “mercado” e propõem um novo tipo de sociabilidade, em que as inúmeras experiências econômicas adjetivadas de solidárias estão sendo construídas, atualizadas ou resignificadas. Adiante discute-se que a sociabilidade gerada pela solidariedade, dádiosa e recíproca, é incompleta se não estiver baseada em um projeto, perpassado por Utopias emancipadoras da humanidade

2.4 A SOLIDARIEDADE NO HORIZONTE DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E HUMANA

O conceito de emancipação⁵⁸ complementa o tema situando a solidariedade presente nas experiências de Economia Solidária noutro

⁵⁸ Expressão emancipação pode ser identificado por outros termos como autonomia, autogestão, libertação. Tem-se utilizado também empoderamento principalmente pelo microcrédito. Tal conceito aproxima-se ou pode se confundir

patamar. Como práticas que visam a superação de práticas assistencialistas ou caritativas presentes na sociedade; e em determinadas políticas sociais ou determinados programas de “responsabilidade social” que, afinal, funcionam como *marketing* empresarial, ou seja, práticas que mais reproduzem as relações de dependência ou dominação.

A compreensão de “emancipação política e humana” é discutida em Marx, em “Sobre a Questão Judaica” (1843), na fase inicial de sua produção teórica. Nesse artigo, Marx já apresenta as relações paradoxais entre o poder do Dinheiro (Finança ou capital financeiro em Hilferding), a emancipação política nos limites do Estado burguês (capitalista) e a construção da emancipação humana (EH). Nele está presente, ainda que de maneira insipiente a discussão que irá desenvolver nas obras posteriores como nos “*Grundrisse*”, na “Crítica a Economia Política” e mais elaborada em “O Capital”. No entanto, ainda não estava claro seu projeto intelectual como ele descreve posteriormente⁵⁹. O conceito de emancipação diretamente acaba sendo tratado de maneira secundária em seus escritos, porém nunca deixou de ser o “pano de fundo” ou projeto que perpassou toda a discussão teórica marxista posterior.

Nesse artigo Marx não estava apenas “refutando as teses de Bruno Bauer acerca do direito do povo judeu à liberdade religiosa, mas acima de tudo, afirmando este direito e ao mesmo tempo assinalado seu limite histórico” (LESSA, 2007, p.36). Marx apresenta a construção do Estado na sociedade burguesa como emancipação política da humanidade, em contraposição à emancipação humana.

Emancipação Política (EP) não se restringe à superação do feudalismo, mas é também a superação de algumas características fundamentais dos modos de produção pré-capitalistas, como “feudalismo”.

com a visão liberal que através da renda se empodera os pobres ou “desenvolvimento como ampliação da liberdade individual (SEN, 2000, p.16-26, 121-132; REGO;PINZANI, 2013, p. 69-84)

⁵⁹ No prefácio da “Contribuição a Crítica da Economia Política”, Marx (2008, p. 45-46) apresenta o plano de sua obra: “Examino o sistema da economia burguesa na seguinte ordem: capital, propriedade, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial... as três grandes classes nas quais se divide a sociedade burguesa. A primeira seção do primeiro livro, que trata o capital, se compõe os seguintes capítulos: a mercadoria; o dinheiro ou a circulação simples; o capital em geral. Os dois formam o presente neste volume.” (p. 45) Além disso, explica que começou a estudar economia política desafiado pelos assuntos da revista “Gazeta Renana” e apresenta um resumo de sua trajetória desde aquele período (1844)

A feudalidade foi superada entre 1776 e 1830 pelo conjunto das transformações históricas balizado pela revolução industrial e pela revolução francesa. A articulação entre indivíduo e comunidade, vida cotidiana e Estado e indivíduo e Estado, o indivíduo só pode existir pela comunidade/classe que nasceu será destruído e substituída pela nova relação capitalista. (LESSA, 2007, p.37)

A sociedade burguesa reconhece que o indivíduo possui direitos e o Estado garante esses mesmos direitos, dentre eles a liberdade, a religião e a propriedade privada. Naquele contexto histórico “com a emancipação política as forças produtivas se libertam dos entraves da ‘feudalidade’ pela constituição de uma sociabilidade cujo deus é o ‘dinheiro’ (LESSA, 2007, p.48)

A EP é a conquista de um patamar de liberdade que se dá, por necessidade histórica, “por meio do Estado” é este o máximo que pode fazer, é regular a propriedade privada, a exploração do homem pelo homem, e nunca superar a ambos. Desse modo com a emancipação política, como Lessa (2007, 39) sintetiza que

o dinheiro se tornou a essência do trabalho e da existência humana [...] o dinheiro assume a função social de essência humana [...] este complexo de alienações deve ser superado pela emancipação humana. ‘a emancipação do dinheiro seria a autoemancipação de nossa época’ [...] a superação da existência alienada, requer necessariamente superação da propriedade privada, do Estado e da cidadania.

Emancipação política é a realização de uma sociabilidade ainda regida pela propriedade privada burguesa.

A emancipação política, por isso não é sinônimo de democracia [...] e a plena cidadania é o indivíduo burguês seja ele proletário, desempregado ou capitalista. [...] O Estado é burguês precisamente porque é uma mediação para o predomínio do capital sobre a reprodução social. Com a emancipação política as forças produtivas se libertam dos entraves da “feudalidade” pela constituição de uma sociabilidade cujo deus é o “dinheiro” (LESSA, 2007, p.48)

A luta dos povos (ou dos trabalhadores) não pode ser unicamente por meio do Estado para a manutenção de direitos, mas, sim, por uma sociabilidade na qual os “direitos individuais” e propriedade privada sejam superados. [...] A sociedade comunista seria a etapa final dessa sociabilidade na qual aconteceria a emancipação humana. Os direitos sociais (no Estado de Bem Estar Social ou keynesiano) foram inseridos somente no século XX que poderiam ser um passo a mais na direção da emancipação humana. Não se trata de lutar pela abolição dos direitos criados (ou conquistados pela sociedade) e mantidos por meio do Estado já que é uma imposição histórica da qual os revolucionários, os “emancipadores humanos”, “não têm como se furtar. Por exemplo, a estratégia parlamentarista e democrática dos últimos anos não tem dos bons resultados, não conseguiu resistir às tendências destrutivas do capital”, segundo Lessa (2007, p. 49). Nesse sentido, no Mapeamento apontou-se como conquistas dos FRS o acesso a políticas públicas desenvolvidas na última década além do controle social destas, através da participação em diversos conselhos e conferências dessas políticas.

Esta discussão adquire importância por colocar os FRS como uma das formas de conquistar a emancipação humana e como base a construção de sociabilidade baseada nos princípios da solidariedade que perpassa as relações econômicas, políticas sociais e culturais. Embora seja mais uma estratégia de movimentos sociais e organizações não estatais, as entidades gestoras dos Fundos articulam-se para ampliar a conquista de direitos ao cidadão, dentro do Estado burguês na sociedade capitalista. No capítulo sobre as conquistas e limites dos FRS, percebe-se que se limita à emancipação política conquistando “direitos” ou como acesso a política públicas ou programas governamentais no campo da assistência social (Exemplo do programa Bolsa Família) ou agricultura familiar (Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos) ou da Economia Solidária (Programa Brasil Local, Centro de Formação em Economia Solidária entre outros)⁶⁰

Complementa-se o conceito de **emancipação social** com Cattani (2003, p. 130), que o caracteriza como o que “designa o processo ideológico e histórico de liberação de comunidades políticas ou de grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais”.

A partir desta discussão teórica, o próximo capítulo adentra mais no tema da pesquisa, no intuito de entender o processo histórico e social

⁶⁰ A respeito dessas políticas, são retomadas no capítulo 7 em sua interrelação com os FRS.

da construção de finanças alternativas, baseando-se nas lógicas da dádiva ou no princípio da reciprocidade acima discutidos. Discute-se o alcance de finanças alternativas inseridas no capitalismo, mas baseando-se na “solidariedade e na emancipação”. Para isso, busca-se no processo histórico e na compreensão teóricas das experiências alternativas desenvolvidas relacionada com as experiências de microcrédito e microfinanças atuais.

3. FINANÇAS SOLIDÁRIAS: POSSIBILIDADES E LIMITES NO CAPITALISMO

De modo geral, os FRS mobilizam recursos financeiros para fomentar atividades econômicas de grupos sociais excluídos. Tal processo de mobilização de recursos compõe-se de várias fases interconectadas: a captação dos recursos, a gestão e administração, a liberação de recursos aos destinatários e a “devolução solidária”. Por causa dessa dinâmica, os FRS assemelham-se a práticas creditícias, principalmente as do tipo “microcrédito”. Neste processo os FRS se configuram como parte de um “sistema de crédito”, alternativo e não formalizado como tal.

Apresentamos neste capítulo elementos que servem de base para a discussão acerca das semelhanças e diferenças entre as referidas iniciativas ditas “solidárias”, tanto do ponto de vista teórico como prático e organizacional do sistema financeiro capitalista. O desafio para as Finanças Solidárias consiste em lograr êxito em seus propósitos, mesmo sob a presença hegemônica do sistema financeiro capitalista. Nesse sentido, o tema principal deste capítulo é a apresentação de algumas experiências concretas de Finanças Solidárias, relacionando-as com as microfinanças em suas relações similares ou diferenciadas com o sistema financeiro capitalista.

Para a discussão teórica, adota-se o conceito de Finanças Solidárias desenvolvido por Coelho (2003, p. 153, grifo nosso), como

[...] **formas de democratização** do sistema financeiro que procuram adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se num elo de integração e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade.

Neste capítulo se desenvolve o tema do seguinte modo: nas duas primeiras seções discute-se o significado de Finanças Solidárias a partir de sua construção histórica, principalmente no Brasil. Na terceira seção apresentam-se uma síntese de princípios considerados fundamentais para a construção das Finanças Solidárias. Depois, o enfoque recai para as microfinanças e o microcrédito, acrescentando-se a “teoria da assimetria informação”. Nas duas últimas seções apresentam-se aspectos pragmáticos desenvolvidos recentemente pela ação do Estado brasileiro

na construção de políticas públicas de microfinanças e da construção de sistema de finanças solidárias.

3.1 FINANÇAS SOLIDÁRIAS: FATORES HISTÓRICOS PARA A COMPREENSÃO ATUAL

Finanças Solidárias são compreendidas como iniciativas relacionadas de movimentos sociais, mais especificamente à Economia Solidária no Brasil neste trabalho. Contudo as iniciativas de finanças “alternativas” remontam às origens do capitalismo, ou antes dele, embora não sejam denominadas “solidárias”. Segundo Amaro, (2011, p.11), “há registros desde o século XVIII, mas, em muitas culturas e continentes, existem grupos e dinâmicas informais de entreaajuda e de mutualização das poupanças e dos créditos, que se perdem na memória do tempo”

As experiências de microfinanças das últimas décadas se originam, de acordo com Muñoz (2009; p. 208-210) em virtude de quatro modalidades: i) o cooperativismo de economia e crédito, cuja referência são os princípios da Aliança Cooperativa Internacional, originário no século XIX; ii) as microfinanças; iii) as finanças éticas, que começaram a difundir-se ao final dos anos 1980, nos países do hemisfério Norte, a partir das ideias de “poupança ética” e “investimento socialmente responsável”; e iv) as Finanças Solidárias, uma série de instrumentos monetários e financeiros como as moedas sociais, bancos de horas, oferta de créditos sem juros, círculos de poupança entre vizinhos etc.

Uma síntese da trajetória histórica das Finanças Solidárias realizada por Coelho (2003, p.157) elencando experiências existentes desde os séculos XVIII e XIX, a exemplo das cooperativas de crédito na Alemanha, Irlanda e Itália até os dias atuais. Essas experiências encontram-se, em sua totalidade, em países subdesenvolvidos, sendo a Bolívia o país com o maior número de experiências. Dentre as 28 experiências arroladas, sete atuam em áreas rurais, o que ilustra uma realidade cujo acesso é mais difícil para aqueles que não estão nas capitais ou em áreas urbanas mais populosas. Há, mais recentemente, uma multiplicação de experiências, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990.

Segundo Coelho (2003, p. 162), o crescimento das Finanças Solidárias no Brasil ocorreu em maior número na década de 1990 e estaria associado a uma ruptura nos padrões de pensamento político dos movimentos sociais. Essa ruptura se expressa no crescimento de organizações econômicas de base, que pensam a democratização não só no campo social, mas também no campo econômico e do mercado. Destaca que uma particularidade dessas práticas reside em sua relação

com a comunidade e com o desenvolvimento local. Segundo ele, “a construção dos produtos financeiros alternativos passa, por uma dimensão de integração comunitária e territorial que a diferencia de uma visão de “setor” econômico de microfinanças”. (COELHO, 2003, p. 162).

Nos últimos anos, em todos os continentes, houve uma crescente diversidade das experiências e iniciativas de financiamento alternativo, desde os sistemas de “microfinanças à Banca Ética, passando pelos Clubes Solidários de Poupança e Crédito, que abriram novas vias de financiamento, distintas das lógicas dominantes e mais de acordo com os princípios da Economia Social e Solidária”. No Brasil,

o conceito de finanças solidárias insere-se, deste modo, na produção social de economia solidária e deve ser vista como um processo no qual se acumula socialmente; mudam relações de poder entre produtores, intermediários e consumidores, configurando novas regras e novos marcos legais (COELHO, 2003, p. 155).

Diante desse espectro, Junqueira e Abramovay (2005, p.03) comentam que vários termos são empregados para entender iniciativas que oferecem serviços financeiros a populações pobres, cujo objetivo principal é alcançar aqueles que não interessam ao sistema financeiro tradicional. Nesse ponto, no Brasil é possível situar as Finanças Solidárias, incluindo os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), as Cooperativas de Crédito Solidário (CCS) e os FRS. Cada uma dessas iniciativas tem características em comum, consequências da atuação dos movimentos sociais, organizações populares e da Economia Solidária. Há diversos estudos de pesquisadores brasileiros sobre cada uma delas, mas que, contudo, não operam direta ou teoricamente com o conceito Finanças Solidárias⁶¹.

As Finanças Solidárias inspiram-se no próprio movimento cooperativista, principalmente o de crédito, originado no século XIX, na Europa⁶². Porém, após a Segunda Guerra Mundial, o cooperativismo de crédito sofreu mudanças profundas para se adaptar à evolução da intermediação financeira capitalista. (SINGER, 2002, p.59-73)

⁶¹ Entre os autores que utilizam Finanças Solidárias, podemos citar: MICK, 2004; PASSOS, 2007; BURIGO, 2010; SOARES, 2006; MUÑOZ, 2007, p. 273-74; RAIMUNDO, 2014.

⁶² Para maiores detalhes conferir a seção 4.1 sobre contexto histórico dos Fundos Solidários.

No Brasil, as cooperativas de crédito teriam se originado no início do século XX, embora o cooperativismo e o associativismo tenham sido malvistas pelas autoridades, havendo, inclusive, proibição oficial das práticas cooperativas na Constituição Monarquista de 1824. A primeira cooperativa brasileira – que era do ramo do consumo – foi organizada por empregados públicos de Ouro Preto (MG) em 27 de outubro de 1889, ainda na forma de sociedade anônima (PINHO, 2004, p. 18). Ao longo do século passado, o movimento cooperativista amplia-se em várias regiões do Brasil, mas foi no Sul que mais se firmou, tendo sido fundadas, até os anos 1940, 55 cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, a maioria do tipo Raiffeisen⁶³ (PINHO, 2004, p. 22).

Búrigo (2010, p. 55) avalia, a partir de seu estudo, que o cooperativismo brasileiro foi, em geral, um movimento conservador, subordinado aos limites da ordem capitalista. Durante os governos militares, foi cooptado, tutelado e controlado através da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), uma entidade fundada em 1969 e concebida para “pacificar” e centralizar, numa instância única, as diferentes forças que atuavam junto ao cooperativismo nacional naquele momento.

Durante os anos 1980, a OCB reforçou sua imagem conservadora quando se manteve distante das lutas pela redemocratização do país e dos processos de reconstrução das organizações sindicais dos trabalhadores, de pequenos empresários e de agricultores familiares (BÚRIGO, 2010, p.56), fazendo com que esses sujeitos construíssem um “outro sistema” que é denominado, até o momento, de cooperativas de interação solidária (PINHO, 2004, p.46-60)

A história do “cooperativismo de crédito de interação solidária”⁶⁴ iniciou no final da década de 1980, quando pequenos agricultores e assentados da reforma agrária no Sul com dificuldades para acessar crédito de custeio e de investimentos estruturaram o Fundo de Crédito Rotativo, administrado por entidades e movimentos pastorais, sindicais,

⁶³ “As cooperativas raiffeiseanas fundam-se no princípio cristão de amor ao próximo, admitem auxílio de caráter filantrópico, mas preferem o de entreajuda, dão importância à formação moral dos associados os quais se responsabilizam de modo solidário e ilimitado quanto as obrigações contraídas pela cooperativa, e preconizam a organização de um banco central para atender as necessidades das cooperativas.” (PINHO, 1977, p.96)

⁶⁴ Assim são denominadas as Cooperativas de Crédito Solidário (CCS) vinculadas ao sistema Cresol.

não-governamentais, associativas e sem-terra⁶⁵. A partir dessa experiência, funda-se a primeira cooperativa com essas características, em 1995, sob a marca Cresol (Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária).⁶⁶

Em 2002, as cooperativas de crédito, as Centrais de crédito e as entidades de apoio reúnem-se no Fórum Nacional de Cooperativas de Economia Familiar e Solidária. E, em junho de 2004, as cooperativas existentes (Cresol, Crehnor, Ascoob, Ecosol, Cocredi/Integrar, Crescer, Credsol) constituíram a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol). Como argumenta Búrigo (2006, p.170) “se configurou como um retrato politicamente bem representativo não apenas das cooperativas de crédito solidárias, mas também das redes sociais que atuavam em torno do tema no Brasil, naquele momento”.

A organização desse sistema de “cooperativismo de crédito com interação solidária”, integrado através de centrais de crédito, bases de serviços regionais e cooperativas singulares, a partir de 2008, avançou para a constituição de uma confederação formal, a Confesol, com reconhecimento no universo do cooperativismo de crédito brasileiro. A Confesol estabeleceu sua sede em Florianópolis (SC).⁶⁷

Atualmente as cooperativas de crédito têm uma presença maior no Sul do Brasil, sendo que Santa Catarina possui o maior número de cooperativas (163), seguida do Rio Grande do Sul (158). Em toda a região Sul se concentram maior número (458) do país, ou seja, 88,59% do total de cooperativas nacionais (Cf. Tabela 3)

⁶⁵ Financiado pela Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica na Alemanha, a Misereor (Cf Quadro 34 Apêndice)

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.confesol.com.br/confederacao/>>. Acesso em: 12 jan. 2017

⁶⁷ Cf Apresentação no II Fórum de Inclusão Financeira Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/evnweb/atividade/18nov_Painel%203_Mesa%202_Adriano%20Michelon_201012161042002230.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017

Tabela 3 – Brasil: Número de Cooperativas de Crédito Solidário por estado (2015).

Estado	Número	%
Santa Catarina	163	31,53
Rio Grande do Sul	158	30,56
Paraná	137	26,50
<i>Sul</i>	458	88,59
Minas Gerais	20	3,87
Espírito Santo	13	2,51
Rio de Janeiro	2	0,39
São Paulo	1	0,19
<i>Sudeste</i>	36	6,96
Bahia	8	1,55
Pernambuco	2	0,39
Sergipe	1	0,19
<i>Nordeste</i>	11	2,12
Roraima	9	1,74
<i>Norte</i>	9	1,74
Goiás	2	0,39
Mato Grosso		
Mato Grosso do Sul	1	0,19
<i>Centro-Oeste</i>	3	0,58
Total	517	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de NESOL/USP (2015, p. 33). Elaboração própria

Outra contribuição fundamental para a construção de Finanças Solidárias emana dos chamados Bancos Comunitários de Desenvolvimento, dos quais o Banco Palmas representa a iniciativa paradigmática. O Banco Palmas foi uma invenção da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) em 1998, como resultado de um “processo de construção do próprio bairro para melhoria das condições de vida naquele espaço.”⁶⁸ (FRANÇA FILHO; SILVA JR., 2009, p.32). O Conjunto Palmeira é um bairro periférico do município de Fortaleza, tendo suas origens relacionadas com o processo de despejo e remanejamento de pessoas que viviam em áreas de risco, desde 1973 (TAFURI, 2014, p. 49-50).

⁶⁸ A partir de 1980, começaram a serem organizadas pelos moradores do Conjunto Palmeira as primeiras mobilizações coletivas do bairro, desencadeadas principalmente por conta da precariedade do fornecimento de água e energia elétrica. É dentro de tal contexto que foi criada, no dia 02 de fevereiro de 1981, a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) (TAFURI, 2014, p.49).

Nas palavras de Passos (2007, p. 64), o Banco Comunitário é sustentado pelo seguinte tripé: gestão comunitária, sistema integrado de desenvolvimento e a moeda social circulante”.

Quadro 9 - Principais fatos históricos dos Bancos Comunitários no Brasil

Ano	Nome	Local
1998	Banco Palmas	Fortaleza - CE
2004	Banco Par	Paracuru - CE
2005	Banco Bem	Vitória - ES
2005	I Encontro Nacional da Rede Bancos Comunitários	Caucaia - CE
2007	II Encontro Nacional da Rede Bancos Comunitários	Caucaia CE
2013	III Encontro Nacional da Rede Bancos Comunitários	Fortaleza CE
2015	IV Encontro Nacional da Rede Bancos Comunitários	Fortaleza CE

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de página eletrônica do Instituto Banco Palmas.

A partir do Banco Palmas, a experiência se amplia para outras regiões do Brasil e essas iniciativas são politicamente articuladas em diversos encontros nacionais, consolidando a proposta e aumentando as conquistas. No 1º Encontro Nacional de BCDs, realizado em Caucaia (CE), em 2005, foi criada a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBCB) e assinado convênio com o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop) para a criação de dez bancos, no âmbito do Projeto Bancos Comunitários no Ceará (PAIVA, 2015, p. 08-09). No 2º Encontro Nacional da Rede, em abril de 2007, se dá a aproximação da Economia Solidária como “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda numa perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2007, p.7).

No 4º Encontro Nacional (2015), criou-se a Associação Nacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, com nome de Banco Nacional das Comunidades. Trata-se de uma Organização da Sociedade Civil de interesse público (OSCIP), representativa do conjunto dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. “O Banco Nacional das Comunidades iniciará um amplo processo de esclarecimento e diálogo com os diversos territórios de atuação dos Bancos Comunitários,

instituições públicas e privadas, objetivando uma formatação final de suas finalidades e modo de funcionamento”⁶⁹.

Em 2015, a distribuição espacial dos Bancos Comunitários apresenta uma maior concentração no Nordeste (45,21%), especialmente no estado do Ceará (31,30), seguindo-se as regiões Norte (24,34%) e Sudeste (22,61%), conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Brasil: Número de Bancos Comunitários de Desenvolvimento por estado (2015)

Estado/Região	Número	%
Ceará	36	31,30
Bahia	9	7,83
Paraíba	2	1,74
Piauí	2	1,74
Maranhão	1	0,87
Rio Grande do Norte	1	0,87
Sergipe	1	0,87
Nordeste	52	45,21
Pará	13	11,30
Amazonas	10	8,70
Acre	2	1,74
Amapá	2	1,74
Roraima	1	0,87
Norte	28	24,34
Espírito Santo	11	9,57
São Paulo	9	7,83
Minas Gerais	3	2,61
Rio de Janeiro	3	2,61
Sudeste	26	22,61
Mato Grosso	3	2,61
Mato Grosso do Sul	3	2,61
Distrito Federal	2	1,74
Goiás	1	0,87
Centro-Oeste	9	7,82
Total	115	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de NESOL/USP (2015, p.31)

O conjunto dessas práticas denominadas Finanças Solidárias, no Brasil, se desenvolve junto com outras iniciativas nos setores de agricultura, produção, comercialização e serviços, denominadas Economia Solidária. A demanda de crédito ou financiamento para esses

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/banco-nacional-das-comunidades/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

empreendimentos aparece nas reivindicações desse movimento no seu todo e na construção de políticas públicas, como um setor da Economia Solidária⁷⁰. Convém destacar que Finanças Solidárias não é o mesmo que financiamento aos empreendimentos. Este último é tratado por Carbonetti (2007, p.109) quando analisa alguns casos de empresas recuperadas e cooperativas de trabalho na Argentina:

Por “financiamento” queremos significar qualquer forma de obtenção de recursos monetários, que as empresas recuperadas e cooperativas de trabalho podem recorrer ante a necessidade de fundos. O financiamento pode dar-se através de créditos, subsídios, ampliação dos prazos para a realização de determinados pagamentos, entre outros (Tradução Nossa)

No Brasil, aponta-se para a mesma dificuldade, como o faz Barbosa, (2007, p.166), por exemplo, quando afirma que: “na prática, vivencia-se a dificuldade de acesso ao crédito tanto para negócios de porte como para as empresas autogestionárias ou para cooperativas populares”.

O crédito ou financiamento para as atividades dos Empreendimentos da Economia Solidária (EES) e de apoio às iniciativas de Finanças Solidárias são reivindicações do movimento e dos agentes públicos (gestores) envolvidos nesse processo. O “Mapeamento da Economia Solidária”⁷¹, uma das primeiras ações realizada pela SENAES, aponta que

a falta de acesso ao crédito é a segunda maior dificuldades manifestadas pelos EES. Dos dados disponíveis de um quase total dos 22 000 EES, apenas 3.458 afirmaram que receberam crédito, 1727 são do Nordeste; 599 da Região Sul, 467 do Norte; 376 do Sudeste; e 289, do Centro Oeste. Do total desses EES, que receberam crédito 1985

⁷⁰ A diferença entre movimento e políticas economia solidária, aqui diz respeito ao fato de que “movimento” refere-se ao conjunto das organizações, empreendimentos de Economia Solidária, entidades da sociedade civil, universidades, principalmente articulam-se em Fóruns (Cf Introdução). Já as Políticas dizem respeito às ações, programas e projetos que são coordenadas pelo Estado brasileiro, nos municípios, estados e nacionalmente pela SENAES.

⁷¹ Publicado em “Atlas da Economia Solidária no Brasil” em BRASIL, 2006a. Cabe um alerta para que o leitor não o confunda com o Mapeamento dos Fundos Solidários, abordado na Introdução.

receberam recursos provenientes de bancos públicos; 180 de cooperativas de crédito, e 499 de fundos rotativos/ bancos do povo e comunitários (BRASIL, 2012, p. 175)

A partir de 2004, ‘diversas entidades e órgãos governamentais buscam estratégias para permitir à população assistida pelo Programa Bolsa Família a possibilidade de acesso às Finanças Solidárias, encontrando principalmente nos FRS um caminho para “sair” da dependência do Programa. (DUQUE; COSTA; ROCHA, 2010)

Além disso, a demanda por crédito ocupa lugar privilegiado nas três edições das Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES). A 1ª CONAES, em 2006, apresentou proposições concretas no sentido de estabelecer políticas de “crédito e finanças solidárias” e de, inclusive, instituir um programa de financiamento com modelo “similar ao PRONAF, como possibilidades de crédito aos EES, de acesso aos Fundos públicos, de democratização das políticas de microcrédito existentes e um sistema de Finanças solidárias” (BRASIL, 2006b, p.69-70).

No primeiro ano do governo Lula, em 2003, inicia “a constituição do GT [grupo de trabalho] sobre Finanças Solidárias [...] com objetivo de propor linhas de crédito e de outras ferramentas que pudessem atender as necessidades dos EES de acessarem recursos públicos” (BRASIL, 2012, p.178). Este GT foi fundamental para ampliar as articulações com os Bancos públicos e articulações com órgãos do próprio governo. Acrescenta que “com a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) em 2006, e a elaboração de proposições sobre o tema das finanças solidárias e do crédito para a ES passou a ser coordenado pelo Comitê Temático do CNES” (BRASIL, 2012, p.179).

Dessas ações iniciais, e como consequência do processo de reivindicações e debates nos citados eventos, resultou a criação de um programa de governo específico para apoio a Fundos Solidários, conhecido por Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS, em parceria com SENAES e BNB). (BRASIL, 2012, p.180). Conforme Gussi et al., (2011, p.78)

o objetivo era criar um programa de finanças solidárias de caráter antecipatório, com vistas a uma política nacional de financiamento da Economia Solidária. No bojo desta articulação foi elaborado e implementado, a partir de 2005, o PAPPS, com a finalidade de apoiar financeiramente os empreendimentos de economia solidária com

recursos não reembolsáveis oriundos de parcela do lucro do BNB. O PAPPS resgata como metodologia os Fundos Rotativos Solidários (FRS)

As Finanças Solidárias adquirem maior visibilidade, principalmente em algumas áreas do governo, a partir da I Conferência Temática de Finanças Solidária e Crédito, realizada em Fortaleza (CE), nos dias 03 a 05 de maio de 2010. A partir da conferência, as ações governamentais deveriam “estimular a criação e garantir apoio para a estruturação de cooperativas de crédito por território, fundos rotativos, bancos comunitários” (Resolução 88. BRASIL, 2010, p. 33). A 2ª CONAES (junho de 2010), cujo tema era “Pelo Direito de Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”, reforça a necessidade de “Política Nacional de Economia Solidária, e dentre elas, o tema finanças e créditos solidários.”⁷²

Desse processo, entende-se que Finanças Solidárias não se reduzem a serviços e programas de crédito a atividades econômicas, embora o financiamento constitua um dos componentes e uma demanda importante. Nesse sentido, são iniciativas e experiências típicas “de” Economia Solidária e não somente “para” os Empreendimentos. Os termos “financiamento” e “Finanças Solidárias” facilmente são utilizados como sinônimos ou como “concessão de linhas de crédito específica aos empreendimentos econômicos solidários (EES)”.

Segundo avaliação da SENAES, no período 2003-2010 foram destacadas quatro ações para a construção da Política de Finanças Solidárias: i) o termo de cooperação entre SENAES e Banco Central sobre Finanças Solidárias, em 2008, como objetivo de garantir o reconhecimento dos bancos comunitários que usam moeda social; ii) a I Conferência Temática de Finanças Solidárias; iii) o apoio a Encontros e Seminários, destacando o seminário mundial do microcrédito; e iv) os

⁷² Resolução 87. A Política Nacional de Economia Solidária nos níveis federal, estadual e municipal deverá garantir o acesso a serviços de finanças e de crédito que atendam às necessidades de financiamento de capital de giro, de custeio e para a aquisição de equipamentos e infraestrutura destinados à consecução das atividades econômicas fomentadas. [...] Uma das fontes de recursos deve ser o Fundo Nacional de Economia Solidária a ser criado, além de se buscar a garantia de ampliação e simplificação do acesso a outros fundos já existentes, tais como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), as linhas de crédito do BNDES, o Fundo da Amazônia, Fundos de Desenvolvimento Regionais e Fundos Constitucionais, entre outros. (BRASIL, 2010, p. 33)

Seminários Nacionais de Fundos Solidários, em 2007. (Cf. BRASIL, 2012, p. 180-182)

Nessa construção relacionada à política pública, destaca-se o Programa de Apoio a Projetos Produtivos (PAPPS) desenvolvido para o Nordeste, entre SENAES, MTE e BNB. “Esta iniciativa contou, em 2005, com recursos da ordem de R\$ 600.000,00; em 2006: R\$ 1,2 milhão e em 2007, R\$ 3 milhões. São financiamentos não retornáveis que têm o BNB como financiador. Até 2008, foram selecionados 50 projetos de FRS que receberam aportes de até 120.000,00.” (FUNDOS SOLIDÁRIOS I, 2006?, p. 21)

Importante ressaltar que somente a 2ª CONAES consolida Finanças Solidárias juntando as iniciativas de finanças formadas por um processo do movimento popular, originalmente nos grupos sociais mais excluídos, “desvinculadas do Sistema Bancário Tradicional”. (BRASIL, 2010, p. 30). Em suma, a partir dessa I Conferência Temática Finanças Solidárias passa-se a tratar concretamente de Fundos Rotativos Solidários (FRS), de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) e de Cooperativas de Crédito Solidário (CCS)⁷³. São igualmente consideradas nessa configuração as “moedas sociais” utilizadas nos clubes de troca apesar da diminuição do número de iniciativas desse gênero no Brasil nos últimos anos⁷⁴.

Na preparação da 3ª CONAES (2014), foi realizada uma Conferência Temática sobre Economia e Democracia, no mês de abril de 2014, em São Paulo. Dela, surgem as proposições para a criação de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, (cf. Quadro 4) que foram apresentadas a III CONAES⁷⁵, consolidando-se uma proposta mais clara desta construção.

⁷³ Pertencentes à Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL) na época, e que atualmente compõem o Sistema Cresol.

⁷⁴ O tema foi tratado por Soares (2006) que apresenta um debate teórico sobre dinheiro e uso das moedas sociais, bem como uma pesquisa e um levantamento das principais experiências Clubes de Troca no Brasil até 2006. Embora estejam inseridos no movimento de Economia Solidária, não encontramos registro das razões de não estarem inseridos nessa articulação e nos Programas de Finanças Solidárias.

⁷⁵ E na 3ª CONAES, realizada em Brasília, dias 27 a 30 de novembro de 2014, que tinha por tema “Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária: para promover o direito de produzir e viver de forma associada e sustentável”

Quadro 4 - Proposta para o Sistema Nacional de Finanças solidárias

<i>Fontes de recursos</i>	<i>Iniciativas de finanças Solidárias</i>	<i>Usuários de recursos</i>
Fundos Solidários de Fomento Poder Público Bancos Públicos Entidades da cooperação internacional Poupança de usuários/contribuições de sócios Doações de pessoas físicas e jurídicas	Fundos Solidários (FRS) Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) Cooperativas de Crédito Solidário	Empreendimentos da economia solidária Cooperativas de produção e serviços Associações de produtores Pequenos produtores Entidades do comércio solidário Consumidores solidários Economia Popular

Fonte: Brasil (2015).

Segundo o texto final da 3ª Conferência (BRASIL, 2015, p.7):

O Sistema de Finanças Solidárias é o conjunto de serviços e produtos financeiros e pedagógicos que fomenta e contribui para o crescimento e a consolidação da Economia Solidária. Ele está à serviço da Economia Solidária, seus empreendimentos, suas organizações e seus trabalhadores, mobilizando, organizando e fornecendo os recursos financeiros necessários para que ela exista e prospere.

E depois, no 1º Plano Nacional de Economia Solidária, aprovado pela 3ª CONAES, estabelecendo no Eixo II a plataforma para políticas de “Financiamento: Crédito e Finanças Solidárias”.

A construção da Política de Finanças Solidárias a respeito das ações do governo Brasileiro entre 2003 a 2016 divide-se, de acordo com NESOL/USP (2016a), três fases (Quadro 5). A importância é que essas entidades compõem o movimento de Finanças Solidárias e ajudam a compreender a base social dos FRS, que será analisada no capítulo 5.

Um evento nacional que consolidou essa prática foi o Seminário de Finanças Solidárias (Santa Maria, RS, dias 12 a 13 julho de 2015), no qual se reafirmou a necessidade do sistema de Finanças Solidárias inserido no Plano Nacional de Economia Solidária. Nesse encontro aconteceu também o lançamento do aplicativo “e-dinheiro”, executado pelo Banco

Palmas. A moeda social eletrônica foi utilizada durante a Feira de Santa Maria⁷⁶.

Quadro 5 - Programas de Finanças Solidárias: Parceiros executores dos convênios realizados

Finalidade	Fase I 2004- 2007	Fase II 2008-2011	Fase III 2011-2016
Fomento a Fundos Solidários	BNB	CAMP (Porto Alegre) Cáritas Norte II Cáritas-SE Fundação Esquel (Fortaleza) Programa Providencia (Brasília)	CAMP (Porto Alegre) Caritas Nacional CEA (Brasília) Fundação Esquel (Fortaleza) Instituto Vitória Regia (PA)
Fomento a Bancos Comunitários	FBB	Ateliê de Ideias (ES) Fapex (BA) FUSP (Nesol-USP) ICSA (PA)	Ateliê de Ideias (ES) Fapex (BA) ICSA (PA) Instituto Palmas
Fomento a Cooperativas de Crédito Solidário	-	-	Ascoob (Feira de Santana, BA) Coopertec (Chapecó, SC) Crehnor (RS)
Articulação Nacional de Projetos	-	Caritas Nacional (Brasília) Instituto Palmas	FUSP (Nesol-USP)

Siglas: Ascoob - Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar; BNB - Banco do Nordeste do Brasil; CAMP- Centro de Apoio Multiprofissional; CEA – Centro de Estudos e Assessoria; Coopertec – Cooperativa de Tecnologia Organizacional; CREHNOR – Cooperativa Central de Crédito Rural Horizontes Novos; FBB- Fundação Banco do Brasil; FAPEX - Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão; ICSA - Instituto Capital Social Amazônia.

Fonte NESOL/USP (2016a, p.20).

As microfinanças e o microcrédito encontraram apoio na ação do Estado embora majoritariamente sejam iniciativas originárias na sociedade civil, conforme a realidade de cada país e, de certa maneira,

⁷⁶ Disponível em: <<http://caritas.org.br/santa-maria-dia-d-de-financas-solidarias-tem-plenaria-sobre-fundos-rotativos-e-premiacao/29971>>. Acesso em: 23 jun. 2017

influenciados pelo fomento de organismos da ONU. Disso decorre a questão: qual o papel do Estado na construção das Finanças Solidárias?

De acordo com Arruda (2009, p.4-5), o Estado pode desempenhar um papel subsidiário com respeito aos coletivos sociais, apoiando-os no sentido de aumentar sua autonomia e autogestão, em cooperação e solidariedade uns com os outros a partir do princípio da subsidiariedade. Nesse papel, as políticas públicas baseadas nas Finanças Solidárias estariam pautadas em redistribuir a renda, combater a pobreza e ampliar o mercado interno das massas, para o qual se necessitaria uma nova “arquitetura” financeira.

Segundo Ozomek (2007, p. 223-224, grifos do autor), “a insuficiência da participação do setor privado justifica a intervenção do Estado” e ela pode acontecer de diversas formas, como:

Crédito direto: O Estado pode intervir onde há falhas do mercado de crédito que as entidades financeiras tradicionais não apostam por isso. Exemplo são as linhas de financiamento direto para cooperativas, a determinados tipos de população.

Crédito Indireto: Financiar as IMFs para aumentar sua carteira ativa ou melhorar a estrutura creditícia.

Subsídio as IMFs: de dois tipos: a) Fundos rotativos: outorga a IMF para empréstimos dirigidos a agentes excluídos) b) para gastos operativos e/ou financeiros: recursos humanos, capacitação, etc.

Subsídios de taxas de juros: Quando a taxa de juros estiver elevada para determinados empreendimentos ou determinada população.

Criar um *sistema de informação* confiável, como *Credit Bureau*.

Baseada nessas diferentes formas de intervenção estatal, Ozomek (2007, p. 225) analisa dois programas desenvolvidos pelo governo da Argentina, de alcance nacional: o *Fondo Nacional para Microemprendimientos* (FOMICRO) iniciado em 2004 e coordenado pelo *Banco de la Nación Argentina* (BNA) e o *Programa Social Agropecuario* (PSA), de 1993, destinado a empreendimentos rurais.

No Brasil, as ações de construção da política de finanças solidárias são pontuais e isoladas em setores governamentais, como estabeleceu o Plano Plurianual (PPA) de 2012-2015 uma meta de inserir comunidades nas finanças solidárias como parte de um projeto modelo mais sustentável de desenvolvimento e de erradicação da pobreza extrema.

No entanto, Freire (2013, p. 57) indica que é preciso estar atento a algumas questões de natureza normativa para evitar a falência dessas iniciativas, com consequente desarticulação social, frustração e desencanto. Afinal, não é possível incluir comunidades nas Finanças Solidárias forçando os bancos comunitários, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, a adaptarem-se a regras jurídicas estatuídas para sistemas de crédito baseados na racionalidade econômica guiada pelo lucro. Em outras palavras, indica que o apoio, a intervenção e regulação do Estado das Finanças Solidárias pode descaracterizá-las à medida que vai “tutelando” e diminuindo o poder de decisão dos participantes dessas iniciativas “financeiras solidárias”.

As Finanças Solidárias, se reguladas pelo Banco Central, para não serem “regradadas”⁷⁷ como um sistema convencional, poderiam optar pela criação de um “sistema financeiro estatal próprio”.

Para atingir uma política de finanças “para outra economia”, Arruda (2009) acrescenta que este processo ou novo paradigma mudança radical na estrutura do sistema financeiro que envolve pelo menos três dimensões de um paradigma de desenvolvimento integral, fundado na solidariedade e na soberania “financeira” do povo:

A) O Estado deveria possuir e gerir as principais instituições financeiras, aquelas capazes de tornar o dinheiro e as finanças um serviço à economia social. B) O Estado deveria reconhecer o direito das comunidades de criar e gerir seus próprios bancos e instituições financeiras (ver o caso da Venezuela), contanto que sirvam aos mesmos objetivos públicos e não ao lucro privado. C) Finalmente, o Estado deveria reconhecer o direito das comunidades de criar suas próprias moedas, com o fim de aumentar a produção local para as necessidades locais e de fazer circular a nova riqueza, tanto quanto possível, dentro da própria comunidade. (ARRUDA, 2009, [s.p.]

Há outros aspectos a serem considerados como fatores importantes para o aparecimento das Finanças Solidárias, além da Economia Solidária, o papel de movimentos populares, na luta pela cidadania, pela democratização e emancipação política de modo geral. A importância deste papel será aprofundada na próxima seção.

⁷⁷ Como vem acontecendo com as Cooperativas de Crédito nos últimos anos.

3.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: BASE DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

As Finanças Solidárias situam-se dentre as múltiplas organizações originárias de lutas ou iniciativas dos movimentos sociais populares. Para este entendimento, colabora Scherer-Warren (2009, p.01) ao revelar que existe um “movimento social” quando uma “ação coletiva gera um princípio grupal, que define os opositores ou adversários à realização plena dessa identidade ou identificação e age em nome de um processo de mudança societária, cultural ou sistêmica”.

Os movimentos sociais, segundo Scherer-Warren, (2008, p.505-6)

surgem como ações coletivas de caráter reivindicativo na América Latina, especialmente a partir do início no século XX, tais como os de operários, camponeses, indígenas, comunitários cristãos etc. Sem condições de expressarem sua autonomia de sujeito numa esfera pública mais ampla, são politicamente acolhidas por Estados oligárquicos, tutelares ou populistas

No período das ditaduras, surgem dois principais tipos de manifestações de resistência: “as organizações clandestinas” (guerrilhas e partidos de viés comunista ou socialista); e, por outro lado, as manifestações cívicas públicas contra o poder autoritário e as restrições aos direitos civis e políticos. Após as ditaduras, surgem novas características dos movimentos sociais. “Com o processo de democratização, desenvolve-se um movimento cidadão que vai reivindicar a regulamentação ou a criação de novos direitos: civis, políticos, sociais, culturais, étnicos, de gênero e ambientais” (SCHERER-WARREN, 2008, p.506).

Uma breve síntese dos movimentos sociais rurais é apresentada por Sabourin (2009, p. 80), observando que as primeiras organizações camponesas nasceram das lutas das categorias exploradas, no final dos anos 1950, como as ligas camponesas. E, em 1963, com o apoio de setores da Igreja Católica ou do Partido Comunista Brasileiro (PCB), esse movimento obteve conquistas importantes, como a aprovação do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural, além do surgimento dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais. Tais sindicatos foram duramente reprimidos pelos governos da ditadura (após 1964). Durante o período 1964-1984, as únicas organizações camponesas permitidas eram os sindicatos de trabalhadores rurais e as cooperativas, sob autorização e

forte controle do Estado. “Por exemplo, a ditadura desviou as funções da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) para programas de assistência médica e FUNRURAL⁷⁸” (SABOURIN, 2009, p. 80); depois, com o final do período militar, retomou sua autonomia e se filia a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1995.

Em 1984, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no sul do Brasil, criado pelos camponeses expulsos de suas terras por mecanismos de modernização e competitividade na agricultura durante décadas 1970 e 1980. Ao movimento se uniram assalariados agrícolas que a mecanização agrícola havia deixado desempregados e trabalhadores diaristas rurais e urbanos, além de filhos de camponeses sem terra. Com o fim dos governos militares, várias reivindicações e lutas puderam se expressar, levando ao surgimento de novas identidades: como o movimento dos atingidos por barragens, indígenas, seringueiros etc. (SABOURIN, 2009, p. 80). Desse processo, o MST criou uma federação em 1992, a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB).

Na tentativa de superar o sindicalismo rural no regime militar, tutelado pelo Estado, na década 1990 é fundada a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) “que convém mais à agricultura familiar do Sul do que das regiões Nordeste e Amazônia, mais afastadas dos mercados urbanos e internacionais” (SABOURIN, 2009, p. 82). A FETRAF incentivou as Cooperativas de Crédito Solidárias e contribuiu para a constituição de uma nova central de cooperativas de produção agrícola, a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), desde 2005.

Outra conquista importante desse novo sindicalismo rural foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, que abriu a diversas modalidades de crédito como política pública de apoio a esse setor agrícola.

Em matéria de cooperativa agrícola no Brasil, pode-se fazer uma distinção entre duas fases: i) o período tradicional, com o modelo das cooperativas dos anos 1960 a 1990, principalmente coordenados pela Organização das Cooperativas no Brasil (OCB); e ii) a renovação do movimento cooperativo da agricultura familiar nos anos 1990 em diante. Esse último manifesta-se com a criação de três federações: CONCRAB,

⁷⁸ FUNRURAL é uma contribuição que substitui a cota patronal do encargo previdenciário sendo para o segurado especial o custeio de sua previdência para aposentadoria e outros benefícios junto a Previdência Social, instituído em 1971.

cooperativas de crédito solidário e as cooperativas agrícolas em torno da Unicafe. (SABOURIN, 2009, p.85; BÚRIGO, 2010, p 57-66)

Outra forma de organização social, principalmente no meio rural, é o movimento denominado associativismo. Uma “associação de produtores” é o modelo adequado aos agricultores e que mais se desenvolveu nos últimos trinta anos. A maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores: i) a necessidade das comunidades de poder contar com representações jurídicas; ii) a atuação de atores externos tais como as igrejas, as ONGs, os serviços de extensão rural; e iii) os projetos públicos e a existência de apoios ou financiamentos reservados para projetos associativos ou comunitários (subsídios ou créditos públicos).

Entre as diversas vantagens, as Associações podem ser constituídas juridicamente de maneira mais simplificada⁷⁹, se fundamentam na adesão voluntária dos sócios e têm como finalidades garantir a defesa de seus interesses e bens comuns. A associação agrupa muitas vezes todos os membros da comunidade em torno de objetivos específicos, porém apresentam limites pois, juridicamente, seu papel é de representação e não de efetivar a atividades econômicas. Mas também auxilia na organização de projetos do tipo produtivo ou econômico, focalizando em novas funções além daquelas da família ou comunidade: acesso ao financiamento e aos equipamentos coletivos, apropriação fundiária, comercialização ou transformação dos produtos agrícolas, transporte, etc.

Essas associações com diferentes formatos organizacionais inserem-se no conjunto dos movimentos sociais e exercem um papel pedagógico para a emancipação política e social dos excluídos, em um processo de transformação do indivíduo como sujeito político, o que pode ser traduzido dessa forma:

A carência por si só não produz movimentos sociais. O movimento resulta do sentido coletivo atribuído a essa carência e da possibilidade de identificação subjetiva em torno dela. Resulta também da subsequente transformação dos sujeitos em atores políticos, da respectiva transformação das carências em demandas, destas demandas em

⁷⁹ A estrutura e o funcionamento dessas organizações dependem da legislação brasileira. São associações de direito civil sem fins lucrativos [...] A facilidade de registro, adaptabilidade do modo de funcionamento fazem com que a associação seja o modelo de organização profissional preferido pelos agricultores e políticos. (SABOURIN, 2009, p.89)

pautas políticas e das pautas políticas em ações de protestos. (SCHERER-WARREN, 2008, p508)

Em síntese, pode-se dizer que as Finanças Solidárias são fruto de um duplo movimento: de um lado, como consequência de uma reivindicação de crédito aos empreendimentos e grupos sociais envolvidos; e, de outro, da influência de iniciativas de crédito solidária (finanças alternativas), criadas em diversos países, ao longo dos séculos (cooperativas de crédito, bancos populares, fundos solidários etc.). Na seção seguinte intenta-se realizar uma síntese de caráter mais conceitual de aspectos característicos das Finanças Solidárias e como se diferenciam de microfinanças em geral.

3.3 FUNDAMENTOS DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS: A TENTATIVA DE UMA CONCEITUAÇÃO

O objetivo desta seção é apresentar uma síntese de alguns “princípios” que permeiam as práticas e objetivos das Finanças Solidárias. A discussão baseia-se na literatura sobre o tema e nos debates realizados pelos movimentos sociais ligados à Economia Solidária. A questão de fundo diz respeito a quais características que podem ser consideradas essenciais para se configurar uma experiência ou organização como típica de Finanças Solidárias. E em que estas se diferenciam de outras práticas convencionais como as microfinanças.

A perspectiva é a de superar as simples distinções formais ou tipificações classificatórias dos serviços financeiros, buscando as concepções teóricas ou orientações políticas subjacentes a essas práticas. Nessa direção, Mick (2004) apresenta uma distinção teórica fundamental em torno de dois paradigmas: o liberal e o emancipatório:

de um lado, as leituras que situam o microcrédito no contexto do fortalecimento da economia de mercado, concepção liberal, liderada pelo Banco Mundial; de outro, as que pretendem contribuir para o surgimento de espaços de sociabilidade alternativos ao capitalismo, portanto, emancipatórias. (MICK, 2004, p. 15)

Essas duas concepções são explicitadas a partir de determinados temas, por exemplo, as causas da Pobreza, a relação com o Estado, esquematizadas no Quadro 6. Considera-se que este caráter emancipatório perpassa por esta sociabilidade, por estas experiências abordadas ao longo deste trabalho como “solidárias”.

O predomínio do paradigma liberal é atribuído ao desvio das concepções originárias do microcrédito à medida em que foi adotado pelo Banco Mundial e aplicado em diversos países. Yunus (2000, p. 32-33), já apontava essa tendência e seus riscos em relação aos princípios originais:

Os principais beneficiados, direta e indiretamente, por essa ajuda são os ricos, embora tudo seja feito em nome dos pobres. A ajuda externa se torna caridade para os poderosos. Se se pretende que ela tenha algum impacto na vida dos pobres, é preciso redirecioná-la de modo que atinja os domicílios diretamente, sobretudo as mulheres dos lares mais pobres.

Quadro 6 - Diferenças entre o paradigma liberal e o emancipatório das Microfinanças

Tema	Paradigma liberal	Paradigma solidário/emancipatório
Causas da pobreza	Ausência de oportunidades	Dinâmica excludente do sistema
Combate à pobreza	Ação integrada que combine geração de oportunidades com a redução de vulnerabilidade e o empoderamento	Apoio a experiências produtivas baseadas na solidariedade, criadoras de novos padrões de sociabilidade. Crédito como eixo de políticas sociais.
Desenvolvimento	Isolado	Integrado
Institucionalidade	Ação combinada do Estado, agentes privados, terceiro setor e dos indivíduos.	Propriedade e gestão compartilhada com os prestatários.
Relação com as políticas públicas	Desnecessária; o fundamental é que as instituições, públicas ou privadas, sejam autossustentáveis.	Pode ocorrer.
Impacto econômico	Sobre a economia informal.	Sobre a economia popular.
Impacto social e político	Apoio ao empoderamento como acesso ao Estado e inserção no mercado consumidor.	Prioridade ao capital social, pela formação de grupos e centros, com lideranças, por projetos políticos.

Fonte: adaptação de Mick (2004, p.61).

Na visão do Banco Mundial (no “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial”, de 2001): o combate à pobreza envolve a combinação de três fatores: i) a oferta de oportunidades para geração de emprego e renda (na qual o crédito cumpre um papel não desprezível); ii) o empoderamento das comunidades; e iii) a redução da vulnerabilidade dos indivíduos e grupos familiares. O apoio do Banco Mundial à expansão do microcrédito se ampara numa mudança de percepção quanto às estratégias de combate à pobreza. Integrada a processos políticos com tais características, a oferta de microempréstimos teria maiores chances de provocar resultados duradouros no combate à pobreza, coerentes com a preservação do capitalismo (Cf. MICK, 2004, p. 54)

O paradigma emancipatório, como tratado na seção 2.4, complementarmente aqui pode ser entendido, a partir da proposta de Santos (2005, p. 50-57) de que

essas experiências podem apontar para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas, porque se baseiam em três valores: i) a igualdade, por oposição à natureza concentradora de recursos e de poder do capitalismo; ii) a solidariedade, por oposição às formas empobrecidas de sociabilidade sob o capitalismo, como a alienação e o individualismo; e iii) a proteção ao meio ambiente, por oposição ao caráter destrutivo, de exploração crescente dos recursos naturais, do modo de produção capitalista.

Tais alternativas econômicas emancipatórias “têm em comum o fato de, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem (com resultados díspares) tornar mais incômoda a sua reprodução e hegemonia” (SANTOS, 2005, p. 29). São iniciativas que procuram aplicar a ideia de “reforma”, desde dentro do sistema capitalista, mas que facilitam e dão credibilidade a formas não-capitalistas. Seus efeitos emancipadores se dão em duas dimensões: na melhoria das condições de vida das pessoas envolvidas nessas experiências e na ampliação dos campos sociais em que vigem valores e formas de organização não-capitalista, de modo a permitir a transformação dos padrões de sociabilidade. (Cf. MICK, 2004, p.18)

Evidentemente, há outras leituras no sentido de atribuir ao microcrédito um papel compensatório, de alcance marginal, para amenizar as consequências do modelo econômico excludente, o capitalismo.

A partir dessa transformação de orientação do microcrédito e na tentativa de retomar as origens alternativas que

uma das maiores novidades políticas do movimento da economia solidária está justamente na possibilidade de (re)incorporação da dimensão econômica como elemento essencial nas lutas políticas e sociais **em prol da emancipação humana**. O curioso é que o debate teórico sobre a pobreza e a desigualdade caminha no sentido de englobar outras dimensões além da econômica, e o movimento da economia solidária ratifica a importância dessa dimensão (BÚRIGO, 2010, p. 407, grifos nossos)

Uma base para a caracterização das Finanças Solidárias está em França Filho (2013, p. 85), que sugere quatro elementos característicos comuns:

i) não têm finalidade lucrativa; ii) o propósito econômico da iniciativa está subordinado a sua finalidade social (ou utilidade social); iii) apoiam-se em relações de proximidade; iv) buscam o controle social ou democrático do dinheiro, afirmando-se enquanto iniciativa de democracia econômica.

Nessa perspectiva, superando a compreensão formal, apresenta-se na sequência elementos característicos para um entendimento de aspectos próprios de Finanças Solidárias, evidentemente não estanques ou excludentes, mas dimensões que, na prática, são interligadas.

3.3.1 Serviços financeiros para superação da pobreza

De modo geral, tanto as Finanças Solidárias quanto as microfinanças têm neste ponto algo em comum e justificam-se como um dos caminhos possíveis de superação da pobreza. Evidentemente este aspecto é considerado também pelas Finanças Solidárias, pois inserido no aspecto “solidário”, diz respeito a “auxílio a quem mais precisa”. O microcrédito, como revela Yunus (2000), entende que os pobres são “bons pagadores” e até contribuem com o sistema bancário não correr risco de perder dinheiro.

A respeito da maneira como os pobres utilizam o dinheiro, Zelizer (2011, p.152) realizou uma pesquisa nos EUA baseado em periódicos

entre o final do século XIX e o início do XX. A partir da análise de publicações em jornais e revistas, a autora constatou que os “*expertos*” no tema consideravam, num primeiro momento, que o dinheiro “nas mãos dos pobres, moralmente incompetentes, se transformava numa forma de assistência de grande risco”. E em outro momento, indicavam que os “funcionários da caridade” deviam orientar os gastos dos pobres e decidir eles mesmos o que os pobres precisavam comprar. Zelizer (2011, p. 150) aponta que, no início do Século XX nos EUA os “*expertos*” orientavam os agentes encarregados da caridade a ensinar os pobres a não gastar dinheiro com bens supérfluos, porém os pobres não entendiam como supérfluo um presente de natal ou de aniversário, por exemplo. E, por último, as entidades de caridade deveria fazer doações em dinheiro e perceber que os pobres, principalmente as mulheres, sabiam administrar o dinheiro, “marcando-o” para determinadas necessidades básicas de sua família (por exemplo, guardando em latinhas com cores diferentes). Essa última prática ou ideia especificamente mais adotada pelos pobres, Zelizer denominou de “marcação social do dinheiro” (2011, p.162).

Contrariamente ao que pode acontecer convencionalmente no sistema financeiro, o princípio subjacente a essas práticas alternativas é “emprestar àqueles para quem o retorno social é o mais alto e não àqueles de quem se pode extrair o melhor retorno financeiro”. (FREIRE, 2013, p.49). Uma das formas adotadas para aproximar o Sistema Financeiro aos mais pobres são os “canais de acesso ao sistema financeiro nacional”⁸⁰. “Desempenham, nesse caso, o papel de conectores entre as novas formas de financiamentos não tradicionais, criadas para estimular a economia solidária em desenvolvimento ou o setor alternativo da economia, e as instituições vinculadas ao sistema financeiro nacional” (FREIRE, 2009, p. 56).

As Finanças Solidárias, pautando-se somente pelo princípio de “combater a pobreza” podem incorrer no risco de configurarem-se como uma estratégia de “bancarização” dos pobres ou da pobreza, pois mesmo que “voltadas ao desenvolvimento local, à geração de trabalho e renda, ao combate à pobreza, em lugar do microcrédito convencional e da forma

⁸⁰ “Os canais de acesso aos serviços financeiros são os meios disponibilizados pelas instituições financeiras aos seus usuários para acesso a serviços financeiros. Esses canais de acesso podem ser físicos ou remotos. O conjunto de canais de acesso físicos é tradicionalmente chamado de pontos de atendimento. Os canais de acesso remotos englobam *call centers*, *internet banking* e aplicativos para celulares e tablets.” (Cf. BCB, 2015, p.22)

complementar de “bancarização dos pobres” (BRASIL, 2012, p. 178). Porém podem trilhar outro caminho, quando

seus efeitos emancipadores se dão em duas dimensões: na melhoria das condições de vida dos atores individuais dessas experiências e na ampliação dos campos sociais em que vigem valores e formas de organização não-capitalista, de modo a permitir a transformação dos padrões de sociabilidade. (MICK, 2004, p. 17)

A superação da pobreza é um princípio fundamental e originário das Finanças Solidárias, mas pretende ir além de soluções como o simples “aumento da renda” ou “crédito barato aos pobres”, pois, defende outros princípios a serem considerados como práticas alternativas no horizonte de um processo mais amplo: a “emancipação política e humana”.

3.3.2 Dinheiro: poderia exercer uma “função solidária”?

Nas teorias monetárias encontra-se o debate sobre as funções do dinheiro que serve de base para entender as Finanças Solidárias⁸¹. Neste item apresenta-se algumas razões de os recursos mobilizados pelas iniciativas de Finanças Solidárias, não se pautarem pela “função de reserva de valor”. Estão, portanto, mais próximas de conceber o Dinheiro na sua função de “intermediário” como fomento a atividades econômicas, sociais culturais e processos emancipatórios dos grupos sociais envolvidos. Essa “função” de intermediação não é baseada na concepção da teoria monetária clássica em que há uma “neutralidade” no uso dinheiro. Segundo Dodd (1994, p.22 e 39)

As funções pouco revelam acerca da estrutura sociológica na qual o dinheiro é transacionado. [...] O dinheiro ocupa uma posição ambígua. Entre as teorias econômicas há um desacordo se o dinheiro tem ou não papel significativo no funcionamento da sociedade. A partir de análises de economia clássica, considera o dinheiro é neutro... não gera desigualdades de riqueza e de poder.

⁸¹ Como fazem por exemplo, Plasencia; Orzi (2007, p.32-34.45-65) e Borrrello (2012,p.56-75), autores que, ao discutir as moedas sociais, rediscutem as teorias monetárias na visão dos liberais, marxistas e keynesianos.

Em resumo, as funções do dinheiro abordadas nas teorias monetárias são cinco, de acordo com Marx em “O Capital”.

- **Unidade de conta:** Marx (1985, p. 67-69) denomina o dinheiro como o “equivalente geral” para troca das mercadorias, nem sempre se manifesta no preço da mercadoria.

Uma mercadoria só ganha a **expressão geral do valor** porque simultaneamente todas as demais mercadorias expressam seu valor no mesmo equivalente e cada nova espécie de mercadoria que aparece, ela tem que fazer o mesmo[...] evidencia-se, com isso, que a objetividade do valor das mercadorias por ser a mera **existência social dessas coisas**, somente pode ser expressa por sua **relação social** e sua forma tem de ser uma forma socialmente válida. [...] [E adiante acrescenta] então o gênero específico de mercadoria, com cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se **mercadoria dinheiro** ou funciona como dinheiro, torna-se sua **função especificamente social**, e portanto seu monopólio social, desempenha o papel de equivalente geral dentro do mundo das mercadorias Agora o ouro se torna o equivalente geral. (grifos nossos)

- **Meio de troca:** o dinheiro passa a exercer a função de facilitar as trocas dentro do sistema simples de mercado, onde acontece o intercâmbio entre mercadorias e dinheiro. A partir disso, há uma característica diferente da mercadoria-dinheiro, pois, no processo de circulação, seu uso não se “consome” como as demais mercadorias, ele “sobra” no processo após o pagamento de mercadoria, e isso gera dificuldades pois o dinheiro não pode ficar “parado”. Conforma a explicação de Marx (1985, p.99, grifos nossos)

As duas fases inversas da metamorfose das mercadorias formam um ciclo: forma mercadoria, abandono da forma mercadoria, volta à forma mercadoria. A mercadoria é não-valor de uso no ponto de partida, e valor de uso no ponto final para seu possuidor. Assim o dinheiro aparece, primeiro como sólido cristal de valor, no qual a mercadoria se transforma para diluir-se depois como simples forma equivalente dela [...] **O dinheiro não desaparece, ao sair finalmente da série de metamorfose de uma mercadoria.** Ele sempre se

deposita em algum ponto da circulação abandonado pelas mercadorias

- **Reserva de valor:** enquanto a função “meio de pagamento”, como facilitador da circulação das mercadorias, o dinheiro situa-se na esfera da produção e comércio.

- **Entesouramento:** Quando não há circulação, ele fica parado e “se deposita”, imobiliza-se e passa a exercer esta função, gerando uma não-circulação e causando crises no sistema. O crédito apresenta-se como solução para isso ao colocar novamente em circulação a mercadoria-dinheiro.

- Marx acrescenta, além da teoria liberal, que o dinheiro no capitalismo, assume uma nova função: a de **Dinheiro-capital**, explicado da seguinte forma:

A fórmula de circulação de mercadorias é M-D-M transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria. Ao lado dessa forma, encontramos, no entanto, uma segunda diferenciada, a forma D-M-D transformação de Dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em Dinheiro. Dinheiro em seu movimento descreve essa circulação transforma-se em capital, torna-se capital em de acordo com sua determinação, já é capital. (MARX, 1985, p. 125-6)

Enfim a diferença principal desses dois processos está resumidamente que, “no ciclo M-D-M, o consumo, a satisfação de necessidades, o valor de uso é seu objetivo final. No ciclo D-M-D, seu motivo indutor e sua finalidade determinante é o próprio valor de troca.” Esse processo é descrito dessa maneira:

No final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo... a forma final desse processo é portanto D-M-D' ou D-M-ΔD ou seja igual à soma de dinheiro originalmente lançado mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original chamamos de mais-valor (*surplus value*) o valor original, se valoriza, esse movimento transforma-o em capital. [...] Por isso o **movimento do capital é insaciável**. E o possuidor de dinheiro torna-se capitalista [...] (MARX, 1985 p. 129, grifos nossos)

Mas para a função do Dinheiro-capital ser exercida, o capitalista precisa adquirir duas mercadorias: os meios de produção e a força de trabalho.

Para transformar dinheiro em capital o possuidor de dinheiro **precisa encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, em duplo sentido**, livre de sua força de trabalho e livre porque não tem outras mercadorias para vender [...] livre de todas as coisas necessárias a realização de sua força de trabalho. (MARX, 1985, p.140)

E os salários dos trabalhadores, isto é, a remuneração dessa mercadoria, nunca representará o valor total gerado no processo produtivo, pois os donos dos meios de produção se apropriam de uma quantia maior do valor gerado no final do processo, se apropriam da mais valia (*plus-value*). A circulação do dinheiro oculta as relações de trabalho, as relações de produção e o modo de produção presentes nas mercadorias e no dinheiro. Daí surge a falsa ideia, presente na sociedade em geral, que “dinheiro gera mais dinheiro”. Enfim, nas mercadorias e no dinheiro estão ocultas as inúmeras relações sociais, políticas e culturais que participaram do seu processo produtivo. Esse é o processo que Marx denomina “fetichização” da mercadoria e do dinheiro.

Retomando essa discussão em relação às iniciativas da Economia Solidária e, mais especificamente, para as Finanças Solidárias, onde situar as “alternativas” do uso do dinheiro a partir da análise de Marx? De modo geral, as iniciativas financeiras que utilizam “moeda social”, incluindo o dinheiro que circula nos FRS, aproximam-se mais no uso do dinheiro como “meio de troca” para viabilizar empreendimentos coletivos, atividades econômicas alternativas ou despesas de primeira necessidade e não tanto o entesouramento ou a reserva de valor. (Cf. Seção 6.3, principalmente)

A reflexão de Orzi (2012, p. 131) sobre experiências de moedas sociais na Argentina, apresenta que, na Economia Solidária, deveria ser usada a moeda

que em primeira instância diminua, tanto que se possa, o grau de fetichização que tem a moeda oficial, [esta] parecendo ser moeda dotada de vida própria, como se não fosse criada, gerenciada e controlada por seres humanos. E acrescenta que não deveríamos falar em funções da moeda, mas em “usos”, para qualificar as formas específicas que ela toma em contextos sociais variados.

Acrescenta-se outro elemento nessa questão do valor da moeda a partir de uma proposta alternativa é desenvolvida por Silvio Gesell (1862-1930), que reivindica a necessidade de uma moeda que se oxide com o tempo. A proposta tem a função de “castigar o entesouramento excessivo” a partir da “oxidação monetária”. Dentre os vários mecanismos propostos, o principal é estabelecer um prazo de validade para a moeda em circulação. A “oxidação” permitiria incrementar a circulação do dinheiro e diminuir a taxa de juros. (ORZI, 2012, p. 147)

Sobre esse tema, Arruda (2009) corrobora, oferecendo a seguinte proposta,

uma nova arquitetura financeira exige o reconhecimento de que o dinheiro não mais deve ser concebido como uma mercadoria. O dinheiro deve servir a fins maiores: o de ser um símbolo do trabalho, saber e criatividade humanos, e o de ser um meio de troca que dá às pessoas o poder de compra que garante a satisfação de suas necessidades, e facilita a interação socioeconômica entre pessoas, comunidades e países. Noutras palavras, o dinheiro e os sistemas que regulam seus fluxos deveriam ser legalmente definidos como um serviço público. O motivo do lucro deveria ceder o lugar ao motivo de desenvolvimento social.

Retornando às Finanças Solidárias, contribui o estudo de Mafra (2013), que analisa a relação entre valores e práticas econômicas nas ações sociais desenvolvidas pela Rede Cáritas no Nordeste com os projetos ligados à Economia Solidária. A autora discorre sobre as formas de sociabilidade estabelecidas pelos indivíduos ao entrarem em contato com a circulação de dinheiro. Segundo Mafra (2013, p.58) “o dinheiro representa para Simmel um objeto polimorfo, vetor de inter-relações. De função concreta e abstrata, ele corresponde a formas de socialização.” A autora (2013, p.61) sintetiza que em Simmel

a transição da sociedade tradicional para a sociedade de mercado, o dinheiro como instrumento e medida de valor, e descrevem a evolução histórica deste objeto até seu papel na modernidade, que é puramente funcional. Mesmo como meio e função, o dinheiro adquire centralidade por associar a complexidade da vida moderna ao individualismo. A segunda parte e os capítulos que a formam tratam sobre a crescente

autonomia do indivíduo e as socializações proporcionadas pelo dinheiro.

A partir da discussão acima, as experiências de Finanças Solidárias baseiam-se na função do dinheiro como meio de troca, um intermediário para que os trabalhadores e grupos sociais excluídos possam fortalecer empreendimentos e organizações e, principalmente, uma forma nova de trabalho, o “trabalho associado” ou “cooperativado” (FERREIRA, 2013; MAFRA, 2013; BRASIL, 2010) e não o trabalho assalariado gerador de mais valia ao capital e consequente desigualdade social.

3.3.3 A gestão das finanças desafios para a autogestão

Outra característica fundamental que diz respeito à prática de Finanças Solidárias relaciona-se com a autogestão tanto como princípio teórico, como enquanto práticas de participação e democracia.

De acordo com Nascimento (2008, p. 29) a palavra “autogestão” foi introduzida na França para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura com o stalinismo. O termo “autogestão” é relativamente novo, contudo, se a **palavra** é recente, a **ideia** é tão antiga quanto o próprio movimento operário, remontando ao início do século XIX. Sob palavras distintas e doutrinas diferentes, reencontramos a mesma aspiração na qual se inscreve o projeto da autogestão. A autogestão é imanente ao próprio movimento operário e a seu movimento de emancipação.

Como prática política, o tema da gestão situa-se simplificada e em dois modelos: autogestão e heterogestão. A **autogestão** é entendida como

a sociedade que se gere, isto é, dirige a si mesma [...] onde todas as decisões são tomadas pela coletividade que é cada vez mais concernida pelo objeto dessas decisões. Isto é um sistema onde aqueles que realizam uma atividade decidem coletivamente o que devem fazer e como fazê-lo. (CASTORIADIS, 1983, p. 212)

E **heterogestão**, por sua vez, implica a existência de alguma forma de “hierarquia”. Conforme Singer (2002, p. 16), a heterogestão é a forma principal “da administração de empresas formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem ‘de baixo para cima’ e as ordens e instruções ‘de cima para baixo’”. Essas empresas, em alguns casos incentivam a participação de trabalhadores no processo de

produção, como estratégia para a empresa não fracassar” (CASTORIADIS, 1983, p. 215).

Segundo depoimento de Elisiane Jahn (apud CAMP, 2015, p. 87), a autogestão, no seu exercício prático, exerce um caráter pedagógico.

A Economia Solidária se coloca como uma possibilidade concreta de aprendizado acerca da sociedade que se sonha, combinando a vivência ou experimentação da autogestão nas suas práticas cotidianas. Isso porque no trabalho associado vivenciado nas práticas de Economia Solidária, torna-se, ao mesmo tempo, meio e fim educativo. Em outros termos, a fonte de produção de conhecimentos, de novas práticas sociais, produção de bens materiais e espirituais.

Aplicando-se tais conceitos às Finanças Solidárias, esta discussão servirá nos capítulos posteriores, quando se discutirá como tais formas de gestão são utilizadas, bem como seus avanços e desafios para a sustentabilidade e viabilidade dos FRS.

Nesse sentido, Orzi (2012, p. 132) destaca que, na Argentina, as moedas sociais promoveram crescentes graus de participação e desenvolvimento de processos autogestionários característicos das experiências. E a participação ativa e autogestiva dos grupos nos processos de criação e gestão foi uma condição necessária para favorecer os processos orientados para um horizonte de emancipação social.

Enfim, essa visão de **reapropriação do poder de decisão** constitui uma característica essencial dos processos autogestionários. A autogestão se estrutura como um modo de atuar “coletivo segundo o qual os princípios da ação social se formam na experiência concreta e provêm do significado dado às intenções ou às ideias que fundamentam o grupo. Sendo sua essência a participação e ressignificação tanto do poder como dos lucros.” (CATTANI Apud ORZI, 2012, p.132)

Outro aspecto fundamental da autogestão está na ideia que a propriedade dos recursos é dos próprios usuários das Finanças Solidárias. Para isso, se utiliza diferentes formas organizativas como associações, cooperativas, sindicatos ou “bancos comunitários”.

A criação de qualquer iniciativa “decidida pela própria comunidade” ou pelo grupo social, a qual deve ser realizada pela gestão de modo integral e autônomo independentemente da natureza das deliberações a serem tomadas, se apresenta como um desafio constante. Desse modo, depreende-se que a gestão ocorre no interior de estruturas de organização de caráter comunitário e implica em uma dimensão

compartilhada de responsabilidade no uso dos recursos e outros aspectos que envolvem tal organização financeira.

Arruda (2009, [s.p.]) sugere que um sistema de finanças alternativos contribui para uma emancipação, como “soberania financeira”, e esta:

pertenceria àqueles que são co-proprietários e gestores dessas instituições, justamente porque eles acumulam nelas a poupança do seu trabalho. Ampliar sua soberania sobre sua própria economia, finanças e moeda permitiria às comunidades dirigir o investimento para produtos com valor de uso, em vez de produtos que primam pelo valor de troca.

Aplicando-se essa discussão ao tema dos Fundos, Oliveira (2011, p.141) avalia que os FRS, quando administrados pelas “associações comunitárias”, conseguem maiores êxitos na perspectiva da emancipação de seus participantes:

A invenção do Sistema de Fundos Rotativos Solidários abriu as portas para a aprendizagem da gestão coletiva e comunitária de bens individuais e comuns a partir da gestão coletiva e do exercício da solidariedade e da reciprocidade. Os grupos se fortaleceram e ganharam autoconfiança. Aprenderam a trocar ideias e descobriram que a cooperação – ação coletiva – permite obter resultados difíceis de serem alcançados pela ação individual.

Tal perspectiva contribui para perceber que a autogestão é um exercício constante de aprendizado para as experiências de Finanças Solidárias. Contribui inclusive para o que se entende por emancipação social dos excluídos. Neste caso particular, os FRS tendem a ser, dentre estas iniciativas, a mais simples em suas formas de gestão, facilitando um contato simples com a gestão complexa do sistema financeiro. É nesse nível primário de gestão de finanças que essas iniciativas apresentam um princípio fundamental diferente das demais: a forma de relacionar com território “local”, tema do próximo item.

3.3.4 Desenvolvimento local: relação entre Finanças e território

Uma discussão fundamental para compreender as Finanças Solidárias perpassa seu entrelaçamento com os territórios locais. Nas

práticas de Finanças Solidárias, pontuam-se instrumentos capazes de gerar “outro desenvolvimento”: a “partir de dentro” (dos respectivos territórios), chamado de desenvolvimento endógeno.

Muñoz (2007) aborda as microfinanças relacionando-as com as teorias econômicas do desenvolvimento regional. Citando Rodriguez Fuentes, afirma que, nas abordagens teóricas, são três as razões da ausência desse tema nas teorias monetárias aplicadas ao território:

1º. Porque os economistas assumem pressupostos ortodoxos que entendem a política monetária é ‘neutra’ e que não se importam com questões regionais. 2º. Porque as regiões não dispõem de instrumentos próprios para realizar política monetária [*atribuída à Autoridade Monetária, ao Estado nacional*]. 3º. Porque mesmo se tivesse um controle monetário regional, a abertura e perfeita mobilidade os capitais não deixariam estes controles materializar-se. (MUÑOZ, 2007, p.323)

Complementando, Muñoz (2007, p.318-319) retoma a evolução histórica dos significados de desenvolvimento local, sendo constituída de três etapas. A primeira etapa é situada no período pós-guerra, na qual o desenvolvimento é visto como crescimento econômico e o PIB como seu principal indicador. Nessa perspectiva, desenvolver é adotar os padrões da economia do Norte, dita mais avançada e moderna. Na segunda etapa, como o sucesso previsto na etapa anterior não foi alcançado, acrescentam-se ao desenvolvimento questões políticas e sociais para explicar o insucesso, sobretudo no fim dos anos 1960, a exemplo da “teoria da dependência”. Já a terceira etapa, que ocorre a partir de 1970, sob a marca da teoria liberal e os efeitos da globalização, propõe-se a queda das barreiras nacionais, substituídas por uma relação local e global.

É interessante mobilizar aqui também a discussão de Coraggio (2004, p.98), que compreende o desenvolvimento local a partir de duas variantes: i) a geração de condições no local para atender às demandas do capital (tendência localista); e ii) a possibilidade de atender a “outro desenvolvimento”, o endógeno, a partir da articulação comunitário-social (tendência autonomista). A primeira variante, localista, é uma tendência globalizante do mercado. A crítica que o autor faz à primeira diz respeito ao fato de gerar exclusão territorial e social. Já a segunda, ao contrário, propõe uma integração “de baixo para cima” (do local, da base). Dessa forma, o desenvolvimento local implica inclusão de atividades econômicas localizadas no território em vários subsistemas e detém o

desafio de comunicar-se com outras regiões, sob pena de isolamento (CORAGGIO, 2004, p.106).

As perguntas que se apresentam para a relação microfinanças e desenvolvimento local que são importantes como indicadores para medir os impactos das microfinanças são as seguintes: “Para quê” (objetivos)? “Por quem” (agentes)? “Para quem” (destinatários)? “Como é o desenvolvimento (modo)?

Nesse sentido, inserir a questão do desenvolvimento local significa tratar de uma face importante do caráter emancipatório, onde

o local, o cotidiano e o comunitário apresentam condições que permitam superar a alienação, pois o desenvolvimento da vida das pessoas e comunidades é favorecido pela **ação coletiva** em âmbitos locais, onde a concorrência e os conflitos de interesses pode ser regulados de maneira mais transparente. Ademais, neste contexto as relações interpessoais podem fomentar reações produtivas e reprodutivas de cooperação, e gerar associação. (SABATÉ; MUÑOZ; OZOMEK, 2005, p. 19, grifos nossos)

Por fim, a característica comum das experiências de finanças solidárias é que elas derivam de **sistemas de reciprocidade e de ajuda mútua** que reatam e fortalecem os laços comunitários de proximidade e, em geral, são acompanhadas por atividades complementares de formação, capacitação e sensibilização, fundamentadas em relações de confiança.

Nesse sentido, o estudo de Ferreira (2013, p.59) contribui, pois os

grupos de trabalho associado [tipo Empreendimentos Economia Solidária], apontam para uma dinâmica que priorize o desenvolvimento local, focado na distribuição da riqueza produzida localmente, retida e consumida, em sua maior parte, na comunidade, ampliando a produção e o consumo local, articulados a outras redes setoriais e socioespaciais do trabalho associado e garantindo acesso a direitos, pelo protagonismo de trabalhadores de baixa renda.

Outro estudo mais recente aponta na mesma perspectiva:

O Fundo Rotativo Solidário é sem dúvidas uma possibilidade de desenvolvimento com sustentabilidade territorial como verificamos em

Gameleira e em outras cidades paraibanas, e, principalmente quando é gerenciado através de pessoas descentralizadoras que tem por finalidade o bem-estar social de todos. A percepção dessa atitude para o desenvolvimento do hoje, com vistas no futuro é imprescindível para o gerenciamento assertivo do Fundo (SILVA, 2015, p.44, 108)

Como serão tratados posteriormente, os FRS têm uma contribuição fundamental ao desenvolvimento local sob o ponto de vista endógeno e autonomista (de Coraggio). Ressalta-se que desenvolvimento local não diz respeito somente ao conjunto de práticas financeiras e “território” entende-se com relações entremeadas entre o ser humano e o meio físico enfatizado por Santos (1979, p.29-30). Nesta direção outra característica das Finanças Solidárias é sua inserção nas lutas e organizações dos movimentos sociais articulados em redes sociais, desde o local, como aponta o item seguinte.

3.3.5 As redes sociais como base para a sustentabilidade das Finanças Solidárias

As iniciativas de Finanças Solidárias são consequência do processo e acúmulo de experiências dos movimentos populares e suas articulações em associações, fóruns, etc. Esse processo identifica e aceita entre os participantes a perspectiva de trabalho em redes. As redes de movimentos sociais surgem com o objetivo de unir integrantes do mesmo segmento e/ou conectar os vários elos de uma cadeia produtiva, além de fortalecer tais iniciativas por meio do compartilhamento de concepções e de diversas experiências, tendo-se que o papel das finanças nesse processo torna-se fundamental.

O conceito de redes sociais é amplo e polissêmico, comumente usado nas teorias acadêmicas e na prática política. Na teoria sociológica, segundo Mercklé, (apud FONTES; PORTUGAL, 2009, p. 284) redes sociais significa

um conjunto de unidades sociais e de relações, diretas ou indiretas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável” [...]. As unidades sociais podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais, tais como associações, empresas, países. As relações entre os elementos da rede podem ser transações monetárias, troca de bens e serviços, transmissão de

informações, podem envolver interação face a face ou não, podem ser permanentes ou episódicas.

Abordagem sociológica feita a partir das redes sociais posiciona os atores em contextos sociais, permitindo perceber que as trajetórias dos indivíduos não são determinadas integralmente pela sua posição na estrutura social, nem tão-somente pelos resultados das suas decisões. Uma sociologia focada nas relações sociais (Simmel) não nas estruturas ou coletivos sociais (Marx e Durkheim) ou na ação social do indivíduo (Weber).

De acordo com Fontes e Portugal (2009, p. 286) a pesquisa sobre redes sociais se divide em dois campos de interesse: a) organização de sociabilidades; e b) os processos de mobilização de recursos. No primeiro campo, destaca-se os estudos de comunidade, que procuram abordar o impacto das transformações socioeconômicas nos padrões de sociabilidade. Nesse campo estão os estudos sobre o destino da comunidade e sua relação com sociedade (Tönnies) e, nesse âmbito da sociabilidade encontra-se mais recente a definição de Granovetter (2003): conceitos de laços fortes, e laços fracos, questionando as análises tradicionais sobre os laços comunitários da sociabilidade.

No segundo campo, partindo da constatação de que as redes são importantes instrumentos de mobilização de recursos (ou de formação de capital social), diversos estudos analisam a relação entre as características estruturais das redes e o acesso a recursos (cf. FONTES; PORTUGAL, 2009, p. 286).

Em Wanderley (2002, p.28), o capital social, a partir do enfoque da nova sociologia econômica, é “entendido como um tipo de relacionamento social que inclui confiança, normas de reciprocidade, atitudes e valores que ajudam as pessoas a transcender relações conflituosas e competitivas para formar laços de cooperação e ajuda mútua”. Desdobrando esses pontos, convém destacar em nosso trabalho que, em Finanças, a perspectiva de organização de redes vai além das ideias de capital social, pois

segundo a teoria do capital social, a confiança interpessoal está relacionada à participação em associações cívicas. O capital social aumenta a capacidade de ação e facilita a produção de alguns bens, provendo ganhos econômicos e outros benefícios para os indivíduos e para o grupo. Portanto, espera-se que em ambientes onde exista confiança os indivíduos sejam estimulados a participar e a interagir com outros, já que a criação

desses laços dá acesso a recursos que geram benefícios aos membros de uma rede social. (REYMÃO; CÔRREA, 2014, p.178)

No sentido crítico da noção de capital social e

contra as construções formalistas de redes, podemos recorrer a teorias interativas como aquela da Dádiva (Mauss). Esta aparece como contribuição inestimável para deslocarmos a discussão de rede desta plataforma teórica objetivista e dualista, oferecida pelas teorias do capital social para outra plataforma teórica, forjada nas fronteiras da sociologia com antropologia, a etnologia, a economia e a política. Considera-se nesta o valor dos vínculos e das interações consideradas em si mesmas. As redes não são vistas como recursos estratégicos e instrumentais, mas como categorias estruturantes de práticas horizontalizadas de grupos e organizações cujas motivações são essencialmente paradoxais ao mesmo tempo interessadas e desinteressadas. (MARTINS, 2009, p. 43)

Nos últimos anos, desenvolve-se na sociologia a perspectiva de “análise de redes sociais” (ARS) enfocando interações entre grupos sociais e classes. “Neste sentido a ARS contribui para evidenciar relações e coordenações não identificadas previamente. Constitui-se assim uma **metodologia específica para o estudo da das relações sociais**” (MINELLA, 2013, p. 188)

Do ponto de vista prático, para as Finanças Solidárias importa a constituição das redes conforme os estudos de Sherer-Warren (2008), no qual situa a importância dessas na perspectiva de associação que supera as estruturas hierárquicas com a estrutura “horizontal dos movimentos sociais.

Nessa direção, Mance (2002, p.11), apresenta algumas vantagens e possibilidades para organização de empreendimentos e grupos de economia solidária “em rede”:

i) permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador; ii) atendem demandas imediatas desses atores pelo emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas por consumo, pela afirmação de sua singularidade étnica,

feminina etc.; iii) negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural; e iv) passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas

Aplicada aos FRS, essas ideias são expressas do seguinte modo, a partir de casos concretos desenvolvidos na pesquisa de Fulgêncio, (2014, p.17, grifos nossos)

que para um funcionamento exitoso do Fundo Rotativo Solidário as práticas de solidariedade e reciprocidade são fundamentais, pois quanto mais fortes forem os laços vivenciados no cotidiano de um grupo maior será o sucesso no funcionamento do arranjo social e das atividades praticadas coletivamente. É nesse sentido que observamos o FRS como um arranjo capaz de acumular/fortalecer o capital social e promover a coesão entre os membros do grupo de uma comunidade

Como será apresentado no próximo capítulo, nos três seminários nacionais de Fundos Solidários se apresentou constantemente a necessidade de constituir formalmente a “Rede Nacional de Fundos Solidários” como organização coletiva e legítima para “defender a causa dos Fundos Solidários em espaços de incidência sobre políticas públicas e para promover a identidade, visibilidade e intercambio metodológico entre os fundos”⁸². Também os Bancos Comunitários desenvolveram sua Rede Nacional (cf. seção 3.2)

Essas discussões contribuem para aproximar as Finanças Solidárias a um movimento social mais do que como uma parte ou setor do sistema financeiro. Os FRS procuram desenvolver formas aparentemente simples de crédito, mas sua sobrevivência depende de relações complexas inseridas nas redes sociais. Como veremos no capítulo cinco (bases sociais) e no capítulo sete, as conquistas e dificuldades apresentadas. Além dessas características desenvolvidas, questiona-se: as Finanças

⁸² Texto estudo: “Fundos Solidários: uma história pelo reconhecimento” (polígrafo) para a Reunião do Conselho Gestor de Fundos Solidários, em Porto Alegre, dias 06 e 07 de fevereiro de 2018.

Solidárias são um meio de transformação do capitalismo ou apenas ocupam os espaços “vazios” pelos quais o mercado financeiro capitalista não se interessa? No próximo item, discute-se esta questão situando na perspectiva do papel das finanças solidárias para a construção do socialismo.

3.3.6 Possibilidades da Finanças Alternativas na construção de Utopias emancipatórias

Desde uma perspectiva emancipatória, convém retomar o sentido que as Finanças Solidárias têm para a transformação do capitalismo, como parte da luta pela “utopia” do Socialismo (M. S. BRASIL, 2011, p. 11). Nessa perspectiva, os debates não são tão claros ou explícitos em grande parte das discussões políticas e nos trabalhos acadêmicos. Apenas de maneira indireta, como integrante da Economia Solidária, a qual, “procura reverter a lógica capitalista [...] e contribui para construir uma sociedade sem classes [...] entendendo-se como a sociedade socialista” (BRASIL, 2006, p.59)

A priori, destaca-se que iniciativas desse gênero não são recentes e os registros históricos situam-nas nas primeiras décadas do século XIX. Uma de tais iniciativas foi conhecida como Banco do Povo, desenvolvido por Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) no final da década de 1840. A experiência durou apenas dois meses pois Proudhon foi preso durante três anos, dando fim à iniciativa. Entre outros motivos, foi acusado de tentar atacar o sistema financeiro com a criação do Banco do Povo, pois a instituição “tinha por objetivo a abolição dos juros e a promoção da livre circulação de valores entre os clientes”. (VVAA, 2014, p. 163)

A articulação do sistema financeiro com a luta pelo socialismo é tratada por Marx em sua trajetória intelectual, por exemplo, desde o início dos “Grundrisse” até as páginas finais do terceiro volume de “O Capital”. Em poucas pinceladas, apresenta-se o que há de mais importante e essencial para a compreensão dos FRS.

A escolha do livro de Darimon como abertura do capítulo inicial dos *Grundrisse*, não foi aleatória, na medida em que *Da Reforma dos Bancos* é uma excelente síntese do estágio de elaboração dos proudhonianos sobre bancos e crédito, o que permite Marx realizar uma crítica abrangente de propostas socialistas aparentemente populares em seu tempo. [...] Darimon discute sete diferentes propostas de reforma bancária, antes de apresentar

a proposta do *Banco do povo* cujo autor é Proudhon (1949) (ALBUQUERQUE, 2010, p. 139)

Segundo Rosdolski (2001, p.329), Marx oferece elementos de um método para tratar a transição ao socialismo: a identificação de germes visíveis da nova sociedade, presentes na dinâmica da sociedade capitalista.

A mudança fundamental para Darimon, estaria no desenvolvimento da garantia pública, que é o que está fundamentando as notas bancárias emitidas pelos bancos. A progressiva substituição da garantia individual (na relação entre credores e devedores individuais) pela garantia pública é o que fundamenta a defesa do **crédito gratuito**. [...] Darimon menciona que o objetivo do Banco do Povo é organizar democraticamente o crédito. (ALBUQUERQUE, 2010, p.143-144, grifos nossos)

As relações teóricas entre dinheiro, crédito, a burguesia usurária, os juros etc. são partes importantes das discussões que Marx realiza nos “Grundrisse”. Já em “O Capital” (livro III principalmente) aprofunda mais ainda, sem citar diretamente os socialistas utópicos. Segundo Albuquerque (2010, p. 154), há quatro questões relacionadas ao papel do crédito: “caráter dual do sistema de crédito, crítica a visão dos socialistas sobre o papel do crédito, uma discussão sobre a razão da emergência de teorias como a dos saint-simonianos na França e o papel do crédito como alavanca de transição”

Nesse sentido, essa discussão atualmente contribui para a construção de Finanças Solidárias quando Marx aponta o crédito e as finanças como uma possibilidade de contribuição para transformação do capitalismo, na socialização dos meios de produção em “O Capital” (livro III, capítulo 27).

As fábricas de cooperativas de trabalhadores são, uma primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente em sua organização reproduzem os defeitos do sistema capitalista. Mas dentro dela se suprimiu oposição capital e trabalho, embora que na forma de associação os trabalhadores são capitalistas deles mesmos, exploram seu próprio trabalho [também de aí] desponta um novo modo de produção... o sistema de crédito constitui a base principal da transformação das empresas

capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para expansão das empresas cooperativas. Estas duas devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado. Superação negativa (S.A.s) e positiva (cooperativas) (MARX, 1985, p.587)

Como se percebe, Marx aponta o crédito como uma forma de fortalecer as cooperativas de trabalhadores existentes em meados do século XIX, contexto em que o crédito exerce um papel fundamental e dialético. Se, por um lado, fortalece o sistema capitalista, por outro, pode fortalecer as lutas dos trabalhadores.

O sistema de crédito devido ao caráter dúplice, inerente: de um lado: desenvolve a força motriz da produção capitalista, levando a um sistema puro e gigante de especulação e jogo, para uma minoria, e de outro lado: forma de passagem para um novo modo de produção. Esta ambivalência dá ao crédito o caráter híbrido e atraente de fraudulentos e profetas. (MARX, 1986, p.587, grifos nossos)

No capítulo 36 (Livro III), intitulado “Formas Pré-Capitalistas”, Marx (1986, p.117) retoma o papel do crédito na transição, com críticas aos socialistas (utópicos). Para Marx, o

sistema de crédito servirá como **poderosa alavanca durante a transição do modo de produção capitalista para o modo de produção do trabalho associado**, entretanto como elemento em conexão com outros revolucionamentos orgânicos amplas do próprio modo de produção. Em contrapartida, as ilusões acerca do poder miraculoso do sistema de crédito e bancário, no sistema socialista, surgem do desconhecimento total do modo de produção capitalista e do sistema de crédito como uma de suas formas. Tão logo os meios de produção deixem de se converter em capital (com abolição da propriedade fundiária privada) o crédito não terá mais sentido algum. (grifos nossos)

A discussão desses “princípios” serve como um “pano de fundo” para entender as Finanças Solidárias em seus processos históricos, teóricos e da diversidade de práticas, mas também serve como “projeto

sempre em construção”. A próxima seção está direcionada à microfinanças e a seguinte (3.5) destaca as possibilidades e ensaios na direção de uma política pública de Finanças Solidárias a ser constituída no Estado brasileiro.

3.4 AS MICROFINANÇAS: NAS ORIGENS DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Esta seção pretende discutir as bases das Finanças Solidárias no contexto histórico e teórico relacionando-as com a questão das “Finanças”, não exaurindo toda a discussão sobre a multiplicidade de práticas e tendências teóricas sobre o assunto. Pretendemos também aqui, de maneira breve, trazer à tona alguns elementos que, do ponto de vista da economia e da sociologia, são importantes para compreender o sistema financeiro na sociedade capitalista.

De modo geral, o conceito “finanças” remete a “dinheiro”, circulação de moeda, crédito, investimentos e serviços bancários, ou seja, às dimensões monetária, bancária ou creditícia da economia. Coelho (2003, p.153) lembra que esta é uma “visão tradicional [*e se torna convencional*], em que ‘finanças’ é vista como “ciência que trata da utilização do dinheiro (custo, rendimento, captação, controle, proteção), excluindo os atores, o processo de intermediação e seus objetivos”.

Do ponto de vista histórico, de acordo com Muñoz (2007, p.273) as “finanças” adquirem importância social econômica na fase do capitalismo comercial, na revolução mercantil do século XII, sendo, anteriormente a esse período, até certo ponto rejeitadas pelo pensamento reinante e pelas normas estabelecidas pelo modelo de organização da vida social feudal. Porém, lentamente e à medida que a moeda começaria a expressar uma despersonalização da relação entre compradores e vendedores, revelaria seu caráter intercambiável como qualquer outro bem.

Do ponto de vista conceitual, Muñoz (2007, p. 276-277) apresenta uma lista dos principais serviços oferecidos pelas Finanças Solidárias, porém são modalidades similares às microfinanças:

- i – São serviços financeiros para as unidades socioeconômicas de pequena escala: a exemplo do microcrédito (mais conhecido), dos microdepósitos; dos microsseguros, etc.
- ii – Há uma multiplicidade de arranjos institucionais: entre formais e informais. Por exemplo, bancos comerciais que realizam atividades

microfinanceiras; organizações sem fins lucrativos que oferecem microcrédito, etc. iii – Aplicação de mecanismos inovadores para alcançar êxito com altas taxas de repagamento (devoluções), com diversas formas de garantias. Exemplo dos bancos comunais e grupos solidários. iv – Horizonte de curto prazo de atividades atendidas: a brevidade de períodos é uma característica do campo das microfinanças, mensais ou diários.

Enquanto o microcrédito, de forma geral, “designa a oferta de crédito para a população de baixa renda e/ou excluída do sistema financeiro tradicional. Ou melhor dizendo, Microcrédito se refere a “empréstimos de pequenos montantes de recursos (em geral, até US\$ 500,00)” (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005, p. 3)

A iniciativa de Mohammad Yunus⁸³, em Bangladesh, em 1976, torna-se paradigmática do microcrédito no mundo. A experiência original consiste em emprestar pequenas quantias, prioritariamente para mulheres mais pobres. Como estratégia principal, forma-se um grupo com participação de cinco mulheres para garantir o empréstimo, chamado de “aval solidário”. Essa prática constituiu o *Grameen Bank*, que tinha mulheres por sócias e dirigentes. Essa experiência inspirou o microcrédito, as microfinanças e Finanças Solidárias. (YUNUS; JOLIS, 2000;

Segundo Parente (2002), a experiência também inaugurou o campo das microfinanças, pois expandiu serviços financeiros para além de microcrédito, como poupança popular, financiamento habitacional e educacional, seguros e cartão de crédito, entre outros. E as microfinanças, conforme Coelho (2003), constituem um grande marco na construção de um sistema financeiro alternativo, inspirando o surgimento de experiências similares na Ásia, América Latina e África.

Na Europa houve um crescimento do microcrédito e Philippe Guichandut (apud AMARO, 2011, p.21) revela que foi usado como método para ampliar as empresas capitalistas, nos países do Leste Europeu.

O objetivo, foi de apoiar prioritariamente o desenvolvimento de uma nova economia baseada na iniciativa individual, no setor privado, como parte do movimento neoliberal pós-comunista, principalmente na Polônia, Romênia, Bulgária,

⁸³ A partir desta experiência foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 2006

Hungria e Eslováquia. A prioridade era chegar rapidamente à classe de novos empresários que não tiveram acesso a um fornecimento de empréstimos por parte dos bancos, era praticamente inexistente, ao invés de ser para as pessoas pobres ou socialmente excluídas. A questão foi implementar sob a mesma lógica dos países em desenvolvimento, através de organizações financeiras (as Instituições Microfinanceiras-IMFs) financeiramente viável e sustentável, o que, portanto, enfatiza a lógica do profissionalismo e da lucratividade. (Tradução Nossa)

O crescimento do setor das microfinanças na Europa Ocidental ocorreu principalmente a partir do início dos anos 2000. Alguns pioneiros começaram, no final dos anos 1980, a testar abordagens com base nos modelos implementados em países em desenvolvimento, especialmente na França, com a criação de Associação para o Direito à Iniciativa Econômica (ADIE), em 1989. A Rede Europeia de Microfinança (REM) mostra que 61% de 170 programas foram implementados desde o ano 2000. Há uma crescente implementação de novos programas, o estudo revela que 18 novas organizações foram criadas desde 2008. Na Europa Ocidental, o setor é, portanto, muito jovem e com poucas exceções não tem a maturidade das mais famosas instituições microfinanceiras internacionais (IFM).

No âmbito internacional, Junqueira e Abramovay (2005) lembram que o ano de 1997 foi um marco para as Microfinanças. Naquele ano foi realizada nos EUA a Conferência Global sobre Microcrédito, quando foi estabelecida a meta de financiar 100 milhões de famílias pobres em todo o mundo até 2005. A partir de estudo realizado pelo Banco Mundial (KUMAR, 2004), constatou-se que as Microfinanças cresceram notadamente no Brasil a partir do final dos anos 1990. Tal crescimento deu-se em função de diversos fatores, dentre os quais estão as mudanças no marco jurídico e a atuação do governo federal⁸⁴. (cf. BÚRIGO, 2006, p. 141).

Alguns autores apontam que a origem das microfinanças no Brasil seria a partir do cooperativismo de crédito, em 1902, em Nova Petrópolis

⁸⁴ Antes de 1999, as microfinanças no Brasil só podiam ser concedidas por Organizações Não-Governamentais (ONGs), sem fins lucrativos, restringindo o seu financiamento a donativos e limitando tecnicamente as práticas de empréstimo a tetos irrealistas de taxas de juros sob a Lei de Usura do Brasil. (KUMAR, 2004, p. 21).

(RS). Contudo, outros apontam sua gênese em 1973, pela União Nordestina de Assistência a Pequenas organizações (UNO), que oferecia crédito, assistência e capacitação a empresários informais do Recife e da Bahia (SANTANA; GUZMAN, 2012, p.4). O crescimento de microfinanças também ocorreu no Brasil principalmente após 1994 embora a esperada “indústria de microfinanças” não tenha ocorrido⁸⁵.

Barone et al. (2002, p.15-18) elenca as principais experiências do microcrédito implantadas no Brasil nos anos 1980, havendo, na época, uma ampla gama de modelos e metodologias. Dentre as experiências brasileiras, destacam o Programa UNO, o Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor (CEAPE), o Banco da Mulher, o Portosol, o Vivacred (Viva Rio), o Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste (BNB), o Crédito Produtivo Popular do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Caixa Econômica Federal e os Bancos do Povo.

Em 1996, o BNDES lançou o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), com o objetivo de difundir o conceito de microcrédito e promover a formação de uma ampla rede institucional capaz de proporcionar crédito aos microempreendedores formais ou informais. Com a intenção de apoiar o setor, não apenas na busca de recursos financeiros, mas, sobretudo na busca de sua institucionalidade (CARDOSO, 2000). Em termos sumários, a trajetória do microcrédito e das microfinanças no Brasil, segundo Gilson Bittencourt, pode ser resumida em cinco fases:

Fase 1 (1972 – 1988) – período no qual se criam as redes alternativas de crédito ligadas às organizações não governamentais (ONGs), criação de alguns fundos rotativos para o financiamento do setor rural e gestão dos recursos com ênfase no financiamento e não no retorno do crédito.

Fase 2 (1989-1997) – entrada das prefeituras no mercado do microcrédito, expansão do cooperativismo de crédito urbano e constituição de sistemas alternativos de cooperativas rurais.

⁸⁵ Conforme Parente (2002), o termo “indústria de microfinanças” inclui, além de IMFs, outras organizações e programas: “entende-se por ‘indústria de microfinanças’ o conjunto de organizações e programas que prestem serviços financeiros para o segmento microempresarial e utilizem, em menor ou maior grau, os conceitos e pressupostos básicos das microfinanças” (PARENTE, 2002, p. 95).

Fase 3 (1998-2002) – Criação do marco legal das sociedades comerciais de microcrédito (SCMs) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), criação do programa de microcrédito do BNDES, permissão para atuação dos correspondentes bancários e alteração na regulamentação das cooperativas de crédito.

Fase 4 (a partir de 2003) – inclusão bancária e acesso ao crédito pelas populações de baixa renda, apoio ao cooperativismo de crédito e regulamentação do crédito consignado.

Fase 5 (a partir de 2005) – criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), viabilização dos fundos de aval e instituições de microcrédito, aproximação entre instituições financeiras tradicionais e de microcrédito. (apud VALENTIN; SERRA, 2012, p.14)

Sobre o último decênio, Barone e Sader (2008) acrescentam uma análise a partir de pesquisa sobre a Política Nacional de Microcrédito no governo Lula (2003-2010). Esses autores interpretam o microcrédito enquanto política pública voltada para a geração de emprego e renda. Dessa forma, o microcrédito é abordado como um programa governamental com características de um projeto social, porém implantado via mercado financeiro. “Em termos teóricos a análise tem inspiração nas abordagens institucionais sobre mercados e nos estudos da sociologia econômica sobre crédito e finanças” (MIGUEL, 2012, p. 01)

Em relação às políticas de microfinanças que estão se implantando no Brasil, destaca-se o Programa de Inclusão Financeira, dado em 2009, através do Banco Central do Brasil, e que diz respeito a vários aspectos de “um sistema financeiro inclusivo”⁸⁶. Inicialmente se compreendia como Inclusão Financeira toda forma de “prover acesso a serviços e

⁸⁶ A “inclusão financeira” é um tema também em outros países. “No início de 2000 tema começou a ocupar espaço relevante nas agendas do G20 (grupo dos 20 países mais ricos), de organismos internacionais, bancos centrais e reguladores do sistema financeiro de secretarias e ministérios da Fazenda” Inclusive, no G20 há nove princípios para a Inclusão Financeira perpassando o combate à pobreza, educação financeira, proteção ao consumidor, combate a lavagem de dinheiro, etc. Em 2011 o Brasil assinou a Declaração Maia, durante o *Global Policy Forum*, em Riviera Maia, no México, com ações voltadas a “tornar os serviços financeiros acessíveis a 2,5 bilhões de pessoas no mundo a margem do sistema financeiro.” (BCB, 2014, p.17-18)

produtos financeiros adequados às necessidades da população.” (FELTRIM; VENTURA; DODL, 2009). O termo “adequados” usado na definição advém do fato de que nem tudo o que é ofertado no mercado contribui, necessariamente, para o bem-estar da população e para a estabilidade da economia como um todo.

A inclusão financeira, precisa ser entendida como algo além do crédito. [...] Tende a alavancar a indústria de serviços financeiros, tanto na colocação de produtos de forma inovativa por parte das instituições financeiras, quanto na prestação de serviços diferenciados por instituições de microfinanças (IMFs), visando ao atendimento de segmentos específicos, em geral excluídos do sistema bancário tradicional (BCB, 2010, p. 07)

Foram realizadas seis edições do Fórum Brasileiro de Inclusão Financeira até 2014 e publicados os respectivos Relatórios da Inclusão Financeira (BCB, 2014, p.2). O Plano de Ação – 2012 a 2014 para o fortalecimento do ambiente institucional da Inclusão Financeira está baseado em três eixos: I-Regulação, II-Educação e Transparência e III-Diagnóstico. No primeiro, encontra-se o microcrédito e instituições de microfinanças cuja finalidade é “aprimorar o arcabouço regulatório do microcrédito e das IMFs para o adequado suporte a microempreendedores bem como a micro e pequenas empresas”. (BCB, 2014, p.10-16)

Nessa linha das políticas de apoio ao microempreendedor, no primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014) foi lançado o Programa Crescer, em agosto de 2011, com o mesmo intuito – estimular o empreendedorismo no país.

As operações do Crescer, são direcionadas a empreendedores informais, individuais e microempresas com faturamento até 12 mil reais anuais. O valor máximo do programa é 15 mil, destinado a capital de giro ou investimento. [...] dispensa garantias reais desde que substituído por aval solidário” (BCB, 2014, p.44)

Desse processo histórico, pode-se concluir que as microfinanças não surgem inicialmente como opção do próprio do sistema financeiro capitalista, nem tampouco como políticas ou ação do Estado, mas situa-se

mais na sociedade civil⁸⁷ que depois interagem com o sistema e com a formulação de políticas específicas. Atualmente, as microfinanças mudaram de foco e passaram a atender mais os microempresários. Apesar desta mudança, as iniciativas de microcrédito e microfinanças influenciam e continuam sendo um dos pilares históricos e teóricos para as iniciativas de Finanças Solidárias.

3.5 MICROFINANÇAS: DILEMAS ENTRE DEMOCRATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO?

A abordagem conceitual do surgimento das microfinanças, microcrédito e outras alternativas situam-se no campo teórico mais amplo, o das finanças em geral, para compreender o seus limites e alcances. O objetivo desta seção é elencar alguns pontos para discutir os desafios e possibilidades dessas micro experiências mediante o complexo sistema financeiro da atualidade.

De modo geral, o termo “finanças” remete a conceitos monetários, bancários ou creditícios. Tal visão é “descritiva apenas, pois não trata do tipo de **atores** envolvidos, das **finalidades específicas** perseguidas, das características das formas de intermediação e da questão de **significado das estruturas** existentes e suas alternativas possíveis” (SABATÉ; MUÑOZ; OZOMEK, 2005, p. 16, grifos do autor e tradução nossa). “Preocupações estas que se fazem necessárias ao apontar que, em seu desenvolvimento “normal”, as **finanças hegemônicas** captam recursos de muitos para gerar crescente concentração e centralização entre poucos (MUÑOZ, 2009, p.208, grifos nossos) Tal visão só seria superada com o surgimento das microfinanças como alternativa para a população sem acesso ao sistema financeiro tradicional (COELHO, 2003, p. 154; MUÑOZ, 2007, p.273).

Segundo interpretação marxista de Brunhoff et al. (2010, p.23) as finanças, de acordo com Marx, podem ser definidas como um “setor” da economia, porém na sua análise do capital bancário, acrescenta a dimensão de poder e de classe como ponto central, demonstrando que uma fração da burguesia, se apodera das finanças para acumular mais capital. Sinteticamente, o sistema bancário é descrito em “O Capital” (MARX,

⁸⁷ Além disso, as microfinanças surgem como respostas “espontâneas” a partir da sociedade e, não propriamente no Estado ou nos grandes agentes financeiros. Neste “setor social”, diverso e amplo. Ozomek (2007, p. 200-201) apresenta uma tipologia baseada no critério de “estrutura de propriedade” de instituições microfinanceiras.

1985) como o “administrador do capital de crédito, o capital colocado à disposição das empresas, onde os bancos “enfrentam” os credores”. E, em Hilferding, o “capital financeiro” é o capital reunido nos bancos, colocado à disposição das empresas, que se torna fonte de concentração de poder capitalista até as suas formas diversas, inclusive os próprios bancos passam também a ter propriedade das empresas.

Duménil e Lévy (2010, p. 188) também acrescentam que o termo finanças, tem um “sentido particular” em Marx: é de **dominação** que se trata e em **termos de classe**”. Segundo esses autores, “a finança não é uma classe [...] mas, o processo de sua própria constituição, que se torna “classe em si” e esta fração de classe [*a burguesia financeira*] articula estruturalmente as instituições financeiras. Ela se molda na finança, que a constitui como ator social” na relação entre as frações de classe capitalista e acrescentam “se o poder da finança é forte, há uma hegemonia financeira”⁸⁸.

De acordo com Sabaté, Muñoz e Ozomek (2005, p. 17) um dos aspectos a ser considerado é que as instituições financeiras convencionais, com seu mecanismo de intermediação, formam fundos e os aplicam, com lucros:

consiste em captar recursos de muitos para concentrá-los e centralizá-los em poucas mãos. Essa **concentração e centralização** vai deixando fora do jogo a enormes quantidades de unidades econômicas interessadas em melhorar ou ampliar sua atividade com esses recursos, algumas das quais podiam realizar ações de grande interesse social ou responder as necessidades básicas da comunidade. (grifos nossos)

Segundo Marx (1985, p. 387), os processos de concentração e centralização são aspectos da tendência crescente de acumulação de capital.

A continua transformação de mais-valia em capital apresenta-se como uma crescente grandeza do capital que entra no processo de produção. Com a

⁸⁸Mintz e Schwartz, (1985, p.viii) utilizam este conceito a partir de suas pesquisas realizadas nos anos 1970 de que "o desenredar das relações de poder no mundo industrial moderno repousa no entendimento das relações intercorporativas e da direção do poder intercorporativo". A análise destes autores sobre as diretorias entrelaçadas (*interlock network*) indicou que os bancos e outras companhias financeiras jogavam um papel de coordenação no mundo empresarial.

acumulação de capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista, e com este modo de produção, desenvolve-se a acumulação do capital. [*Onde*] cada capital individual é uma maior ou menor concentração de meios de produção com o correspondente comando sobre um maior ou menor exército de trabalhadores. Toda a acumulação se torna meio de nova acumulação. Ela amplia com a expansão da massa de riqueza funcionando como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais... Com a concentração cresce o número de capitalistas.

A centralização é consequência do processo de concorrência que realiza a concentração (1985, p.389)

Este processo distingue-se do anterior implica alteração na repartição dos capitais que já existem... O capital cresce enormemente aqui, nas mãos de um só, porque escapou da mão de muitos, noutra parte. Esta é a **centralização** propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração. [...] As leis da centralização de capitais... Por exemplo: se dá pela concorrência através do barateamento de mercadorias, que depende da produtividade do trabalho, e desta da escala de produção.

E, nesta explicação, Marx (1985, p.389-390) apresenta o papel crucial do sistema de crédito como fundamental para os processos de acumulação, além da concorrência.

Além disso, a produção capitalista faz surgir uma força nova, o sistema de crédito. Pouco a pouco vai levando à mão dos capitalistas massas de dinheiro numa terrível arma da concorrência. [...] Na medida em que se desenvolve a produção se desenvolve a concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização.

As mencionadas análises de Marx vêm sendo recuperadas para entender as recentes crises financeiras do sistema capitalista, principalmente após a de 2008. Os processos de centralização e concentração do capital com participação do capital financeiro ocorrem perceptivelmente no Brasil a partir da década de 1940, como aponta

Minella (1988) em um amplo estudo sobre o processo de organização e crescimento do poder político dos banqueiros. Segundo Minella (1988, p. 129) “na medida em que vão se fortalecendo os grupos financeiros, sua influência sobre a vida nacional e sobre o processo de acumulação e reprodução do capital no País, passa a ter maior e decisiva importância”.

Para Muñoz (2007, p. 323), os efeitos das atividades financeiras sobre as atividades reais têm sido explorados teórica e empiricamente desde os princípios do século XX e sem consensos. A visão dos **monetaristas** sustenta a neutralidade do dinheiro em virtude da qual o setor real da economia depende só de variáveis reais, isto é, o dinheiro é uma variável que não interfere na economia. Noutra visão estão os **keynesianos** que introduzem a ideia da “demanda por dinheiro por razões especulativas”. Dessa forma, alterações na oferta monetária geram mudanças na taxa de juros, afetando o investimento e todo o setor real. Ou seja, o dinheiro não é variável neutra ou independente e influência no setor real da economia. Nesses marcos teóricos é que a referida autora situa o surgimento das microfinanças, cuja população destinatária e objetivos se compõem de setores mais debilitados do cenário socioeconômico.

A classificação das estruturas microfinanceiras é abordada por Muñoz (2007, p.284-287) como baseada na “tecnologia creditícia”. A última, por sua vez, “se entende como a gama de atividades levadas a cabo por uma instituição que oferece créditos, a qual adota uma configuração específica de mecanismos de seleção dos prestatários, tamanho dos empréstimos, pagamentos, garantias, monitoramento, administração e recuperação”. E, ainda, resume em três tecnologias creditícias fundamentais: o “grupo solidário”, a “banca comunal” e a tecnologia individual não-convencional, que descrevemos nos tópicos abaixo.

1. Grupo solidário, que se divide em dois enfoques: a) o *ACCION internacional*⁸⁹, que são “empréstimos” a indivíduos que formam grupos de quatro a sete membros que devem realizar uma garantia cruzada entre os empréstimos de cada um, garantindo o repago de forma coletiva. b) o *Grameen*⁹⁰ consiste em formar um grupo de cinco mulheres não relacionadas entre si incorporadas ao centro comunal que reúne oito grupos. As mulheres devem assistir reuniões num período anterior de 04 a 08 semanas, de formação de empréstimo e autoestima.

⁸⁹ Uma organização não lucrativa estadunidense que inclusive aplicou a metodologia em Recife no ano de 1973.

⁹⁰ Significado de “rural” ou aldeia na língua bengali, começou em 1976 em Bangladesh com Yunus.

2. Banca Comunal (*Village Banking*), que se origina na década de 1980 a partir de duas modalidades: a) o enfoque da Fundação para a Assistência Comunitária Internacional (FINCA) na Bolívia. Destina-se às populações de áreas rurais, principalmente mulheres, e se baseia na criação de associações de poupança e crédito em torno de 30 a 50 membros, sendo os bancos propriedade de seus membros e gerenciados por eles. b) Enfoque de *Centro Internacional de Desarrollo e Investigación* (CIDR), com base na França e na África, são bancos comunais estabelecidos e gerenciados por comunidades rurais.

3. A tecnologia individual não convencional: nas quais a clientela é composta de pequenas e médias empresas, urbanas e do setor informal e pequenos produtores rurais, para capital de giro ou ativos fixos.

Outro trabalho, que merece destaque neste debate é o de Rutherford (2002), que ilustra as muitas maneiras que os pobres usam para administrar seu dinheiro ou resolver o problema de não ter acesso ao crédito nos Bancos. Sua discussão é feita a partir de experiências nos bairros pobres, inclusive com forte participação feminina, em diversos países em desenvolvimento (Bangladesh e África).

Rutherford (2002) apresenta didaticamente três formas microfinanceiras utilizadas pelos pobres para desenvolver suas poupanças: **poupança ascendente**, quando se acumula primeiro e se usa o montante total resultante num período posterior, o depois; a **poupança descendente**, quando se toma um montante total *primeiro* como antecipação (empréstimo) de poupanças futuras; e, finalmente, a **poupança prolongada**, que é quando se usa um montante total no momento que se requeira a troca de um fluxo contínuo de poupança.

Para Coelho (2003, p.163) o problema das microfinanças é que, embora tenham surgido como proposta de democratização do sistema financeiro, acabaram se limitando a sistemas de pequenos créditos. Além disso,

muitos bancos comerciais adotaram [*as microfinanças*] nos últimos anos frequentemente por razões oportunistas e/ou de marketing, procurando tirar proveito dos princípios e valores associados a essas expressões, mas subordinando-as aos seus interesses e lógicas dominantes. (AMARO, 2011, p. 12)

Na linha de reflexão sobre a importância social e econômica de microfinanças, observa-se que elas seriam uma forma de superação de “falhas” do mercado financeiro, evidente, baseando-se em pressupostos

teóricos liberais. Segundo Ozomek (2007, p.194), as microfinanças “surgiram como resposta à existência de **mercados financeiros incompletos** mediante a prestação de serviços financeiros dirigidos a projetos ou microempreendimentos que estão excluídos do sistema bancário formal” (grifos nossos)

Tal concepção parte da premissa que “os mercados de crédito são distintos de outros mercados” e possuem características próprias. E que tais mercados deveriam funcionar com **informação perfeita e sem custo**, nas transações” (OZOMEK, 2007, p. 196, grifos nossos).

A informação imperfeita ou **assimetria na informação** é um conceito desenvolvido por Akerlof (1970, p.489) ao relacionar qualidade e incerteza no mercado de carros usados, onde um agente (vendedor) tem mais informação que o outro (comprador). Aplicando-se ao mercado de crédito, os prestatários seriam os “informados” e os bancos, ou prestamistas, os atores “não informados” da transação. “A informação que conhece o prestatário [...] relaciona-se com a sua qualidade enquanto prestatário: escolha do investimento, honestidade, grau de aversão ao risco, sua capacidade e desejo de pagar os empréstimos adquiridos etc.”

Essa concepção foi adaptada para o mercado financeiro por Stiglitz e Weiss (1981 p.182), que apontam que

há dificuldades nas instituições em avaliarem adequadamente o risco envolvido nas operações de empréstimo [...] Quando não possuem informações completas sobre o tomador e sobre o projeto a ser financiado, elas tomam atitudes defensivas e racionam o crédito, ao invés de elevar a taxa de juros.

Para corrigir a assimetria do mercado financeiro, seriam adotado dois mecanismos: seleção adversa e o risco moral (REYMÃO;CORREA, 2014, p. 183; OZOMEK,2007, p. 196-199 e Cf. Quadro 7):

1. A **seleção adversa** diz respeito à impossibilidade de se conhecer informações, valores e crenças que sustentam as decisões dos agentes econômicos. Esses problemas que surgem **antes** da elaboração do contrato e os bons tomadores não aceitam as elevadas taxas de risco cobradas e fogem do crédito bancário, permanecendo apenas os que não importam com maiores riscos, ou seja, consequentemente gera o afastamento dos “bons devedores potenciais”. (*ex-ante*)

2. O **risco moral** (*moral hazard*) refere-se ao comportamento dos prestatários **após** receberem o empréstimo (*ex-post*) Essa explicação baseia-se na teoria da agência, em que o agente “principal” é a entidade

financeira que quer induzir o agente (prestatórios) a realizar as ações que assegurem maior devolução de crédito outorgado. O risco moral se refere às possibilidades de que um agente busque atender objetivos pessoais (diferentes) em detrimento dos interesses do “principal”. Por exemplo, se um prestatário tem a possibilidade de escolher entre dois projetos de riscos distintos, um problema de risco moral ocorre quando o prestatário escolhe o projeto com maior risco. Outro exemplo, ocorre quando o prestatário assume um comportamento irregular na devolução do crédito. (OZOMEK, 2007, p.197). “Nesse caso os devedores podem desviar e aplicar o dinheiro em operações de maior risco. Outro fator decorre da incapacidade de supervisão dos bancos (agente) que não conseguem fazer o acompanhamento do correto uso do crédito por parte do devedor” (REYMÃO; CORREA, 2014, p.183.)

Quadro 7 – Falhas do mercado de crédito e mecanismo ou técnica de intervenção.

Falhas do Mercados	Mecanismo ou técnica que tende a suprir a falha
Problemas de Informação Assimétrica na avaliação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantias não-tradicionais <ol style="list-style-type: none"> a. Garantia Solidária b. <i>Collaterals</i> não tradicionais c. Outros substitutos 2. Métodos de coleta de informações particulares <ol style="list-style-type: none"> a. <i>Credit Bureau</i> b. Visitas a domicílio c. Grau de inserção no território d. Referentes locais e comitê de crédito local e. Vínculo entre prestatário e membro de organização prestamista 3. Incentivos dinâmicos em renovações 4. Monitoramento no uso de créditos em renovação 5. Empreendimentos existentes e monitoramento do fluxo de fundos dos empreendimentos
Problemas de Risco Moral	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantia não tradicionais 2. Alguns métodos de coleta de informação particulares 3. Tempo de avaliação dos créditos 4. Incentivos dinâmicos 5. Serviços financeiros e não financeiros brindados 6. Monitoramento no uso do crédito 7. Termo do Crédito. Cronograma de reembolso dos créditos e prazos. Flexibilidade dos serviços financeiros.
Seleção adversa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantias não tradicionais

Fonte: Ozomek (2007, p. 202).

Em síntese, o risco moral tem implicações *ex-post*, ou seja, ao efetivo cumprimento dos contratos, no qual, o devedor faz mau uso do empréstimo comprometendo a quitação da “dívida”. E a seleção adversa refere-se a uma situação *ex-ante*, ou seja, às análises e escolhas dos “melhores” clientes ou projetos a serem financiados. Como solução para enfrentar esses problemas, uma das ações a que as instituições financeiras recorrem “é aumentar as garantias exigidas do tomador, criando restrições ao mercado de crédito. Afeta duramente os mais pobres porque não oferecem garantia reais. A fiança coletiva mitigaria estes problemas”. (REYMÃO; CORREA, 2014, p. 184).

São dois tipos de **racionamento de crédito** que podem ocorrer nesses mercados, quando: a) mediante solicitações similares ou idênticas de crédito, alguns prestatários recebem crédito e outros não, mesmo que os últimos estejam dispostos a pagar taxas de juros mais altas; b) certos conjuntos identificáveis da população que diretamente não têm acesso ao crédito, independente da taxa de juros que estejam dispostos a pagar dada a oferta fixa de crédito (conhecido como *red-lining*⁹¹).

Outro aporte significativo de Ozomek (2007) para a compreensão do tema está no que ela aponta como técnicas microfinanceiras ou características dos programas microfinanceiros (sintetizadas no Quadro 7) como resposta às ditas “falhas” do mercado financeiro apontadas acima. A autora parte da premissa de que as Microfinanças são formuladas à base de inovação, com novas estruturas de organização, novos contratos e metodologias creditícias para uma população tradicionalmente excluída do setor financeiro. Isso tem demonstrado que nem sempre esses setores são de alto risco creditício e com capacidade de poupança e de “pagamento” ou devolução.

As abordagens contribuem como indicadores para analisar as práticas de gestão de recursos dos FRS e também em que medida eles ainda não se situam como “superação de falhas do mercado financeiro” e em que medida são diferentes. Sobre essa questão, podem ser vistos maiores detalhes no capítulo seis, sobre o funcionamento dos FRS.

Em suma, esta abordagem das **teorias da informação** busca compreender as Microfinanças situando-as em pressupostos liberais, em outros termos, baseia-se convencionalmente na lógica e visão de mercado

⁹¹ O termo "*red-lining*" foi cunhado na década de 1960 por John McKnight, um ativista sociólogo. Refere-se à prática de marcar uma linha vermelha no mapa para delimitar a área onde os bancos não iriam investir; mais tarde, o termo foi aplicado à discriminação contra um grupo particular de pessoas (geralmente por raça ou sexo), independentemente da geografia.

do mercado financeiro. Segundo avaliação de Gussi et al. (2012, p.79) os programas de microcrédito no Brasil seguiram a mesma tendência:

os anos 1990 demarcam um divisor de águas das políticas de crédito: como uma alternativa ao *moral hazard* ou pela necessidade de ampliar a base social do crédito e mitigar a pobreza, emergem nas políticas públicas, as tecnologias baseadas na gestão social do crédito, em que as relações de proximidade, próprias das comunidades, o associativismo e a cooperação entre atores locais são mobilizados para auferir o grau de confiança moral e econômica em relação ao pleiteante do crédito. Podemos mencionar a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), com forte protagonismo do movimento sindical dos trabalhadores rurais, e os programas governamentais e não governamentais de microcrédito, a exemplo do CrediAmigo, gerido pelo BNB.

Outro conceito fundamental relacionado a essa abordagem acerca das Finanças Solidárias, além do que já veio sendo pontuado até aqui, são as “Finanças de proximidade” que correspondem à recuperação de práticas tradicionais, constituídas a partir de uma rede de relações sociais de que “dependem os indivíduos e das famílias, como comprar fiado, vender ‘na palha’, tomar um dinheiro emprestado, vender um animal, guardar um produto para um melhor preço, caixa entre amigos, seguro funeral, etc.” (ABRAMOVAY, 2004, p. 21).

Trata-se de uma terminologia usada para identificar um campo amplo e diverso de estratégias financeiras e expressa a ideia de um sistema financeiro local. Destaca-se alguns estudos nesse sentido, como os relatórios “*Exclusion et liens financiers*”, do *Centre Walras*, os trabalhos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (FONTES; COELHO, 2003 apud MUÑOZ, 2009, p.211; SABATÉ; MUÑOZ; OZOMEK, 2005, p. 52).

A principal virtude de um sistema de finanças de proximidade é a geração de renda “no local” por parte da população que vive em situação de pobreza. Sua característica fundamental é criar “redes que constroem capital social nas áreas em que isso é mais necessário” (SERVON, 1999 apud ABRAMOVAY, 2003, p. 07) transformando em vetor de fomento a geração e ampliação da renda no território ao qual pertencem os sujeitos de direitos.

Como as “estratégias” e teorias sobre as Microfinanças elencadas acima contribuem para a análise e avaliação do funcionamento dos FRS? Uma resposta possível é o fato de se apresentarem como técnicas de gestão. Como será tratado, os FRS praticam algum grau de “burocracia”, à medida que adotam alguma racionalidade técnica para a sua viabilidade econômica. Dentre as dificuldades apontadas no Mapeamento, indica-se a necessidade ou aprimoramento de tais mecanismos, como visitas aos EES, monitoramento, planejamento e acompanhamento na viabilidade econômica dos empreendimentos financiados (apoiados). Alguns mecanismos são praticados como garantias não-tradicionais, outras condicionalidades para incentivar as diferentes formas de devolução voluntária.

Esse processo aponta que os FRS, enquanto “tecnologia creditícia”, torna-se em muitos aspectos diferenciado no contexto do microcrédito, pois se propõe mais abrangente, quando busca a autogestão ou definição de condições como juros, prazos e valores de empréstimo pelos próprios tomadores. Mais ainda, quando fomenta o trabalho associado e os empreendimentos da economia solidária distancia-se de fortalecer o “microempresário”, ou seja, opera na afirmação da identidade e emancipação de classe, considerando suas peculiaridades e suas demandas. (FERREIRA, 2013, p.90)

As principais diferenças entre as Microfinanças e as Finanças Solidárias estão situadas nas finalidades e na (auto)gestão, nos protagonistas, grupos sociais envolvidos e, principalmente nos princípios valorativos, o paradigma liberal ou emancipatório. As Finanças Solidárias não dizem respeito somente ao que se refere como Instituições de Microfinanças (IMFs), mas àquelas pautadas na solidariedade.

Como se viu, o programa e o conceito de Inclusão Financeira em que pese o esforço e a boa intencionalidade de transformar o SFN mais acessível à população brasileira de baixa renda, ainda opera no modo convencional. Conforma o microcrédito e microfinanças no paradigma liberal ao inserir programas e órgãos, por exemplo, como o SEBRAE, incentivador de pequenas empresas, como ator e parceiro privilegiado do PIF.

Acrescenta-se que tal necessidade pode ser acentuada com a percepção que o próprio sistema tem tratado a “exclusão financeira” dos grupos sociais e de locais pobres que, apesar dos avanços tecnológicos, ainda são a condição de mais de 70 milhões de brasileiros. (IPEA, 2009; BCB, 2011) A exclusão bancária é uma das causas para que possam surgir tais práticas no sistema financeiro, como Microfinanças, microcrédito,

grandes cooperativas de crédito, subordinadas ao Sistema, correspondentes bancários etc. (BCB, 2014)

Além delas, outras causas contribuem para o surgimento das Finanças Solidárias: como solução para enfrentar as crises do sistema capitalista e o empobrecimento, efeito da tendência constante de acumulação de capital⁹²

Diante das dificuldades incitadas pelas políticas de austeridade dos governos afetados pela crise do sistema financeiro, da alta concentração de capital e da estagnação da economia, algumas comunidades passam a enxergar nas Finanças Solidárias uma estratégia para geração de renda em prol do desenvolvimento local. [Porém] a intensificação de experiências alternativas ligadas às Finanças Solidárias não está condicionada [exclusivamente] à crise do sistema financeiro. Elas sempre existiram, mas crescem em momentos históricos marcados por crises do sistema capitalista. (RAIMUNDO, 2014, p. 43)

Em tese o mercado financeiro capitalista, não chega a ser ameaçado em suas bases estruturais pelas formas microfinanceiras, pois elas não representam mudanças estruturais que poriam risco a hegemonia das “finanças capitalistas”. Chegam mesmo a representar uma vantagem pois, em geral, são uma forma do próprio sistema “abrir as portas” para os pobres; ou incentivar os pobres ao bom uso do dinheiro; ou chegar a novos clientes, abrindo um novo “nicho de mercado” etc. Para os pobres, esses serviços no máximo implicam mudanças conjunturais como um aumento temporário de renda ou melhoria do nível de consumo.

Alguns desafios se apresentam as Finanças Solidárias mediante o explicitado contexto estrutural: se, por um lado, têm crescido e ampliado sua diversidade e seu nível de organização e ampliação de estudos, por outro, enfrentam reduções, desativações, ou cooptações pelo sistema financeiro convencional, como está ocorrendo no caso das cooperativas de crédito solidário no Brasil. Mesmo tratando-se de empreendimentos alternativos, estão “jogando” no campo do mercado financeiro, inserindo-se no interior da hegemonia do modelo capitalista de finanças, o que dá margem para inúmeros desafios, dificuldades conceituais e questionamentos (PASSOS, 2007, p. 7; SINGER, 2009; BÚRIGO, 2010, p. 183-190).

⁹² Como revelado por Marx em “O Capital” (1985).

Encerrando este capítulo, pode-se dizer que as Finanças Solidárias, conceitualmente, se baseiam nas experiências de microcrédito, porém, diferenciam-se delas quanto às finalidades políticas e aos sujeitos sociais. Tal diferenciação conceitual não está no “tamanho” de suas instituições, no montante de recursos mobilizados ou, ainda, na “modernidade” dos serviços financeiros: são diferenciadas sobretudo pelo seu “conteúdo político”, ou seja, pela proposta de transformação social e de alternativa ao sistema financeiro capitalista, delimitando-as entre paradigmas liberal e emancipatório. Um debate ainda incipiente o qual necessitará maiores aprofundamentos posteriores.

A palavra “Solidária” acrescentada a Finanças (como sistema) não é um enfeite, ou simples adjetivo, mas implica na formação de um substantivo composto, que tem uma perspectiva emancipatória, inicialmente de combate à pobreza, passando pela ideia de “emprestar” aos pobres para incentivá-los a aumentar sua renda e gerar novas oportunidades de trabalho até a aventada possibilidade de “soberania financeira” do povo (cf. proposta de ARRUDA, 2009) como parte da construção de um processo emancipatório. Dessa maneira, diferenciam-se radicalmente de formas mesmo que ditas “alternativas ou de democratização do sistema de transformar os pobres em empreendedores ou “minicapitalistas”. Dentro dessa perspectiva há uma compreensão mais profunda do que simplesmente a de “sair da pobreza via renda ou crédito”, mas como estratégia de desenvolvimento alternativo (SANTOS, 2005, p.44-57), que se estende a outros níveis como o desenvolvimento local, comunitário, territorial, solidário e sustentável.

Com isto, entende-se, que a concepção de Finanças Solidárias “refunda o microcrédito” resgatando os princípios que o originou, haja visto, que em grande medida, o sistema financeiro convencional (capitalista) cooptou-o e subordinou-o condicionando a uma versão liberal. Amplia-se o desafio de dar mais um passo adiante, mediante a construção de projetos sociais, fortalecendo a dimensão utópica, em que Economia Solidária aparece como estratégia primordial para emancipação política e humana.

No próximo capítulo pretende-se aprofundar os Fundos Rotativos Solidários como uma das formas concretas de Finanças Solidárias, recuperando sua trajetória histórica e contextualização social.

4. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS FRS NO BRASIL

Os FRS situam-se entre as iniciativas de grupos sociais que se originaram no processo de construção da Economia Solidária no Brasil. Este capítulo demonstra como se deu este processo, além de apresentar uma visão mais ampla sobre os FRS fundamentando as análises dos próximos capítulos. Primeiramente, apontam-se algumas experiências mais significativas que servem de inspiração para compreender as razões para a construção de alternativas populares de finanças. A segunda parte elenca alguns fatos considerados marcantes, a adoção de técnicas sugerida pela cooperação internacional, a influência dos movimentos sociais e da teologia da libertação, entre outros aspectos que acabam constituindo a atual configuração dos FRS no Brasil.

4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

As origens históricas dos FRS baseiam-se numa diversidade ampla de estratégias que, por meio do crédito ou de finanças, buscam superar momentos críticos vividos por determinados grupos sociais, por exemplo, em situação de fome, calamidades, desemprego massivo, situações em que o apelo por solidariedade se torna maior. Essas práticas financeiras, de caráter social, surgem sob o capitalismo na Europa, na fase comercial e se estende para a posterior, fase industrial.

É praticamente unânime entre os teóricos que experiências de cooperação são a base do desenvolvimento da humanidade e continuam presentes mesmo nas sociedades dominadas pelo mercado capitalista. A exemplo das primeiras comunidades cristãs, das práticas dos produtores de arroz de Calcutá, dos quilombos onde há repúblicas cooperativas, das reduções jesuíticas e suas organizações coletivistas. Mais próxima e recente contribui a experiência dos caboclos em Santa Catarina no início da Guerra do Contestado, que foram impulsionados pelo sonho de uma “irmandade”, praticada na “partilha de tudo o que possuíam” nos “redutos” ou “cidades santas” (BÚRIGO; 2010; SINGER, 2002; BARBOSA, 2012; FAVARIN, 2009, entre outros).

Na maioria dos países essas experiências são também conhecidas com outros nomes. Um rol dessas iniciativas é elencado por Coelho (2003, p.157-161), demonstrando que elas estão presentes nos cinco continentes e em maior número nas últimas três décadas. Outro trabalho é o de Rutherford (2002, p.53-85) que discute sobre outras experiências na

África, Ásia e América Latina como as Associações de Poupança e Crédito Rotativas (ROSCAS) ou Acumulativas (AAC)⁹³.

As práticas de crédito mútuo ou solidário regidas pela cooperação são muito anteriores ao desenvolvimento do capitalismo⁹⁴. “As primeiras experiências datam do século XVIII como as *Lending Charity* como concessão de empréstimos de caridade para empreendedores, em Londres” (COELHO, 2003, p.155). Porém, descobriram-se casos anteriores, como o das *Tontines* africanas, associações não reguladas pelos poderes públicos. São uma espécie de coleta de dinheiro em que mulheres (principalmente) participam e usam-no para empréstimos, celebrações, consumo, gastos funerários e trabalhos domésticos. O nome faz referência ao seu criador, Lorenzo Tonti, banqueiro italiano de Nápoles no início do século XVII (SABOURIN, 2009, p. 263).

Do século XIX pode-se mencionar como referência fundamental o Fundo de Crédito Irlandês (*Irish Loan Funds*), ocorridos após 1836. O mentor foi o professor e escritor Jonathan Swift que, ao perceber a dificuldade dos pequenos produtores empobrecidos para obterem crédito, cria de seu próprio bolso um fundo rotativo de 500 libras e solicitava que os tomadores interessados apresentassem uma garantia de dois vizinhos. Em seguida, foi criada a *Central Board*, em Dublin, para a regulamentação dos fundos independentes de concessão de créditos. Em 1843, havia 300 Fundos em operação na Irlanda, que registravam montante de 500 mil libras emprestadas para trabalhadores a cada ano. O valor médio do empréstimo era de 10 libras, com prazo de 20 semanas para pagamento. A experiência durou até 1950. (COELHO, 2003, p.155)⁹⁵

Outra experiência paradigmática é a da Associação do Pão, criada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, no Sul da Alemanha, em 1846: Após um rigoroso inverno, muitos agricultores ficaram endividados, criando uma dependência de empréstimos de agiotas. Foi então que Raiffeisen proveu os agricultores de farinha de trigo para fabricação de pão, mediante fundos solidários. Essa associação depois transformou-se na primeira

⁹³ Roscas: Associações de poupança e crédito rotativas e AAC: “*Accumulative Savings and Credit Associations*”. Outras experiências foram abordadas nas Seções 3.1 e 3.4.

⁹⁴ Relações sociais de cooperação: no modo de produção primitivo (em Marx), na reciprocidade (Polanyi; Sabourin e outros), na Dádiva (Mauss) na confiança (Abramovay) ou a solidariedade mecânica (Durkheim). Temas abordados no segundo capítulo.

⁹⁵ Esta experiência irlandesa é descrita por diversos autores como Fontes (2003), Muñoz (2007), Coelho (2003), Búrigo (2010) entre outros,

cooperativa de crédito de que se tem registro na história (SANTIAGO, [s.d.] p. 08; COELHO, 2003, p.155). Outra iniciativa considerada pioneira é a de Herman Schulze, em 1850, uma cooperativa de crédito na cidade Delitzsch no meio urbano (SINGER, 2002. P. 60-64; VERBEKE, 2007, p.28-30). Inspirado nos pioneiros alemães, o italiano Luigi Luzzatti organiza a formação do primeiro banco cooperativo na Itália (em Milão, ano 1865). As cooperativas do “tipo Luzzatti”, tornaram-se populares no Brasil nas décadas de 1940 a 1960 (SINGER,2002. P. 65; PINHO, 2004, p.17-18).

Em 1900, o jornalista Alphonse Desjardins, em Quebec (Canadá), reuniu um capital de 26 dólares canadenses para emprestar a pessoas pobres, criando as Caixas Populares (*Caisse Populaires*). Outra referência histórica é de uma metalúrgica em dificuldades financeiras de Chicago (1953) que optou pela criação de “fundos de ajuda”. Cada operário depositava mensalmente US\$ 1,00 destinado aos associados necessitados. O executivo da empresa, Walter Krump, foi o principal fomentador da ideia. A evolução dessa prática culminou com a Liga de Crédito, disseminada nos Estados Unidos e em outros países sob a forma de federação. (SANTIAGO, s.d., p. 9; BURIGO, 2010, p.37-49; SINGER, 2002, p.59-69). Ademais, os “Banquitos populares” e “Programa Buena Fe” na Argentina; o Fundo Mutuelle, no Haiti, e Banca Etica, na Itália são outros exemplos dessas iniciativas.

As experiências mobilizadas têm em comum que, em situações de pobreza ou outras crises, elas se desenvolvem como solução possível. A próxima seção, apresenta uma perspectiva histórica, destacando fatos importantes e elementos conceituais que compuseram o processo de construção da atual configuração e organização dos FRS.

4.2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS FRS NO BRASIL

Os FRS são uma construção social historicamente vinculada aos movimentos populares e às lutas por emancipação das últimas três décadas. Além de fatos significativos que serão lembrados, outros fatores contribuíram para a consolidação das atuais experiências dos FRS. Uma síntese é apresentada no Quadro 8.

No Brasil as experiências de organizações coletivas ou populares com base em finanças são praticamente inexistentes até século XIX ou pouco conhecidas. Por outro lado, é sabido que muitas aldeias indígenas e posteriormente, os Quilombos são organizações coletivas baseadas em partilhas de bens e na convivência comunitária nas quais não havia a necessidade do dinheiro. Podem ser citadas, nesse sentido, mesmo as

reduções jesuíticas, os Muckers, ou os movimentos de Canudos e Contestado, entre outras interpeladas por Pinho (2004, p. 15-16).

Quadro 8 – Síntese da Trajetória história dos Fundos Rotativos Solidários no Brasil

Data	Sede do evento ou organização	Descrição
1902	Nova Petrópolis (RS)	1ª Cooperativa de crédito no Brasil, influência de Theodor Amstad
1956	Serra Negra (SP)	Fundação da Cáritas Brasileira na 3ª Assembleia da CNBB (D. Helder Câmara 1º presidente)
1959-1963	Rio de Janeiro (RJ)	Período de funcionamento do “Banco Providência”
1965-1985	Olinda e Recife (PE)	Período de funcionamento “Operação Esperança”
1977	Santa Maria (RS)	Início do Banco Esperança
1981	Fortaleza (CE)	Seminário “Homem e a Seca no Nordeste” (CNBB) considerado o início dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs)
1983	Santa Maria e Novo Hamburgo (RS)	Primeiros projetos alternativos comunitários no Sul
1989	Florianópolis (SC)	Início do Programa Miniprojetos Alternativos (MPAS) da CNBB Regional Sul 4, convênio com Misereor Alemanha
1992	Porto Alegre (RS)	Fundo de Miniprojetos/Sul de várias entidades atuando nos estados do PR, RS e SC
1993	Soledade (PB)	Criação do 1º Fundo Rotativo Solidário (na comunidade de Caiçara)
1993	Santa Maria (RS)	1ª Feira Estadual do Cooperativismo
1994	Florianópolis (SC)	Fundo Rotativo Solidário/MPAs da CNBB Regional Sul 4
1998	Itaici (SP)	Assembleia geral da CNBB institui os Fundo Nacional de Solidariedade e incentivo aos Diocesanos (FDS).
2000	Belém (PA)	Seminário de integração Fundos de PACs e EPS
2001	Porto Alegre (RS)	I Fórum Social Mundial e Constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT- Brasileiro)

2002	Santa Maria (RS)	1ª Feira Nacional de Economia Popular e Solidária
09-10/12/2002	São Paulo (SP)	I Plenária Nacional de Economia Solidária e criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária
2003	Brasília (DF)	Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)
2005	Florianópolis (SC)	Cáritas Brasileira Regional SC assume o FRS dos Miniprojetos Alternativos (MPAS)
Abril de 2005	Brasília (DF)	Edital do 1º programa política pública de FRS (PAPPS)
2006	Brasília (DF)	I Conferência Nacional de Economia Solidária CONAES
06-08/02/2007	Brasília (DF)	I Seminário Nacional dos Fundos Solidários
11-13/06/2007	Lagoa Seca (PB)	Seminário sobre Fundos Solidários no Semiárido
2010	Fortaleza (CE)	Conferência Temática Finanças Solidárias
Junho 2010	Brasília (DF)	II CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária
2011-2013	Brasil	Período de realização do Mapeamento dos Fundos Solidários
05 a 07 Junho de 2013	Brasília (DF)	II Seminário Nacional de Fundos Solidários (socialização dos resultados Mapeamento)
Abril de 2014	São Paulo (SP)	Conferência Temática Economia e Democracia
Dezembro 2014	Brasília (DF)	III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES)
10-13/07/2015	Santa Maria (RS)	Seminário Nacional de Finanças Solidárias – dia D
26/09/2016	Brasília	III Seminário Nacional de Fundos Solidários

Fonte: Elaborado pelo autor.

Já no século XX há registros de experiências mais remotas com Fundos Solidários em comunidades quilombolas, no município de Levantado (GO) desde 1924⁹⁶. Posteriormente outros casos foram incentivados pelas Ligas Camponesas no Nordeste nas décadas de 1950 e 1960. Como exemplo deles, há registro de um “fundo rotativo das ligas é

⁹⁶ No próximo capítulo trata-se deste FRS.

no Sítio Gameleira, na Zona da Mata de Pernambuco, para possibilitar que os sitiantes pudessem ter funeral digno, que foi confundido pelos usineiros como movimento comunista” (SANTOS FILHO, 2010, p.5).

No Nordeste destaca-se a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) a partir de 1973: “uma iniciativa assistida tecnicamente pela ONG *Action Internacional* e com a participação de entidades privadas e bancos locais” e cujo foco “eram as populações que não podiam oferecer garantias e que não tinham acesso ao crédito bancário. O valor máximo emprestado naquela época era de US\$ 3.000.” (VALENTIN; SERRA, 2012, p.11)⁹⁷

Além de tais experiências ao longo do século XX, os FRS surgem a partir da década de 1980 sob influência da Teologia da Libertação, das transformações do movimento sindical e da ascensão das organizações populares.

Em certos setores religiosos, principalmente católicos e luteranos, surge uma nova compreensão de caridade. O princípio moral de “usar dinheiro para ajudar os pobres” na Igreja Católica tem uma longa história⁹⁸, contudo, a sua forma de compreendê-lo foi mudando, passando das práticas assistencialista (dar esmola) para práticas “libertadoras” (LOWI, 2000, p.19). Nesse sentido, uma estratégia possível é “emprestar” aos pobres, o que os educaria ao “bom uso do dinheiro” com o compromisso de devolução e gestão.

A transformação na concepção da “caridade” à medida que se muda o entendimento sobre as causas da pobreza, como indica Sprandel (2004, p. 14), nos seguintes termos:

As pessoas que eram ou se tornavam pobres acreditavam que isto se dera em função das diversidades da vida, como a guerra, o envelhecimento, deformidades físicas, doenças ou debilidade econômica ou, simplesmente, **pela vontade de Deus**. Quanto aos mais abastados, tinham a obrigação moral e cristã de ajudar os que viviam em privação. Neste sistema de hierarquias e reciprocidades, **o pobre não era tratado como**

⁹⁷ ACCION é abordada como tecnologia microfinanceiras por Muñoz (2007, p. 291). Cf. Seção 3.5.

⁹⁸ Segundo Souza (2013, p. 63) “a caridade sempre foi inerente à prática católica. Desde a Idade Média a ajuda aos pobres era remetida a trabalhos assistencialistas. Instituições e congregações religiosas inauguraram hospitais, creches, escolas, orfanatos, obras de caridade, etc., com o intuito da promoção humana das camadas populares”.

uma questão social ou como um **problema político**. [...] Após a reforma protestante, a sociedade redefiniria sua concepção de pobreza, associando o pobre ao desemprego, vagabundagem, preguiça e ao crime. Transformado em problema social, o pobre só poderia ser recuperado através da disciplina. No rastro do puritanismo, os ricos foram santificados e os pobres punidos. A moralidade relacional da Idade Média foi desta forma substituída por uma moralidade distributiva, na qual o Estado (e não mais o rico) torna-se responsável pela sobrevivência e controle das populações pobres (grifos nossos)

Tal mudança de concepção, entre os católicos, torna-se mais profunda a partir das encíclicas sociais e das mudanças do Concílio Vaticano II (1962-1966), até desembocar nas experiências hoje conhecidas com Economia Social ou Solidária (SOUZA, 2013, p. 139-168). O “Ensino Social da Igreja” contribuiu para a criação de movimentos ou organizações como a Cáritas, a Misereor, Ação Católica, os projetos de “desenvolvimento e paz” entre outros. No Brasil, a Cáritas foi criada naquele período, em 1956, por Dom Helder Câmara, então presidente da CNBB. No Rio de Janeiro, esse mesmo bispo incentivou “uma carteira de empréstimos que mais tarde viria a se tornar o embrião do Banco Providência (1950), para auxiliar no combate à miséria da população e, segundo Valentin e Serra (2012, p.11) esse “banco surgiu como uma alternativa para os excluídos ou não elegíveis pelo sistema financeiro tradicional”.

A noção de Libertação como processo social e religioso dos cristãos voltado aos mais pobres foi desenvolvida pela Teologia da Libertação, inspirados nos documentos da Igreja católica latino-americana, principalmente depois das Conferências de Medellín (1968) e de Puebla (1979) orientando para uma opção preferencial da Igreja, no continente, pelos pobres. (Cf. LOWI, 2000, p.56-67). Nesse sentido, de certa maneira o termo libertação tem um viés similar do que se entende como emancipação social, política e humana do povo.

A origem dos Fundos Rotativos Solidários no Brasil pode ser atribuída em grande parte a essa influência do catolicismo de libertação que se torna mais sensível às questões sociais. O marco histórico é o Seminário “o Homem e a Seca” (promovido pela CNBB, em 1981), que tratou de buscar alternativas para a situação dos camponeses pobres mediante o drama da seca.

O seminário “O homem e a seca” realizado pelos regionais da CNBB, no Ceará no início dos anos oitenta, com o objetivo de enfrentar o sofrimento provocado pela longa estiagem, encarregou a Cáritas de coordenar a implantação de pequenos projetos produtivos nas comunidades carentes da região [...] Surgia a consciência de que a pobreza e a miséria eram fruto de estruturas econômicas e políticas. E sua superação exigia transformações estruturais. Essas transformações só seriam alcançadas com o protagonismo dos empobrecidos (CNBB, 2006, p. 51)

Desse encontro são criados os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) como uma forma de desenvolver iniciativas para evitar o êxodo rural e o empobrecimento dos camponeses nordestinos. Os Fundos de Apoio aos PACs consistiam em empréstimos de pequenos valores para agricultores adquirirem algumas máquinas, equipamentos, sementes, insumos ou animais para o processo produtivo ou para a criação⁹⁹. Essa prática foi cada vez mais incentivada e sua gestão confiada às Cáritas Diocesanas. Boa parte dos recursos financeiros para esses Fundos foram provenientes de convênios com as ONGs da Europa, geralmente ligadas às Igrejas, destacando-se a Misereor da Alemanha¹⁰⁰. O principal objetivo era desenvolver iniciativas de “combate à seca” diferenciando das grandes obras dos governos militares na região financiadas pelo Banco do Nordeste, nas quais ocorria muitas vezes desvios das verbas públicas.

Os PACs cresceram e espalharam-se em praticamente todo o Nordeste, sendo uma alternativa viável, embora com muitas dificuldades. Basicamente de 1980 a 1999 foram quatro os tipos de finalidades: os PACs produtivos, os de infraestrutura, os formativos (educativos) e os sócio-comunitários. Todos esses projetos aconteceram em muitas regiões do país (CARITAS BRASILEIRA, 2006, p. 8). No estado do Rio Grande do Sul, “os primeiros projetos alternativos animados pela Caritas surgiram

⁹⁹ Para os camponeses os animais representam uma espécie de Poupança futura e podem ser acessadas em ocasiões de suas maiores necessidades a partir da venda dos animais. (ABRAMOVAY, 2004, p.44)

¹⁰⁰ Cáritas é uma organização não-governamental da Igreja Católica, atualmente possui uma atuação em 170 países. No Brasil existem 164 Cáritas Diocesanas associadas à Cáritas Brasileira, presente em quase todo o território nacional em menor número nas Dioceses do Centro-Oeste. Maiores informações sobre Misereor (não filiada a Cáritas Internacional) e outras entidades nos Quadros 35 e 36 Anexo.

em 1983, em Santa Maria e, depois, em Novo Hamburgo.” (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.33).

Em Santa Catarina, os PACs também existiram, sob a denominação de Miniprojetos Alternativos (MPAs). Foram coordenados pela CNBB-Regional Sul 4 entre 1989 e 2005 quando passaram para a Cáritas Regional (SC). Heerdt (2008) apresenta a caracterização, a história dos MPAs e a sua relação com os processos de organização da Economia Solidária em SC. Além disso, aborda os “resultados” do apoio do Fundo Rotativo aos MPAs, relacionando “subjatividade e gestão”. A importância desse trabalho está em discutir elementos ou indicadores para uma análise de empreendimentos financiados, isto é, para o que se atribui como o “acompanhamento”. Outro trabalho sobre os MPAs, é realizado por Dacoregio (2010) baseando-se nas relações materiais e simbólicas da Igreja Católica relacionadas com os Miniprojetos Alternativos, principalmente na região de Chapecó (SC). Para a autora, há uma relação direta e uma contribuição histórica dos MPAs para a construção do movimento de Economia Solidária em Santa Catarina.

Devido ao crescimento dos PACs no país, a Cáritas e algumas entidades internacionais periodicamente promoveram pesquisas para avaliar os impactos, os potenciais e as dificuldades. Nesse sentido, o primeiro levantamento de informações dos PACs foi sobre o período de 1989 a 1992. O segundo, foi chamado de Avaliação Qualitativa, sobre o período de outubro 1992 a outubro de 1994, por meio de uma “Pesquisa” em parceria com a Universidade de Brasília. Foram 34 pesquisadores envolvidos no processo avaliativo, em 66 PACs (de um universo 252 PACs). Constatou-se que havia a seguinte tipificação dos PACs: i) Projetos produtivos e de Prestação de Serviços; ii) Projetos de Apoio aos Movimentos Populares (geral ou específico); e iii) Projetos de Apoio à Ação Sindical (rural e urbana). Os resultados foram publicados na obra “Sobrevivência e Cidadania” (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995, p. 13). A divisão por tipo de PACs influenciou a criação de “critérios para os empréstimos” e os “tipos de projetos” que se destinam os recursos da maioria dos atuais Fundos Solidários.

Esta “Pesquisa” revelou que a maioria dos PACs: concentrava-se no Nordeste; em áreas rurais (62%); em municípios de pequeno porte (64%); em apoios financeiros que não ultrapassavam US\$ 2.000 (82,5%). O apoio financeiro era dirigido especificamente para: infraestrutura, equipamentos e insumos (47,8%) e atividades de formação (47%) (BERTUCCI, 1996, p. 65). A “Pesquisa” também apresentou uma forma metodológica de avaliar os PACs a partir de três dimensões: econômica,

político-organizativa e pastoral-cultural (BERTUCCI, 1996, p 69-70; CARITAS BRASILEIRA 1995, BERTUCCI; SILVA, 2003).

Em 2003 a Cáritas publica um livro sobre os PACs intitulado “Vinte Anos de Economia Popular e Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS” (BERTUCCI; SILVA 2003). Nele se descreve a história do surgimento e a trajetória dos PACs até se chegar à Economia Popular Solidária, relatando-se principalmente as mudanças que ocorreram na década de 1990, situadas no contexto social e político da realidade brasileira e das crescentes experiências de microcrédito no Brasil¹⁰¹.

Por outro lado, as entidades sociais de cooperação internacional (ONGs) que apoiavam tais iniciativas no Brasil propunham mudanças nos critérios de devolução. “A partir de 1996 os projetos apoiados por Misereor passaram a adotar critérios mais rígidos para a devolução dos fundos de crédito” (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.22-23).

Bertucci e Silva (2003) demonstram que isso, por um lado, contribuiu para explicitar aos participantes os critérios de Devolução dos Fundos de Apoio aos PACs e nos oito “regionais”¹⁰² da Cáritas; mas, por outro lado, acabaram se tornando mais rígidos, fruto também das exigências de Misereor (da Alemanha), que condicionava à existência de tais critérios a assinatura dos Convênios para apoiar financeiramente os PACS. A publicação de Bertucci e Silva (2003) é resultado de uma “Sistematização dos Regionais e Nacional”, do período 1995 a 2000 e aponta para a organização da Economia Popular e Solidária. Nessa sistematização foram identificados 1004 projetos denominados PACs financiados no Brasil, envolvendo quase 57 mil pessoas em atividades produtivas e de formação e, ainda, aponta-se que 252 projetos foram do Fundo Nacional de Solidariedade, entre 1999 e 2000 (BERTUCCI; SILVA p. 34) sendo de quatro tipos básicos: projetos produtivos, de infraestrutura comunitária, formativos educativos e sócio comunitários (sendo que a maioria dos regionais tem apoiado 80% a 100% dos projetos produtivos).

Ao longo da década de 1990 ampliou-se o número de entidades que começaram a trabalhar com fundos a projetos produtivos nesses moldes: “a pastoral da Criança em 1989, o Instituto Marista de Solidariedade (IMS), em 1995, Obra Kolping, Centro de Assessoria Multiprofissional

¹⁰¹ Contribui também nessa direção o estudo que Souza (2013) apresenta para compreender as raízes históricas da Economia Solidária no Brasil.

¹⁰² São filiais da Cáritas Brasileira cuja abrangência geográfica de atuação segue os limites de um estado do Brasil (ou mais de um dependendo do Regional).

(CAMP) com o Fundo Sul de Mini-projetos abrangendo os três estados, a Fundação Luterana de Diaconia, a CESE e a FASE.¹⁰³ (FUNDOS SOLIDÁRIOS 1, p. 16; SOUZA, 2013, p.122-124).

Esse processo de organização e encontros de avaliação dos PACs contribuiu, de outra parte, para incentivar o “cooperativismo alternativo”¹⁰⁴ e, inclusive a Economia Solidária. Em 1998 foi realizada a Feira do Cooperativismo Alternativo de Santa Maria (RS) que, ao longo dos últimos anos, tornou-se o evento mundial da Economia Solidária de maior relevância. No Pará o “cooperativismo alternativo” foi inspirado no movimento sindical no meio rural. Essas formas de cooperativas apresentam-se como alternativas ao “modelo de desenvolvimento” econômico que influenciou as políticas econômicas do Estado brasileiro nas décadas anteriores. (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.42; BURIGO, 2010, p. 57-63). Com os PACs, “durante a década de 1990, tem crescido a importância das redes e articulações”, como forma de ir fortalecendo o movimento social inicialmente chamado de “Economia Popular e Solidária”. Chegando-se ao Seminário Nacional dos PACs, em Belém, em 2000, que unificou as concepções a respeito de fundos rotativos solidários e projetos comunitários, em torno da ação da economia popular solidária (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.93).

Nesse sentido, o I Fórum Social Mundial (FSM), realizado na cidade de Porto Alegre em janeiro de 2001, é considerado o marco fundante da Economia Solidária no Brasil. Dentre as diversas oficinas do I Fórum, verifica-se a primeira atividade cujo tema Economia Popular Solidária e Autogestão reuniu aproximadamente 1.500 pessoas e apontou a necessidade de organizar essas iniciativas no Brasil, interligando-as com experiências internacionais. Outra consequência do I FSM é a criação do Grupo de Trabalho de Economia Solidária culminando com a da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) na I Plenária Brasileira de Economia Solidária (dezembro 2002) em São Paulo (SP) que reuniu aproximadamente 200 participantes. O FBES tem o papel de promover o encontro de diferentes organizações e empreendimentos e pode-se afirmar que constituiu o ator principal do movimento brasileiro da economia solidária para elaboração de diretrizes e propostas, isto é, uma plataforma de princípios e de ação.

¹⁰³ Essas entidades aparecem no Mapeamento e será trabalhado na seção 5.2 sobre o histórico dos FRS.

¹⁰⁴ Em certa medida, significava alternativa ao modelo de cooperativismo implantado pela OCB, e pela Lei 5764/1971 (Cf. discussão da seção 3.1)

A experiência dos PACs influenciou também o surgimento, do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) e iniciar com os Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS) em 1999. A constituição dos Fundos de Solidariedade tem origem nas Campanhas da Fraternidade, iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada desde 1964, e que convida os católicos para refletir e agir na ajuda aos mais pobres com temas sociais diversos. O FNS e os FDS são formados com recursos financeiros da Coleta Nacional da Solidariedade, gesto concreto da Campanha da Fraternidade promovido pela CNBB. Foram 43 Fundos Diocesanos¹⁰⁵ mapeados em que a devolução voluntária se torna dispensável ou acontece de outras maneiras.

Além dessas experiências de entidades sociais e religiosas com abrangência geográfica maior, encontra-se trabalhos acadêmicos que refletiram sobre essas iniciativas em nível comunitário ou em determinados grupos sociais. Sabourin (2009, p.87) cita o exemplo de uma tradição antiga chamada “sistema da medalha” que consiste em garantir a existência de uma caixinha de solidariedade social para enfrentar as despesas excepcionais: pagar um enterro, compra de medicamentos, ajuda a algum doente, etc. “Não há nenhum registro de mobilização dos fundos de medalha para fins de investimentos produtivos. Produz valores éticos, embora no plano simbólico, ficam reféns do poder da religião e de seus representantes” (SABOURIN, 2009, p.87).

Assim, talvez seja possível associar a implantação de iniciativa de crédito mútuo aos fins produtivos baseados no princípio do respeito ao compromisso, a palavra dada e ao reembolso da dívida, embora se trate de estruturas em planos distintos. Em contrapartida para funcionar as estruturas de microcrédito dependem mesmo de uma parcela da dádiva (a benevolência de amadores e administradores) e de valores éticos de confiança, reponsabilidade e equidade entre os membros (SABOURIN, 2009, p.88)

¹⁰⁵ Os Fundos Diocesanos são geridos pelas dioceses da Igreja católica no Brasil. Cada diocese tem uma personalidade jurídica própria e autônoma na legislação brasileira, por exemplo, cada diocese possui um CNPJ próprio. Também no Código de Direito Canônico, que rege internamente a Igreja Católica a diocese tem uma autonomia relativa, sob o comando de um bispo com outras instancias específicas de decisão de menor poder.

Azevedo (1982 apud SABOURIN, 2009, p.88) relata que a principal liga camponesa de Pernambuco, a de Galileia, iniciou suas atividades a partir de um fundo de solidariedade destinada a serviços funerários.

Uma experiência singular que contribui nesse sentido foi a criação do “Fundo de greve” pelos metalúrgicos da região do ABC de São Paulo. A criação do Fundo de Greve surgiu durante as discussões do 2º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em 1978. Segundo o próprio texto das resoluções daquele congresso: “contribuir com todos aqueles que querem decidir, segundo suas próprias regras, seu próprio destino [...] A organização da classe deve se dar independentemente das amarras que a prendem ao Estado”¹⁰⁶.

No bojo dessa diversidade de práticas simples e até dispersas, surgiu o primeiro FRS comunitário gerido pela Articulação do Semiárido (ASA).

é uma rede formada por mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos nove estados que compõem o Semiárido Brasileiro: AL, BA, CE, PE, PB, PI, SE, RN e MG.¹⁰⁷

As origens dos FRS comunitários (ou de base) encontra-se no município de Soledade (PB) em 1993. “A prática de FRS se espalhou por muitas comunidades do sertão da Paraíba, chegando a 1824 Fundos, em 140 municípios, propiciando em 2005, benefícios a 18.000 famílias” (FUNDOS SOLIDARIOS 1, p.17), o que corrobora com a pesquisa coordenada por Gonçalves (2010) que,

na Paraíba os Fundos Solidários são praticados há mais de 30 anos. Desde então, pequenos agricultores organizados em Comunidades Eclesiais de Base se associavam para disponibilizar e gerir recursos financeiros visando atender as necessidades imediatas da comunidade que ressarciam tais recursos trocando produtos entre si

¹⁰⁶ Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=221>. Acesso em: 11 ago. 2017.

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97>. Acesso em: 23 jun. 2015.

(como porcos, cabras, galinhas e sementes) configurando, a partir das relações de troca, o circuito da dádiva. [...] No caso dos FRS na Paraíba, a mobilização iniciou-se em 1993 na comunidade de Caiçara, no município de Soledade, em torno da construção de cisternas de placa, para enfrentar a intensa seca. As primeiras cisternas foram construídas pelo PATAC e em sistema de mutirão tomando por base as cisternas de placa projetadas na Bahia (apud SANTOS FILHO, 2010, p. 5)

E mais, como revela Oliveira (2011, p. 142)

até o início dos anos 2000 as ações e mobilizações feitas pelas entidades e organizações da ASA-Paraíba eram quase que em sua totalidade fomentadas pelo Sistema de Fundo Rotativo Solidário. A mobilização social permitia a efetivação da mediação. Ela alcançava a base e transformava a ação dos agentes mediadores e dos camponeses em ação coletiva

Na perspectiva de construção de articulações em “redes”, destaca-se a Rede Bodega¹⁰⁸ no Ceará, iniciada em 2004 com a participação de 13 grupos e atualmente composta por 50 grupos associados em 13 municípios em quatro modalidades de FRS (cf. Quadro 9). Em 2008, a rede acessou o crédito público do PAPPS. A Rede Bodega foi contemplada com recursos na ordem de R\$ 119.829,00 para cumprir o objetivo de fomentar os FRS, entre agosto de 2008 e julho de 2010. Para o acesso aos recursos foram formados os seguintes fundos conforme o quadro a seguir.

¹⁰⁸ A Rede é composta pela Bodega Nordeste Vivo e Solidário, cuja personalidade jurídica é Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária (Coapsol), estabelecida com loja de comercialização em Aracati e Prainha do Canto Verde, litoral do Ceará; a Budega do Povo, representada pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroecológicos e Artesãos Budega do Povo Ltda. (Coopa), estabelecida em Tianguá; a Budegama, associação de mulheres que atua no Conjunto Esperança, bairro da periferia de Fortaleza; e a Arcos, sediada em Sobral e recém-criada (GUSSI et al., 2012, p. 80)

Quadro 9 - Fundos Rotativos formados com recursos devolvidos do Projeto da Rede Bodega (CE) do PAPPS.

Fundo rotativo solidário de produção	aplicado nas compras de insumos, equipamentos e matéria-prima, sendo 100% retornável
Fundo fixo de apoio à produção	aplicado para aquisição de equipamentos para iniciar e/ou ampliar a produção coletiva, com destinação final para custear gastos com espaços físicos e outros itens de logística
Fundo rotativo solidário de apoio à comercialização	recursos destinados à comercialização entre os grupos e a Rede Bodega, disponibilizando adiantamentos aos associados que depositam a produção, variando entre 30% e 50% do valor das mercadorias, sendo 100% retornáveis
Fundo fixo de apoio à comercialização	destinado à aquisição de equipamentos e outros materiais de infraestrutura e logística para a comercialização.

Fonte: Gussi et al.(2012 p. 81).

A novidade desse programa consiste em ser uma primeira tentativa de política pública para o fomento de FRS:

como uma política pública de corte social é datada de 2005, com a criação e articulação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS). No campo governamental uma serie de articulações ocorreram entre 2003 e 2004, envolvendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a então recém-criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), foi quando elaboraram e implementaram o PAPPS, com a finalidade de apoiar financeiramente os empreendimentos de economia solidária com recursos não reembolsáveis oriundos de parcela do lucro do BNB. (FULGÊNCIO, 2014, p.12)

Após esse programa, a SENAES estimulou outros relacionados a Finanças Solidárias (Cf. seção 3.1). Mas o movimento foi tomando maior clareza após o Mapeamento, com a realização de mais dois Seminários nacionais. O 2º ocorreu para a divulgação dos Resultados em Brasília (05 e 07 de junho 2013)¹⁰⁹. Outro evento nacional foi o Seminário de Finanças Solidárias (Santa Maria, RS, dias 12 a 13 julho de 2015), no qual se

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://fundossolidarios.redelivre.org.br/2013/06/09/ii-seminario-nacional-de-fundos-solidarios/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

reafirmou a necessidade de políticas de finanças solidárias. Tal processo atinge um momento histórico no 3º Seminário Nacional de Fundos Solidários, que aconteceu em Brasília 26 a 28 de setembro de 2016 com mais de 200 participantes, no qual deliberou-se pela criação de rede nacional e de um comitê gestor de Fundos Solidários.¹¹⁰

Na Bahia, após o Seminário, de Fundos Solidários em Ponto Novo (BA) em 2009, cria-se o um Comitê Estadual Gestor de Fundos Rotativos, composto por representações da sociedade civil organizada e Estado (Articulação do Semiárido Bahia, Comitê Nacional de FRS, Cáritas Regional NE3, Fórum Baiano de Economia Solidária, Grupo Regional de Economia Popular e Solidária, Superintendência de Economia Solidária e Secretaria Estadual do Trabalho e Renda (SETRE). Nesse espaço de interação, uma das conquistas é a construção de um edital de apoio direto aos empreendimentos econômicos solidários que atuavam com a metodologia de FRS. (Cf. BARRETO, 2017, pp.32-34)

Desse processo histórico dos PACs destacam-se alguns pontos que servem de base para o atual funcionamento dos FRS. Os “projetos” dos grupos sociais solicitando recursos dos Fundos eram avaliados quanto ao que contribuíam para a transformação social e econômica do grupo e da comunidade. Por exemplo, se o produto era ecológico ou se havia recuperação de atividades econômicas tradicionais e que poderiam tornar-se rentáveis ou, ainda, a existência de algum diferencial para melhorar os meios de vida e sociabilidade do grupo solicitante. Enfim, a preocupação era não reproduzir práticas convencionais que reforçassem, mesmo que em escalas pequenas, o sistema capitalista.

Bertucci (1996) descreve o que significa o **caráter alternativo** (dos PACs) e sua vinculação inicial com Fundos Rotativos Solidários, incluindo a devolução:

O termo alternativo tem se prestado a diferentes apropriações [...] hoje eles são considerados alternativos na medida em que são diferentes nos seus objetivos e na forma como são executados. Essa diferença diz respeito não apenas à busca de soluções inovadoras, mas a práticas de formas solidárias, que favoreçam a sua organização. [...] Nos PACs produtivos, alimentam-se ações

¹¹⁰ Maiores informações notícias divulgadas. Disponível: em <<http://camp.org.br/2016/09/26/3o-seminario-nacional-dos-fundos-solidarios/>>. Também em: <<http://caritas.org.br/seminario-de-fundos-solidarios-debate-organizacao-e-direitos/35022>>. Acesso em: 24 ago. 2017

inovadoras no campo das tecnologias alternativas, seja de equipamentos, seja no tratamento natural, seja na adoção de metodologias alternativas e ao gerenciamento coletivo dos empreendimentos, seja no reforço ao surgimento de novos atores sociais, seja ainda na utilização do **fundo devolutivo** enquanto uma nova forma de solidariedade (BERTUCCI, 1996 p. 71, grifos nossos)

Outro aspecto que se apresentava nas avaliações dos PACs era a necessidade “do acompanhamento e da assessoria” após a liberação dos recursos.

o acompanhamento compreende dois níveis: um de natureza pedagógica, e outro de caráter técnico: assessoria específica ou especializada. [...] A ausência de acompanhamento em que a comunidade enfrenta conflitos internos ou externos, ocasiões potencialmente ricas para deslançar o processo de identidade do grupo, compromete sua evolução. A **presença do agente no cotidiano da comunidade** revela sua identidade com o grupo favorece a percepção do processo, desde que não crie dependências. As divergências entre instituições que se propõe ao acompanhamento do mesmo grupo refletem negativamente no interior do próprio grupo. Assessoria técnica governamental, se mostra precária, dependendo do interesse individual do técnico e não da instituição. (BERTUCCI, 1996, p.73-74, grifos nossos)

Por fim, convém destacar para a compreensão dos Fundos Rotativos Solidários, também chamado aqui denominados “devolutivos”, que

Os **projetos de fundo devolutivo** inauguram, definitivamente o rompimento com práticas assistencialistas, ainda que, sob situações de emergências, os grupos devam ser apoiados incondicionalmente por outra linha de ajuda. Projetos cuja elaboração tenha levado em conta o planejamento de custos, a curva de maturação do empreendimento, diversas fontes de recursos, permitirão maior capacidade de êxito, e em

consequência **de retorno ao fundo**. (BERTUCCI, 1996, p. 80, grifos nossos)

Essas práticas adotadas nos PACs contribuíram para a compreensão inicial do papel dos fundos rotativos para o desenvolvimento comunitário, apontando que trazem em seu bojo uma concepção nova: a de “emancipação” das comunidades, baseada na autogestão dos grupos sociais excluídos do sistema bancário e de crédito, bem como outras experiências de Microfinanças,

Atenção especial deve ser dada à **prática de fundos rotativos** onde a própria comunidade **decide onde aplicar os recursos retornados**, e à emergência cada vez maior de financiamentos governamentais. Estes são vistos como direitos dos excluídos, cuja pressão para seu acesso é considerada ação política. O apoio dos PACs quanto ao financiamento público, garante a linha de autonomia econômica e política dos grupos (BERTUCCI, 1996, p.80, grifos nossos)

Quanto à contribuição poderia avançar na dimensão política, organizativa e cidadania emancipada nos PACs:

o desenvolvimento da consciência e da prática política de um grupo pode ser compreendido como exercício da cidadania. Um grupo se torna sujeito político quando se percebe diferenciado de outros grupos, com interesses próprios, capaz de alterar situações adversas, transformando-as a seu favor, sem recriar dependências. Esse é a perspectiva **da cidadania emancipada** perseguida pelos PACs (BERTUCCI, 1996, p.77, grifos nossos)

Em síntese, essas experiências contribuíram para o surgimento e a diversidade de FRS a partir de atores como movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, entidades religiosas, favorecidos, de certo modo, após governos ditatoriais, pelo processo redemocratização da sociedade brasileira, com todos os seus limites e percalços.

No período posterior, no final da década de 1990 e durante a de 2000, há avanços maiores, fruto de articulações e redes dos movimentos sociais que fortalecem e incrementam os Fundos Solidários e a própria Economia Solidária. Nesde sentido houve um aumento significativo do número de FRS de 2005 em diante, provavelmente consequência dos avanços e conquistas do próprio movimento de Economia Solidária e dos

programas governamentais, a exemplo do PAPPs, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (GUSSI et al., 2012), incluindo a tecnologia de cisternas e a criação de FRS “Estratégias de Convivência com o Semiárido”, promovido por uma rede de entidades e movimentos sociais chamada de Articulação do Semiárido (ASA) (OLIVEIRA, 2011, p. 168).

Esse processo contribui de certa maneira para o crescimento do número de FRS no Nordeste brasileiro. Além desses números, o mais importante foi que o Mapeamento revelou um conjunto de relações sociais e políticas constituída a partir de articulações organizativas em redes de movimentos sociais, nas quais os FRS estão inseridos e que nem sempre são fáceis de captar e sistematizar. No próximo capítulo apresentamos mais detalhes do que consiste tal conjunto de relações, apontando-o partir dos diversos grupos sociais envolvidos.

5. AS BASES SOCIAIS: RAZÃO FUNDAMENTAL DOS FRS

Um aspecto fundamental para a compreensão do desenvolvimento dos FRS situa-se em suas bases sociais e interações com dinâmicas territoriais, além dos elementos históricos vistos anteriormente. Trata-se dos diversos grupos sociais que, articulados por uma gama diversificada de entidades da sociedade civil, inspiradas pela Economia Solidária e outros movimentos e experiências organizam-se em Fundos Rotativos. Neste capítulo procurou-se captar os significados e a possível relevância dos Fundos para esses grupos. Em outras palavras, aponta-se elementos de como estes grupos “excluídos” socialmente se organizaram e mobilizaram recursos para viabilizar suas diversas demandas, a partir deste “instrumento de finanças”: os FRS.

Para atender às finalidades desta pesquisa, serviram de base as respostas dos gestores dos Fundos, registrada nas entrevistas do Mapeamento de 270 FRS monetários selecionados, de um universo de 539 Fundos Solidários (conforme apontado na Introdução). Neste capítulo são apresentados em dois grandes grupos: os FRS “de base” (ou comunitários) caracterizados conforme os grupos sociais (da área rural e, depois, urbana); e os “de fomento”.

A fonte principal para a discussão deste capítulo baseia-se nas respostas da questão “explique como surgiu o Fundo Solidário?”, que serão referenciadas e identificadas conforme a codificação e numeração originais no mapeamento¹¹¹. Há que se fazer uma ressalva, pois o que foi registrado nessas entrevistas são “um ponto de vista” específico, o dos gestores. Também foram selecionados membros de alguns empreendimentos solidários beneficiados pelos Fundos, mas não constituem a “base de dados” do mapeamento consultada e nem o foco deste trabalho. Evidente foi necessária uma leitura completa do conjunto de respostas de cada questionário, além da busca de informações complementares através de contato direto com representantes dos FRS ou de outros meios disponíveis.

¹¹¹ Por exemplo, PB033 refere-se a um FRS da Paraíba sob o número 33. Quando for citação literal estará em evidência no texto, mantendo-se o quanto seja possível a forma original dos registros. Haverá casos em que é apontada uma síntese elaborada pelo autor e, nesses casos mantêm-se a citação do respectivo código e respeita sua ideia principal.

5.1 AS INFLUÊNCIAS E DEMANDAS ORIGINÁRIAS DOS FRS

As motivações principais para o surgimento de FRS deve-se a uma multiplicidade de fatores, que foram agrupados em diversos tópicos, a partir daquelas que mais tiveram repetições ou incidência (Cf. Tabela 5). A classificação priorizou o fator inicial, isto é, a primeira necessidade que a comunidade procurou resolver. Apontaram-se outras razões, pois à medida que se desenvolve as ações, surgem outras necessidades e dinâmicas que os influenciam. Conforme muitos dos relatos, os FRS acabaram mudando seu foco inicial para atender outras demandas dos grupos ou comunidades.

Tabela 5 - Motivações principais para a criação dos FRS no Brasil

Motivação para criar o FRS	TOTAL	%
Necessidade de água/ para construção de Cisternas	51	18,89
Produção (atividades econômicas)	38	14,07
Aquisição de animais/ aves	22	8,15
Para constituição/viabilidade de EES	22	8,15
Hortas, telas, quintais.	18	6,67
Alimentos, remédios, necessidades emergenciais.	17	6,30
Sementes	13	4,81
Comercialização	13	4,81
Necessidade de crédito	13	4,81
Iniciativa de um líder	11	4,07
Artesanato	9	3,33
Agroecologia	6	2,22
Melhorias construções ou moradia	5	1,85
Reconstrução após desastres naturais (enchentes)	5	1,85
Apicultura	4	1,48
Energia elétrica	3	1,11
Compra de ferramentas	2	0,74
Incentivo de agente bancário	2	0,74
Inclusão racial	2	0,74
Pesca artesanal	2	0,74
Geração de renda	3	1,11
Assistência técnica	1	0,37
Não identificado	8	2,96
TOTAL	270	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Mapeamento 2011-2013.

A motivação mais significativa para criação dos FRS (18,89%) foi a estratégia de construção de cisternas para atender o problema histórico dos longos períodos de estiagem, próprias do semiárido nordestino,

atingindo os camponeses diretamente¹¹². A segunda, foi para atender às necessidades de produção ou atividade econômica (14,07%). Pode-se adicionar à última outras motivações similares, como a criação de pequenos animais (8,15%), a horticultura (6,67%), o artesanato (3,33%), a agroecologia (2,22%), a apicultura (1,48%) e a pesca (0,74%).

Outro bloco de fatores consiste na busca de recursos para comprar os meios de produção da atividade econômica, como instalar energia elétrica (1,07%), comprar ferramentas, pequenas máquinas (0,71%), assistência técnica (0,36%), entre outras. Depois de terem iniciado com a construção das cisternas, muitos continuaram com a mesma metodologia para aquisição de equipamentos, telas de arame, animais, sementes.

Um terceiro ponto relacionado aos motivos destaca que 22 FRS (8,15%) tiveram como objetivo inicial a viabilidade de empreendimentos da Economia Solidária. Assim, o dado indica que os Fundos podem ser uma iniciativa interessante para fomentar pequenos empreendimentos, principalmente os de Economia Solidária. São oito Fundos com essa característica (Cf. Tabela 08) que se apresentam com participação direta dos EES.

Como quarto ponto, tem-se que os FRS surgem para suprir as necessidades mais elementares e básicas, como comprar alimentos, remédios, outras emergências quotidianas (representam 16,43%). Aí aponta-se uma vantagem diferenciada dos Fundos, vista a facilidade de conseguir recursos financeiros sem as formalidades burocráticas normalmente exigidas pelo sistema convencional, mesmo facilitadas pelos atuais programas de microcrédito. Também por envolver poucos recursos, facilitando a devolução. Uma razão para isso é que tais recursos são considerados “propriedade” dos participantes, que são pessoas conhecidas, e também os mesmos recursos servirão para outros que necessitarem. Caso não devolvam, faltará a outros, com o risco de deterioração dos princípios, a base de sustentabilidade e credibilidade.

Um quinto conjunto, constituído por 11 FRS, aponta que o início dependeu do incentivo direto de uma “liderança”: sindicalista, agente de Cáritas ou de pastoral, líder comunitário, agente bancário (citado agente do BNB). Nesse ponto aparece o papel importante de algumas lideranças em motivar e divulgar os bons resultados conquistados.

A partir desse conjunto de fatores, argumenta-se que os FRS são um tipo de iniciativa para suprir as necessidades de crédito para atividades

¹¹² As cisternas são uma tecnologia inovadora como estratégia de convivência com o semiárido. Para maiores aprofundamentos ver Sabourin (2009) e Oliveira (2011)

econômicas informais e populares, cujas atividades não são de interesse do crédito convencional, isto é, os grupos sociais mais vulneráveis. Infere-se que, na concepção dos entrevistados (gestores principalmente), os FRS são estratégias para atender também outras demandas da comunidade e do grupo social que não somente a atividade econômica. Isto demonstra ser um dos pontos, que manifestam sua maior criatividade e originalidade em relação às demais iniciativas de Finanças Solidárias, e, via de regra, estarão, com isso, mais propensos a maiores fragilidades e riscos para a sua viabilidade se relacionados a outras iniciativas como as cooperativas de crédito.

Além das motivações acima expostas, os FRS surgem, de modo geral, pela iniciativa de uma entidade social que, neste caso, não é denominada entidade gestora, mas fomentadora. Nas respostas dos entrevistados esse apoio se caracteriza de diversas maneiras: por exemplo, uma ação planejada da entidade para a constituição de um FRS; uma ação de divulgação dos Fundos; ou algum aporte financeiro para a constituição, como pode se observar pela maior participação das ONGs (28,33%) e das entidades religiosas (25,26%) (Cf. Tabela 6 e (Gráfico 3).

Tabela 6 - Tipo de entidades fomentaram a criação dos FRS no Brasil

Entidades	FRS	%
ONGs	83	28,33
Entidades religiosas	74	25,26
Cáritas Diocesanas	37	12,63
Caritas Brasileira - Regionais	14	4,78
Pastoral Criança	16	5,46
Outras entidades	7	2,39
Iniciativa própria	42	14,33
Sindicatos trabalhadores	24	8,19
Entidades Cooperação Internacional	19	6,48
Bancos Públicos	15	5,12
Entidades Governamentais	17	5,80
Federais	3	1,02
Estaduais	9	3,07
Municipais	5	1,71
Cooperativa	1	0,34
Não Informado	18	6,14
TOTAL	293*	100,00

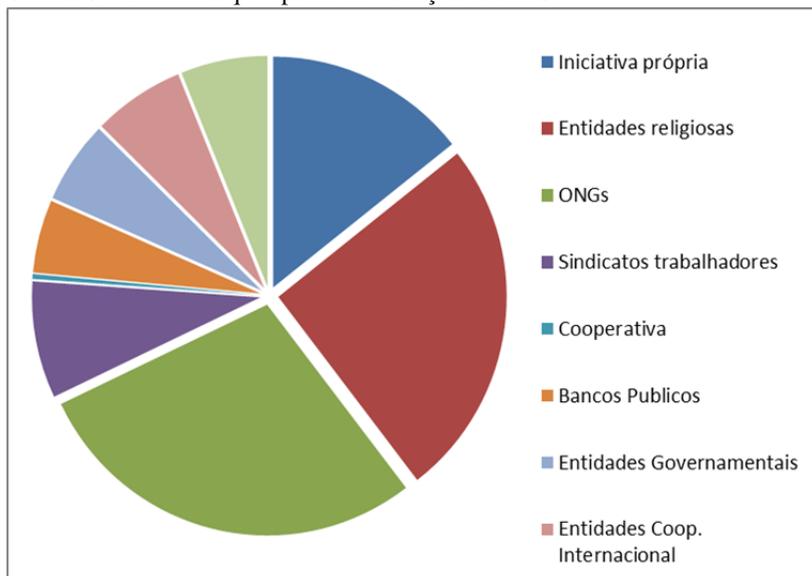
*Número total de citações de apoio e não de FRS.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Houve a participação de Bancos públicos, principalmente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (5,12%) e de entidades governamentais

(5,80%) para iniciar atividades com FRS. Em um nível intermediário encontra-se os Sindicatos de Trabalhadores, principalmente dos trabalhadores rurais (8,19%). No grupo de ONGs, há incentivos não financeiros de entidades religiosas e de sindicatos, entre outros (Cf Quadro 33 Apêndice). Alguns não apontaram essa informação, tratando-se, provavelmente, de “iniciativas próprias” das comunidades e dos grupos sociais específicos. Maiores detalhes desses dados serão desenvolvidos adiante, à medida que são analisados os grupos sociais.

Gráfico 3 - Entidades que apoiaram a criação dos FRS.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Esta seção demonstrou que os FRS são fruto de um processo social dinâmico interligando múltiplos fatores em que se utilizam de métodos simplificados ou populares de crédito. É uma breve síntese para se ter uma noção aproximada, mediante todos os elementos que contribuíram para seu surgimento. Nas próximas seções busca-se demonstrar outras questões de maneira a entender melhor estes processos sociais.

5.2 OS FRS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os FRS, enquanto iniciativas preponderantemente da sociedade civil, constituem-se numa trama de organizações, como as principais fomentadoras desse tipo de finanças alternativas, denominada Solidárias,

como demonstrou de diversas formas o mapeamento conceitualmente discutido anteriormente (seção 3.2). Dito de outro modo, são inicitivas que se localizam mais na sociedade civil em sua maioria e menos no poder público ou empresas privadas ou mesmo instituições financeiras, em que pese o aporte financeiro de todos esses segmentos.

Embora seu crescimento seja recente, os FRS, por um lado, recuperam práticas tradicionais de finanças de que “dependem os indivíduos e as famílias, como comprar fiado, vender ‘na palha’, tomar um dinheiro emprestado, vender um animal, guardar um produto para vender a um preço melhor, caixa entre amigos, seguro funeral, etc.” (ABRAMOVAY, 2004, p. 21). Por outro, são influenciados pela racionalidade moderna, na medida em que se utilizam critérios, exigências de crédito e práticas como planejamento, controles técnicos e contábeis, monitoramento, acompanhamento da viabilidade econômica, etc.

Para conhecer as organizações sociais, um primeiro critério utilizado neste trabalho foi a busca pelos aspectos formais e jurídicos das entidades gestoras, que apareceram no mapeamento, como demonstra-se na Tabela 7 (Cf. maiores detalhes no Quadro 33 Apêndice)

Tabela 7 - Número de entidades gestoras de FRS (Brasil, 2011-2013)

Entidade gestora	Urbana		Rural		Mista*		TOTAL	
	N	%	N.	%	N	%	N	%
Associação comunitária	11	4,07	105	38,88	5	1,85	121	44,81
Outra associação	12	4,44	40	14,81	2	0,74	54	20,00
Grupo informal	12	4,44	39	14,44	2	0,74	53	19,62
Sindicato	2	0,74	3	1,11			5	1,85
Cooperativa	1	0,37	10	3,70			11	4,07
Pastoral/entidade religiosa	5	1,85	15	5,55	6	2,22	26	9,62
Total	43	15,92	212	78,51	15	5,55	270	100,00

*Abrangência rural e urbana.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Percebe-se a predominância das “associações comunitárias” com 121 participações, representando 44,81% dos casos. E “outra associação”, em segundo lugar, são entidades com abrangência mais ampla que o nível comunitário, representando mais de 20%. As cooperativas e sindicatos possuem uma baixa participação enquanto gestoras, representando 4,07% e 1,85%, respectivamente. As entidades religiosas participam praticamente com 10%. Os grupos informais representam 19,62%. Acrescenta-se que, no geral, há um grau de formalidade ou institucionalidade dos FRS elevado, chegando a 80,38% (à exceção dos “grupos informais”).

A forma jurídica “Associação” é a mais adotada no meio rural por suas vantagens institucionais, sociais e políticas, e pela facilidade e simplicidade em agrupar membros de uma comunidade em torno de objetivos, interesses ou reivindicações próprias. Segundo Sabourin (2009, p.89) “a facilidade de registro, adaptabilidade do modo de funcionamento e a ausência de controle fiscal ou de sanção, fazem com que a associação seja o modelo de organização profissional preferido pelos agricultores e políticos.”

Em geral, uma **associação** se constitui a forma mais simples, do ponto de vista formal e legal (diferentemente da cooperativa), para executar um projeto de tipo produtivo ou econômico. São associações de direito civil sem fins lucrativos, cuja obrigação consiste em redigir e registrar seus estatutos, eleger e renovar uma direção e um conselho de vigilância.

Nantes e Scarpelli (2011, p.692) apontam o “associativismo” para os empreendimentos rurais de pequeno porte, como a ação coletiva mais vantajosa para a viabilidade econômica, e

uma estratégia fundamental para a permanência destes agricultores na atividade. Estas organizações buscam superar as dificuldades e gerar benefícios comuns. Ganhos de escala podem ser obtidos pela comercialização conjunta da produção, redução do preço dos insumos, utilização de máquinas e equipamentos de forma compartilhada, etc. [...] Nas associações a incidência de tributos é menor reduzindo os custos de manutenção administrativa.

Prova disto é a “associação de produtores” cujo modelo de organização local que mais se desenvolveu nos últimos trinta anos no meio rural. A maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores: a necessidade das comunidades de exercer o poder formalmente através de representações jurídicas; a atuação de atores externos como igrejas, ONGs, serviços de extensão rural e projetos públicos; e a existência de apoios ou financiamentos reservados para projetos associativos ou comunitários (subsídios ou créditos públicos). “Distinguem-se associações comunitárias, que agrupam os agricultores de uma mesma comunidade ou de um assentamento de reforma agrária, das associações de desenvolvimento, organizadas em geral na escala municipal e que federam várias comunidades” (SABOURIN, 2009, p.88). Essas últimas, no mapeamento, são denominadas como “outra associação” (“entidades de assessoria”, Cf. item 5.5.2)

Outro ponto que contribui para a compreensão dos FRS gira em torno de conceito polissêmico, o de **comunidade**, qualificando essas experiências e organizações. “O conceito de comunidade tem origem nas influências recentes, de resto ainda são usados os termos ‘fazenda’ ou ‘sítio’. O termo nasceu por influência da ação pastoral da Igreja católica baseadas nas CEBs, marcados pela teologia da libertação” (SABOURIN, 2009, p. 48).

As comunidades rurais nordestinas podem, segundo Sabourin (2009, p.51), ser caracterizadas sob três aspectos:

- i) o parentesco: em geral os membros das comunidades são descendentes de um ancestral comum, fundador ou primeiro proprietário da ex-fazenda.
- ii) a localidade: a maioria das comunidades no Nordeste se origina do desmembramento ou da divisão de grandes fazendas, herdadas por sua vez das sesmarias. [...] estas grandes fazendas tinham escravos negros mesmo no interior do nordeste. Alguns preferiram, fugir para os quilombos isolados.
- iii) a reciprocidade: entendemos a dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculo social, identificado por Mauss (1924).

Em suma, a comunidade existe também em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, de valores que a constituem. (SABOURIN, 2009, p.51)

A preferência por “Associações comunitárias” como entidades gestoras de fundos leva em consideração a vantagem da inserção dos participantes em todas as etapas da gestão e facilita a criação dos Fundos Rotativos comunitários. Um passo para a articulação em rede destas associações, juntando-se com entidades sociais de fomento, deu-se no 3º Seminário Nacional de Fundo Solidários em setembro de 2016, em Brasília.

As diferenças fundamentais situam-se entre as variações de associação com estrutura hierárquica e com estrutura “horizontal”, na perspectiva de organizações em rede (SHERER-WARREN, 2008).

Os FRS são uma ação de entidades sociais brasileiras articuladas com algumas ONGs estrangeiras (Cf. Quadro 33 e Quadro 34 Apêndice). Tal articulação com a cooperação internacional se dá como apoios financeiros, que financiaram grande parte das ações de ONGs brasileiras, aqui apontados como Fonte de recursos (Cf. seção 6 e Ilustração 3).

A questão da pobreza e da fome no Brasil adquire credibilidade e agenda política em meados de 1990 com a “campanha do Betinho”¹¹³ influenciando posteriormente a criação do programa Comunidade Solidária, no governo Fernando Henrique. Depois de 2003 esse programa é reorganizado no “Fome Zero” e, posteriormente, muda para o Programa Bolsa-Família. Além desses programas, tangenciam e complementam tais políticas sociais outros programas, como a ampliação do PRONAF, a criação do PAA e do PNAE, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar. Sobre esta questão da pobreza no pensamento social e do surgimento de políticas de superação da fome no Brasil encontra-se estudos importantes principalmente em Sprandel (2004, p.11-20); Rego e Pinzani (2013); e Yasbek (2012).

Além desses programas governamentais como fonte de recursos e apoio à criação dos FRS, em 2010, o envolvimento do Banco do Nordeste e da SENAES (Governo federal) situam-se as principais fontes de recursos encontradas pelas entidades fomentadoras de Fundos no Nordeste e, em alguns casos, encontra-se recursos pontualmente advindos de algumas empresas (fundações) privadas (Figura 3).

Porém a análise dos FRS pode ser realizada de outra forma, a partir da categoria “grupos sociais”, entendidos a partir da formação de uma identidade sócio-cultural-territorial que provém das articulações em rede de movimentos sociais. Por outro ângulo teórico, Oliveira, (2011, p.187), relaciona a prática de FRS com conceito de “ação coletiva”: Exemplifica que

um tipo de **ação coletiva** desenvolvida em Mandacaru, Soledade e Cariri é, na verdade, fruto de um movimento social de origem camponesa, que vem unindo atores sociais das mais diversas orientações, através da luta e da resistência contra as estruturas políticas de dominação que impedem os processos democráticos e a conquista da autonomia camponesa. Portanto, camponeses, entidades, organizações, Coletivos e Rede ASA são expressões concretas do tipo de ação que a

¹¹³ Em 1993-1994 foi realizada uma mobilização social, em nível nacional, com repercussão na mídia denominada Ação da Cidadania, pelo sociólogo Heróltor Souza (Betinho) com diversas iniciativas como campanha da doação de alimentos, restaurantes populares e projetos econômicos de geração de renda e trabalho.

cooperação e a gestão de bens comuns podem gerar.
(grifos nossos)

Tabela 8 - Número e percentagem de FRS por Grupos Sociais (Brasil, 2011-2013)

FRS de Base/ comunitários	N. FRS	%/total
FRS no meio Rural (Agricultura Familiar)		
1.1 Agricultores/as Familiares	142	52,59
1.2 Assentados/as	13	4,81
1.3 Agricultores agroecológicos	4	1,48
1.4 Apicultores	7	2,59
1.5 Trabalhadores Rurais	6	2,22
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	0,74
1.7 Quilombolas	5	1,85
1.8 Hortifruticultores	4	1,48
1.9 Indígenas	3	1,11
1.10 Extrativista	3	1,11
1.11 Pescadores	2	0,74
1.12 Quebradeiras de Coco	2	0,74
Subtotal	193	71,48
FRS de base no meio urbano		
2.1 Artesãos	15	5,56
2.2 Costureiras	6	2,22
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	1,85
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	1,48
2.5 Catadores	2	0,74
2.6 Afrodescendentes	1	0,37
Subtotal	33	12,22
TOTAL FRS Base	226	83,70
FRS de Fomento		
3.1 Economia Solidária	8	2,96
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	2,59
3.3 Cáritas	17	6,30
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	3,33
3.5 FRS (Diaconia)	2	0,74
3.6 FRS Ecumênico	1	0,37
Total FRS Fomento	44	16,30
TOTAL	270	
%/Total		100,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Embora a classificação adotada no Mapeamento apresente uma diferenciação fundamental e interessante (Tabela 7), do ponto de vista de uma abordagem sociológica é insuficiente para perceber a contribuição dos FRS para a construção sociopolítica das finanças solidárias. Em outras palavras, revela-se apenas superficialmente o “caráter social” ou as

relações recíprocas e/ou dádivas que lhes dão sustentação. Por causa disso, a classificação por “grupos sociais” envolvidos e suas articulações com as entidades jurídicas parece ser mais adequada para a sua compreensão sociológica.

A partir dos dados coletados, realizamos uma categorização diferente, ou seja, por “grupos sociais”, seguindo como critérios da mesma forma que se apresentaram ou que no estudo dos dados possuem um grau de identidade social, econômica, política e cultural no Brasil a fim de entender a contribuição e as transformações sociais dos FRS neles inseridos (Cf. Tabela 8)

A partir dos elementos acima expostos, pode-se melhor compreender algumas razões dessas iniciativas estarem mais presentes em determinadas regiões do que em outras, por exemplo, mais no meio rural que urbano e no Nordeste que no Sul do Brasil. As seções seguintes apresentam as características e bases sociais dos FRS subdividindo-os em dois grandes grupos: os de base (comunitários) e os de fomento. Nos de base, subdividem em grupos sociais no meio rural e no mundo urbano.

5.3 A CONTRIBUIÇÃO DOS FRS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Para melhor caracterização, optou-se pelo conceito de agricultura familiar, conforme apresentado nos dados e relatos do Mapeamento, ou seja, grande parte dos participantes dos FRS se identificaram desta forma. Certamente esta identidade foi influenciada pela forma que o Estado brasileiro trata os diversos modos de vida no meio rural e as atividades agrícolas de pequeno porte. Por exemplo, esta diversidade foi agrupada em torno do conceito de “agricultura familiar” pela Lei que estabelece a “Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”¹¹⁴. Essa Lei inclui nestes termos todas as formas organizativas, atividades agrícolas e grupos como apicultores, criadores de animais, agroecológicos, indígenas, pescadores, quilombolas, etc. Para organizar nossa classificação, tendo isto em mente, adota-se como critério de seleção em primeiro lugar o próprio nome que consta no título do FRS e da própria associação (entidade gestora). Depois busca-se outras informações, nos dados do Mapeamento ou fora dele, que confirmem tal identificação. Assim chegou-se aos 193 Fundos de Base no meio rural: 142 especificados como agricultores familiares e 51 de outros grupos que, mesmo integrando o conjunto da agricultura familiar apresentam outras

¹¹⁴ Conforme Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006.

características sociais, econômicas e culturais ou perspectivas de organização política que mereceram destaque e reforçam os objetivos deste trabalho

Dentro desta discussão convém lembrar o debate que realiza-se nas ciências sociais, entre a noção de campesinato (mais antigo, desde Marx¹¹⁵) e a relação com agricultura familiar (atual), e de ambas com a agricultura capitalista.¹¹⁶ O campesinato se caracteriza diferentemente da concepção de “agricultura familiar”, de modo geral. “As teses marxistas clássicas apontavam para o desaparecimento da agricultura camponesa com o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura, sobretudo nas obras de Kautsky [1986] e Lênin [1985]” (PLEIN; FILIPPI, 2011, p.99) Mas durante o século XX e o atual estas teses foram sendo revistas devido a persistência da agricultura familiar mesmo numa economia preponderante e crescentemente capitalista. Plein e Filippi (2011, p.152) realizam uma síntese das causas desta “convivência” e sobrevivência da agricultura familiar, embora sofrendo influências e modificações ao inserir-se nos grandes mercados capitalistas:

o campesinato representa um modo de vida, e, quanto mais esse modo de vida vai sendo transformado pela sua crescente interação com a sociedade capitalista, vai levar ao desaparecimento desse modo de vida e ao surgimento de uma agricultura familiar "mercantilizada”

E, Sabourin (2009, p.39-40) corrobora neste ponto e salienta que o caráter camponês destas comunidades é apenas parcial e sujeito a evoluções com isso considera a permanência de práticas e regras que remetem à reciprocidade nas áreas rurais, e o termo campesinato abarca

¹¹⁵ Em relação a questão agrícola a tradição marxista traz contribuições universais e conjunturais; entretanto, sobre o mundo rural é limitada e parcial, uma vez que Marx não se interessou diretamente pelo mundo rural, que era considerado “o passado”. Sobretudo o assunto é tratado em O Capital (MARX, 1985), sobretudo o Livro I (acumulação de capital) e Livro III (renda da terra), o que representa uma interpretação econômica e tecnológica e em O 18 de Brumário (In: MARX, 2008) que corresponde a uma interpretação política e conjuntural. (Cf PLEIN; FILIPPI, 2011, p. 99 e ABRAMOVAY, 1992, p.31-36 entre outros)

¹¹⁶ Para maior aprofundamento da questão agricultura familiar e camponesa no debate atual, além dos que virão adiante no texto, pode-se consultar por exemplo MENDRAS, 1978; VEIGA, 1991, ABRAMOVAY, 1992; LAMARCHE, 1993; JEAN, 1994; PLEIN, 2003; WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER, 1999; WILKINSON. 2008

todas as formas de sociabilidade no mundo rural, com exceção das grandes empresas que atuam no modelo capitalista ou simplesmente denominado agronegócio.

A maioria dos FRS de base pertencem ao grupo denominado “agricultura familiar”, termo mais utilizado no Brasil para agricultura de pequeno porte, depois de 1995, com a criação de políticas agrícolas próprias, a exemplo do PRONAF e depois a “Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”. Para compreender sinteticamente as relações entre a produção familiar e empresarial (atualmente o agronegócio) contribui a análise de Germer (1996, p. 335):

Até o início da década de 70 foi bastante influente, no pensamento crítico brasileiro, o enfoque teórico marxista na análise da questão agrária, sendo depois substituído crescentemente por teorias calcadas na hipótese da predominância da chamada produção “familiar”. [...] Em primeiro lugar, uma linha de interpretação na tradição de Chayanov, que tendia a encarar a agricultura como espaço de uma produção “familiar” entendida como um tipo de organização produtiva dotada de uma lógica própria e, por isto, capaz de resistir à transformação capitalista. [...] O protótipo do produtor familiar chayanoviano é o camponês semi-independente na transição entre o feudalismo e o capitalismo, situação característica da agricultura russa no fim do século XIX. A segunda linha baseia-se em uma tradição originada nos Estados Unidos, em que o produtor “familiar” era visto como uma espécie de protótipo do pequeno capitalista arrojado, em ascensão após a independência deste país. O culto da produção “familiar” é, na realidade, um culto ao pequeno capitalista da fase heroica do capitalismo e uma expressão do radicalismo liberal pequeno-burguês que está presente desde o início da colonização norte-americana.

Desde 1995, a agricultura veio conquistando espaço nas políticas públicas, em que o PRONAF se torna o exemplo mais importante, culminando na Lei (de 2006). Esta delimita como “agricultura familiar” os empreendimentos que possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra predominantemente familiar, renda gerada na sua maior parte pelas atividades agropecuárias e gerenciamento do estabelecimento

efetuado pela própria família. Também são considerados como sendo agricultores familiares, os silvicultores, os aquicultores, os extrativistas, os pescadores artesanais, os indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (Cf. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 Art. 2º).

Em síntese, a agricultura brasileira se distingue teoricamente por dois modelos convivendo dialeticamente: a) produção agrícola de natureza familiar, frequentemente associada ao manejo coletivo de recursos naturais comuns (terra, água, pastos) ou a redistribuição dos fatores de produção (sementes, trabalho, saber fazer) mediante diferentes formas de ajuda mútua, de regras de acesso ou de compartilhamento destes recursos; e b) agricultura empresarial, que monopolizou as terras mais férteis e de maiores condições para mecanização (SABOURIN, 2009, p.23). Os FRS situam mais no primeiro modelo como uma forma de resistência da agricultura familiar (e relaciona-se a noção chayanoviana), evitando que seja destruída pela produção empresarial (capitalista), mesmo a de pequeno porte.

A discussão teórica acima objetiva situar as causas socioculturais do surgimento e concentração maior de FRS na área rural, autodenominados como “agricultores familiares”¹¹⁷ e como forma de resistência e manutenção desta em relação as interferências e tentativas da agricultura capitalista de grande porte. Por que os FRS se desenvolveram mais entre camponeses nordestinos, haja visto que, em outras regiões do Brasil, as Cooperativas de Crédito Solidário, principalmente no Sul, são a alternativa de finanças desenvolvida pelo sindicalismo e movimentos sociais relacionados à agricultura familiar? (Cf. Seção 3.2). Quiçá os elementos explícitos pelas teorias de dádiva e reciprocidade, conforme sugere Sabourin, ajudem a compreender essas diferenças. Outro ponto é que, a partir de Germer (1996), a resposta seria de que no, Sul, o agricultor familiar se identifica mais o modelo “americanizado” (sendo incentivado e financiado)¹¹⁸ mais que o “chayanoviano”. Indica-se que a resposta

¹¹⁷ Identificou-se 43 FRS que se denominam “pequenos produtores rurais”, porém as características apresentadas são praticamente as mesmas dos que se denominam de agricultura familiar. Conceito foi mais utilizado pelas políticas de agricultura na época dos governos militares.

¹¹⁸ Nas décadas de 1960 a 1970, principalmente nas políticas agrícolas, predomina a visão de que, para desenvolver a agricultura brasileira, era necessário modernizá-la com inovações tecnológicas, crédito rural e assistência técnica, “ensinando” o agricultor técnicas de gestão, no sentido de transformá-lo num “pequeno empresário” (Cf. DELGADO, 2005, p.56-61)

mais adequada, sem criar rótulos inadequados, é que os FRS são iniciativas que se relacionam mais ao último modelo.

5.3.1 Os FRS: uma perspectiva para viabilidade da agricultura familiar

Neste grupo, encontra-se a maioria dos FRS de base onde se desenvolvem os aspectos relacionados aos processos de construção social e histórica para continuidade e viabilidade deste modelo agrícola, com todos os contratemplos relacionados a sua inserção no mercado capitalista, como visto acima. Essa construção adquire relevância na medida em que iniciativas como a dos Fundos inserem-se em dinâmicas territoriais específicas, a partir de suas identidades sociais, políticas e culturais. Neste item apresenta-se brevemente alguns exemplos dos 142 FRS (52,59% do total da pesquisa) constituídos por agricultores familiares (Cf. Tabela 9). Um primeiro ponto é que são geridos por 92 associações comunitárias representando 64,78% (dos 142), predominando a abrangência comunitária em 78 (54,93%) e indicando algum nível de “formalidade” e organização racional e técnica necessárias contrastando, de certa maneira, que poderiam ser entendidas como “finanças informais” (são 26 geridos pelos grupos informais ou 18,31%).

Tabela 9 - Agricultores familiares e Número de FRS por Tipos de gestores e abrangência territorial

Gestores/ Abrangência	Comunitária	Municipal	Territorial	TOTAL
Associação Comunitária	78	13	1	92
Grupo informal	18	6	2	26
Outra Associação	6	9	7	22
Cooperativa			2	2
Total	102	28	12	142

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

A respeito desses 142, não é possível detalhar exaustivamente neste trabalho toda a riqueza de dados do Mapeamento. Então selecionou-se 15 FRS, (Quadro 10) localizados em 12 cidades principalmente situados no Nordeste brasileiro, como espécie uma Amostra (dos 142), selecionando uma média de 10% do número de Fundos por: estado, ano de fundação, entidade gestora e abrangência geográfica (Cf. Tabela 29 Apêndice),

Em Alagoas são dez Fundos que identificamos como agricultores familiares situados em basicamente quatro cidades¹¹⁹. As entidades que

¹¹⁹ Cacimbinhas, Coité do Noia, Igaci e Maravilha

contribuíram com o processo de constituição desses Fundos são a Associação dos Agricultores Alternativos (AAGRA) e também os Grupos de Oportunidades Locais de Desenvolvimento (GOLD). “O processo consiste na reunião semanal de grupos de 10 a 20 pessoas da mesma rua ou do mesmo bairro, que discutem os problemas e dificuldades locais para levantar soluções por meio da solidariedade” (AL005). Menciona-se ainda a criação de banco de sementes junto às comunidades e famílias articuladas pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC) (Quadro 33Apêndice)¹²⁰.

Destaca-se o FRS de Igaci (AL) gerido pela Associação (comunitária) dos Produtores Rurais do Sítio Lagoa Grande dos Basílios (cf. Quadro 10), fundada em 8 de novembro de 1988, com 43 participantes, para reivindicar o acesso à energia elétrica. Porém,

a prática de fundo solidário iniciou no ano de 1992, quando foi constituído um Banco de Sementes a partir do incentivo do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável de Alagoas (Emater/AL). Posteriormente no ano de 1998, a AAGRA, repassou animais na perspectiva de contribuir para segurança alimentar das famílias e contribuir para o incremento de renda. Entre os anos 1998 a 2004, participaram 52 famílias, cada família que recebia uma cabra, realizava a devolução de outro animal (fêmea) quando esta procriava. 81,3% das famílias realizaram a devolução voluntária. No ano de 2004, foi iniciado na comunidade o FAC é um fundo de empréstimos fomentado pela AAGRA juntos as comunidades, abrange atividades de agricultura; infraestrutura; empréstimos pessoais e pequenos comércios (AL013)

¹²⁰ No Apêndice encontra-se no

Quadro 33 e o Quadro 34 uma síntese de cada entidade que apoiou FRS, as que atuam no Brasil e as internacionais, respectivamente.

Quadro 10 – Brasil: Exemplos de FRS de agricultores familiares

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade /Estado	Ano*
AL005	Fundo Rotativo Solidário / Poupança do Grupo...	Grupo Nova Esperança Unidos para Vencer	Igaci/AL	2011
AL013	Fundo Alternativo Comunitário (FAC)	Assoc. dos Produtores Rurais do Sítio Lagoa Grande dos Basílios	Igaci/AL	1992
BA031	FRS de Jaboticaba	Assoc. dos Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ)	Quixabeira/BA	2001
CE009	FR Comunitário de Urubu	Assoc. Comunitária dos Moradores de Urubu	Trairi/CE	2009
GO021	FS de viveiros de mudas nativas do cerrado para reflorestamento do PA Itaúnas	Grupo Jovem Filhos e Filhas da Terra	Planaltina/GO	2003
MA020	FR do Grupo de Investimento Coletivo	Grupo de Investimento Coletivo de Santo Antônio dos Maranhenses	Coroatá/MA	2008
MG013	Fundo de Crédito Solidário	Assoc. Regional dos Agricultores e agricultoras da Zona da Mata	Divino/MG	2000
PB018	FRS de Lagoa do Campo	Assoc. Comunitária de Lagoa do Campo	Cacimbas/PB	2007
PB021	FR dos Sítios Nicolândia e Aningas	Assoc. Comunitária dos Produtores Rurais dos Sítios Nicolândia e Aningas	Massaranduba/PB	2003
PB086	FRS da Comunidade de Caiana	Assoc. Comunitária de Desenvolvimento de Caiana (ACODECA)	Remígio/ PB	1999
PB097	FRS de Lajedo de Timbaúba	Assoc. de Desenvolvimento Comunitário de Lajedo de Timbaúba	Soledade/PB	2004
PB099	Fundo Rotativo Regional	Coletivo...	Soledade/PB	2008
PE009	Fundo Comunitário do Sítio Riacho do Meio	Assoc. Comunitária dos Pequenos Produtores do Riacho do Meio	Jatuba/PB	2005

PE021	FRS da Associação dos ...	Associação dos Produtores de Farinha de Serra da Cruz	Pesqueira/PE	1991
PI009	Fundo da Assoc. dos Pequenos...	Assoc. dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Bom Sucesso	Floriano/PE	2008

(*) Ano de início do Fundo Solidário; FRS=Fundo Rotativo Solidário; FS= Fundo Solidário.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Entre os nove FRS baianos, destacamos o de Quixabeira (BA) da Associação dos Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ)

Em 1983 um grupo de famílias se reuniu para melhorar a qualidade de vida da região. Começaram discutindo quais ações educativas poderiam implementar: roça comunitária, creche entre outras. Nascendo assim, o espírito de trabalho comunitário. Após esse momento houve a oficialização da Associação em 1987 e junto, emergiu a Escola Família Agrícola de Jaboticaba no intuito de aprimorar os conhecimentos de agricultura e fornecer uma oportunidade aos filhos da região do semiárido. Por volta de 1989, criam o projeto nomeado de “Cabra de Corda” onde algumas famílias receberam os animais (cabras) e repassavam a criação para outras famílias, constituindo assim, um FRS de animais. No ano 2000 constituem um FRS. O recurso inicial foi proveniente do exterior. O valor recebido foi R\$ 140.000,00 reais do Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social (Disop Brasil) (BA031, Cf. Quadro 34)

São citadas entidades como a APAEB de Valente, além da contribuição do projeto da Secretaria estadual de Economia Solidária.

No Ceará, os sete Fundos são construídos com apoio de Cáritas e as três cooperativas da “Rede bodegas” (CE009, CE0017 e CE046). Destaca-se dentre eles o de Trairi (CE):

O fundo surgiu a partir da necessidade d’água para beber e 18 pessoas da comunidade resolveram se organizar para construir as cisternas, pois, avaliaram se fosse feito em mutirão com recursos das próprias famílias seria mais fácil. Em agosto de 2009 a comunidade recebeu uma doação de R\$ 2.500,00 da Diocese de Toledo (PR), juntaram com os recursos dos depósitos dos sócios e conseguiram fazer as quatro primeiras cisternas. [...] Quando aos recursos são solicitados para questões emergenciais os sócios, sócias não pagam juros e quando é para financiar projetos de produção (ex: artesanato, confecção, produção de alimentos) pagam uma taxa de 5% em cima do montante, às pessoas também contribuem com produtos para vendas numa

barraca das feiras e assim conseguir captar recursos para fortalecer a experiência. (CE009)

OS 15 FRS maranhenses encontram incentivo de diversas entidades para seu início, dentre elas a rede Cáritas. O exemplo é o apoio do Movimento das Comunidades Populares (MCP) de Coroatá (MA).

A ideia para a criação do fundo surgiu no ano de 2008, alguns membros da comunidade participaram de encontros do Movimento das Comunidades Populares e se inspiraram para criar uma espécie de poupança comunitária no povoado. A metodologia inicial foi a de convidar pessoas da comunidade para as reuniões onde explicavam a importância da cooperação, acertaram entre si que todos os que frequentassem as reuniões deveriam levar pelo menos um real a cada mês, mas as doações variavam até cinco reais. (MA020)

Esse FRS contempla outras ações para viabilizar as fontes de recursos, além dos participantes diretos, e é registrado que há participantes externos: os “clientes simpatizantes e os apoiadores, investidores que repassam quantias maiores para o grupo administrar e recebem com um pequeno acréscimo” Conseguiram arrecadar 29.500 reais, são 345 projetos financiados para empreendimentos coletivos em 2010 no valor de R\$ 61.679,00. Foram devolvidos 160 mil reais desde 2008. (MA020).

Na Paraíba encontra-se o maior número de Fundos inseridos nesse grupo social. As necessidades que deram origem aos 55 Fundos paraibanos são diversas, mas principalmente para atender à necessidade de água através da construção de cisternas. Nisso também há uma forte influência o papel das entidades sindicais através do Polo Sindical da Borborema, do PATAC, do “Coletivo” e da Rede ASA/PB (Cf. Quadro 33). Citamos algumas experiências desse processo:

O FRS de Lagoa do Campo surgiu no ano de 2007 a partir da construção de sete cisternas de placas apoiadas por parceiros como Cáritas, Centro de Educação e Formação Social (CEPFS), Ação Social Diocesana de Patos. Iniciou o fundo com apenas sete participantes hoje há uma média de vinte pessoas que participam do FRS da comunidade [*dia da entrevista: 11/05/2012*]. As prestações de conta do FRS são feitas mensalmente e também anualmente dando assim mais transparência aos participantes sobre as aplicações dos seus recursos.

As principais ações desenvolvidas/apoiadas com recursos do FRS são: construção de cisternas, compra de máquinas e arame para confecção de tela, visitas de intercâmbios, empréstimo para famílias tirarem documentos e outros fins. (PB018)

Outra experiência encontra-se em Massaranduba (PB), localizada nas comunidades de Nicolândia e Aningas, no Território da Borborema. Após várias dificuldades e tentativas frustradas do trabalho da organização do Fundo desde 2003 para a construção das cisternas, é retomada posteriormente para atender outras necessidades.

Em 2010 começou o fundo rotativo de animais para a criação de caprinos e ovinos somente porque já existia uma tradição na comunidade de se trabalhar com esses animais. Para se iniciar esta atividade tiveram apoio do Polo da Borborema e este identificou que realmente este era o potencial de produção da comunidade. Começaram com 13 animais (1 para cada família) e atualmente a atividade consegue abranger 30 famílias, melhorando a renda de todos os envolvidos. (PB021)

Além desse incentivo à criação de animais, há incentivo à compra de telas para cercar os terrenos e sítios e para aquisição nas casas do “Fogão ecológico”.¹²¹

Outro destaque é que a comunidade de Caiana é uma das primeiras de Remígio (PB) a utilizar a metodologia dos Fundos Rotativos Solidários, iniciando com o “Fundo de cisterna”, por meio do recurso de fomento internacional vindo da AS-PTA, em 1999 com três cisternas. Os participantes após receberem o benefício foram dando suas contribuições. Em 2011, existiam 16 cisternas construídas com o recurso gerados do FRS. Mas o gestor entrevistado apresentou a seguinte avaliação:

No entanto esta metodologia de construir cisternas através de fundos rotativos foi desmobilizada na comunidade depois que algumas pessoas foram beneficiadas com cisternas do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), no qual foram construídas seis cisternas. Estas não poderiam ser

¹²¹ A tecnologia de Fogão ecológico é explicada em reportagem da TV Paraíba Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/bom-dia-pb/videos/v/conheca-o-fogao-ecologico-usado-na-paraiba/2801690/>>. Acesso em: 6 ago. 2016

transformadas em FRS, e desarticulou um pouco a atividade com esta atividade porque as pessoas não entendiam a diferença da cisterna “do governo” e da cisterna do fundo. (PB086)

Além dessas atividades, são apoiadas pelo Fundo a produção e venda de telas de arame, que visa atender uma “necessidade de criarem galinhas presas, uma vez que estas danificavam os plantios feitos perto das casas” (PB086).

O Fundo Rotativo Regional, sediado em Soledade (PB), é uma ação que envolve Fundos Rotativos de dez municípios e apoia atividades como o beneficiamento de frutas nativas e a conservação e estocagem de sementes crioulas. Atualmente o FRR apoia ações como: beneficiamento de frutas, sementes crioulas, fogões ecológicos, biodigestores e máquinas coletivas. Este Fundo tem como principal objetivo apoiar novas famílias e novos grupos com atividades que fortaleçam a agricultura familiar com base agroecológica na região

A experiência iniciou com a parceria do Coletivo e com o PATAC, a entidade fomentadora. A partir dessa parceria, grupos de beneficiamento de frutas e famílias envolvidas nos bancos de sementes receberam o apoio de equipamentos e sementes. Depois de apoio e de terem obtidos resultados, iniciaram o repasse (empréstimos) dos mesmos, dando, assim, origem ao Fundo Rotativo Regional (PB099).

O FRR é mantido com a contribuição e devolução dos participantes e, durante o período de 2008 a 2011, financiou 63 projetos, totalizando R\$ 9.599,25 para atividades de apoio à comercialização, beneficiamento de frutas e manutenção das máquinas coletivas. As definições das regras do Fundo foram decididas em reuniões com a participação dos sócios e da direção do Coletivo. A análise dos projetos é realizada pelos sócios e o acompanhamento dos projetos é feito por uma comissão comunitária.

A articulação do Coletivo e do PATAC influenciou outros FRS comunitários, como o de Lajedo Timbaúba no mesmo município de Soledade (PB). As origens desse Fundo são atribuídas aos laços de parentesco e a experiência em trabalhos coletivos anteriores, conforme relato de entrevistado:

a experiência de mutirões solidários teve início ainda com o seu avô. Com o falecimento do patriarca (em 1979), as famílias da comunidade resolveram se organizar mais ainda para que o trabalho e dedicação repassados pelo seu antepassado tivesse continuidade [...] Era comum ele reunir os filhos, os netos, os vizinhos para fazer

reparos nos barreiros, nas estradas e assim por diante. [...] Na busca de envolver toda a família na agricultura e evitar que os filhos fossem embora para outros centros as famílias se organizaram e fundaram a associação que durante um período se manteve na informalidade. Em 1983 ela se legaliza e começa a existir de fato e de direito. Depois de um tempo, ainda em 1999 o PATAAC passou a acompanhar a comunidade e iniciaram o trabalho com as barragens subterrâneas. [...] A partir daí, vieram as outras experiências, o trabalho do banco de Sementes, o trabalho com a criação animal, as cisternas, os tanques de pedras e muitas outras coisas que aprenderam a fazer. (PB097.)

O Fundo recebeu apoio do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)¹²² no valor de 26 mil reais. Ao todo, foi emprestado para 45 projetos o valor total de 20.509,00, principalmente para a criação de animais. A análise dos projetos é realizada em reuniões da associação comunitária e o acompanhamento é efetuado a cada seis meses pelo Conselho do FRS

Enfim, as experiências de Fundos Rotativos comunitários influenciaram o surgimento de outras como analisa Oliveira (2011, p. 172) descrevendo-os como fruto de um trabalho articulado por várias as entidades.

O trabalho com as inovações tecnológicas, através do Sistema Fundo Rotativo Solidário, chegou à Mandacaru no ano de 1997 mediado pelo STR [*Sindicato dos Trabalhadores Rurais*] e PATAAC [*Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades*]. Além da deficiência hídrica, a Comunidade foi escolhida por desfrutar da fama de ser uma “comunidade organizada”, por possuir uma Associação ativa com alto índice de participação efetiva dos moradores da Comunidade. Logo, Mandacaru se destacou das demais comunidades de Soledade por apresentar um alto nível de coesão social e um interesse relativamente grande em formar e gerir grupos de FRS

Importante constar que, em Pernambuco, dentre os 29 Fundos, o Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor de Pesca

¹²² Cf. Quadro 33. Apêndice

(CEDAPP) exerce um papel importante como articulador e fomentador, na criação de 17 FRS em 13 municípios na região do Agreste pernambucano¹²³. A entidade fomentou FRS como metodologia para desenvolver atividades agrícolas, contribuiu no apoio à construção de cisternas e também de condições mais adequadas para a moradia no campo, a exemplo dos “banheiros secos”, conforme o relato do Fundo Comunitário do Sítio Riacho do Meio, de Jataúba (PE)

O fundo surgiu a partir do incentivo do CEDAPP, como forma de possibilitar a comunidade local maior autonomia quanto ao uso dos recursos do Fundo Solidário e contribuir no processo de organização social das comunidades quanto ao gerenciamento e mobilização comunitária. Destaca-se algumas ações desenvolvidas junto a comunidade, melhoria de infraestrutura (construção da sede comunitária; construção de cisternas; repasses de cabras; criação de galinhas caipiras; construção de banheiros convencionais; e assessoria técnica rural). (PE009)

Outro caso é o FRS da Associação dos Produtores de Farinha de Serra da Cruz (de 1987 em Pesqueira, PE –Quadro 10, PE021) com os agricultores que plantavam coletivamente e constituíram um banco de sementes de milho e feijão, na perspectiva de preservar as sementes produzidas na comunidade.

No ano de 1991, em parceria e incentivo do CEDAPP foi viabilizada ações de geração de renda (criação de galinhas caipiras). Posteriormente, no período de 1994- 2007 foram desenvolvidos projetos de segurança alimentar e nutricional e geração de renda (repasso de cabras leiteiras) e ações infraestrutura (construção de cisternas de placas, reformas domiciliares e banheiros secos). (PE021, Quadro 11)

No Piauí há oito FRS de agricultores, concentrando a maior parte no fomento a hortas comunitárias, equipamentos ou reformas para as “Casas de Farinha” e o beneficiamento de arroz. Por exemplo, em Floriano (PI), a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da comunidade Bom Sucesso, criada em 1999 por incentivo da Cáritas Diocesana de Floriano, sendo uma das necessidades do grupo uma

¹²³ Maiores detalhes da criação do CEDAPP (Cf. Quadro 33. Apêndice)

máquina para beneficiamento de arroz, o produto mais forte da comunidade. Os passos de sua constituição são descritos da seguinte maneira:

O agente da Cáritas Diocesana que acompanhava o grupo na época apresentou a necessidade da Associação para a equipe da Diocese que conseguiu recurso por meio do Projeto Alternativo Comunitário (PAC) com recursos de entidades da Suíça para a compra de uma máquina forrageira de grãos no valor de R\$ 8.000,00 que deveria ser devolvido 50% desse recurso em dois anos. A máquina funciona todos os dias e dois sócios são responsáveis pelo acompanhamento da mesma. A Associação conta com 60 sócios e o FRS foi formado para contribuir com a atividade de pilagem de arroz¹²⁴ e as necessidades do grupo. (PI009)

Os FRS de agricultores familiares estão presentes em outros estados e regiões brasileiras, como em Divino na zona da mata mineira¹²⁵ (Quadro 10, MG013), o Fundo de Crédito Solidário que abrange 17 municípios da região, desde 2000. O processo de constituição desse Fundo é relatado do seguinte modo:

A partir da reivindicação de alternativas de acesso ao crédito frente à dinâmica de dependência nos mercados de microfinanças rurais, é importante destacar a atuação do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) em parceria com alguns Sindicatos na constituição de Fundos de Crédito Rotativo (FCRs), já na década de 1990. Estes fundos surgiram com recursos de uma financiadora internacional e eram gerenciados principalmente pelo CTA e pela Cáritas. [...] Os FCRs podem ser analisados como um mecanismo de fornecimento de modalidades de microcrédito para agricultores familiares. (MG013, Quadro 10)

A movimentação financeira desse FRS tem um volume maior, por exemplo, em 2010 foram financiados 63 projetos no valor de R\$ 63.000,00, para agroindústria familiar, sementes, infraestrutura, aquisição de animais, equipamentos etc.

¹²⁴ Técnica para descascar o arroz.

¹²⁵ Em Minas Gerais aponta-se três Fundos de agricultores familiares, os outros dois localizam-se nos municípios de Jequitinhonha e Porteirinha.

No Centro-Oeste, encontramos um na cidade de Tangará da Serra (MT) e três FRS em Goiás, nos municípios de Campinorte, Nazário e o terceiro no município de Planaltina em uma fazenda de 4030 hectares, totalmente desmatada que foi destinada à reforma agrária onde foram assentadas 100 famílias. O processo de constituição é registrado a seguir:

Com a criação de grupo jovens em 2003, [*dentre eles*] alguns fazendo curso técnico em agricultura sustentável e meio ambiente em Unai (MG), sentiram a necessidade de contribuir para diminuição do impacto [*ambiental*] causado pelo desmatamento no assentamento, fizeram uma coleta de dinheiro para comprar os primeiros saquinhos e a tela sombrite para um viveiro, e as sementes eram de fruteiras e nativas coletadas por eles nas redondezas. (GO021)

Na Região Sul, entre os agricultores familiares, identificou-se dois: a “Casa de sementes crioulas Mãe Terra”, em Hulha Negra (RS) gerenciada pelo Instituto Padre Josimo; e o “Banco de Sementes Crioulas”, em Três Arroios (RS), pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), ambos são Fundos de Fomento e não-monetários.

Por fim, sobre os FRS nesse grupo de agricultores familiares, pontua-se alguns elementos comuns da importância dos FRS que não se esgotam nesses exemplos apenas. Primeiro apresentam a possibilidade de viabilizar atividades econômicas de pequeno porte, mas que são estratégicas para a atividade agrícola não capitalista. Outra, pelos FRS é possível atender demandas simples e baratas para a sobrevivência e sociabilidade necessárias à vida no ambiente rural. Atividades que mesmo o PRONAF não consegue atingir pela formalidade exigida, em que pese a importância deste programa e suas conquistas (Cf. CAZELLA et al., 2016, p.49-79)

A possibilidade de fomentar projetos elaborados pelos próprios agricultores, considerando-se suas experiências e sua sabedoria vivencial, favorece condições melhores de vida nesses territórios pois, mesmo com as mudanças provocadas pelo modelo de uma agricultura capitalista (com seu pacote tecnológico, incentivo a *commodities*), os FRS nesse grupo representam a resistência de uma agricultura camponesa, milenar e tradicional e procuram resgatar tais práticas, como as sementes crioulas em territórios e comunidades marcadas por muitas adversidades, como a má distribuição das chuvas, além de superar relações sociais de dominação como o coronelismo, apadrinhamento político, a ausência de

políticas públicas de desenvolvimento rural, o avanço de projetos capitalistas, etc.

No próximo item apresenta-se a construção de FRS numa categoria social específica de agricultores relacionados aos assentamentos da reforma agrária.

5.3.2 A importância dos FRS para os assentamentos de reforma agrária

A Reforma Agrária é uma luta dos camponeses do Brasil desde muitos anos e que, nas últimas décadas, expressa-se principalmente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) entre outros. Estes Movimentos procuram forçar a realização da Reforma Agrária através de vários modos e lutas. Principal método geralmente utilizado é através da “ocupação” inesperada de uma determinada gleba, que perdeu sua “função social”¹²⁶. Neste período (da ocupação), as famílias vivem em “acampamentos” que apesar das dificuldades, conflitos gerados antigos proprietários e ameaças de despejo pela Polícia, aprendem superá-las através de sua organização, primando por encontrar soluções coletivas e exercitar práticas democráticas. Depois de longos períodos de negociação entre famílias de agricultores, órgãos estatais (pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária INCRA) os assentamentos são organizados na terra ocupada ou outra área. Passam a ser identificados por “assentados” quando recebem o direito de cultivar a terra, na qual as práticas coletivas, por vezes, tendem a dissipar-se. Nesse sentido, os FRS se apresentaram em alguns destes assentamentos como uma forma de continuar o exercício de práticas democráticas, coletivas e viabilizar certas atividades econômicas básicas.

Ao todo se descobriu 13 FRS em áreas de assentamentos da Reforma Agrária, inclusive três com a participação exclusiva de mulheres (Quadro 11).

¹²⁶ Conforme a Constituição Federal de 1988 essas terras são as únicas passíveis de desapropriação. (Art. 184 a 186)

Quadro 11 – Brasil: FRS e entidades gestoras de agricultores assentados

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
AL006	Banco de Sementes da Associação...	Assoc. dos Agricultores Orgânicos do Assentamento Unidos pela Terra	Igaci/AL	2008
BA017	FRS – Assentamento Santo Agostinho	Assoc. dos pequenos produtores de Santo Agostinho	Itamaraju/BA	2009
BA026	FRS Cactus	Assoc.de Assistência Técnica e Assessoria aos trabalhadores do Movimento (CACTUS)	Senhor do Bonfim/BA	1990
MA009	FRS da Escola Família Agrícola	Escola Família Agrícola de Capinzal do Norte	Capinzal Do Norte/MA	2006
MA041	Jovens Mensageiros de Cristo (JOMEC)	Assoc. dos Trabalhadores e Trabalhadores Residentes do Assentamento São Miguel	São Bernardo/MA	2010
MS012	Grupo Cumbaru Sustentável de São Manoel	Grupo Cumbarú do Assentamento São Manoel	Anastácio/MS	2007
PB033	FRS do Assentamento Junco	Movimento informal de mulheres do Assentamento Junco	Remígio/PB	2010
PB035	FRS do Assentamento Queimadas	Movimento informal de mulheres do Assentamento Queimadas	Remígio/PB	2010
PB042	FRS do Assentamento Emanuel Joaquim	FRS do Assentamento Emanuel Joaquim	Areia/PB	2006
PB037	FRS da Comunidade Genipapo	Assoc. dos Produtores Rurais do Assentamento Corredor (APRAC)	Remígio/PB	2003
PB043	FRS do Assentamento Oziel Pereira – Agrovila Cajá	Assentamento Oziel Pereira – Agrovila Cajá	Remígio/PB	2008
PB046	FRS de Cachoeirinha dos Torres e Assentamento Arcanjo.	Assoc.de Cachoeirinha dos Torres e Assentamento Arcanjo.	Soledade/PB	2009
PE008	Fundo Comunitário União de Todos	Assoc. dos Agricultores Assentados do Engenho Jussara e Adjacências	Moreno/PE	2006

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

O FRS do Assentamento Emanuel Joaquim (Areia, PB – PB042) contou com o apoio de um conjunto de organizações sindicais denominado Polo Sindical da Borborema. Basicamente foi “para o financiamento de telas, cursos de capacitação e as próprias famílias beneficiadas fizeram as telas.” Acrescenta-se um dos aspectos positivos que, “o FRS comunitário proporciona aproximar mais as famílias, **reforçando os laços solidários**. As famílias decidem o que fazer com os recursos muitas vezes atendendo as necessidades urgentes e não dependem de decisões externas” (PB042, grifos nossos).

Desse conjunto, Fulgêncio (2014) realizou uma análise sociológica do FRS da Agrovila Lagoa do Jogo, no Assentamento Oziel Pereira (Quadro 12, PB043), constituído por 19 famílias e localizado em Remígio (PB). A autora analisou como as relações sociais se operacionalizam entre os agricultores da agrovila tomando como referência o funcionamento do FRS e considerando também outras dinâmicas de reciprocidade, solidariedade e cooperação presentes na agrovila. Sua conclusão é que existem práticas coletivas na agrovila, mas que os laços sociais de cooperação e reciprocidade estão enfraquecidos, influenciando diretamente no funcionamento dos Fundos Rotativos: “[...] a falta de confiança entre os agricultores influencia diretamente no funcionamento do Fundo Rotativo, uma vez que o assentado não confia mais no outro em relação ao comprometimento com o arranjo social na agrovila” (FULGÊNCIO, 2014, p. 117).

Nessa perspectiva, observa-se que a dádiva, a reciprocidade ou os laços de confiança não são, por si, suficientes para explicar o funcionamento dos FRS, porém há outros aspectos que merecem ser considerados, como a gestão, o planejamento e os controles sistemáticos, que serão tratados nos próximos capítulos.

Por exemplo, na gestão do Fundo Comunitário União de Todos (Quadro 12, PE008), em Moreno (PE)¹²⁷, na região metropolitana de Recife, aparecem aspectos positivos desse processo: foi realizada uma assembleia para definir os critérios de acesso ao fundo e sua manutenção. Como devolução de recursos, os juros seriam de 1,5% ao mês para

¹²⁷ “Iniciou através de capacitações sobre Economia Solidária e Gestão promovida pelo CredCidadania, em 2006, através de um financiamento do Inter American Foundation (IAF)” (Cf. Quadro 34 Apêndice). O FRS territorial é administrado pela Associação dos Agricultores Assentados do Engenho Jussara e Adjacências e conta com 45 participantes. Atualmente o Fundo Comunitário abrange três municípios: Moreno, Vitória de Santo Antão e Cabo de Santo Agostinho (cinco comunidades).

atividades rurais e de 2% juros ao mês para atividades de comércio. Além disso, os participantes do fundo colaboram mensalmente com uma mensalidade de R\$ 5,00 (cinco reais) para custear despesas administrativas e financeiras. Também esse critério é uma estratégia para estimular a participação dos sócios nas assembleias ordinárias mensais e para poder acessar os recursos do Fundo. Quando há desistência de um sócio, ele recebe os valores que contribuiu ao Fundo sem juros nem correção monetária. O Conselho Gestor e a Diretoria do Fundo comunitário são independentes da Associação Comunitária (PE008).

Outro exemplo da articulação em redes nesse grupo social são os FRS da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), com recursos da *ActionAid*¹²⁸ e Loterias Britânicas, em 2006. O FRS desenvolveu o Projeto Agroecológico de Educação do Campo (Quadro 11, MA009), em Capinzal do Norte (MA), e duas Escolas Famílias Agrícolas, nos municípios de Lago do Junco e São Luís Gonzaga do Maranhão.

Resultados positivos são apontados pelas mulheres assentadas do Grupo Cumbaru Sustentável de São Manoel (Quadro 12, MS012) em Anastácio (MS): “elas ganharam independência financeira. [...] Reconhecimento do seu trabalho pelos maridos. Convívio social, retirando-as do isolamento de casa” (MS012).

Os FRS neste grupo social corroboram, como os demais, para fomentar atividades econômicas pelas quais o sistema convencional de crédito possivelmente não se interessaria, ou que as políticas agrárias ainda não contemplam. Por outro lado, os próprios assentamentos poderiam se fortalecer mais a medida que organizam seus próprios recursos de maneira autônoma dos aparatos estatais.

Enfim, esses FRS pertencem a um conjunto de organizações e movimentos camponeses que se situam na luta pela reforma agrária, onde os assentamentos são a base de sustentação. Ao longo dos anos as opções dos assentados e movimentos sociais a eles ligados foram incentivar cooperativas agrícolas, gerando a central de cooperativas CONCRAB e experiências de cooperativa de crédito, como a Crehnor¹²⁹.

¹²⁸ Cf. Quadro 33 Apêndice

¹²⁹ Em 2016 passa a integrar o sistema Cresol. Experiência estudada por Búriço (2010, p. 251-260). Sobre as origens do cooperativismo da reforma agrária ver Singer (2005, p.107-117) que aborda três experiências originais no estado do Paraná.

5.3.3 Os FRS na perspectiva da agroecologia

Outro conjunto de experiências de movimento social dos agricultores familiares é conhecida por Agroecologia e envolve muitos atores sociais, como as organizações de agricultores, as pesquisas universitárias e, nos últimos anos, certos programas governamentais. É um tema social e, por causa disso, adquiriu maior relevância recentemente não só pelo crescente número de agricultores que preferem essa maneira de produzir, como também pelo desejo das populações urbanas por uma alimentação saudável. Nessa categoria apareceram quatro FRS que têm esta perspectiva agroecológica colocada de maneira explícita nos seus objetivos. (Cf. Quadro 12)

Quadro 12 – Brasil: FRS e entidades gestoras de agricultores agroecológicos

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
BA011	Assoc. dos Produtores Agroecológicos. (APERJ)	Assoc. dos Produtores Agroecológicos (APERJ).	Jacobina/BA	2003
CE015	Fundo Rotativo Agroecológico e Solidário dos Territórios Vales do Curu/Aracatiaçu	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador	Itapipoca/CE	2008
CE052a	Bodega do Povo	Cooperativa dos Produtores Agroecológico e Artesãos (COOPA)	Viçosa Do Ceará/CE	2008
CE054	Bodega Nordeste Vivo e Solidário	Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica Solidaria (COAPSOL)	Aracati/CE	2008

* Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Um dos aspectos em que os FRS contribuem para o desenvolvimento da agroecologia é a necessidade de aquisição de meios de produção adequados para sair do modo convencional de produção agrícola, além de viabilizar espaços de comercialização através de organizações de feiras, pontos de vendas e certificação. Destaca-se que a realização de feiras de maneira autogestionária encontra nos FRS uma forma inicial para viabilizar recursos para sua manutenção, mesmo necessitando de poucos recursos para viabilizá-las.

O caso ilustrativo é o da Associação dos Produtores Agroecológicos (APERJ), localizada em Jacobina (BA) que começou o Fundo Solidário, com atuação em cinco comunidades. No início era um grupo com 14 famílias de agricultores. Os associados realizam reuniões mensais com prestação de contas e assembleia todo ano. O valor da contribuição ao fundo é recolhido toda quarta-feira, sendo que 5% sob o valor vendido constitui uma conta do Fundo Rotativo. Em suma, os participantes da associação mantêm o FRS, que arrecadou 18.000,00 reais em 2011 (BA011).

As principais dificuldades e avanços do tema da agroecologia reaparecem no capítulo 07, mas adianta-se aqui que uma das contribuições dos FRS é incentivar financeiramente os agricultores a efetivar as mudanças de uma agricultura convencional para a agroecológica, em que pese a resistência de muitos para tal mudança quando o retorno financeiro é mais difícil e a médio prazo. Como uma dificuldade apontada está o entendimento pelos próprios sócios sobre os princípios da agroecologia: “Os empreendimentos agrícolas apoiados são ainda muito reduzidos pelas tecnologias do agronegócio, pelo uso de inseticidas químicos, sementes híbridas, aplicação de herbicidas para economizar trabalho” (MA006).

5.3.4 A apicultura e os FRS

Para análise do grupo dos apicultores, destaca-se o estudo de Silva (2015, p. 107) que demonstra os FRS como uma estratégia para o desenvolvimento da atividade apícola e alternativa de renda aos agricultores familiares. A importância maior deste trabalho está em discorrer sobre uma dupla dinâmica entre as lógicas solidárias e capitalistas: na organização interna, pratica-se a solidariedade, porém na relação “externa” aceita-se as regras do jogo capitalista para poder viabilizar a comercialização.

A Cooperativa Mista de Agricultores de Nova Vida (COOPERVIDA) conseguiu articular o

cooperativismo com o modelo atual econômico (capitalista), de forma que, aos moldes solidários/cooperativistas demonstram outra forma de economia para dentro do Assentamento Nova Vida (entre os cooperados), mas para além do Assentamento adentraram aos moldes capitalistas, num sistema de valoração dos produtos de acordo com o mercado capitalista (SILVA, 2015, p. 109)

Dessa forma, o FRS terminaria envolvido no circuito capitalista, tendo em vista a comercialização da produção e a inserção de renda para os apicultores, promovendo, dessa forma, um desenvolvimento com sustentabilidade para o local (SILVA, 2015. p.53). Assim, o autor conclui que

através da COOPERVIDA, tendo isto em vista as políticas públicas podemos afirmar que a Economia Solidária estava presente nessa cooperativa, **mesmo que trabalhando às margens do Capitalismo.** [...] No caso da COOAP, não foi verificado sucesso no decorrer dos anos. [...], pois já se verifica **um declínio no método solidário dessa cooperativa.** (grifos nossos)

Quadro 13 – Brasil: FRS e entidades gestoras de apicultores

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
BA022	Consolidação da Atividade Apícola de Ruy Barbosa	Centro de Treinamento de Líderes	Ruy Barbosa/BA	2008
CE002	Fundo Rotativo Comunitário de Bueno	Assoc. Comunitária dos Moradores e Apicultores do Sítio Bueno	Irauçuba/CE	2009
PB006	Projeto de Desenvolvimento Solidário da Apicultura na Rede Abelha do Alto Sertão (PB)	Assoc. dos Apicultores do Sertão Paraibano (ASPA)	Aparecida/PB	2009
PE037	Fundo Rotativo de Comercialização da Assoc. dos Apicultores de Afogados da Ingazeira	Assoc. dos Apicultores de Afogados da Ingazeira	Afogados da Ingazeira/PE	2000
PE039	FRS da APOMEL	Assoc. dos Apicultores e Meliponicultores Orgânicos do Alto Pajeú (APOMEL)	São Jose do Egito/PE	2007
PI012	Fundo Solidário da Associação...	Associação de Apicultores de São João da Canabrava	São João Canabrava/ PI	2004

(*) Ano de início do Fundo Solidário

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

A partir do mapeamento, aponta-se seis FRS relacionados a esse grupo (Quadro 13). Podemos mencionar, como uma breve descrição ilustrativa, que em Ingazeira (PE) foi criado um FRS entre os apicultores/as como forma de antecipar parte da renda da produção a ser comercializada.

Quanto ao funcionamento: os/as apicultores/as quando realizam a entrega do mel, recebem parte da produção (percentual 15%). Quanto à devolução voluntária para o FRS, cada apicultor/a realiza a devolução de R\$ 1,00 (um real) para cada litro de mel comercializado. Enfatiza-se que o preço médio comercializado do litro de mel na região é de R\$ 6,00 (seis reais). A produção anual de mel da associação é de 2000 litros ano. (PE037)

A organização dos apicultores demonstra que conquistaram possibilidades de montantes consideráveis de crédito através dos programas citados acima. Porém, somente a quantidade de recursos não garante, *per se*, a consolidação de relações emancipatórias, pois essas organizações vivem lógicas capitalistas e lógicas solidárias, o que implica em constante exercícios e aprendizagens coletivas.

5.3.4 FRS com participação dos Trabalhadores Rurais

Nesta categoria social são três Fundos administrados por Sindicatos de Trabalhadores Rurais em Varzelândia (MG), Santa Cruz e Aparecida (ambos da PB), um por cooperativa e outro por associação (Cf. Quadro 14). Ressalta-se que esse conjunto não é composto exclusivamente assalariados rurais, pois esse termo é mais utilizado pelo movimento sindical, sob influência da legislação vigente dos governos ditatoriais.

Para exemplificar, a COCRESCE, com abrangência de 12 municípios do sertão central do Ceará, constituiu o “Fundo”, para

suprir necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em obterem recursos para desenvolver pequenos projetos como, por exemplo, fazer uma cerca, comprar um equipamento, etc. Foi quando o Projeto Dom Helder Câmara repassou o recurso para que os agricultores pudessem fazer a gestão e ter um acesso mais fácil aos recursos sem ter que passar pela burocracia exigida pelos bancos. Os agricultores elaboraram coletivamente o

estatuto, os critérios de acesso e a organização da parte técnica financeira ficou sendo realizada pela cooperativa, pois, um dos critérios é que as pessoas que acessam a linha de crédito do fundo sejam sócios da cooperativa. (CE042)

Quadro 14 – Brasil: FRS e entidades de trabalhadores Rurais como gestoras

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
CE042	Fundo Rotativo de Custeio e Investimento	Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Central do Ceará (COCRESCE)	Quixadá/CE	2008
MG004	FRS da Microrregião de Varzelândia	Sindicato dos trabalhadores Rurais de Varzelândia	Varzelândia/MG	2004
PB004	FRS Produzindo Solidariedade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Cruz	Santa Cruz/PB	2009
PB005	Projeto Produzindo Solidariedade.	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aparecida	Aparecida/PB	2009
PB028	FRS da Associação Comunitária dos Moradores e Trabalhadores Rurais do Sítio Barro Vermelho	Associação Comunitária dos Moradores e Trabalhadores Rurais do Sítio Barro Vermelho	Massaranduba/PB	2008
PB063	FRS de São Tomé de Baixo	Associação das Comunidades dos Trabalhadores Rurais do Sítio São Tomé de Baixo	Alagoa Nova/PB	2009

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Apesar de poucos Sindicatos serem os gestores de FRS diretamente¹³⁰, constantemente são lembrados do apoio e fomento a fundos, na grande parte dos casos referentes ao meio rural.

5.3.6 Com os criadores de pequenos animais

A relevância de selecionar este grupo se justifica porque, para os camponeses, a criação de animais pode viabilizar sua sustentabilidade pelos produtos derivados, como carne e leite, mas também serve como “reserva de valor” ou poupança para necessidades emergenciais ou ocasiões especiais como aniversários, casamentos (ABRAMOVAY, 2004, p.44). Prova disso é que, no mapeamento, foram encontrados 40 “Fundos Solidários” (do universo de 539) cujos “recursos” são animais, isto é, fundos que têm como a devolução as crias de caprinos, ovinos e bovinos. Destacam-se aqui os FRS que se autoidentificam como “criadores” (Cf. Quadro 15)

Quadro 15 – Brasil: FRS com pequenos criadores de animais

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
AL001	FRS para Criação de Pequenos Animais	Grupo Alternativo de Criadores de Cabras (GACC)	Igaci/AL	2008
AL010	FRS do Grupo de Criadores de Aves de Corte e Postura	Grupo Solidário de Criadores de Aves de Corte e Postura	Igaci/AL	2008

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Nesse grupo, apresenta-se o FRS “do Grupo Alternativo de Criadores de Cabras (GACC) a partir do incentivo da AAGRA, constituído para criação de pequenos animais (empréstimos familiares)” (AL001). Esse Fundo conta essencialmente com a contribuição dos participantes. As regras e acompanhamento são definidos pelos sócios participantes e o grupo participa da rede ASA/AL.

Os FRS para criação de animais têm sua importância para os camponeses principalmente no Nordeste, como possibilidade de viabilizar estratégias de segurança alimentar ou evitar o êxodo rural através de técnicas simples para manter a pequena pecuária através financiamento à forragem como a Palma, a construção de cisternas e irrigações onde é

¹³⁰ Sobre este baixo índice de sindicatos envolvidos conferir item 5.4.4 adiante.

possível (no capítulo 7 reaparecem esses temas como resultados e dificuldades).

5.3.7 Os Quilombolas e a experiência tradicional

Trata-se de comunidades camponesas, remanescentes de negros, constituídas principalmente a partir da época da escravidão no Brasil e à sua resistência através de quilombos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Artigo 68º; e Decreto 4.887/2003), essas comunidades passam adquirir direitos de propriedade de seus territórios¹³¹. No mapeamento foram localizados cinco FRS ligados a essas comunidades (Quadro 16).

O mais antigo dos FRS do Mapeamento surgiu em 1924, em Iaciara (GO)

numa comunidade de remanescentes quilombolas dividida em duas localidades próximas geograficamente: Levantado (14 famílias) e Extrema, (24 famílias). O quilombo tem uma vida econômica solidária e comunitária. Em 2004 se organizaram em forma de associação com registro formal. (GO002)

Quanto ao FRS do município de Vargem Grande (MA), sua origem é atribuída à iniciativa de uma senhora conhecida por Luísa Preta Fernandes, que organizou uma novena a Santa Maria para pedir chuva. Conforme explica o entrevistado (no Mapeamento), “de todas as roças era separada uma parcela da produção para ser guardada e acumulada como uma espécie de ‘poupança de alimentação’ para os períodos de dificuldade. É a base do espírito comunitário, doar para depois dividir para todos.” Outra finalidade desse Fundo é atender necessidades de famílias que têm despesas com ritos funerários de algum membro:

¹³¹ Essas comunidades passam por identificação, autodefinição e certificação, passos administrativos de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares para que lhes sejam atribuídas a legalidade e a posse inalienável de seus territórios. Decorrente à posse está a garantia do acesso aos direitos fundamentais previstos na Art. 68, 215-216 da Constituição Federal de 1988. Para mais informações pode-se consultar por exemplo, a Revista IHU N. 428; Ano XIII, 30/09/2013. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5192&secao=428> Acesso em: 14 dez. 2016.

um momento marcante é na solidariedade quando falece alguém, o fundo cobre as despesas do funeral (os gastos com caixão, transporte, e alimentação, inclusive para a visita de sétimo dia). Todas as atividades contribuem de certa forma para "alimentar" o fundo, a casa de farinha, a horta, o trator, o caminhão comunitário, etc. (MA019)

Quadro 16 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Quilombolas

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
ES002	FRS da Comunidade Quilombola da Reta São Mateus	Comunidade Quilombola da Reta São Mateus	São Mateus/ES	2012
ES003	FRS Comunidade Quilombola do Angelin I	Comunidade Quilombola do Angelin I	São Mateus/ES	2012
GO002	Fundo da Assoc. Pequenos Produtores Rurais de Extrema e Levantado (APEL)	Quilombo Levantado	Iaciara/ES	1924
MA019	Fundo Rotativo Comunitário Solidário de Piqui da Rampa	Associação Comunitária do Povoado Piqui	Vargem Grande/MA	1996
PB002	FRS de Serra do Abreu	FRS de Serra do Abreu – Homens e Mulheres Construindo a Igualdade.	Nova Palmeira/PB	2010

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013

O Fundo de Serra do Abreu, no município de Nova Palmeira (PB), é mais recente, criado em 2010. “Um grupo de pessoas da Comunidade discutiu a importância do FRS e formaram o grupo informal a partir das condições das famílias. Eles mesmos fazem a gestão dos recursos depositados no grupo. Cada pessoa contribui com R\$ 21,00 mensais.” A perspectiva foi transformar os espaços dos arredores de casa em **quintais produtivos** a partir da implantação de telas nos locais. Durante o processo de amadurecimento e fortalecimento da experiência, as famílias contaram com o apoio do Centro de Educação e Organização Popular (CEOP)¹³² e do projeto Brasil Local¹³³ para formação e mobilização. (PB002)

¹³² (Cf. Quadro 33 Apêndice)

¹³³ Projeto da SENAES-MTE com objetivo de promover o desenvolvimento local através do fomento à criação de empreendimentos de

Quintal produtivo: espaço produtivo em torno da casa, o quintal é espaço de atuação da mulher que consorcia cultivos de espécies vegetais (alimentos, temperos, plantas medicinais e flores) e animais. Aumenta a segurança alimentar e o acesso ao mercado e preserva a biodiversidade. O quintal produtivo proporciona o aproveitamento das águas usadas (louça, banho, limpeza da casa). (OLIVEIRA, 2011, p. 199)

Como resultado positivo na comunidade quilombola de Iaciara, foi dito que “a produção de alimentos é para o autossustento e a venda de animais é para ajudar famílias que estejam com necessidades urgentes” (GO002).

Enfim, os relatos acima demonstram que nessas comunidades havia uma espécie de Fundo Solidário para os momentos emergenciais ou necessidades coletivas, desenvolvido ao longo dos anos, embora o aspecto da devolução (como empréstimo) tenha sido inserido apenas na última década.

5.3.8 Os FRS adotado pelos Hortifruticultores

Esse grupo social demonstra que os Fundos são um meio mais simples e barato para viabilizar as hortas comunitárias, tanto em áreas rurais como urbanas. Destaca-se, adiante, alguns casos como os de Floriano (PI): suas origens estão relacionadas à organização de associações de moradores, promovem cursos sobre associativismo e produção de hortaliças, com assessoria técnica do EMATER em parceria com o SEBRAE. No primeiro, da Associação de Produtores de Hortaliças da Zona Urbana de Floriano, as pessoas envolvidas nas hortas “passaram a devolver um valor mensal de R\$ 2,00 por canteiro. O recurso acumulado é principalmente utilizado para custear a luz [energia elétrica]” As hortaliças são vendidas na feira de Economia Solidária promovida pela Obra Kolping¹³⁴, que acontece semanalmente aos sábados, ou nas residências de Floriano (de “porta em porta”) e para o programa Compra Direta ou para a merenda escolar nas escolas municipais de Floriano (PI006) (quadro 17).

economia solidária e também o fortalecimento daqueles já existentes, através de agentes locais, ademais, nele foram incluídas algumas áreas quilombolas.

¹³⁴ Cf. Quadro 33 Apêndice.

Quadro 17 - FRS e entidades gestoras de hortifruticultores

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
PA028	Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros de Dom Eliseu	Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiro de Dom Elizeu	Dom Eliseu/PA	2009
PI006	FRS de Floriano	Associação de Produtores de Hortaliças da Zona Urbana de Floriano	Floriano/PI	2004
PI010	FRS hortaliças Taboca	Associação dos Pequenos Produtores de Hortaliças do Bairro Taboca	Floriano/PI	2004
PI020	FRS dos Produtores de Hortaliças de Morro do Tiro	Associação de Pequenos Produtores de Hortaliças da Comunidade Morro do Tiro	Floriano/PI	2002

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

No estado do Pará, o FRS da Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros de Dom Elizeu foi criado a partir da necessidade de organização dos produtores de hortifrutigranjeiros, “para acessar as políticas públicas relativas à agricultura familiar. Criou-se o Fundo com recursos próprios previsto no estatuto através de contribuições mensais, de percentagem sobre volume de vendas decidida coletivamente e por doações” (PA028).

A seguir apontam-se experiências em vários grupos considerados da agricultura com povos tradicionais em que os FRS contribuem para recuperar determinadas práticas agrícolas tradicionais e, acima de tudo, operam como formas de resistência a determinadas trocas capitalistas ditas modernas, destrutivas da identidade e sociabilidades construídas secularmente nos grupos como indígenas, quilombolas e ribeirinhos (pescadores).

5.3.9 Os FRS entre os Indígenas

Os indígenas são inseridos enquanto povos tradicionais também nas políticas de agricultura familiar no Brasil mais recente. Aqui não é o caso de aprofundar tal tema, mas destacar que se encontram três FRS situados nestas comunidades (Quadro 18).

Quadro 18 – Brasil: FRS e entidades gestoras de aldeias indígenas

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
BA020	FRS Aldeia Pedro Monte	Associação Iapan e Associação Pataxó da Aldeia Pedro Monte	Itamaraju/BA	2009
MS009	Fundo do Grupo Guaté	Grupo Guaté	Dourados/MS	2005
MT013	Grupo Jakui Mulheres indígena artesã	Grupo de Mulheres Indígena Jakui	Barra do Bugres/MT	2010

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013

O primeiro entre os Índios da Associação Comunitária Pataxó da Aldeia Pedro Monte, no município de Itamaraju (sul da Bahia) afirma que

em 2009 ficaram conhecendo o trabalho com Fundo Rotativo Solidário. Houve várias reuniões e os índios que analisaram a proposta para decidir como iriam aplicar o recurso e como funcionaria esse

fundo. Como os índios acreditam que a agricultura [*enfrenta dificuldades, principalmente de mudanças climáticas*] decidiram que o investimento seria direcionado a atividade da pecuária com criação de gado de corte e leite. (BA020)

Em 2009, o grupo recebeu um aporte inicial das entidades Centro Terra Viva (Brasil) Heifer (Cf. Quadro 33 e Quadro 34 Apêndices), um valor de R\$ 7.200,00 que beneficiou sete famílias. Apontou-se devoluções valoradas em R\$ 3.900,00 no período de dois anos. (BA020)

O segundo FRS no município de Dourados (MS) na Reserva Indígena Jaguapiru

Iniciou em 2005 com artesãos (ãs) indígenas das etnias Guaraní e Terena a incorporaram novos *designs* ao artesanato com acabamento perfeito, agora também direcionado ao mercado, levando a cultura e a tradição da arte indígena a um público mais sofisticado, sem perder a identidade. Iniciaram com o pouco que tinham e na medida que foram efetuando vendas, foram criando um fundo de reserva do grupo. (MS009)

O terceiro é constituído por mulheres indígenas na Aldeia indígena "Umutina", em Barra do Bugres (MT), de abrangência municipal. "O motivo da criação do fundo solidário foi a necessidade de comprar os equipamentos para artesanato". (MT013)

Em relação aos FRS indígenas, indica-se que é uma tentativa de sobrevivência dessas comunidades, por um lado, como integração ou adaptação à "lógica mercantil" com as contradições desse processo através da produção e venda dos produtos artesanais, e, por outro, como resistência para manter as práticas coletivas ou comunitárias preservando a identidade social, étnica e cultural. Evidentemente esses aspectos mereceriam maiores aprofundamentos teóricos e outras pesquisas.

5.3.10 FRS com extrativistas

Além dos grupos citados acima, destaca-se FRS com grupo de extrativistas e pescadores, devido ao fato de que

no Brasil diferentes grupos sociais portadores de identidades coletivas vinculadas a territórios e ao uso comum de recursos naturais conquistaram o

reconhecimento como sujeitos de direitos e conseguiram acessar iniciativas de políticas públicas motivados por incentivos étnicos, por problemas ambientais e pela redução da pobreza. (MOTTA; SCHMITZ, 2015, p.533)

Quadro 19 – Brasil: FRS e entidades gestoras de extrativistas

Cód.	Nome do FRS	Nome da Associação	Local	Ano
AC008	Projeto Fundo Amazônica	Cooperativa de Produtores de polpa de frutos nativos de Mâncio Lima (COOPFRUTOS)	Mâncio Lima/AC	2013
MA002	Fundo Socioambiental	Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP)	Esperantinópolis/MA	2009
MA024	Fundo de Pequenos Projetos Produtivos	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ)	Lago do Junco/MA	2002

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013

Segundo o relato do entrevistado “algumas famílias se juntaram para organizar o extrativismo e buscar apoio do governo. Houve capacitação para produção de sabão e sabonete”, atividade que é favorecida pela característica da região “que tem mata nativa e é excelente para o extrativismo.” Organizaram-se através de cooperativa COOPFRUTOS (AC008 e Quadro 19).

No Maranhão, a COOPAESP gerencia o Fundo Socioambiental desde 2009 e a

ideia de criar um fundo surgiu a partir do recebimento de recursos da empresa de cosméticos Natura, a mesma utilizou a massa do coco babaçu (mesocarpo) em pesquisas no ano de 2004. [...] O objetivo inicial era apoiar famílias de quebradeiras de coco, sócias da cooperativa visando melhoria na renda. (MA002)

São 20 participantes e os parceiros iniciais foram a ASSEMA e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), entidades que também receberam recursos da NATURA (MA002).

Outro exemplo a ser mencionado é o Fundo de Pequenos Projetos Produtivos da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de

Lago do Junco (COPPALJ) no Maranhão. A primeira experiência durante reuniões do conselho e assembleia geral da cooperativa em que deliberaram sobre a possibilidade de financiarem pequenos projetos produtivos aos seus cooperados com o intuito de incentivar as famílias extrativistas à diversificação da produção, a irem além do extrativismo do babaçu, para que ele ficasse como complemento da renda, e que as outras atividades integradas propiciassem maior desenvolvimento para as unidades familiares.

A diferença foi a implantação das cantinas¹³⁵ como espaços de organização e comercialização solidária através dos pontos de troca, eliminando a figura do atravessador, oportunizando às famílias fazer parte da cadeia produtiva, tendo como base os princípios agroecológicos. Os parceiros iniciais foram a Igreja católica, a ASSEMA, a Animação dos Cristãos no meio Rural (ACR) e o Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) (MA024).

5.3.11 FRS com participação de pescadores

Os pescadores, considerados população tradicional, um grupo social que obteve conquistas nas políticas públicas a exemplo do auxílio defeso, entre outras conquistas, além de serem considerados público da Política de Agricultura Familiar. No Mapeamento encontram-se dois FRS organizados por este grupo (Quadro 20).

Quadro 20 – Brasil: FRS e entidades gestoras de pescadores

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
PA022	Fundo Rotativo Solidária Aranai	Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores Agroextrativistas do Aranai	Cachoeira do Arari/PA	2012
PI013	Desenvolvimento da Pesca	Colônia de Pescadores de Uruçuí	Uruçuí/PI	1985

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013

Em Cachoeira do Arari (PA), município cuja economia baseia-se principalmente na pesca artesanal e cultivo do marisco, o FRS inclui também agricultores e extrativistas: “Tendo como base anterior ação das

¹³⁵ São os pontos de troca da amêndoa de babaçu produzida pelos cooperados(as) por produtos comerciais colocados à disposição pela cooperativa, primando por um preço o mais justo possível. Eles dispõem de cerca de 550 produtos variados (MA028).

comunidades eclesiais de base e o debate das políticas agroextrativistas foi sendo verificada a necessidade de buscar novas formas de apoio para o trabalho” (PA022).

No município de Uruçuí (PI), às margens do Rio Parnaíba, a Colônia de Pescadores é muito antiga. E o FRS surgiu a partir da necessidade de organização da documentação dos pescadores da região de Uruçuí, localizada no Sul do estado, pois todas as questões eram resolvidas em Teresina (PI), localizada a 453 km de distância. Segundo a descrição do mapeamento, a produção é bastante variada e rica, com a presença de vários rios: Balsas, Uruçuí, Preto e Parnaíba e também de lagoas, facilitando a atividade da pesca. Porém, os pescadores enfrentam um grave problema que é o assoreamento dos rios. Atualmente, a Colônia é a segunda maior do município em termos de organização (PI013).

5.3.12 Para Quebradeiras de coco uma estratégia fundamental

Destacam-se duas iniciativas de FRS em relação a essa atividade, que envolve condições de vulnerabilidade e exploração do trabalho feminino, com se descreveu na entrevista (Cf. Quadro 21).

Quadro 21 – Brasil: FRS e entidades gestoras de quebradeiras de coco

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
MA031	Fundo Solidário das Quebradeiras de Coco Babaçu	Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu de São José dos Brasílios	São Jose dos Basílios/MA	2001
MA025	Fundo de Apoio ao Agroextrativismo de Comunidades tradicionais do Babaçu	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)	São Luís/MA	2010

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

O FRS de São José dos Brasílios (MA) relata que a sua organização surgiu em 2001. Conforme o registro dos gestores,

as dificuldades e sofrimento enfrentados pelas quebradeiras de coco Babaçu eram visíveis como, o baixo preço da amêndoa R\$ 0,30 que na época valia menos que 01 Kg de arroz. As ameaças sofridas pelos fazendeiros, donos dos babaçuais, e

queimavam os montes de cocos que eram colhidos pelas quebradeiras e obrigavam as mesmas a vender as amêndoas para eles com preços estabelecidos pelos próprios, e se caso a produção não fosse vendida a eles, as mulheres seriam proibidas de entrar nas áreas de babaçuais para coleta do coco babaçu. (MA031)

Noutro, destaca-se a influência de uma grande empresa intermediária com reduzido protagonismo das mulheres ou das organizações sociais locais, tratadas como parceiras. O objetivo inicial do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (gestor deste FRS) era apoiar as quebradeiras de coco, visando melhoria na renda e diversificação das atividades, com 24 famílias em 2010. Os parceiros iniciais foram a ASSEMA e a Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP), entidades que também receberam recursos da referida empresa. Começaram a trabalhar com FRS em 2010 a partir do recebimento de recursos da empresa de cosméticos “Natura”. Depois de um processo de negociação, a empresa teve que fazer a repartição dos benefícios por ter acessado ao patrimônio cultural e genético das populações tradicionais (MA025).

Apresenta-se um caso positivo como a “conquista da Lei Municipal do Babaçu Livre foi uma grande conquista das **quebradeiras de coco** babaçu, na época elas eram proibidas de entrar e algumas áreas para fazer a coleta do coco, o prefeito era um atravessador e coronelista.” (MA031).

Também foram citadas ameaças e atos violentos direcionados ao trabalho das quebradeiras de coco “praticados pelos fazendeiros e proprietários de terras, como queima de barracas, palmeiras e os montantes coletados por elas. Ou limitando o acesso aos babaçuais, as mulheres eram proibidas de entrar em algumas áreas para coletar do coco babaçu” (MA031),

Convém ressaltar neste ponto que os FRS que envolvem a participação de mulheres se destacam em todas as regiões do Brasil, além de seu potencial emancipador, possuem uma variedade da abrangência com inserção nos espaços rurais e urbanos.

Os FRS de base ou comunitários, de maioria rural, constituem-se de agricultores familiares, destacando-se outros grupos específicos como as comunidades tradicionais (sítios) e outrou mais recentes como os agroecológicos e assentados. Como se percebeu, a partir de várias entidades gestoras e de outras ONGs fomentadoras ou de assessoria técnica (Cf. Seção 5.5) esses grupos sociais encontraram nos FRS um meio de atender demandas econômicas básicas. Além disso, implica uma

diversidade e criatividade de formas que constituem elementos importantes para desenvolver mais que atividades econômicas agrícolas, mas, sim, a sobrevivência de tais grupos e de elementos que constituem a sociabilidade no mundo rural. Por isso, nesta parte da análise, optou-se em desdobrar em doze categorias sociais, demonstrando que o mundo rural dos “pobres” não é só a “agricultura familiar”, referida de forma genérica. Essa forma de compreender pode ocultar as diferentes formas de vida social camponesa, tratando-as unicamente como “unidades produtivas”, próxima da visão economicista (“americana”) e não uma visão camponesa (chayanoviana) (Cf. GERMER, 1996, p.335 e SABOURIN, 2009, e tantos outros autores que discutem a questão do campesinato no Brasil).

Os FRS rurais aparentemente fomentaram diversas atividades agrícolas, algumas sem perspectivas de vendas para o mercado (a exemplo de criação de galinhas caipiras ou confecção de doces) contexto em que resgata práticas tradicionais da agricultura, e ecológicas, que não têm “valor” no mercado capitalista, hegemônico pelas *commodities*, pela produção de grande escala e para exportação, mas que se situa na escala da reprodução da vida social destes camponeses e camponesas.

A participação das entidades citadas e outras tantas, com sua diversidade de formas, foi a maneira dos camponeses organizarem-se e reivindicarem políticas públicas, e tornar presente o Estado, para atender suas demandas, que perpassam a produção, o transporte e a comercialização de produtos agrícolas básicos para a alimentação¹³⁶ e na busca de um “mercado solidário”. Através dessas entidades, foi possível desenvolver e conquistar várias formas de crédito rural, sintetizado no PRONAF. Por um lado, se este Programa se revela insuficiente para todas as demandas de crédito no mundo rural, por outro, através dos FRS, contempla as diversas dinâmicas sociais e territoriais, encontrando-se soluções simples capazes de gerar transformações profundas nas relações de poder, como no caso da construção de cisternas. Neste caso, as comunidades participam e decidem como fazer através dos mutirões (e o Fundo usado como financiador), amenizando os impactos históricos provocados pelas constantes estiagens no Semiárido e rompendo a dependência política.

¹³⁶ Segundo o Censo Agropecuário 2016, agricultura familiar era responsável por uma média de 70% dos produtos agrícolas utilizados como alimentos básicos no Brasil: mandioca: 87%; feijão: 70%; milho:46%; arroz: 34%; leite: 58%; suínos:59%; aves:50%.

Além disso, ao examinar os relatos dos Fundos mapeados, os grupos sociais encontraram “implicitamente” nos FRS uma estratégia para poder decidir o que é melhor e quanto para a comunidade ou o seu território, como utilizar os recursos, seja os gerados por eles seja dos programas governamentais, das ONGs. A utilização de uma metodologia democrática em princípios de autogestão e relações de confiança e reciprocidade fazem dos Fundos no mundo rural o diferente de todas as outras formas e programas de crédito dos bancos e do próprio governo, como o Pronaf. Apesar das dificuldades e desafios, os FRS encontraram um cenário favorável com algumas políticas públicas na área social ou agrícola, até uma forma de acessá-los. Esses processos demonstram ser os fatores principais para o desenvolvimento dos FRS comunitários, principalmente após 2005.

5.4 FRS COMUNITÁRIOS DO MEIO URBANO

Esta seção discorre sobre os FRS no meio urbano, embora se encontrem em menor quantidade, são significativos em relação aos processos sociais emancipadores enquanto alternativas econômicas e financeiras. Como na seção anterior, classificaram-se os FRS por diversos grupos sociais, como protagonistas dessas práticas, embora mais difícil de agrupá-los pois algumas associações não nominam o público representante.

5.4.1 A Relevância dos Fundos para os Artesãos e Artesãs

São várias associações de artesãos que vêm buscando constituir uma identidade social e reivindicando uma política pública para o artesanato no Brasil. Muitas delas participam do movimento da Economia Solidária embora apresente características distintas dos demais, pois muitos daqueles que praticam a atividade artesanal não são grupos coletivos e nem se pautam pelos princípios cooperativos, haja vista, que o trabalho tem um viés artístico e individual próprios. Interessante observar a construção da política nacional do artesanato desenvolvida no Brasil, sintetizada recentemente na Lei 13.180, de 22 de outubro de 2015 e no Programa de Artesanato Brasileiro (PAB)¹³⁷. Segundo estudo de Silva (2006, p.11) a

¹³⁷O “PAB foi instituído com a finalidade de coordenar e desenvolver atividades que visam valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem como, desenvolver e promover o artesanato

produção artesanal não representam apenas estratégias de sobrevivência de grupos sociais, marginais ao sistema econômico. As organizações de artesanato são esquemas produtivos diferenciados que sobreviveram, paralelamente, ao processo de industrialização

A produção artesanal é anterior ao modo de produção capitalista, pois desde as origens da humanidade há vestígios de artesanato. De certa maneira, o mesmo que se disse a respeito do campesinato, os artesãos, em suas inúmeras formas organizativas, diferenciam-se e subordinam-se ao capitalismo dialeticamente, pois há um setor relativamente autônomo do sistema e outro, dirigido para uma produção industrial capitalista. Como aponta Silva (2006, p. 19, grifos nossos)

As principais dificuldades ao desenvolvimento de um sistema de produção artesanal, estão afetas a elementos (...) como por exemplo a capacidade empresarial, a modelagem da produção, a comercialização e o mercado. Estes itens são efetivamente elos frágeis de uma cadeia produtiva artesanal. Quanto à capacidade empresarial, sua fragilidade decorre do fato de que o **artesão domina uma técnica, um ofício, uma habilidade**, aprendidos em práticas cotidianas, **sem preocupação com o conhecimento** sistêmico característico do **sistema produtivo industrial**. (...) de um lado, esta lacuna impacta negativamente o artesanato como atividade econômica competitiva, de outro lado, **deixa ao artesão a liberdade de ser o dono do seu próprio tempo e de definir**, em função das suas necessidades subjetivas, **o seu modo e padrão de trabalho**.

e a empresa artesanal, no entendimento de que artesanato é empreendedorismo”.
<http://www.sempe.mdic.gov.br/clientes/smpe/smpe/assuntos/programa-de-artesanato-brasileiro>

Quadro 22 – Brasil: FRS e entidades gestoras de artesãos

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
AP002	Fundo AME	Associação de Mulheres Empreendedoras do Bairro Jardim Felicidade I	Macapá/AP	2005
AP004	Poupança da AMARTE	Associação das Mulheres Artesãs (AMARTE)	Vitória do Jari/AP	2007
CE049	GOLD: Juntos Somos Fortes	GOLD – Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento: Juntos Somos Fortes	Fortaleza/CE	2011
CE060	GOLD: Progresso	GOLD – Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento: Progresso	Caucaia/CE	2011
DF010	Fundo Solidário Família Hip Hop	Núcleo de Formação Popular Família Hip Hop	Santa Maria/DF	2010
ES004	Mulheres do Sol	Associação Costumes Artes	Cariacica/ES	2008
GO022	Fundo Solidário da Associação Dos Artesãos de Luziânia	Associação dos artesãos de Luziânia	Luziânia/GO	2010
MA015	Fundo Rotativo Solidário da Assari	Associação dos Artesãos de Imperatriz	Imperatriz/MA	2008
PA003	Canaã faz Arte	Associação de Artesãs e Artesões de Canaã dos Carajás	Canaã dos Carajás/PA	2005
PE004	Fundo Solidário do Grupo João de Barro	Grupo João de Barro	Recife/PE	2008
PE005	Fundo Solidário ARAFIBRARTE	Associação dos Artesãos de Araçoiaba Transformando a Fibra em Arte (ARAFIBRARTE)	Araçoiaba/PE	2009
PE030	Fundo Solidário do Projeto Jovem Artesão	Movimento Pró Criança	Recife/PE	2005
SP003	Fundo da Rede Maesol	Mulheres Ativas Empreendedoras E Solidárias (MAESOL)	Osasco/SP	2010
SP005	Fundo da Rede de Artesãos de Várzea Paulista	Casa do Artesão	Vargem Paulista/SP	2012

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Esta produção artesanal não capitalista e de forma que se organiza de algum modo coletivamente por meio de associação ou cooperativa compõe o movimento de Economia Solidária¹³⁸. No Mapeamento são vários exemplos em que membros ou associações desse grupo social buscam autofinanciamento por meio dos FRS. Identificou-se 14 casos, que se organizam de diversas formas: em associação comunitária (3), grupo informal (3) e um como “outra associação”, sendo quatro de abrangência municipal, dois de abrangência comunitária e um territorial. (Quadro 22)

Em Pesqueira (PE), há uma associação comunitária com atuação territorial em 13 municípios, onde “a prática de fundo solidário iniciou a partir do CEDAPP, como forma de assegurar a continuidade da produção e comercialização das rendas e bordados, na perspectiva da economia solidária (comércio justo e solidário). São 16 sócias de doze municípios do Agreste e Sertão de Pernambuco. As rendeiras participaram de diversos cursos de formações promovidos pelo CEDAPP e pelo SEBRAE como forma de assegurar uma melhor qualidade nas peças comercializadas (cursos de estilismo; aperfeiçoamento dos bordados) e na gestão financeira da associação¹³⁹” (PE026).

Em Imperatriz (MA), no FRS da Associação dos Artesãos de Imperatriz (Assari) com um projeto apoiado pela *Inter American Foundation* (IAF), uma parte dos recursos desse projeto foi destinada ao fomento de fundo solidário. A metodologia inicial foi **apoiar** os artesãos e artesãs associados fazendo repasses para aquisição de materiais e equipamento, porém por instabilidades e problemas internos fizeram repasses somente no primeiro ano. Foram apoiados 28 projetos no valor de 46 mil reais em 2010 e devolvidos 3.000,00 em 2010. (MA015)

Em 2012, os técnicos da Incubadora Pública da Prefeitura de Paulista (SP) lançaram a proposta para constituir o Fundo da Rede de Artesãos de Várzea Paulista. Foi constituído com recursos dos participantes de R\$ 110,00 cada (SP005). Trata-se de um grupo ainda informal, municipal, urbano. É um dos poucos que apresenta explicitamente a ação do poder público municipal.

¹³⁸ Segundo dados do Mapeamento de Economia Solidária a produção de “artefatos artesanais” representava 17% dos Empreendimentos da Economia Solidária (BRASIL, 2009, p.41)

¹³⁹ Informações pesquisadas na página eletrônica. Disponível em: <www.tudodearte.com.br>. Acesso em: 11 out. 2016.

5.4.2 FRS com a participação de Costureiras

Nesse grupo social situam-se seis FRS, sendo dois de abrangência municipal e três grupos informais (Cf. Quadro 23). Através do incentivo da Cáritas Diocesana, fundou-se uma cooperativa de costureiras em Rio Branco (AC), em 2010: “Conseguiram apoio do microcrédito da Caixa Econômica Federal cedido a nove membros da cooperativa” (AC006).

Quadro 23 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Costureiras

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
AC006	Unidos em Ação	Cooperativa Unidos em Ação	Rio Branco/AC	2011
CE041	Budagama – Construídos Fundos de Apoio a Produção e Comercialização	Associação das Mulheres em Ação	Fortaleza/CE	2008
CE059	GOLD: Mulheres em Busca de Liberdade	Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento (GOLD) Mulheres em Busca de Liberdade	Fortaleza/CE	2011
MA048	Fundo Rotativo do Clube de Mães Sagrada Família	Clube de Mães Sagrada Família	Alto Alegre/MA	2010
MG008	Micro Empreendimentos – Empréstimo Solidário	Instituto Acesso	Belo Horizonte/MG	2003
MT020	Fundo de Manutenção ao Grupo de Mulheres TECEVIDAS	Grupo de Mulheres TECEVIDAS	Cuiabá/MT	2010

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Em Carajás (PA), o Fundo surge “da necessidade das costureiras em adquirir máquinas de costura para a produção, e a constituição do FRS se deu a partir de recursos próprios da entidade através da coleta de porcentagem do resultado da comercialização” (PA003). Foram 17 projetos e movimentou-se recursos próprios de R\$ 20.000,00, em 2013. Outro, em Luziânia (GO), a partir de 2010, na área urbana, “teve início com o incentivo do projeto com bazares da Cáritas Arquidiocesana de Brasília” (GO022).

Em Fortaleza (CE) a “Associação das Mulheres em Ação” (1999) de atuação no meio urbano, em três bairros, conta com um “fundo constituído pela mensalidade das sócias [*que*] servia apenas para manter os impostos da associação. Os recursos conseguidos através do projeto ‘Construindo Fundos de Apoio a Produção e Comercialização’ (financiamento do PAPPS/BNB), [*assumiram*] a gestão dos recursos e aprovação dos projetos”. Esse FRS faz parte da rede Bodegas que, desde 2008 fez com que constituíssem um fundo para apoio a confecções e comercialização (CE041),

Em Belo Horizonte (MG), o FRS do

Instituto Acesso tem sua origem no processo de ocupação do bairro nos anos de 2001 e 2002 com a construção das casas e apartamentos. As pessoas vindas de vários lugares de Belo Horizonte, do entorno e do interior. As mulheres criaram uma associação, nesta elas passaram a fabricar velas que servia como terapia e geração de renda. (MG008)

Tais FRS apresentam como característica fundamental o fato de apresentarem-se como alternativa de trabalho as mulheres no meio urbano.

5.4.3 Moradores urbanos: luta por moradia e melhores condições de vida

Nesta categoria procurou-se agrupar seis FRS que, diferentemente dos anteriores, não pertencem a um grupo com identidade social ou cultural específica, mas são constituídos por moradores de áreas urbanas e apoiam atividades dentro dos seus limites geográficos, a luta por melhores condições de moradia ou por casa própria.

Quadro 24 – Brasil: FRS e entidades gestoras de moradores urbanos

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
BA038a	UMOJA	Associação Comunitária Conjunto de Moradores Santa Luzia	Salvador/BA	2011
CE025	Fundo de Apoio a Projetos de Autogestão (FAPAG)	Centro de Estudos, Articulação e Referências sobre Assentamentos Humanos (CEARAH)	Fortaleza/CE	1994
MA017	Fundo do Grupo de Investimentos Comunitários do Bacuri	Grupo Informal de Investimento Comunitário do Bacuri	Imperatriz/MA	2009
PR004	Conquista da Casa Própria	Núcleo Social Papa Joao XXIII	Maringá/PR	1972
SP001	Fundo Cooperativo Habitacional Autogestionário	Cooperativa Habitacional Central do Brasil (COOHABRAS)	São Paulo/SP	2011
SP007	Fundo Elas	Grupo Elas (Estudo, Luta, Ação e Saúde)	São Paulo/SP	1998

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

O FRS urbano Umoja¹⁴⁰ atua em nível comunitário na península de Itapagipe, localizado na região Cidade Baixa, em Salvador (BA). A organização do FRS

é fruto de um processo de mudança metodológico que passou a Associação de Moradores do conjunto Santa Luzia, depois de ter implantando na comunidade uma experiência de banco comunitário, nos moldes da Visão Mundial, que em um dado momento não mais atendeu as expectativas de promoção de desenvolvimento solidário almejado pela comunidade, fazendo com que a Associação rompesse com a metodologia. (BA038a)

A partir de 2010, a Associação Comunitária Conjunto de Moradores Santa Luzia busca outras práticas de finanças solidárias com o objetivo de fomentar o crédito solidário e fortalecer a economia local e, em 2011, a associação identificou a metodologia de Fundo e implementou no bairro, descrita desse modo:

A Associação Umoja fomenta núcleos de poupanças coletivas, autofinanciados pelos seus membros, que tem por orientação as práticas de empréstimo e devolução da metodologia de fundos. Constituindo assim, pequenos fundos locais formados em média por 10 pessoas. Estes núcleos de poupanças, quando não tem recurso, contam com a possibilidade de pedir apoio a um “fundo matriz”, que executa o papel de assistir o mesmo, quando o núcleo não tiver lastro para apoiar de iniciativas de produção de seus membros. (BA038a)

Outro FRS urbano, localiza-se em Maringá (PR) e teve o incentivo inicial de lideranças católicas (irmã religiosa e bispo). Para resolverem a falta de moradias na favela construíram casa de acolhida para abrigo provisório, chamado de “núcleo social” de famílias. Para isso, utilizou-se de madeiras que sobraram da demolição da Catedral. Hoje, há uma sistemática que permite, através de contribuições mensais, que, ao término de cinco anos, a família conquiste a casa própria (PR004).

Nessa categoria pode-se destacar um terceiro FRS articulado pela entidade *Cearah Periferia*¹⁴¹. Os projetos de trabalhos com os fundos

¹⁴⁰ Termo que tem origens africanas, na língua Suaíli, falada entre os bantus, e tem significado de união, unidade (adjetivo).

¹⁴¹ Cf. Quadro 33. Apêndice

iniciaram através de um programa de ampliação e reforma de moradias com uma parceria entre *Cearah Periferia* e a Prefeitura, e depois se transformaram em uma política pública. Após essas experiências foi feita uma parceria com o Fundo de Apoio a Projetos de Autogestão (FAPAG), que era financiado pelo Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD)¹⁴². O FAPAG financiou, no período de 1996 a 2004, 26 pequenos projetos comunitários apresentados por associações comunitárias e grupos sociais dos bairros, favelas de Fortaleza e outros municípios no estado do Ceará. (CE025).

Como resultado positivo destacou-se que a contribuição foi a “consolidação de uma cultura de autofinanciamento no território e de promoção do desenvolvimento local” (BA038a) e o fortalecimento das associações locais, pois, os recursos do fundo são repassados através de parceria entre o *Cearah Periferia*¹⁴³ e as instituições locais (CE025)

Neste grupo inclui-se também a COAHABRAS, uma cooperativa que promove um fundo para adquirir terrenos para habitação. Com atuação em São Paulo e no Sul do Brasil, a Cooperativa Coohabras funciona como um "grande guarda-chuva" que abriga diversos grupos que são fomentados, apoiados e administrados operacionalmente pela estrutura da cooperativa. Os recursos desses diversos grupos são constituídos a partir da contribuição mensal de cada cooperado e destinam-se à compra coletiva de um terreno e de um projeto arquitetônico. em um primeiro momento os recursos são destinados à compra de um terreno e do projeto arquitetônico coletivamente. Num segundo momento, o grupo pode continuar juntando recursos para construção, ou buscar outras formas de financiamento para a construção das habitações. A proposta tem como princípio "ações coletivas", através de processo educativo constante de formação para o cooperativismo” (SP001).

5.4.4 FRS com trabalhadores do meio urbano

São poucos os Fundos com os trabalhadores urbanos e são gerenciados por sindicatos ou entidades de assessoria ou formação profissional. A seguir alguns exemplos:

¹⁴² É uma organização vinculada a igreja católica da França (Cf. Quadro 33 Apêndice.).

¹⁴³ Centro de Estudos, Articulação e Referência em Assentamentos Humanos.

Quadro 25 – Brasil: Entidades de trabalhadores como gestoras de FRS

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
CE048	Fundo Regional de Apoio a Projetos Solidários	Obra Kolping do Brasil	Fortaleza/CE	1992
GO024	Fundo Rotativo Solidário Cooperveste	Cooperativa de Produção e Trabalho Novo Gama Ltda. (COOPERVESTE)	Novo Gama/DF	2011
MS004	Sintracom Solidário	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Maracaju	Maracaju/MS	2010
RS001	Fundo Solidário dos Metalúrgicos	Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre	Porto Alegre/RS	2003

(*)Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Além dos Sindicatos e cooperativas (Quadro 25) outro fundo é articulado pelas Obras Kolping¹⁴⁴, voltado a trabalhadores urbanos. O uso da metodologia de fundos solidários iniciou em 1992:

Incentivou a constituição de grupos de pessoas interessadas em ‘pegar’ um crédito para desenvolver diferentes atividades produtivas que recebiam o nome de Grupo de Trabalhadores Autônomos (GTA). O grupo assumia o compromisso de devolver mutuamente os recursos para o Fundo. Com o passar do tempo a entidade passou a e passou a apoiar [*financiar*] em maior número os projetos coletivos. [...] Entre as várias normas existe uma que trata justamente que os projetos devem ser coletivos, com, no mínimo, três pessoas e estar dentro dos princípios da Economia Solidária. (CE048)

O sindicalismo de trabalhadores urbanos se aproximou através da entidade ADS-CUT, que desenvolvia formação em Economia Solidária¹⁴⁵. Corrêa (2014, p.17), em tese de doutorado, fez um importante estudo da relação do movimento sindical e a Economia Solidária, e revela que

atualmente existem três grandes entidades promotoras da Economia Solidária vinculadas à CUT: a Agência de Desenvolvimento Solidário, a central de cooperativas UNISOL/Brasil e outra central de cooperativas de crédito chamada ECOSOL¹⁴⁶. Somente por meio da ADS, a única entidade destas entidades subordinada diretamente à direção nacional da CUT, ela envolve-se com 166 empreendimentos econômico-solidários em 15 estados do país e que são formados por cerca de dez mil trabalhadores

¹⁴⁴ Cf.

Quadro 33 Apêndice.

¹⁴⁵ “No que tange a prestação de serviços, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) foi criada para atuar na política de emprego, auxiliando no fomento de alternativas de trabalho e renda para trabalhadores fora do mercado formal, sob a forma predominante de cooperativas” (CORREA, 2014, p.8)

¹⁴⁶ Atualmente extinta e as suas cooperativas filiadas encontram-se incorporadas a Confederação Cresol (cf seção 3.1) Estudo e análise desta Central encontra-se também em BÚRIGO (2006, p.228-238)

Segundo Corrêa (2014, p.98) também a Força Sindical teve participação indireta nesta “seara, organizando microempreendimentos cooperativos e serviços sociais aos seus filiados, como crédito cooperativo e habitação popular”. E acrescenta que

a CUT Nacional abre mão das suas preocupações com a temática [economia solidária] – embora a tivesse elegido como matéria estratégica em 2000 (...) Com a retomada do emprego formal e o revigoramento em outros termos do papel político da CUT nos anos Lula, as inquietações com a economia solidária realizadas pela Central passaram a ser atribuições praticamente exclusivas das entidades que foram criadas para isso...

Esta é possivelmente uma das explicações mais razoáveis para entender algumas das razões em que a metodologia de FRS não encontrou respaldo no movimento sindical em ambas as centrais, possivelmente por esta explicação, além da tentativa frustrada das cooperativas de crédito sob a articulação da ECOSOL.

5.4.5 Catadores de material reciclável

O grupo de catadores adquire importância a partir de sua organização como movimento social de caráter nacional e passa a integrar-se nos programas governamentais de economia solidária. Nesse grupo social encontra-se o registro de dois FRS. (Cf. Quadro 26).

O primeiro deles encontra-se no município de Planaltina (DF). Há um trabalho anterior destacando a atuação de uma mulher que liderou a constituição deste fundo, descrito desta maneira:

O instituto nasceu com a D. Maria do Barro que fazia assistência social a um grupo de pessoas que foram retirados da área da Esplanada dos Ministérios e do centro de Brasília onde exerciam atividades de catadores de material e/ou pedintes. Começou com o trabalho em cerâmica sendo ensinado às pessoas e dando-lhes oportunidade de ter uma renda, eles foram colocados neste terreno em Planaltina onde iniciou o trabalho do instituto. Em 2010 começou o trabalho com a Cáritas de Brasília em torno dos bazares solidários e fundos rotativos. (DF007)

Quadro 26 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Catadores de material reciclável

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
DF007	Fundo Solidário do Instituto Maria do Barro	Instituto de Assistência Social Maria do Barro	Planaltina/DF	2010
MA016	Fundo Caixa da Comunidade	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imperatriz	Imperatriz/MA	2010

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

A fonte de recursos foi uma ajuda do Bazar Solidário¹⁴⁷ no valor de R\$ 5.000,00 e o que foi registrado como projetos apoiados refere-se a cursos profissionalizantes. Quem faz a definição das regras é o “conselho gestor da Universidade de Brasília (UnB)”, sem que sejam explicitados no mapeamento outros detalhes sobre a gestão.

O segundo situa-se em Imperatriz (MA), geridos pela Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imperatriz (ASCAMARI)

A ideia para a criação do fundo surgiu, a partir da luta dos catadores e catadoras de materiais recicláveis. [*Consistiu inicialmente em*] reservar um pequeno capital para adiantamento aos catadores associados, visando suprir as necessidades mais prementes. Ao invés de venderem seus produtos individualmente aos atravessadores a um preço irrisório, eles entregam esse material à Associação, que por sua vez reúne um volume maior e consegue melhor preço na comercialização coletiva. Uma parte desse capital alimenta o que eles chamam também de Fundo do

¹⁴⁷ Bazares solidários: são em espaços de venda a preços mais baixos, de forma permanentes ou temporários em instituições e/ou eventos e tem por objetivo reverter os lucros para filantropia ou projetos sociais, ou seja, para manter a sustentabilidade das ações sociais desenvolvidas pela instituição sem fim lucrativo/filantrópica. Os produtos vendidos geralmente são adquiridas através de campanhas e doações ou mercadorias apreendidas pelos órgão estatais como a Receita Federal. Enquanto que brechó tem a finalidade de obter lucro comercial e geralmente é feito por lojas ou pessoas físicas. (cf. “Carta de Orientações aos Bazares”, em 31 Janeiro de 2018 - Circulação Interna da Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina)

Grupo de Investimentos Coletivos (GIC) Além desse recurso, recebem apoio de “investidores comunitários” (não associados da ASCAMARI) que depositam recursos e retomam quando necessitarem, recebendo um acréscimo em juros conforme o investimento. (MA016).

Esse Fundo contou com a contribuição dos participantes no valor de R\$ 4.050,00 (em 2010) e foram quatro projetos apoiados no valor de R\$ 3.700,00. Houve 15 devoluções, totalizando R\$ 3.500,00. As devoluções são definidas em grupo ou assembleia. Também consta no Mapeamento a participação ativa no “movimento dos catadores e catadoras”.

Para os catadores de Planaltina, as dificuldades, segundo os entrevistados deste FRS dizem respeito ao “local onde está a sede [*da associação*] pois enfrenta disputa por parte de terceiros que tentam se apoderar do terreno na Justiça, o mesmo foi doado pelo governo do DF, mas nunca foi regularizado” (DF007). No Ceará, o entrevistado aponta o seguinte desafio: “o mercado capitalista é explorador, dificultando a venda dos produtos da Economia Solidária que trabalha com princípios sociais e que para alguns o desafio, é em deixar de ser empregado para ser dono do próprio negócio” (CE061).

5.4.6 Os FRS e estratégia de resistência cultural dos Afrodescendentes

O único Fundo encontrado no Mapeamento por “grupo de afrodescendentes”, apresenta como objetivo viabilizar projetos e atividades da comunidade em Fortaleza (CE).

O fundo rotativo surgiu a partir da organização do Fórum Economia do Negro, sendo esse um espaço de debate das políticas de inclusão racial que vão além das questões econômicas, porém, foi quando se iniciou com o apoio da Coordenadoria de Políticas Públicas de Inclusão Racial (COPPIR) da Prefeitura de Fortaleza e do Banco do Nordeste a pensar formas de inclusão econômica por que essa também é uma das grandes dificuldades para os negros que é ocupar o mercado de trabalho. O fundo vem financiando empreendimentos que tenham em sua proposta produtiva o recorte racial, nas áreas da cultura, beleza, alimentação e comunicação. (CE061)

Desde 2011, o Fundo Rotativo do Fórum Economia do Negro se organiza através de uma associação comunitária denominada Centro Cultural Capoeira Água de Beber. Consta que esse Fundo recebeu R\$ 100.000,00 do BNB. Há um acompanhamento dos empreendimentos através de visitas e oficinas como pela COPPIR e do Centro de Capacitação e Assessoria Técnica (CAPACIT)¹⁴⁸. As definições das políticas de funcionamento do FRS foram estabelecidas pela diretoria da associação e o acompanhamento dos projetos também. Em relação às políticas públicas, participam do CONSEA (CE061 e Quadro 27).

Quadro 27 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Afrodescendente

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
CE061	Fundo Rotativo do Fórum Economia do Negro	Centro Cultural Capoeira Água de Beber (CECAB)	Fortaleza/CE	2011

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

No meio urbano continua a diversidade de públicos como no meio rural, porém aponta-se que, nesse caso, há incidência em outras regiões do país, e não somente no Nordeste. Recentemente fundou-se o FRS dos povos tradicionais de matriz africana (Cf. Box 1)

Box 01 FRS UBUNTU (Porto Alegre RS)

O Fundo Solidário Ubuntu, dos povos tradicionais se constitui numa poupança comunitária, gerenciado pela Cooperativa Estadual de Desenvolvimento Territorial e Trabalho dos Povos Tradicionais de matriz Africana (COOPTMA-RS) como mecanismo de crédito, utiliza a moeda social Grão digital. Visa contribuir com o desenvolvimento dos projetos de negócios produtivos através do fornecimento de créditos orientados até 15 mil reais e assistência técnica¹⁴⁹.

Esta seção apontou uma diversidade de FRS no meio urbano, mais concentrada em movimentos que, de uma forma ou outra, são articulados com Economia Solidária – catadores, artesãos, associações de moradores. Embora sejam em menor número que o caso rural, não deixa de transparecer que a metodologia dos FRS para determinados grupos sociais

¹⁴⁸ Uma entidade de assessoria da sociedade civil que ajudou o MDA a fazer o plano territorial em Sobral (CE).

¹⁴⁹ Disponível em: < www.fonsanpotma.org.br >. Acesso em: 10 ago. 2017.

urbanos são uma estratégia de conquistas de direitos, de apoio a certas atividades econômicas ou para suprir necessidades básicas, como o direito à moradia.

5.5 FRS DE FOMENTO

Nesta seção elenca-se o segundo conjunto, os FRS de Fomento, que apresentam como característica a atuação com diversos públicos ou objetivos e, alguns casos, atuam tanto no meio rural e urbano e não estão necessariamente em um grupo social específico. Os FRS de Fomento são geridos por entidades da sociedade civil de um âmbito maior que o nível local ou comunitário (conforme descrito na Introdução). Quanto aos Fundos de Fomento apresentados nesta seção, selecionou-se um conjunto de 28 (do total de 44 Cf. Tabela 8) tendo como base o critério de serem geridos diretamente por entidades, sejam religiosas, de assessoria de técnica ou organizações de fomento à Economia Solidária. As entidades exercem um papel mobilização, articulação e formação pedagógica para a criação de FRS comunitários, inclusive.

5.5.1 FRS com Empreendimentos Economia Solidária

Agrupou-se nesta categoria aqueles que apresentam uma atuação ou relação com Empreendimentos (EES) (Quadro 28), ou seja, a base do movimento de Economia Solidária, embora em menor número, proporcionalmente (2,59%) (Cf. Tabela 8).

Quadro 28 - Brasil - FRS com Empreendimentos da Economia Solidária

Cód.	Nome do FRS de Fomento	Entidade Gestora ou Fórum responsável pelo FRS	Cidade	Ano*
DF003	Fundo Rotativo Solidário do DF e Entorno	Empreendimentos Solidários do DF e Entorno	Brasília/DF	2011
MA007	FUNDEFESRC	Fundo de Desenvolvimento e Fomento da ECOSOL na região de Codó (FUNDEFESRC)	Codó/MA	2008
MS007	Fundo do Fórum Estadual de Economia Solidária	Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES-MS)	Campo Grande/MS	2006
MT005	Fundo Rotativo do Centro de Comercialização de Economia Solidária	Fundo Rotativo do Centro de Comercialização de Economia Solidária	Cuiabá/MT	2010
MT007	Banco Cerrado	Associação Dando as mãos Organização dos Assentados e Empreendedores em Geral	Rondonópolis/MT	2005
PE003	Fundo Solidário – BNB	CredCidadania	Recife/PE	2005
PE044	Fundo Rotativo Solidário da Cooperativa de crédito Rural de Economia Solidária do Pajeú	Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidária do Pajeú – ECOSOL Pajeú	Tabira/PE	2003
SP011	Fundo da Rede Andreense	Rede Andreense de Economia Solidária	Santo André/SP	2007

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Por exemplo, em Cuiabá (MT), o Fundo Rotativo do Centro de Comercialização de Economia Solidária foi criado “através da necessidade dos grupos de empreendimentos que queriam trabalhar, mas não tinha dinheiro para comprar a matéria-prima” (MT005) e é gerido pelo Centro e de abrangência comunitária. Sua fonte principal advém de uma porcentagem das Vendas de Produtos (R\$ 250,00) e Devoluções em R\$ 255,00 (2011).

No município de Santo André (SP) o FRS é gerenciado por um grupo informal, criado pela Rede Andreense de Economia Solidária,

no final de 2006, a partir de um encontro de formação específica sobre a constituição de redes e com o encerramento de um projeto desenvolvido pela prefeitura, constituiu-se uma rede de EES e junto com esta rede já nasceu a proposta da criação do Fundo Solidário da Rede Andreense de Economia Solidária. (SP011)

Constata-se ainda, em Brasília (DF), que os “Empreendimentos Solidários do DF e Entorno” constituíram o FRS “a partir do projeto de Bazares Solidários com mercadorias apreendidas repassados ao programa Fome Zero/MDS” (DF003). Trata-se também é grupo informal e de abrangência territorial.

De abrangência estadual, há um FRS em Campo Grande (MS,) do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES), que, desde maio de 2005, passou a realizar reuniões periódicas com vários EES. Percebendo que a maior demanda levantada por todos era a comercialização, a coordenação do FEES buscou alternativas para resolver os problemas levantados pelos EES. Em 2006 surge a oportunidade de parceria com o governo do estado com a cedência de um espaço na área central da capital.

Os EES concordaram que todos os beneficiados contribuíssem com um determinado valor para que o Fórum tivesse condições de continuar fomentando a articulação e a organização dos EES. Inicialmente era um valor fixo de R\$ 10,00 por EES, posteriormente ficou acordado em Assembleia que seria 5% das vendas da Central, e que esse recurso também deveria ser utilizado para as visitas de acompanhamento dos EES, bem como a motivação da organização de novos. (MS007)

Box 02: Fundo Solidário Integridade de Blumenau (SC)

Constitui-se de uma iniciativa dos Empreendimentos que compõe a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI) e com apoio da incubadora da Universidade Regional (FURB). Adota a moeda social denominada “pila” e possui um regimento interno construído coletivamente pelos membros da RESVI.

Abrangência: 14 municípios do Vale do Itajaí/SC.

Grupo que faz a gestão: Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI).

Modalidade: Fundo Rotativo

Objetivo: Fortalecer os Empreendimentos que compõem a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí/SC (RESVI), garantir o acesso aos processos formativos; garantir o acesso aos recursos para participação dos EES em feiras, eventos e reuniões; fomentar a aquisição de equipamentos e insumos.

Tipo de recurso mobilizado: dinheiro

Captação:

- Sobras das vendas do Brechó realizado na Universidade Regional de Blumenau (FURB), sendo, 100% do valor da venda se caso a peça foi doada, ou 50% do valor das vendas de peças não doadas.

- Contribuição de 5% das vendas dos EES que realizam Feira mensal na FURB;

- Repasse de 5% do total das vendas para o Fundo Rotativo Solidário em caso de participação nos espaços de comercialização e feiras organizadas e/ou mantidas pela RESVI.

- Devoluções dos empréstimos.

Gestão: Através de uma Comissão Gestora com autonomia, cabendo ao Coletivo da RESVI garantir as diretrizes políticas. As reuniões mensais da RESVI são o espaço legítimo de discussão e encaminhamentos pertinentes ao Fundo Rotativo Solidário.

Reserva fixa: 25% do valor total que está no Fundo. Terá que ter, no mínimo R\$ 1.500,00 de reserva fixa. Nessa regra, prevalece o valor que for maior.

Obs.: Para potencializar a ação do Fundo Solidário, a RESVI construiu a moeda social Pila, que circula na Feira da FURB. Este processo foi acompanhado pelo convênio em parceria com o Banco Comunitário União Sampaio/SP. (Fonte: FUNDOS, 2017, p.51-52)

O tema da “Economia Solidária ainda é novo para muitas famílias que foram educadas a serem dependentes de alguém que defina o que deve e o que não deve ser feito”, ou seja,

esse novo modo de produção sem padrão e sem empregado em alguns momentos traz conflitos mais aos poucos vem se colhendo os frutos e outras famílias estão se interessando em participar desses espaços quando identificam uma oportunidade de geração de renda sem a exploração da Mão de obra (RN003).

Devido a muitas dificuldades enfrentadas pela sustentabilidade dos EES, uma estratégia viável pode ser a criação de Fundos para o financiamento de suas atividades econômicas (Seção 3.1), iniciativa que começa a despontar e ser divulgada a exemplo do Fundo Integridade (Box 2) além de outros.

5.5.2 FRS de entidades de assessoria técnica

As entidades de assessoria exercem um papel primordial na constituição de Fundos Solidários desde a década de 1980 (cf. seção 4.2). No período do mapeamento, algumas já não operavam mais com Fundos Solidários. Em todo caso, foram mapeados sete FRS, todos com uma abrangência territorial (intermunicipal). A seguir elencamos as sete experiências

Quadro 29 – Brasil: FRS de entidades de assessoria

Cód.	Nome do FRS de fomento	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
BA006	Fundo Rotativo Solidário da APAEB	Assoc. de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB)	Valente/BA	1993
BA025	Fundo Solidário Adapta Sertão	Adapta Sertão	Pintadas/BA	2006
BA038	FRS da Aresol	Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda (ARESOL)	Senhor do Bonfim/BA	2007
CE044	Projeto Mãos Recriam Territórios Produtivos e Solidários	Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social	Quixadá/CE	2008
MG007	Fundo Rotativo Solidário	Centro de Agricultura Vicente Nica (CAV)	Turmalina/MG	1995
MG009	Rotativo de Crédito Solidário do Vale do Mucuri (FRCS)	Aprender Produzir Juntos (APJ)	Teófilo Otoni/MG	2008
PE033	Banco Prover de Pesqueira	Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor (CEDAPP)	Pesqueira/PE	1998

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

O FRS constitui-se a partir de 1993 na Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB de Valente (BA), que é uma entidade de assessoria técnica aos agricultores. O objetivo inicial do Fundo era contribuir com recursos para que as famílias agricultoras melhorassem as condições de produção nas suas propriedades.

No início o agricultor devolvia ao Fundo com produto ou em dinheiro. Quando a devolução era feita com produtos a APAEB os comercializava pois possuía pontos de comercialização. O valor recebido com a venda do produto abatia no saldo “devedor” do agricultor. Caso a venda ultrapassasse o valor da devolução o agricultor recebia o excedente.[...] Os agricultores faziam questão de devolver o dinheiro recebido, pois tinham o sentimento de que o FRS da APAEB pertencia a eles também, consideravam um patrimônio de todos. Quem participava do FRS eram os sócios da APAEB.

Segundo os entrevistados no Mapeamento, “com o advento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os Fundos Rotativos enfraqueceram e diminuíram na região. Há quatro anos o FRS descapitalizou, e só está ocorrendo a devolução.” Assim, esse FRS está praticamente inviabilizado e sendo desativado (BA006).

Contata-se um Fundo em Turmalina (MG) gerenciado pelo Centro de Agricultura Vicente Nica (CAV):

O Fundo tem duas fases. A primeira nasce a partir de uma parceria da paróquia de Turmalina, Sindicato dos Trabalhadores Rurais no sentido de apoiar projeto coletivos nas comunidades rurais e na época já tinha um caráter devolutivo. Em 1994 o CAV é fundado e passa a fazer a gestão do projeto e ampliá-lo, neste período os projetos passaram a apoiar também *[atividades econômicas dos]* indivíduos. No início o Fundo contava com poucos recursos. (MG007)

Em 2007, o FRS contava com cerca de R\$ 10.000,00. Com a criação do PRONAF, a procura pelo Fundo diminuiu muito e ele quase acabou. Em 2012, o Fundo dispunha de quase 107 mil reais em caixa. E o recurso tende a crescer por ser diferentes dos créditos oficiais,

principalmente **por ser mais flexível**. Conforme os dados, as fontes de recursos são o BNB de R\$ 61.000,00 e a contribuição dos participantes R\$ 63.987,26 (MG007)

Em Pintadas (BA), a proposta do Adapta Sertão (entidade Gestora de FRS) emerge em 2006 visando à produção com tecnologia de irrigação fomentando um FRS. Esse FRS abrange quatro municípios da região.

O financiador “Sul-Sul” possibilitou a realização da experiência nos países: Brasil, Caribe e África, com financiamento de R\$ 14.000,00 reais para a Bahia. A ideia foi oriunda no PNUD¹⁵⁰ a fim de produzir tecnologia para gerar o desenvolvimento local. O fundo rotativo do Centro Comunitário inspirou a execução da metodologia no Adapta Sertão. (BA025)

Outra entidade de importância para os FRS na região de Pesqueira (no agreste) é do CEDAPP em Pernambuco, que tem sua origem histórica com a criação do Centro de Capacitação e Acompanhamento de Projetos Alternativos da Seca (CECAPAS), com a atuação ampla no estado de Pernambuco de 1973 até 1991. “O CEDAPP apoia 31 grupos de fundos solidários comunitários, espalhados no território de abrangência” (11 municípios do agreste e semiárido) (PE033).

Na região nordeste da Bahia, a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) adota o Fundo Rotativo como uma linha de sua atuação, em 1993.

O objetivo do fundo era contribuir para que as famílias agricultoras conseguissem recurso para melhorar suas propriedades. No início o agricultor levava recurso e a devolução era feita com produto ou dinheiro. Quando a devolução era feita com produtos a APAEB comercializava os produtos devolvidos, pois a entidade possui pontos de comercialização. O valor recebido com a venda do produto, a APAEB abatia no saldo “devedor” do agricultor. Caso a venda ultrapassasse o valor da devolução o agricultor recebia o excedente. (BA006)

Na época do Mapeamento (18/05/2011), o entrevistado revelou que havia dificuldades na continuidade do Fundo pois, com “o advento do

¹⁵⁰ Cooperação Sul-Sul é um projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD/ONU.

PRONAF os Fundos Rotativos enfraqueceram e diminuíram na região. Há quatro anos o FRS descapitalizou e durante esse período não há capitalização, ou seja, não há mais financiamento de atividades, só está ocorrendo.” (BA006)

As entidades de assessoria exerceram um papel importante na constituição de Fundos solidários desde a década de 1980 (cf. seção 4.2), mas o Mapeamento revelou que o destaque maior foram os FRS de caráter comunitário e as entidades “maiores” direcionam seus objetivos para outras tarefas, na linha de mobilização, formação, articulação política e não tanto em serem gerenciadoras de Fundos. Algumas apontam que assumiram o papel de controle social das políticas públicas.

5.5.3 FRS sob a gestão da rede Cáritas

A Cáritas e outras entidades sociais ligadas à Igreja católica gerenciam diretamente 17 FRS e apresentam uma contribuição desde as origens dos FRS como revelado no histórico (na seção 4.2). Destaca-se em seguida alguns deles de maior relevância, principalmente pelas informações do Mapeamento.

Foram articulados pela Cáritas Brasileira sete Regionais que operaram com FRS em nível estadual ou interestadual. Geralmente são FRS de maiores volumes e contam como fontes ONGs da cooperação internacional ou de programas governamentais. A gestão dos FRS é confiada a uma equipe específica que analisa os projetos solicitantes e, além da análise, muitas vezes faz o acompanhamento dos empreendimentos apoiados. A seguir, são elencados alguns dados históricos e característicos, enfatizando a metodologia própria das entidades.

Também as Cáritas Diocesanas adotam FRS como linha de ação¹⁵¹ e, a partir de 1999, assumem o Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS) que tem sua gestão em alguns lugares atribuída à Caritas e noutros a uma equipe específica com representantes das pastorais sociais. Alguns FDS adotaram a “devolução” como um critério a empreendimentos que acessam os recursos para adquirir bens ou serviços destinados à produção e/ou comercialização.

¹⁵¹ Aqui refere-se às Caritas Diocesanas que integraram o Mapeamento pois nem todas adotam o FRS como sua ação.

Quadro 30 – Brasil: FRS de entidades Cáritas e outras entidades católicas

Cód.	Nome do FRS de fomento	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
AC007	Fazenda da Esperança Dom Luis Herbst	Obra Social N. Sra. da Glória Fazenda da Esperança/Dom Luis Herbst	Mâncio Lima/AC	2010
BA010	Fundo Diocesano de Solidariedade (Rotativo)	Diocese de Ruy Barbosa	Ruy Barbosa/BA	1992
CE010	Fundo Rotativo da Cáritas Diocesano de Itapipoca	Cáritas Diocesana de Itapipoca.	Itapipoca/CE	1990
CE011	Fundo Rotativo Regional – Cáritas Brasileira Regional Ceará.	Cáritas Brasileira Regional Ceará	Fortaleza/CE	1992
CE037	Fundo Rotativo de Crédito Solidário	Cáritas Diocesana de Sobral	Sobral/CE	2001
DF004	Fundo da Ação Social	Ação Social da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora	Taguatinga/DF	2004
MA004	Fundo Rotativo Solidário da Cáritas Diocesana de Bacabal	Cáritas Diocesana de Bacabal	Bacabal/MA	2008
MA022	Fundo Rotativo Solidário De Geração de Renda Produzir Aprendendo e Ensinando	Animação dos Cristãos no Meio Rural	Bacabal/MA	2006
MA026	Desenvolvimento Sustentável e Solidário	Cáritas Regional Maranhão	São Luís/MA	2009
MG002	Fundo Rotativo Solidário	Cáritas Diocesana de Araçuaí	Araçuaí/MG	1992
MG015	Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – Projeto Siriema	Cáritas Diocesana de Januária	Januária/MG	2004
MG030	Programa de Apoio de Fundos Rotativos Solidários na Microrregião de Montes Claros.	Cáritas Arquidiocesana de Montes Claros	Montes Claros/MG	2010
MS005	Projeto de Geração de Trabalho e Renda	Caritas Diocesana de Dourados	Dourados/MS	2005
MT028	Fundo Solidário de Construção de Casas	Cáritas Diocesano de Rondonópolis	Rondonópolis/MT	1997
PI001	Fundo Produtivo Solidário	Cáritas Brasileira Regional do Piauí	Teresina/PI	1995

RS005	Fundo Rotativo Regional	Cáritas Brasileira Regional do Rio Grande do Sul	Porto Alegre/RS	1986
SC007	Fundo Rotativo	Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina	Florianópolis/SC	1994

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Em Itapipoca (CE), o Fundo Rotativo da Cáritas Diocesana¹⁵² iniciou suas atividades em 1990, com a devolução das famílias beneficiadas por projetos para construção de casas de farinha, compras de equipamentos agrícolas etc.

As famílias devolviam os valores recebidos em produtos: farinhas, milho, feijão etc. Com os produtos recebidos a Cáritas beneficiava outras famílias depois de um tempo esses produtos passaram a ser vendidos ou mesmo as famílias devolviam parte do que recebia em dinheiro onde formou-se um pequeno fundo que servia para financiar pequenos projetos das comunidades acompanhadas pela Cáritas. (CE010)

Os relatos acima ilustram algumas experiências da metodologia da rede Cáritas no Brasil como linha de gestão e fomento de FRS. Relacionada aos PACs em que tinham financiamento internacional de ONGs, há, na última década, duas mudanças: os recursos dos FRS são buscados em programas de governo, principalmente da SENAES para trabalho com assessoria; e as atividades que fortalecem empreendimentos coletivos na linha de desenvolvimento sustentável (articulados em redes nos territórios), não apenas como projetos para geração de trabalho e renda. Adiante ver-se-á uma entidade que tem adotado como linha de sua atuação essa perspectiva.

5.5.4 FRS inspirados pelo “Projeto Vencer Juntos”

Desde 1989 a Pastoral da Criança vem contribuindo para melhorar a qualidade de vida e renda das famílias pobres através do apoio a pequenos projetos solidários de geração de trabalho e renda¹⁵³. A partir de 2003, a Pastoral da Criança intensificou esse trabalho com o início do “Projeto Vencer Juntos” que “funciona em cinco estados do Nordeste e norte de Minas Gerais. É uma das poucas experiências que vem funcionando com recursos públicos [...] Fundo Social do BNDES e

¹⁵² Segundo o entrevistado: “A instituição faz o fomento a vários fundos rotativos comunitários e a casas de sementes [*16 iniciativas de FRS comunitários*], além de fazer a gestão de um fundo rotativo próprio e ainda faz parte da comissão do fundo diocesano de solidariedade.”

¹⁵³ “Entre 1989 e 2006, a Pastoral da Criança apoiou mais de 1000 projetos produtivos solidários beneficiando mais de 13 mil famílias de baixa renda” (FUNDOS SOLIDARIOS 1, p. 20)

MDS/Fome Zero” (FUNDOS SOLIDARIOS 1, p. 45). Já em 2008, o “Projeto Vencer Juntos” passa ser executado pela OSCIP Fundação Grupo Esquel¹⁵⁴ Brasil. (MG010)

¹⁵⁴ “A Fundação Grupo Esquel Brasil (FGEB) integra o GROUP ESQUEL, uma rede de organizações não-governamentais dedicadas ao fortalecimento da cidadania, no sentido da construção de novas formações econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável na América Latina”. Disponível em: <<http://www.esquel.org.br/apresentacao>>. Acesso: 8 jan. 2017. (Cf. Quadro 33 Apêndice)

Quadro 31 – Brasil: FRS articulados pelo “Projeto Vencer Juntos”

Cód.	Nome do FRS de fomento	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
BA034	Projeto Vencer Juntos	Associação Lutar pela Vida em Abundância	Teixeira De Freitas/BA	2003
CE004	Fundo Rotativo da APROVEJ	Associação Vencer Juntos dos Projetos de Geração de Renda da Diocese Limoeiro do Norte (APROVEJ)	Aracati/CE	2003
MA003	Fundo Rotativo Solidário do Setor Bacabal	AVESOL-Associação Vencer Juntos em Economia Solidária	Bacabal/MA	2006
MA006	FRS das Famílias Vencendo Juntas na Economia Solidária	Associação das Famílias Vencendo Juntas na Economia Solidária	Codó/MA	2005
MG010	Projeto Geração de Renda Vencer Juntos – Fundo Rotativo Solidário	Associação Solidária Vencer Juntos com Cristo	Montes Claros/MG	2003
MG011	Fundo Rotativo da AUVENOR	Associação Unidos pela Vida vencendo juntos no Norte de Minas (AUVENOR)	Janaúba/MG	2008
PB007	Projeto Vencer Juntos – Setor Patos.	Projeto Vencer Juntos – Setor Patos	Patos/PB	2004
PE001	Fundo Rotativo Solidário	Projeto Vencer Juntos - Setor Pesqueira/PE	Pesqueira/PE	2007
PI003	Projeto Vencer Juntos - Setor Parnaíba	Vencer Juntos - Setor Parnaíba	Parnaíba/PI	2005

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Nesse grupo foram selecionados nove FRS, todos de abrangência territorial, que se originam com a influência explícita da Pastoral da Criança desde 1989, por meio do apoio a pequenos projetos solidários de geração de trabalho e renda. Localizam-se em Patos (PB), Pesqueira (PE), Bacabal e Codó (MA), Janaúba e Montes Claros (MG), Aracati (CE) e Freitas e Senhor do Bonfim (BA).

Entre fevereiro de 2003 e abril de 2010, o Vencer Juntos apoiou mais de 500 empreendimentos coletivos envolvendo 2.600 famílias e fomentou dez fundos rotativos solidários em sete estados do Nordeste e norte de Minas Gerais. Além de promover o fomento de Fundos Rotativos Solidários, o Vencer Juntos participa de uma articulação junto com outras entidades que trabalham com essa prática para mobilizar o poder público para criar um Programa Nacional de Apoio a Fundos Solidários. Em grande medida apoiaram outros FRS no Nordeste e em Minas Gerais.

Em síntese, observa-se que o “Projeto Vencer Juntos” ajuda a fomentar fundos locais de investimento. As associações criadas nas regiões determinam as prioridades de aplicação do recurso e atraem outros investimentos públicos e privados para o Fundo, tornando-se uma forma de fomento da economia solidária.

5.5.5 FRS gerenciados por Diaconia, CAPA e CONIC

A influência de Igrejas cristãs no processo de constituição e incentivo dos fundos solidários não aconteceu somente na Igreja católica, mas também na Luterana. No mapeamento destacam-se os seguintes Fundos Rotativos.

Quadro 32 – Brasil: FRS de outras entidades e ecumênicas

Cód.	Nome do FRS de fomento	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
RS006	Fundo de Projetos	Fundação Luterana de Diaconia	Porto Alegre/RS	2000
RS008	Fundo de Apoio a Pequenos projetos do Capa Erechim	Centro de Apoio Ao Pequeno Agricultor (CAPA) Erechim	Erechim/RS	1988
MG003	Fundo Rotativo Solidário	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC)	Belo Horizonte/MG	2010

(*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Nessa perspectiva foram identificados alguns cujas entidades gestoras são vinculadas ao ecumenismo cristão, por exemplo:

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) é uma organização de seis igrejas cristãs¹⁵⁵. Iniciou com

apoio a pequenos projetos foi uma escolha da CESE desde a sua fundação, em 1973, por entender a importância da participação direta da comunidade no desenvolvimento e gestão de iniciativas transformadoras de organizações – em sua maioria, pequenas – que vivem diariamente as consequências da extrema desigualdade social no País. (BA037)

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), fundada em 1961, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro¹⁵⁶. Atualmente desenvolve dois tipos de Fundos de apoio a projetos: o Serviço de Análise e Apoio a Projetos (SAAP) que “Aposta na auto-organização de novos sujeitos sociais coletivos, principalmente mulheres e jovens. Por meio da gestão de três fundos de investimento social, apoia pequenos projetos com diferentes enfoques e em que o protagonismo seja popular”. Outro é o Fundo DEMA, que

prima pelo respeito à sociobiodiversidade, pela Justiça Ambiental e Climática, pela garantia plena dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), pela Agroecologia e a defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) entre outros. E nesse sentido, apoia projetos coletivos sustentáveis

¹⁵⁵ Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana – CNBB e Aliança de Batistas do Brasil. (Disponível em: <<https://www.cese.org.br/quem-e-a-cese/historico/>>. Acesso em: 8 jan. 2017.)

¹⁵⁶. Desde a década de 1960, a FASE realiza um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade. E a FASE desenvolve ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. Disponível em: <<http://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

e de fortalecimento das organizações dos Povos da Floresta no Pará – indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar- que visam a valorização socioambiental dessas populações como atores indispensáveis na preservação do bioma amazônico.¹⁵⁷

No Mapeamento destaca-se o apoio ao FRS da Comunidade Quilombola da Reta São Mateus no valor de R\$ 20.000,00. Segundo relatado, as famílias acessaram o fundo para comprar galinhas (63 para cada família) e o grupo já tem aves para contribuir com outros fundos (ES002).

Esta seção acima elencou as principais entidades que possuem FRS de fomento e têm um papel importante na divulgação, no fomento e na formação (teórico e prática) dos FRS comunitários. No conjunto das respostas, percebeu-se que essas entidades conseguiram captar maiores volumes de recursos e os “empréstimos” se dirigem para empreendimentos que se consolidaram ao longo do tempo. Por último, essas entidades são as que apresentam melhores condições em participar dos eventos e dos encontros nacionais no sentido de uma influência política na construção da política de Finanças Solidárias.

5.6 FRS COM GESTÃO E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES

Esta seção aponta que nos FRS se destaca a presença e o protagonismo feminino, inclusive se considerarmos as experiências originárias do Microcrédito. Evidentemente, este ponto mereceria um aprofundamento maior, relacionando-o com as reflexões teóricas sobre as questões de gênero. Em todo caso, selecionou-se os FRS que são geridos por associações que citam a participação de mulheres diretamente (Cf. Tabela 10). Convém acrescentar que nesta categoria estão dez FRS na área rural, 12 na urbana e um em ambas.

¹⁵⁷ Cf. Página eletrônica FASE. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/fundos/dema/>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

Tabela 10 - Nº de FRS com participação direta de mulheres, em diversas áreas.

Abrangência	Comunitária	Municipal	Territorial	Total
Associação Comunitária	4	1		5
Grupo Informal	7	3	2	3
Outra Associação		1	2	5
Cooperativa		1		1
Entidade Religiosa	1		1	2
Total	12	6	5	23

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Em 1999, a Casa da Mulher do Nordeste tinha uma parceria com a agência de cooperação internacional a *Oxfam Intermón*¹⁵⁸, cujos recursos eram destinados à formação de mulheres experimentadoras no desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos. Tal parceria mantinha um projeto que possibilitava a aplicação de parte do recurso para formação em agroecologia e para criação de pequenos animais, produção de hortaliças e pomares. Com a aplicação desses recursos, tanto da SENAES como da *Oxfam Intermón*, discutiu-se com os grupos que seriam beneficiados a multiplicação dos referidos recursos como forma de beneficiar um maior número de mulheres no território, surgindo, assim, o Fundo Rotativo Solidário (FRS) da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú (PE035). Em 2010, registra-se como fonte financiadora desse fundo a Contribuição das participantes (R\$ 5.000,00) e a Fundação Banco do Brasil (R\$ 10.000,00).

Uma experiência que adota uma metodologia similar são os GOLD (da Visão Mundial) como uma forma de organização das famílias acompanhadas pela instituição na periferia de Fortaleza. O financiamento das atividades é feito com recursos da “poupança” constituída pelas sócias. A cada reunião o grupo faz o depósito na poupança que, em 2012, era de R\$ 3,00 por participante (CE049; CE059; CE060).

Um FRS gerido por cooperativa localiza-se em Feira de Santana (BA), “que surgiu a partir do movimento social de mulheres e da necessidade de comercializar produtos de fabricação própria como o artesanato”. No ano de 2009, com a ajuda do Movimento de Organização Comunitária (MOC)¹⁵⁹ foi possível captar recursos junto a Petrobrás para iniciar um Fundo Rotativo. Posteriormente, conseguiram outro financiamento junto ao BNB, com o auxílio do MOC. Desse valor (R\$ 98.000,00), uma parte foi utilizada para compra de matéria-prima, iniciando, assim, um fundo só com participantes mulheres (BA003).

¹⁵⁸ Cf. Quadro 33 Apêndice.

¹⁵⁹ Cf. Quadro 33 Apêndice.

Nos “resultados” dos FRS comunitários rurais em relação à inclusão social de gênero, observa-se que cumprem um papel fundamental de emancipação das mulheres. Por exemplo: “em função do ambiente familiar da quebradeira de coco, como extrativista ser muito restrito, e dominado pelos homens. Nesse contexto ao acessar esses recursos e empreender novas atividades, melhora a autoestima e a busca novas alternativas” (MA025).

A qualidade de vida das famílias melhorou depois da implantação das cisternas de água para beber. Além disto, apontou que “as **mulheres** que entraram no grupo de beneficiamento de frutas depois de se envolver nos trabalhos gerando segurança alimentar e renda para elas. Outra coisa é que as famílias ficaram mais unidas; a comunidade que dialoga com outros órgãos e está presente em diversos espaços” (PB084, grifo nosso).

Recentemente destaca-se o FRS Unidos Vivendo em Ação (UVA) criado em 2012 no município de Tangará da Serra (MT). Esta iniciativa partiu de um processo de gestão de seis empreendimentos, em sua maioria composto por mulheres, para atender as necessidades de crédito. Esse “Fundo traz autonomia para os empreendimentos, possibilitando que participem de feiras na capital ou ainda organizem feiras no próprio município, já beneficiando mais de 80 pessoas diretamente e 580 indiretamente” (NESOL-USP, 2016b, p.23; sobre este Fundo maiores detalhes encontram-se em LEITE, 2016, pp.161-210 e Regimento Interno cf. Anexo 2)

Foi ressaltado, ainda, que as práticas de fundos solidários vivenciadas pelas mulheres, vêm possibilitando reflexões sobre outras linhas de créditos como “Pronaf-Mulher” e outras modalidades de PRONAF, ressaltando-se a visibilidade e a credibilidade das mulheres junto às entidades financeiras como o BNB.

5.7 FRS COM PARTICIPAÇÃO DE JOVENS

O protagonismo de jovens acontece em diversos aspectos na gestão e organização dos FRS. Em oito FRS está mais explícita a sua participação direta, sendo a maior parte de abrangência comunitária, dois FRS na área urbana e os demais localizados no ambiente rural. A seguir elencam-se alguns deles.

O grupo “João de Barro”, é “constituído por maioria com faixa etária de 17 a 21 anos, que residem em comunidades carentes da Região Metropolitana do Recife (PE)” e é um grupo majoritariamente feminino. O FRS foi criado a partir de cursos profissionalizantes no artesanato. A

contribuição para sua manutenção provém das próprias jovens que, em 2010, arrecadaram R\$ 2.500,00 no total (PE004).

O chamado “FRS de viveiros de mudas nativas do cerrado para reflorestamento” está “situado no município de Planaltina (GO) numa fazenda de 4.030 hectares, totalmente desmatada, destinada à reforma agrária com mais 100 famílias assentadas (assentamento Itaúna)”. Os membros do Grupo Jovem Filhos e Filhas da Terra participaram, em 2003, de um curso técnico em agropecuária, agricultura sustentável e meio ambiente em Unai (MG) e convenceram mais jovens da necessidade de diminuir o impacto causado pelo desmatamento no assentamento. “Fizeram uma coleta de dinheiro para comprar material necessário e as sementes, de fruteiras e nativas coletadas por eles nas redondezas.” (GO021). Foram movimentados R\$ 1.350,00 para incentivo a esses projetos e a fonte principal são os recursos do grupo que, em 2010, estavam em R\$ 1.000,00.

No estado do Rio Grande do Norte há um FRS e outros dois como FRS de animais. Destaca-se o FRS de Macaíba (RN) (de abrangência Municipal) gerenciado pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cidadã (CEPAC) que contempla não somente jovens, mas também mulheres e apicultores. Foi constituído a partir de um apoio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE-BNB) por meio do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos (FUNDECI). A entidade gestora é o CEPAC que

A partir das atividades apoiadas pelo fundo solidário e o aumento da produção os empreendimentos passaram a ter dificuldades na venda dos produtos, foi quando o comitê gestor e o CEPAC resolveram a realizar semanalmente no centro da cidade uma feira de economia solidária. Esta foi uma estratégia de comercialização da produção e divulgação do tema da Economia Solidária. (RN003)

Como se percebeu, os FRS de jovens estão interligados com as organizações e movimentos do campo e do meio urbano. Destacou-se de maneira especial esse grupo de oito FRS, pois, para eles, também há uma perspectiva de desenvolvimento de novas práticas emancipadoras e de movimentos sociais voltados à juventude.

Resultados positivos são apresentados, como a contribuição para a formação de qualidade para os jovens da região de Monte Santo (BA):

A partir do momento em que os jovens se veem envolvidos numa atividade produtiva ligados de alguma maneira a cultura local ele percebe a possibilidade de futuro no clima semiárido **resolvendo permanecer na região**. Quando os jovens desenvolvem o PPJ (Projeto Profissional do Jovem) acabam impulsionando a atividade produtiva em sua comunidade difundindo o conhecimento para os demais agricultores do local. Como exemplo, a criação de caprinos, já que antes essa atividade produtiva não era valorizada pela sua comunidade. (BA032, grifos nossos)

Embora haja uma riqueza de dados e informações no Mapeamento, nem tudo pode ser abordado nestas últimas seções últimas, cuja pretensão é de apenas demonstrar o papel de alguns Fundos baseados no recorte de gênero e de geração, observando os FRS como uma metodologia possível de emancipação social e política públicos.

A partir deste capítulo, contata-se que os FRS se caracterizam como “iniciativa financeira”, no sentido de suprir as necessidades de crédito para fomento de atividades econômicas de grupos sociais mais vulneráveis. Porém acrescentam um cunho fundamental que é “político”: como “organização popular” ou “movimento social” para a transformação social e emancipação política e humana dos grupos envolvidos. Os FRS contribuem mais como estratégias para atender demandas sociais básicas para a sustentabilidade e sociabilidade das comunidades. Dito de outro modo, são iniciativas financeiras, que se diferenciam de outras modalidades de finanças como o Microcrédito “liberal” pela sua “metodologia financeira”, na qual o caráter autogestionário e o envolvimento dos participantes é o mais importante: o “FRS é nosso”, sem a interferência direta de Bancos, empresários ou governantes. Em outras palavras, o crédito exercido nos FRS é um “meio” e não um fim em si mesmo. Nos próximos capítulos esta constatação torna-se mais clara em relação ao modo de gestão e ao que foi apontado como “conquistas” nas entrevistas.

Acrescenta-se que outro ponto fundamental é a grande diversidade e multiplicidade de atores sociais e que nisso se manifesta sua maior criatividade e originalidade em relação às demais iniciativas de Finanças Solidárias. Outra diferença dos FRS é o fato de atenderem demandas simples e básicas, efêmeras por vezes. Via de regra, por causa disso, estão

mais propensos às fragilidades e riscos em relação à sua continuidade, devido, em parte, pelas demandas efêmeras e pontuais às quais atendem, como a resolução de um problema da água, a compra de equipamentos e instrumentos de trabalho, ou de um animal, ou sementes, ou, ainda, pequenas infraestruturas. Mas há, também, processos gestionários que implicam participação e decisão democrática de seus membros. Assim, por outro lado, os Fundos de Fomento implicam uma complexidade maior na sua gestão e até movimentam mais recursos, o que implica um certo “distanciamento” dos participantes e seu entendimento de que os recursos não lhe pertencem e, sim, à entidade, à Igreja, ao governo etc.

Por último, a viabilidade dos FRS, como instrumento de Finanças Solidárias, depende principalmente da construção de redes sociais e políticas horizontais (redes ou fóruns) dos movimentos sociais, entidades e organizações não governamentais nesses territórios. É a “rede social que os viabiliza” (SCHERER-WARREN, 2008), isto é, importa a articulação de movimentos sociais, sindicatos e associações, com práticas anteriores, próximas e similares aos atuais FRS. Tal articulação em rede é que se mostra fundamental para sua sustentação e viabilidade.

Por fim, os Fundos se aproximam mais de uma metodologia elaborada por essas entidades e comunidades na tentativa de geração de trabalho e renda, aliada com relações de solidariedade entre os grupos sociais, entre as ONGs brasileiras e europeias. Os avanços também devem ser remetidos ao interesse e a participação do Estado brasileiro na última década. A partir da SENAES, esta metodologia passa a ser incorporada como uma das estratégias para o fomento de Finanças Solidárias respeitando, em grande parte, a sua autonomia¹⁶⁰.

No próximo capítulo adentra-se mais detalhadamente nos aspectos organizacionais dos FRS, como: a mobilização ou captação de recursos, as formas de devolução solidária e aspectos de maior ou menor grau de autogestão (aspectos contributivos e limitadores à viabilidade dos FRS para construção de Finanças Solidárias). Aborda-se adiante como se caracterizam a captação de recursos financeiros (Fontes), elementos da metodologia de (auto)gestão e da participação dos envolvidos desde a definição dos critérios de liberação de recurso, análises dos projetos e

¹⁶⁰ Os FRS são uma metodologia que contribui para implantação das cisternas premiada recentemente pela ONU, que respeita a autonomia das comunidades, conforme relata Valquíria Lima em entrevista recente. (Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/571000-programa-cisternas-um-exemplo-de-politica-publica-que-teve-origem-na-sociedade-civil-entrevista-especial-com-valquiria-lima>>. Acesso em: 27 ago. 2017.)

acompanhamento de aplicação dos recursos, incluindo a devolução dos recursos. Além disso, realizamos uma breve apresentação dos tipos de atividades financiadas.

6. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DOS FRS

Este capítulo trata, de modo geral, de informações relacionadas à estrutura de funcionamento dos FRS, no sentido de apresentar uma espécie de morfologia deste sistema. O objetivo é apresentar traços característicos comuns de aspectos operacionais com base nos dados levantados no Mapeamento. O primeiro ponto escolhido a ser analisado refere-se às fontes de recursos e suas proporções em relação aos vários tipos de entidades gestoras e as financiadoras. O segundo refere-se às regras para a “devolução voluntária do empréstimo”, tais como: devolução integral ou parcial; a incidência de juros, correção monetária ou outras taxas. O terceiro, uma apresentação de maneira mais breve, diz respeito aos “destinatários” de tais recursos e a quais tipos de projetos são financiados. E por último, o capítulo aborda as práticas relacionadas ao modo de realizar a gestão dos FRS.

6.1 AS FONTES DE RECURSOS E O APORTE DAS ENTIDADES SOCIAIS

A partir do exame dos dados percebemos que, no caso dos FRS, as “fonte dos recursos” podem ser classificadas do seguinte modo: i) fontes internas ou próprias, quando são captados na própria comunidade ou dos participantes das entidades, como, por exemplo, dos contribuintes, sócios, cooperados e sindicalizados conforme o tipo de organização; ii) fontes externas, quando a comunidade busca acessar os recursos através de Organizações Não-Governamentais (ONGs), bancos, órgãos e/ou programas de governo, entidades não-governamentais de cooperação internacional etc.; e iii) mista que ocorrem quando uma parcela é captada externamente e outra internamente.

As principais fontes e valores monetários mobilizados foram sistematizados e distribuídos descrevendo o número de Fundos que escolheram cada uma das fontes, pois, na maioria dos casos optam por diversificar estes acessos (Cf. Tabela 11). Por causa disto, soma total será superior aos 270 pois representa o número de FRS que esta fonte financiou. Os valores são referentes ao ano 2010, de acordo com as informações. Assim, o Mapeamento revelou que em 180 FRS (66,67% dos 270) foram utilizadas fontes internas, ou seja, recursos de seus próprios participantes em 2010, representando 29,93% do total de recursos captados (Cf. Tabela 11).

Tabela 11 – Brasil: Fontes de recursos dos FRS – 2010.

Fontes de Recurso dos FRS	N. FRS	%	Valores	%
I Internas:	180	66,67	2.280.056,85	29,93
II Externas:				
2. Organizações religiosas	24	8,89	1.096.227,52	14,39
2.1 Recursos Campanha da Fraternidade	14	5,19	714.707,52	9,38
2.2 Entidades Religiosas	10	3,70	381.520,00	5,01
2.2.1 <i>Caritas</i>	7	2,59	340.200,00	4,47
2.2.2 <i>Entidades religiosas diversas</i>	3	1,11	41.320,00	0,54
3. ONGs/movimentos sociais	36	13,33	481.189,83	6,32
4. Sindicatos de Trabalhadores	15	5,56	28.680,00	0,38
5. Cooperativas	1	0,37	3.000,00	0,04
6. Empresas Privadas	6	2,22	88.250,00	1,16
7. Instituições Financeiras Públicas	19	7,04	1.761.542,00	23,12
8. Entidades Governamentais	21	7,78	1.040.935,28	13,66
8.1 Governo Federal	10	3,70	432.634,28	5,68
8.2 Governo Estadual	3	1,11	201.500,00	2,65
8.3 Governo Municipal	2	0,74	406.801,00	5,34
9 Organizações Cooperação Internac.	16	5,93	832.042,98	10,92
10. Outros	1	0,37	6.000,00	0,08
Subtotal Fontes Externas	144	53,33	5.337.867,61	70,07
TOTAL	--	**	7.617.924,46	100,00

(*) Número de FRS que buscaram esta fonte. (**) Percentual sobre o conjunto de 270 FRS.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

As fontes externas foram utilizadas por 144 FRS (53,33%), em menor número, mas com volumes maiores de recursos (70,07%). Dentre tais fontes, destacam-se as instituições financeiras públicas¹⁶¹ com 23,12% do total de Fontes de 2010. Em segundo lugar estão as organizações religiosas, com 14,39%, salientando a Coleta da Solidariedade¹⁶² para o caso de 14 Fundos. As entidades governamentais situam-se em terceiro lugar no *ranking* das fontes em termos de volume (13,66%), sendo predominantes o período os órgãos federais. Também as

¹⁶¹ Principalmente o caso do programa PAPPS do BNB, além da Fundação Banco do Brasil.

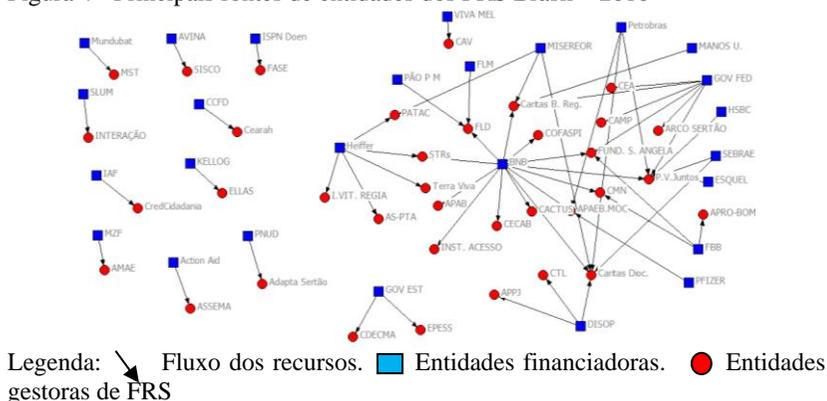
¹⁶² A CÁRITAS BRASILEIRA (2009?, p. 18) elaborou um Relatório Síntese de Pesquisa de 2002-2007 sobre os Fundos Diocesanos e Nacional de Solidariedade, observando uma evolução: no primeiro ano da Coleta da Fraternidade, em 1999 arrecadou mais de 3 milhões de reais, que chegaram a 9 milhões de reais em 2007 em todo o Brasil.

organizações internacionais figuram em quarto lugar no total de recursos (10,92%).

As ONGs e movimentos sociais aportaram recursos para 13,33% dos FRS e participam com 6,32% do volume total arrecadado. Por sua vez, os sindicatos de trabalhadores (15) e uma cooperativa apoiaram com valores mais baixos (0.008% e 0,04% do total, respectivamente).

Uma grande diversidade caracteriza as fontes estrangeiras é demonstrada na Figura 4¹⁶³. A Heiffer, Misereor e Disop são as fontes que, em 2010, enviaram recursos para mais de uma entidade gestora de Fundos no Brasil, entidades que, por sua vez, são fontes de FRS. Como aponta o histórico, as ONGs internacionais, são praticamente todas europeias e criadas por Igrejas cristãs. Basicamente pode-se dizer que há se dois tipos de motivações entrelaçadas: a superação da fome ou miséria social e o desenvolvimento local ou dos povos do terceiro mundo, como solidariedade internacional. Em contrapartida, as ONGs brasileiras encontram na cooperação internacional o que não encontram no Estado brasileiro. O histórico e a soma correspondente de valores monetários enviados pelas entidades financiadoras (em azul na Figura 4) encontra-se no Apêndice deste trabalho (Cf. Quadro 33 e Quadro 34). No Brasil, destaca-se o papel do BNB, que mantinha projetos de apoio a fundos pelo PAPPS (13 Fundos).

Figura 4 - Principais fontes de entidades dos FRS Brasil – 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013. Ucinet6

¹⁶³ Para a análise destas informações utilizou-se o software Ucinet6. Este é um programa para Windows especializado na análise de redes sociais. A relação da Análise de Redes Sociais e a Sociologia há uma ampla literatura. Ver o “estado da arte” desta discussão, principalmente em MINELLA, 2013.

Tabela 12 – Brasil: Fontes de recursos dos FRS por grupos sociais - 2010

I FRS de BASE	Fontes Internas	%	Fontes Externas	%	TOTAL	%
FRS Rural						
1.1 Agricultores/as Familiares	294.742,08	3,87	1.070.691,39	4,05	1.365.433,47	17,92
1.2 Assentados/as	81.001,000	1,06	152.825,00	2,01	233.826,00	3,07
1.3 Agricultores agroecológicos	79.502,49	1,04	7.000,00	0,09	86.502,49	1,14
1.4 Apicultores	10.249,00	0,13	173.810,00	2,28	184.059,00	2,42
1.5 Trabalhadores Rurais	380,00	0,00	296.014,28	3,89	296.394,28	3,89
1.6 Criadores de pequenos animais	1.262,70	0,02	-	-	1.262,70	0,02
1.7 Quilombolas	20.520,00	0,27	40.000,00	0,53	60.520,00	0,79
1.8 Hortifruticultores	6.600,00	0,09	-	-	6.600,00	0,09
1.9 Indígenas	5.250,00	0,07	2.820,00	0,04	8.070,00	0,11
1.10 Extrativistas	1.110,00	0,01	518.000,00	6,80	519.110,00	6,81
1.11 Pescadores	-	-	63.860,00	0,84	63.860,00	0,84
1.12 Quebradeiras de coco	23.419,05	0,31	36.050,00	0,47	59.469,05	0,78
SUBTOTAL	524.036,32	6,88	2.361.070,67	30,99	2.885.106,99	37,87
FRS Meio Urbano						
2.1 Artesãos/ãs	66.319,75	0,87	44.990,00	0,59	111.309,75	1,46
2.2 Costureiras	5.861,31	0,08	48.830,48	0,64	54.691,79	0,72
2.3 Sem-Teto (moradia)	490.970,00	6,44	426.501,00	5,60	917.471,00	12,04
2.4 Trabalhadores Urbanos	383.077,88	5,03	5.200,00	0,07	388.277,88	5,10
2.5 Catadores/as material rec.	9.150,00	0,12	-	-	9.150,00	0,12
2.6 Afrodescendentes		-	100.000,00	1,31	100.000,00	1,31
SUBTOTAL	955.378,94	12,54	625.521,48	8,21	1.580.900,42	20,75
SUBTOTAL FRS BASE	1.479.415,26	19,42	2.986.592,15	9,20	4.466.007,41	58,62
II FRS FOMENTO						
3.1 Economia Solidaria	104.262,81	1,37	67.000,00	0,88	171.262,81	2,25
3.2 Entidades de Ass. Técnica	97.857,26	1,28	155.000,00	2,03	252.857,26	3,32

3.3 Cáritas/ Ação Social	342.660,27	4,50	687.092,40	9,02	1.029.752,67	13,52
3.4 Projeto Vencer Juntos	255.861,25	3,36	165.433,96	2,17	421.295,21	5,53
3.5 FRS (luteranos)	-	-	1.206.749,10	15,84	1.206.749,10	15,84
3.6 Religioso ecumênico		-	70.000,00	0,92	70.000,00	0,92
<i>SUBTOTAL FRS Fomento</i>	800.641,59	10,51	2.351.275,46	30,87	3.151.917,05	41,38
TOTAL	2.280.056,85	29,93	5.337.867,61	70,07	7.617.924,46	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Os FRS de Fomento, embora representem 16,30%, são os que conquistaram angariar maior volume de recursos (41,38%), destacando, nesse caso, que 30% são captados com outras entidades e 10,51% de recursos internos.

Tabela 13 – Brasil Media de valores das Fontes de recursos dos FRS por grupos sociais - 2010

FRS de Base/ comunitários	N. FRS	%/total	TOTAL	%	Média/Total
FRS Rural					
1.1 Agricultores/as Familiares	142	52,59	1.365.433,47	16,06	9.615,73
1.2 Assentados/as	13	4,81	233.826,00	2,75	17.986,62
1.3Agricultores agroecológicos	4	1,48	86.502,49	1,02	21.625,62
1.4 Apicultores	7	2,59	184.059,00	2,16	26.294,14
1.5 Trabalhadores Rurais	6	2,22	296.394,28	3,49	49.399,05
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	0,74	1.262,70	0,01	631,35
1.7 Quilombolas	5	1,85	60.520,00	0,71	12.104,00
1.8 Hortifruticultores	4	1,48	6.600,00	0,08	1.650,00
1.9 Indígenas	3	1,11	8.070,00	0,09	2.690,00
1.10 Extrativista	3	1,11	519.110,00	6,11	173.036,67
1.11 Pescadores	2	0,74	63.860,00	0,75	31.930,00
1.12 Quebradeiras de Coco	2	0,74	59.469,05	0,7	29.734,53
Subtotal	193	71,48	2.885.106,99	33,93	14.948,74
FRS de base no meio urbano					
2.1 Artesãos	15	5,56	111.309,75	1,31	7.420,65
2.2. Costureiras	6	2,22	54.691,79	0,64	9.115,30
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	1,85	1.801.471,00	21,19	360.294,20
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	1,48	388.277,88	4,57	97.069,47
2.5 Catadores	2	0,74	9.150,00	0,11	4.575,00
2.6 Afrodescendentes	1	0,37	100.000,00	1,18	100.000,00
Subtotal	33	12,22	2.464.900,42	28,99	74.693,95
TOTAL FRS Base	226	83,7	5.350.007,41	62,93	23.672,60
FRS de Fomento					
3.1 Economia Solidária	8	2,96	171.262,81	2,01	21.407,85
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	2,59	252.857,26	2,97	36.122,47
3.3 Cáritas ou ação social (católica)	17	6,3	1.029.752,67	12,11	60.573,69
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	3,33	421.295,21	4,96	46.810,58
3.5 FRS (Luteranos)	2	0,74	1.206.749,10	14,19	603.374,55
3.6 FRS Ecumênico	1	0,37	70.000,00	0,82	70.000,00
Total FRS Fomento	44	16,3	3.151.917,05	37,06	71.634,48
TOTAL	270	100	8.501.924,46	100	193.225,56

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013

Os Fundos de Base, situados no campo, representam 33, 93% dos recursos captados, apresentando uma incidência maior nas fontes externas

(30,99%) em relação às internas. Já os situados no meio urbano conseguiram superar proporcionalmente as fontes internas. O que significam estes dados? Em um exame mais detalhado do Mapeamento (revelado na Tabela 12) percebeu-se que, no período, houve uma ampliação das oportunidades conquistadas em alguns programas governamentais na área do campo, como a atuação do BNB e de órgãos relacionados à Agricultura Familiar e demais grupos sociais. No meio urbano, os grupos sociais selecionados não encontraram políticas diretamente relacionadas, em alguma direção que pudesse fomentar os fundos rotativos. Em suma e de modo geral, pode-se inferir que, em 2010, os FRS dependeram mais de recursos externos que internos, embora grande parte (180) tenha buscado alguma forma de captação interna.

Além dos aspectos apontados acima, é interessante notar que o volume médio dos recursos captados variou de maneira considerável (Tabela 13). No grupo dos agricultores familiares, que concentra o maior número de FRS (142), utilizou-se uma média de R\$ 9.615,73, abaixo da média dos FRS de base rural, de R\$ 14.948,74. O FRS de Mâncio Lima (AC), gerido por uma cooperativa municipal, conseguiu 500 mil reais do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) elevando a média do grupo dos Extrativistas (AC008).

Quanto aos FRS de Base, no meio urbano a média é um pouco mais elevada que os rurais, atingindo os R\$ 23.672,60. Os Fundos relacionados a atender a demanda por moradia têm mobilizado volumes maiores ficando em segundo lugar dos grupos sociais, com uma média de mais de 360 mil reais. Destaca-se nesse último grupo o Fundo Conquista da Moradia, do Núcleo Social¹⁶⁴ Papa João XXIII, de Maringá (PR), cujos recursos são aplicados na construção de casas.

O volume médio dos recursos utilizados pelos FRS de Fomentos atingiu R\$ 71.634,48, bem superior ao valor dos de Base. O Fundo Luterano Diaconia, de abrangência Nacional, conseguiu captar maior volume de recursos. Já a Cáritas e outras instituições conseguem uma média de 60 mil reais, embora nem todas as Cáritas estabelecem, em suas linhas de ação, a metodologia de Fundos Rotativos.

De modo geral, um dos desafios das práticas financeiras alternativas ao sistema convencional concerne às fontes de recursos (*Funding*), devido aos baixos volumes de recursos movimentados. Nesse aspecto, porém, o sistema financeiro convencional, mesmo com grandes

¹⁶⁴ Conferir notícia divulgada sobre esse processo em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=0fc74e041c550f&id=3470>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

quantidades, também enfrenta dificuldades, principalmente nos momentos em que as chamadas crises financeiras reaparecem com mais intensidade. Em muitos casos, o Estado, através do Banco Central, é interpelado a suprir, sendo uma espécie de “fundo garantidor” de recursos para as grandes instituições financeiras capitalistas, como ocorreu após a crise financeira de 2008 que abalou o sistema financeiro em muitas nações. Outra forma do Estado ser uma fonte de recursos manifesta-se através do incentivo a crédito produtivo. Por exemplo, é o caso dos “Bancos de Desenvolvimento”, que repassam recursos a fim de desenvolverem determinadas atividades econômicas prioritárias ou de interesse da política econômica do governo¹⁶⁵. São algumas formas de atenuar problemas relacionados ao *funding* no sistema financeiro capitalista.

Nesta discussão sobre Finanças Alternativas, questiona-se em que medida o Estado poderia ser uma fonte de recursos para os FRS? E em que espaço institucional situar essas iniciativas? Nos organismos de políticas creditícias como os Bancos de desenvolvimento ou noutros órgãos formuladores de políticas sociais, como o Ministério de Desenvolvimento Social? Não se pretende responder exaustivamente essas questões todas, mas, a partir do Mapeamento, e nos capítulos anteriores, apontar que é possível a construção de “política pública de apoio a Fundos Rotativos Solidários” ou um sistema de Finanças Solidárias (Cf. Seção 3.6). Percebeu-se nos dados anteriores, que há um ensaio nessa direção de experiência em que o Estado ou Bancos públicos aportam recursos aos FRS.

Convém salientar que os FRS não são propriamente “instituições financeiras” do modo convencional. Legalmente, não podem oferecer serviços financeiros como depósitos à vista, poupança, aplicações, venda de seguros, etc. Mas busca-se formas não convencionais de realizar a viabilidade de tais iniciativas. Tal processo exige das entidades gestoras outras tarefas, como realizar um trabalho constante de captação de recursos, através de campanhas de arrecadação, bazares solidários entre outros, ou via a “solicitação” de recursos a órgãos governamentais, instituições de fomento ou entidades de cooperação internacional.

¹⁶⁵ Fligstein (2001) trata a relação mercado como política e demonstra as várias formas que o Estado participa criando as condições para “criar mercado. Sobre a crise de 2008 e o papel dos Estados nacionais em relação ao sistema financeiro há uma literatura vasta e ampla. Sugere-se Minella (2007); AKB (2008; 2010); Carvalho (2008); Ipea, (2009); Mészáros (2009); Sister (2009); Tett (2009); Brunhoff (2010); Stiglitz (2010); Harvey (2011), entre outros

6.2 A DEVOLUÇÃO: UMA QUESTÃO DE VIABILIDADE E “RETRIBUIÇÃO”

Outro aspecto desta prática consiste na devolução dos recursos, envolvendo a adoção de critérios, regras ou normas estabelecidos pela entidade gestora ou pelos participantes. Através do Mapeamento, percebeu-se que elas ocorrem de quatro maneiras: a) em dinheiro; b) em produtos, animais ou sementes; c) em serviços; ou d) mistas: em dinheiro e produtos.

A legislação não trata diretamente dos FRS por não constituírem instituições financeiras propriamente ditas, nem organizações de microfinanças (OMFs) ou microcrédito (OMCs). São as entidades sociais, enquanto gestoras dos FRS – como ONGs, sindicatos, igrejas, associações comunitárias – que têm personalidade jurídica e, dessa maneira, são responsáveis legalmente pela gestão e regularização dos recursos que movimentam.

Nesse caso a forma jurídica adotada é preferencialmente a “Associação”, como prevê o Código Civil Brasileiro¹⁶⁶, já as cooperativas ou sindicatos possuem legislação específica. Um limitador da prática de finanças alternativas, situa-se nessa base legal, uma vez que tais “pessoas jurídicas” não podem oferecer serviços financeiros ou creditícios. Segundo o Código Civil, elas “constituem-se associações pela união de pessoas que se organizem para fins não-econômicos.” E é justamente no conceito “não econômico” que estaria um dos entraves políticos para a viabilidade dos FRS até o momento enquanto não se tem uma política pública, como o sugerido “Sistema Nacional de Finanças Solidárias”¹⁶⁷. Enquanto isso, é possível a utilização de instrumentos ou expedientes mais simples, como indica Barreto (2016, p.102),

no contexto dos FRS, ocorrem financiamentos para um participante que fará a devolução voluntária do valor recebido mediante assinatura de um **Termo de compromisso**. Este documento expõe que o participante compromete-se diante do grupo a devolver parte, ou o total, do valor financiado voluntariamente para que outras famílias sejam atendidas.

¹⁶⁶ Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Os artigos 53 a 61 tratam das Associações, cuja maioria dos FRS está subordinada.

¹⁶⁷ Cf Seção 3.1 e Quadro 4

Algumas mudanças no campo do ordenamento jurídico brasileiro contribuem para à prática de FRS, como prevê a recente “Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”¹⁶⁸. Com essa Lei, as associações passam a ter um respaldo legal mais claro que anteriormente no sentido de prever várias formas de arrecadação de recursos, por exemplo, de empresas, bens móveis da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou “distribuir prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, e concursos” para sua manutenção e outras finalidades como a “experimentação, não lucrativa, de **novos modelos socioprodutivos** e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e **crédito**” (Lei 13.204, de 14 de dezembro de 2015, Artigos 84-B e 84-C, grifo nosso).

Apesar de fundamental, não é no aspecto jurídico que se encontra a “garantia” principal das devoluções, mas nas relações de reciprocidade e confiança, como demonstraram os relatos dos entrevistadores no Mapeamento (principalmente nos resultados positivos). Na “devolução” esse caráter de reciprocidade pode ser entendido a partir de Barreto (2016, p.102):

A **não devolução** do valor devido não implica penalidade burocrática com ações judiciais, mas a sanção do grupo quando há quebra proposital do compromisso assumido. Contudo, caso o **não pagamento** tenha sido fruto de situações adversas como doença, ou intempéries da ação produtiva, ocorre um processo de renegociação das devoluções que, em geral, não acarreta taxa de juros. Nesse cenário há certa autonomia dos indivíduos que historicamente possuíam dificuldades em acessar o crédito formal. (grifos nossos)

Após as considerações acima, configura-se três pontos que dizem respeito à devolução de recursos: o prazo de carência, o tempo total para devolução e as formas de devolução. O Mapeamento revelou que há uma predominância na “devolução total” sem a cobrança de juros (42,22%). Em segundo lugar está a devolução parcial (27,41%), principalmente dos FRS rurais, sendo que boa parte prevê a devolução em dinheiro e outra

¹⁶⁸ Lei Nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Essa lei é considerada uma conquista importante das ONGs e sua relação com o Estado, pois os contratos de serviços entre poder público e organizações sociais, não podem mais ser tratados de modo igual as empresas privadas, como estabelece a Lei das Licitações (Lei N. 8.666/1993).

parte em sementes, produtos ou animais. Apenas 10,74% dos fundos aplicam juros, correção monetária ou taxas, como demonstra a Tabela 13

Tabela 13 - Condições gerais de Devolução dos FRS

Formas de Devolução	N.	%	Carência	N	%	Prazo de devolução	Nº	%
Parcial	74	27,41	Até 6 meses	75	27,78	Até 1ano	14	5,19
Total sem juros	114	42,22	6 a 12 meses	12	4,44	1ano a 2 anos	38	14,07
Total com CM	4	1,48	12 meses ou +	17	6,30	2 anos ou +	20	7,41
Integral: j, CM e Txs	29	10,74	Variável	82	30,37	Variável	105	38,89
Outras condições	10	3,70	Não há	15	5,56	Não há	5	1,85
Não declarado	39	14,44	Não informado	69	25,56	Não inf.	88	32,59
Total	270	100,00		270	100,00		270	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Em relação a **prazos de carência**, as formas são predominantemente diversas (30,37%). Outros 27,78% iniciam a devolução já no primeiro semestre; até um ano são 4,44% e mais de um ano representa menor proporção, 6,30%, embora 14,44% não tenham informado sobre os prazos adotados. A forma variável pode se dar devido ao fato de que o FRS opera com critérios diferenciados para os diversos tipos de financiamento, conforme será pontuado em algumas descrições adiante.

Em relação ao **prazo da devolução** o critério “variável” continua predominando em 38,39% dos Fundos, seguido de “não informados” (32,59%). Saliencia-se que, como a regra geral, a maioria tem até dois anos para a devolução. Os casos que a devolução é feita em até um ano são 5,19% e no intervalo entre um ano e dois anos são 14,07%. Finalmente, totalizando o máximo de dois anos para a devolução a porcentagem eleva-se ao patamar de 19,26%.

Esses dados revelam que, de maneira geral, os recursos dos FRS não ultrapassam dois anos sem retorno, tanto pelo que revela o prazo de carência, como o prazo para a devolução. Os FRS emprestam para pequenos projetos produtivos, para atender pequenas demandas ou para adquirir equipamentos mais baratos, diferentemente, por exemplo, do PRONAF Agroindústria¹⁶⁹ que financia máquinas agrícolas, com valores mais elevados, tal aspecto pode indicar uma das razões dos FRS serem mais utilizados na agricultura familiar.

A seguir, a título de ilustração, apresenta-se aspectos referentes à devolução de recursos em relação aos grupos sociais de maneira discursiva. São igualmente os três aspectos a serem considerados: prazo de carência, tempo total para devolução e formas de devolução.

Em Pernambuco, oito FRS¹⁷⁰ apontaram que os valores da devolução seguem as seguintes regras: a) para as ações de infraestrutura (Ex.: banheiros secos, cisternas de placas, etc.), cuja carência média é de três a cinco meses, com devolução voluntária parcial de 27 a 30% do valor do investimento, sendo que o valor não é acrescido de juros e correção monetária; b) para projetos de repasse de cabras/ovelhas, as famílias beneficiadas efetua a devolução de uma cria fêmea para outra família que

¹⁶⁹ “Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.” Fonte: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

¹⁷⁰ PE021; PE028; PE029; PE018; PE027; PE020; PE024; PE009.

não foi beneficiada na fase inicial do projeto. No segundo caso, os prazos de carência eram de sete a dez meses quando as cabras/ovelhas recebidas procriavam. A devolução ocorre três a dez meses após a família ser beneficiada, não há cobrança de juros, nem Correção Monetária.

Há ainda casos em que vigoram **outras condições**: no caso das cisternas e projetos para compra de tela, ao receber o benefício, as famílias já começam a devolver no mês seguinte. Com as sementes, as devoluções acontecem de acordo com cada safra. (PB100)

Outra possibilidade é a devolução **parcial**: “o prazo igual para todos, a carência é de seis meses. Os acordos são feitos por em assembleia. (MA010). Deixam a critério da pessoa que recebe, ela mesma faz a proposta. Algumas devolvem em alimentos (arroz) ou cuim (farelo que sobra e serve alimento para os animais)” (MA021)

Dez FRS pesquisados¹⁷¹ adotam critérios de devolução parcial, em que: para Projetos de criação de cabras leiteiras, cada família é sensibilizada para devolução voluntária de uma cria fêmea para outra família que ainda não fora beneficiada anteriormente. Quanto ao projeto construção de cisternas de placas, a carência média é dois a seis meses, com devolução voluntária parcial de 30% do valor de cada cisterna de placas (30 parcelas de R\$ 10,00). O valor não é acrescido de juros e correção monetária.

Finalmente, há a devolução **Integral com Juros, Correção Monetária e Taxas**, cujo começo depende do que foi financiado. A maioria das atividades financiadas é de comércio, mas os valores da devolução têm a ver com a quantia solicitada: quando é emprestado R\$ 1.500,00, as devoluções começam após o terceiro mês (ou seja, a carência é de três meses) e o valor das parcelas fica por conta do acordo entre as partes. Empréstimos de R\$ 12.000,00 (normalmente para construção) implicam na carência de um ano. Quando o valor financiado é utilizado para compra de matéria-prima, as devoluções são mais rápidas. Dependendo do valor, situação e tipos de financiamentos as devoluções podem ser mensais. (BA003)

São apontadas algumas dificuldades, como a “desconfiança de algumas pessoas em participar de grupos principalmente quando envolve recursos financeiros; e o comodismo de alguns participantes que não querem participar das reuniões” (CE059). E ainda a “inadimplência que mesmo sendo baixa ainda, é um desafio a ser superado. O acesso ao crédito ainda é reduzido por causa de pouco recurso disponível em caixa.” (MG008)

¹⁷¹ PE006; PE011; PE012; PE014; PE017; PE019; PE022; PE023; PE032; PE046.

Nesta seção indicou-se que, além da diversidade de formas encontradas para a devolução, cada FRS encontra a maneira mais adequada para a devolução, de acordo com os seus objetivos e com a realidade dos grupos participantes. Embora haja flexibilidade, a devolução implica em superar as dificuldades com planejamento, gestão e controles democráticos (tema da última seção). Adiante aponta-se ilustrativamente quem foram os “destinatários” ou tipos de atividades e empreendimentos que foram financiados, de maneira geral, dos 539 FRS mapeados.

6.3 DESTINO: PRINCIPAIS ATIVIDADES E TIPOS DE EMPREENDIMENTOS

O terceiro aspecto característico da operacionalidade dos Fundos refere-se ao destino dos recursos, isto é, enfoca em análises para os tipos de atividade econômicas e os diversos “sujeitos” (prestários) que os acessaram, e os tipos de empreendimentos “apoiados” (pelos empréstimos) de modo geral. Tal como nas seções anteriores, o recorte temporal desta seção é o ano 2010, tal como na base de dados do Mapeamento. No caso dos FRS e das Finanças Solidárias, um aspecto que o diferencia do modo convencional, é que os empreendimentos, os indivíduos ou as famílias que recebem um empréstimo não são considerados, ao menos intencionalmente, apenas destinatários, beneficiários ou “prestários” mas também “sujeitos”, sendo que o “prestário” pode participar da gestão dos recursos. O objetivo desta seção é descrever sinteticamente como foram distribuídos os recursos entre as atividades econômicas e, depois, avaliar a distribuição entre empreendimento coletivos e individuais apoiados.

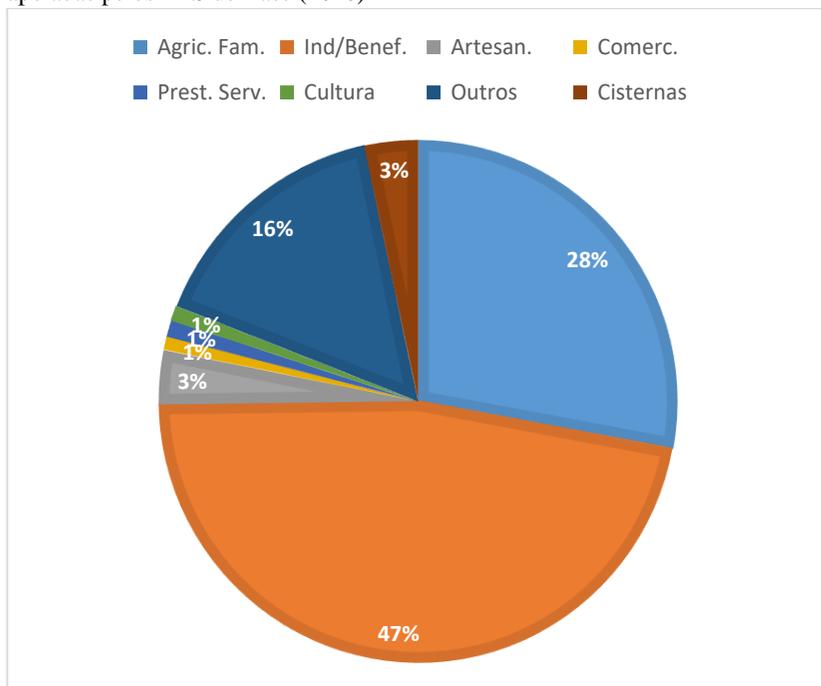
O volume total de recursos emprestados no ano de 2010 foi de R\$ 5,770 milhões¹⁷² para 3.267 empreendimentos, conforme as Tabela 15. Os FRS de Base apoiaram em valores proporcionais e em maior volume atividades relacionadas à “indústria e beneficiamento”¹⁷³ (47%); em

¹⁷² Valores que, na época, equivaliam ao valor de 11.313 salários mínimos ou U\$ 3.475.927,28 (cotado à média de R\$ 1,66) ou atualizado pelo Índice De Preços Ao Consumidor (IPCA) corresponderia a R\$ 8.932.380,13 em janeiro de 2018.

¹⁷³ Informação de acordo com o Mapeamento, se refere inclusive a aquisição de máquinas e equipamentos ou reformas e construção, voltados para alguma transformação de produtos *in natura* processados por pequenas agroindústrias da agricultura familiar, por exemplo, produção de sucos, queijos, embutidos de carne, etc.

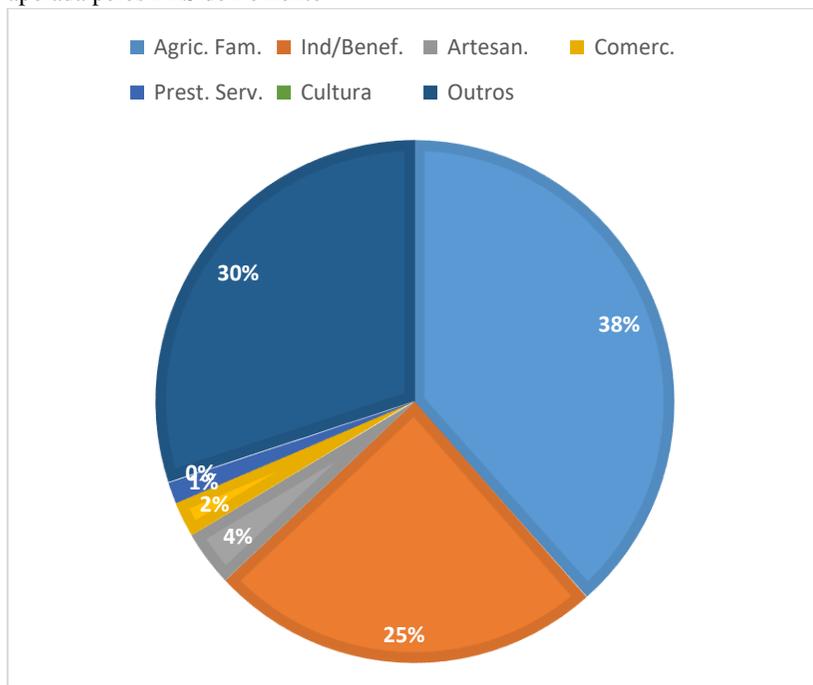
segundo lugar, as atividades da agricultura familiar (28%); e em terceiro lugar, “outros” (16%), como demonstra o Gráfico 4. Para os FRS de Fomento, foi a Agricultura Familiar a atividade à qual se destinou maior porcentagem de recursos (38%), seguida de “outros empréstimos”, e “indústria e beneficiamento”, em terceiro lugar (25%). (Cf. Gráfico 5).

Gráfico 4 – Brasil: Distribuição dos recursos por tipo de atividade econômica apoiadas pelos FRS de Base (2010)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Gráfico 5 – Brasil: Distribuição dos recursos por tipo de atividade econômica apoiada pelos FRS de Fomento



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

O conjunto de empréstimos atribuído à “indústria e beneficiamento”, conforme o exame mais detalhado das respostas, foram utilizados para adquirir máquinas, realizar reformas em instalações ou iniciar pequenas indústrias ou agroindústrias. No caso da “agricultura familiar”, trata-se de empréstimos para compra de sementes, pequenos animais (caprinos, ovinos e aves), construção de casas de farinha e apicultura.

Para comercialização, chama a atenção que os recursos investidos foram baixos (01% nos Fundos de base e 02% de Fomento) correspondendo mais à realização de Feiras ou participação nelas, sendo um dos principais problemas apontados no capítulo seguinte. Uma na leitura mais apurada das várias respostas do Mapeamento aponta que há uma interligação entre os setores apoiados, por exemplo, as Casas de Farinha, abatedouros e unidades de beneficiamento do leite, de frutas, de mel, como beneficiárias dos FRS, conseguiram melhorar a comercialização e acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE) e/ou no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Um dos aspectos positivos apresentados acerca de vender produtos nesses programas públicos está no fato de que estes condicionam ou implica de quem os acessa, um nível de organização coletiva dos agricultores (geralmente em cooperativas) para realizá-la. Nestes programas, uma unidade familiar, de pequeno porte, terá mais dificuldades de atender semanalmente todos os itens de um cardápio da merenda escolar, o que implica em juntar-se com outros formando uma associação ou cooperativa legalmente constituídas¹⁷⁴. (Cf. Tabela 14).

¹⁷⁴ Os comentários desse parágrafo são uma síntese baseada no exame das respostas dos questionários do Mapeamento.

Tabela 14 – Brasil: Valores médios emprestados pelos FRS em 2010

FRS de Base/ comunitários	N FRS	Total Emp	Total	media/FRS	media/ Emp.
			Valores	R\$	R\$
1.FRS Rural					
1.1 Agricultores/as Familiares	142	1.855	1.817.777,25	12.801,25	979,93
1.2 Assentados/as	13	116	155.982,40	11.998,65	1.344,68
1.3Agricultores agroecológicos	4	74	89.896,22	22.474,06	1.214,81
1.4 Apicultores	7	20	120.620,00	17.231,43	6.031,00
1.5 Trabalhadores Rurais	6	46	33.405,91	5.567,65	726,22
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	4	4.500,00	2.250,00	1.125,00
1.7 Quilombolas	5	37	52.351,32	10.470,26	1.414,90
1.8 Hortifruticultores	4	61	6.127,16	1.531,79	100,45
1.9 Indígenas	3	16	10.970,00	3.656,67	685,63
1.10 Extrativista	3	24	521.000,00	173.666,67	21.708,33
1.11 Pescadores	2	18	8.879,00	4.439,50	493,28
1.12 Quebradeiras de Coco	2	38	46.000,00	23.000,00	1.210,53
Subtotal	193	2.309	2.867.509,26	14.857,56	1.241,88
2.FRS de base no meio urbano					
2.1 Artesãos	15	72	94.790,00	6.319,33	1.316,53
2.2. Costureiras	6	16	27.892,00	4.648,67	1.743,25
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	69	469.132,00	93.826,40	6.799,01
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	17	5.870,00	1.467,50	345,29
2.5 Catadores	2	4	3.700,00	1.850,00	25,00
2.6 Afrodescendentes	1	12	62.525,00	62.525,00	5.210,42
Subtotal	33	190	663.909,00	20.118,45	3.494,26
TOTAL FRS Base	226	2.499	3.531.418,26	15.625,74	1.413,13
3. FRS de Fomento					
3.1 Economia Solidária	8	171	117.444,85	14.680,61	686,81
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	189	224.203,65	32.029,09	1.186,26

3.3 Cáritas ou ação social (católica)	17	228	923.365,79	<i>54.315,63</i>	<i>4.049,85</i>
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	68	257.518,75	<i>28.613,19</i>	<i>3.787,04</i>
3.5 FRS (Luteranos)	2	92	696.088,00	<i>348.044,00</i>	<i>7.566,17</i>
3.6 FRS Ecumênico	1	20	20.000,00	<i>20.000,00</i>	<i>1.000,00</i>
Total FRS Fomento	44	768	2.238.621,04	<i>50.877,75</i>	<i>2.914,87</i>
TOTAL	270	3.267	5.770.039,30	<i>21.370,52</i>	<i>1.766,16</i>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

O artesanato recebeu um valor correspondente a 3% do total e tais investimentos estão em quase todos os grupos sociais. Obviamente os próprios artesãos receberam maiores valores, em 91,72%

No conjunto de repasses situado em “outros” aparecem a compra de remédios, os empréstimos pessoais e as reformas de residências¹⁷⁵ dentre os mais repetidos. As cisternas foram apoiadas pelos FRS de Base, dos agricultores familiares, em baixos valores proporcionais (3%), de 2010. Como não são atividades diretamente produtivas, as destacamos em coluna própria. Pelos avanços e importância que adquiriram para a convivência com o semiárido, como será destacado no próximo capítulo, percebeu-se que em 2010 os FRS de Fomento não estavam mais apoiando essa construção.

Os FRS de base são os que representam volumes maiores de empréstimos no total (49,70% dos rurais e 11,51% urbanos) totalizando 61,20%. (Cf. Tabela 14). Porém, em relação à média, percebe-se que os FRS de base rurais e urbanos são menores (R\$ 14.857,56 e 15.625,74) que os de fomento (R\$ 50.877,75). Em relação aos empreendimentos em geral, a média por empreendimento foi de R\$ 1.241,88 e 1.413,13 entre os de Base, rurais e urbano. Já os FRS de Fomento repassaram, em média, um valor maior, de R\$ 2.914,87 por empreendimento (Cf. Tabela 14). A partir desses dados, confirma-se que os FRS são uma experiência alternativa e barata para viabilizar as demandas e as atividades econômicas dos grupos sociais. Recursos que não encontra, por vezes, no sistema convencional capitalista.

Os FRS de base têm uma capacidade e volume menor de apoio quando comparados aos FRS de fomento, cuja abrangência territorial é, de modo geral, mais ampla, pois tendem à maior capacidade de mobilização de recursos, seja por causa sua abrangência geográfica maior, seja por sua capacidade organizacional, institucional e política consolidada e reconhecida historicamente, a exemplo de entidades católicas, como as Cáritas, a Pastoral da Criança ou a Fundação Luterana Diaconia (FLD), ou, ainda, de assessoria como o CEDAPP (PE), o CAMP (RS), entre outras.

A avaliação dos gestores de FRS aponta como “resultados positivos”¹⁷⁶ das **atividades econômicas financiadas**, por exemplo, o fomento a novas tecnologias de produção:

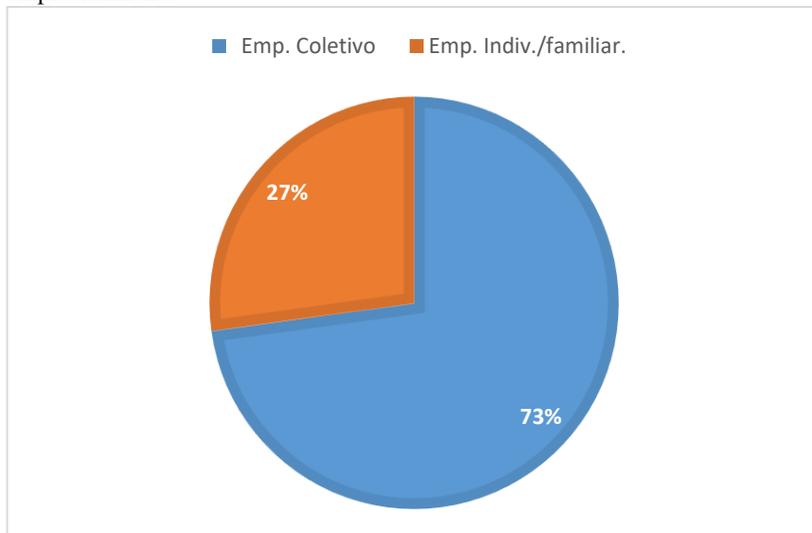
¹⁷⁵ A média foi superior devido a um único FRS do núcleo João XXIII (Maringá-PR) ter emprestado 450 mil de reais

¹⁷⁶ Temas que serão abordados no próximo capítulo.

o FRS financiou o melhoramento genético da criação de caprinos, e isso beneficiou muito a região que passou a fornecer cabras de maior qualidade. A atividade de caprinocultura era marginalizada pelos agricultores, mas com o incentivo e a melhoria do padrão genético houve valorização da atividade e, conseqüentemente, hoje foi construído um abatedouro, próprio para as cabras. (BA024)

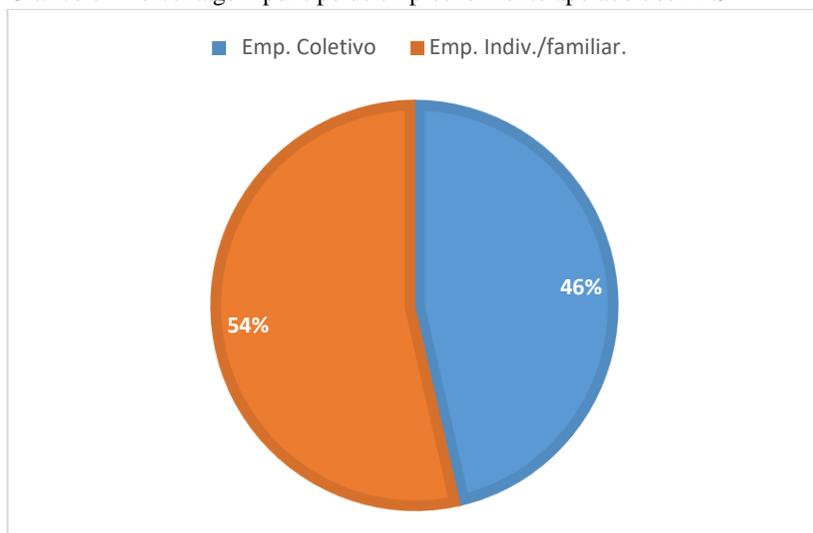
Houve incentivo ao uso de placas de energia solar, destacando-se a melhoria na qualidade de vida, pois “antes os filhos dos agricultores não podiam estudar à noite”. Desde outro ângulo de análise dos destinatários dos recursos, é possível diferenciar os tipos de empreendimentos apoiados. Há uma predominância dos valores repassados para empreendimentos coletivos, em 73% (gráfico 6), embora o número de empreendimentos individuais e familiares sejam levemente maiores, em torno de 54% (Cf. Gráficos 6 e 7).

Gráfico 6 - Porcentagem dos Valores emprestados pelos FRS por tipo de empreendimento



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Gráfico 7 - Porcentagem por tipo de empreendimento apoiado dos FRS



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Esmiuçando esses dados, percebe-se que nos FRS de agricultores familiares houve um aporte maior de recursos para empreendimentos coletivos, 20,39% contra 11,12% dos individuais. Porém o número de empréstimos a empreendimentos familiares e individuais (1.431) dos FRS de base no meio rural são maiores em relação aos coletivos (878) conforme a Tabela 17. Esses dados são importantes pois demonstram que os FRS são uma iniciativa financeira que mobiliza poucos recursos, mas que é capaz de fomentar empreendimentos coletivos, que direta ou indiretamente fomenta a economia ou alternativa econômica para os grupos sociais com baixa renda.

A partir desta seção pode-se concluir que, apesar de um volume pequeno de recursos, se eles forem colocados em circulação, é possível desenvolver atividades econômicas e projetos sociais com os setores excluídos, se geridos de maneira coletiva e/ou alternativa, recuperando as práticas originais do microcrédito na perspectiva solidária e emancipatória.

Tabela 15 – Brasil: Distribuição dos recursos por atividade econômica e empreendimentos apoiados pelos FRS (2010)*

FRS de Base/ comunitários		Agric. Fam.	Ind./Benef.	Artesan.	Comerc.	Prest. Serv.	Cultura	Outros	Cisternas	Total
FRS Rural										
1.1 Agricultores/as Familiares	142	511.495,95	1.072.030,00	4.982,10	18.466,00	7.783,00	-	86.124,04	116.896,16	1.817.777,25
1.2 Assentados/as	13	137.602,40	15.000,00	-	2.200,00	-	-	1.180,00	-	155.982,40
1.3 Agricultores agroecológicos	4	75.519,54	9.056,68	2.000,00	3.320,00	-	-	-	-	89.896,22
1.4 Apicultores	7	120.560,00	-	-	-	-	-	60,00	-	120.620,00
1.5 Trabalhadores Rurais	6	25.513,23	943,69	4.632,66	2.316,33	-	-	-	-	33.405,91
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	4.500,00	-	-	-	-	-	-	-	4.500,00
1.7 Quilombolas	5	40.911,32	-	-	-	3.200,00	-	8.240,00	-	52.351,32
1.8 Hortifruticultores	4	6.127,16	-	-	-	-	-	-	-	6.127,16
1.9 Indígenas	3	6.720,00	-	4.250,00	-	-	-	-	-	10.970,00
1.10 Extrativista	3	20.100,00	500.000,00	900,00	-	-	-	-	-	521.000,00
1.11 Pescadores	2	8.879,00	-	-	-	-	-	-	-	8.879,00
1.12 Quebradeiras de Coco	2	18.000,00	28.000,00	-	-	-	-	-	-	46.000,00
Subtotal	193	975.928,60	1.625.030,37	16.764,76	26.302,33	10.983,00	-	95.604,04	116.896,16	2.867.509,26
FRS de base no meio urbano										
2.1 Artesãos	15	4.340,00	1.200,00	86.950,00	-	-	-	2.300,00	-	94.790,00
2.2. Costureiras	6	-	17.135,00	8.446,80	2.124,20	-	-	186,00	-	27.892,00
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	5.360,00	3.500,00	5.500,00	160,00	2.500,00	-	452.112,00	-	469.132,00
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	-	5.120,00	-	750,00	-	-	-	-	5.870,00
2.5 Catadores	2	-	3.500,00	-	200,00	-	-	-	-	3.700,00
2.6 Afrodescendentes	1	-	-	-	-	23.775,00	33.295,00	5.455,00	-	62.525,00
Subtotal	33	9.700,00	30.455,00	100.896,80	3.234,20	26.275,00	33.295,00	460.053,00	-	663.909,00
TOTAL FRS Base	226	985.628,60	1.655.485,37	117.661,56	29.536,53	37.258,00	33.295,00	555.657,04	116.896,16	3.531.418,26
FRS de Fomento										
3.1 Economia Solidária	8	74.850,00	22.400,00	13.100,00	6.924,85	-	-	170,00	-	117.444,85
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	148.013,65	30.290,00	23.000,00	18.400,00	4.500,00	-	-	-	224.203,65
3.3 Cáritas/Ação social (católica)	17	346.012,28	182.615,24	16.997,00	3.500,00	9.950,00	-	364.291,27	-	923.365,79

3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	182.354,75	20.433,00	24.269,00	18.462,00	12.000,00				257.518,75
3.5 FRS (Luteranos)	2	109.598,00	278.784,00					307.706,00		696.088,00
3.6 FRS Ecumênico	1		15.000,00		2.000,00	3.000,00				20.000,00
Total FRS Fomento	44	860.828,68	549.522,24	77.366,00	49.286,85	29.450,00	-	672.167,27		2.238.621,04
TOTAL	270	1.846.457,28	2.205.007,61	195.027,56	78.823,38	66.708,00	33.295,00	1.227.824,31	116.896,16	5.770.039,30

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Tabela 16 – Brasil: Distribuição dos valores emprestados por tipo de empreendimentos (2010)

FRS de Base/ comunitários		Emp. Col.	Valores	%	Indiv./fam.	Valores	%	Total	Total	%/
		numero	Coletivo		numero	Indiv./familiar		Emp	Valores	valor total
FRS Rural										
1.1 Agricultores/as Familiares	142	693	1.176.395,01	20,39	1.162	641.382,24	11,12	1.855	1.817.777,25	31,50
1.2 Assentados/as	13	31	72.150,00	1,25	85	83.832,40	1,45	116	155.982,40	2,70
1.3Agricultores agroecológicos	4	9	15.659,57	0,27	65	74.236,65	1,29	74	89.896,22	1,56
1.4 Apicultores	7	10	117.960,00	2,04	10	2.660,00	0,05	20	120.620,00	2,09
1.5 Trabalhadores Rurais	6	2	471,85	0,01	44	32.934,06	0,57	46	33.405,91	0,58
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	-	-	-	4	4.500,00	0,08	4	4.500,00	0,08
1.7 Quilombolas	5	24	7.000,00	0,12	13	45.351,32	0,79	37	52.351,32	0,91
1.8 Hortifruticultores	4	60	3.487,16	0,06	1	2.640,00	0,05	61	6.127,16	0,11
1.9 Indígenas	3	16	10.970,00	0,19			-	16	10.970,00	0,19
1.10 Extrativista	3	1	500.000,00	8,67	23	21.000,00	0,36	24	521.000,00	9,03
1.11 Pescadores	2	18	8.879,00	0,15			-	18	8.879,00	0,15
1.12 Quebradeiras de Coco	2	14	28.000,00	0,49	24	18.000,00	0,31	38	46.000,00	0,80
Subtotal	193	878	1.940.972,59	33,64	1.431	926.536,67	16,06	2.309	2.867.509,26	49,70
FRS de base no meio urbano										
2.1 Artesãos	15	27	20.390,00	0,35	45	74.400,00	1,29	72	94.790,00	1,64
2.2. Costureiras	6	7	17.135,00	0,30	9	10.757,00	0,19	16	27.892,00	0,48
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	46	465.632,00	8,07	23	3.500,00	0,06	69	469.132,00	8,13
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	16	2.750,00	0,05	1	3.120,00	0,05	17	5.870,00	0,10
2.5 Catadores	2	4	3.700,00	0,06			-	4	3.700,00	0,06

2.6 Afrodescendentes	1	12	62.525,00	1,08			-	12	62.525,00	1,08
Subtotal	33	112	572.132,00	9,92	78	91.777,00	1,59	190	663.909,00	11,51
TOTAL FRS Base	226	990	2.513.104,59	43,55	1.509	1.018.313,67	17,65	2.499	3.531.418,26	61,20
FRS de Fomento										
3.1 Economia Solidária	8	113	43.074,85	0,75	58	74.370,00	1,29	171	117.444,85	2,04
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	134	201.603,65	3,49	55	22.600,00	0,39	189	224.203,65	3,89
3.3 Cáritas ou ação social (católica)	17	105	478.057,52	8,29	123	445.308,27	7,72	228	923.365,79	16,00
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	63	252.118,75	4,37	5	5.400,00	0,09	68	257.518,75	4,46
3.5 FRS (Diaconia/CAPA)	2	91	695.588,00	12,06	1	500,00	0,01	92	696.088,00	12,06
3.6 FRS Ecumênico	1	20	20.000,00	0,35			-	20	20.000,00	0,35
Total FRS Fomento	44	526	1.690.442,77	29,30	242	548.178,27	9,50	768	2.238.621,04	38,80
TOTAL	270	1.516	4.203.547,36	72,85	1.751	1.566.491,94	27,15	3.267	5.770.039,30	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

6.4 OS PROCESSOS DE GESTÃO DOS FRS

O quarto aspecto que caracteriza o funcionamento dos FRS relaciona-se a atividades como planejamento, controle, avaliação, entre outras que são abarcadas pela denominação de processo de gestão. Também foi possível identificar nos FRS algumas diferenças para com a gestão das instituições financeiras convencionais. Para uma análise teórica, consideramos duas delimitações conceituais básicas: autogestão e heterogestão, a partir de Singer (2002, p.16-20) e Castoriadis (1979, p.211-226), as quais explicita-se no Box N. 03.

Box 03 – Formas de Gestão

a) **Heterogestão** é gestão exercida por um grupo dirigente (de uma empresa ou entidade) de maneira centralizada, baseada em estruturas “hierárquicas”. Aplicando a noção ao objeto deste trabalho, pode-se exemplificar com os casos em que as informações do funcionamento do FRS são pouco conhecidas ou somente difundidas a poucos participantes; os critérios para aprovação de projetos solicitantes são pouco divulgados; as prestação de contas são restritas, entre outros elementos. Outro ponto que caracteriza a heterogestão se dá pelo poder indireto (representativo), isto é, delega-se a “outrem” a função de gestão. No caso das Finanças Solidárias, embora não ocorra um grau de complexidade como das instituições financeiras convencionais, a democracia representativa se faz presente nas entidades gestoras, principalmente de abrangência territorial mais ampla que o “nível comunitário”.

b) **Autogestão** diz respeito à participação direta dos envolvidos nas decisões da organização. Aplicada aos FRS, acontece quando se permite aos próprios usuários a reponsabilidade igual e direta pela gestão das iniciativas. Os usuários (protagonistas) inserem-se de igual modo em todo o processo de gestão e circulação dos recursos: desde captação; elaboração dos critérios e regras; análise dos projetos; deliberação sobre a devolução etc. Enfim, nessa forma de gestão, haveria um grau elevado de participação, de exercício democrático direto e de socialização das informações. Por isso, considera-se mais adequado o termo “protagonistas” para os que emprestam os recursos destes Fundos.

Fonte: Singer (2002). Síntese elaborada pelo Autor.

Nesse sentido, é importante estabelecer indicadores para “mensurar”, quanto possível, um nível adequado de autogestão nos FRS como exercício emancipatório. A obtenção de uma análise mais

aprofundada implica um contato mais frequente e direto do pesquisador com os procedimentos de gestão, visto que cada FRS tem sua especificidade. Em um contato mais aprofundado poderiam ser descobertos elementos que não aparecem num primeiro contato (ou uma entrevista), como aquele realizado no Mapeamento. Apesar dessas questões, nossa análise se baseou em três questões relacionadas à cada fase da gestão (anterior, durante e após a aprovação dos recursos): a) quem construiu e definiu as políticas e regras de funcionamento dos FRS, ou seja, os critérios para aprovação e liberação dos recursos?; b) quem participa dos processos de análise e aprovação das solicitações de recursos aos FRS?; e c) quem faz o acompanhamento dos projetos, depois de aprovados e nas fases de aplicação? Em suma, esta seção salienta os sujeitos destes processos de gestão e sua participação (ou não) como critério básico para indicar nível de autogestão.

O sentimento de pertença, que favorece a participação, é um processo dinâmico, ou seja, depois de conquistado, pode retroceder ou avançar dependendo de vários contextos e fatores. Apontam nessa direção as considerações realizadas por Oliveira (2010, p. 143) em sua pesquisa sobre os FRS da Paraíba:

dentro da dinâmica comunitária, os fundos rotativos se inserem num processo rico de formação onde os valores da democracia e da transparência são exercitados pelas comunidades na gestão deste recurso coletivo. As regras de gestão dos recursos, os beneficiários e as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas são permanentemente discutidos. Os FRS constituem assim um verdadeiro processo pedagógico e político de organização, e não simplesmente uma operação econômica.

Ademais, segundo Fulgêncio (2014, p. 48) ao relacionar o funcionamento dos FRS com o conceito de capital social, concorda que, “a autogestão torna-se imprescindível para o funcionamento pleno dos Fundos Solidários, pois as decisões a serem tomadas sobre as questões relacionadas aos fundos rotativos serão de responsabilidade de toda a comunidade”

De maneira geral de acordo com Sabaté, Muñoz, Ozomek (2005, p.19)

a gestão interna e seu nível decisório se baseiam na deliberação entre membros e/ou associados que tem

cada um voto, porém admitem a divisão do trabalho, sistemas de representação e controle das responsabilidades. [*Embora*] não estão isentas de desenvolver práticas longe dos valores e princípios identitários ou dos objetivos práticos declarados, porém desde o início se autodefinem como empreendimentos e atividades sem fins de lucro, o que não as torna anticapitalistas, porém não-capitalistas (a-capitalistas).

A partir das informações coletadas no Mapeamento, abordadas nesta seção, sugere-se que o diferencial dos FRS comunitários está na relação de proximidade com os participantes envolvidos na gestão e mobilização dos recursos. Essa proximidade é possibilitada através do acompanhamento, da transparência e do controle das informações, nas relações de confiança e no sentimento de pertencimento, sendo que os usuários são de igual modo “proprietários/gestores” dos FRS. Como já aponta o exemplo pesquisado por Oliveira (2011, p. 186), quando

o PATAC diminuiu de fato sua ação na Comunidade, deixando a gestão dos FRS nas mãos dos camponeses. Assim, a experiência compartilhada por todos da Comunidade facilitou o engajamento e a adequação das regras para o funcionamento dos novos grupos de FRS. Se de fato as coisas irão ocorrer como o grupo espera, não dá para saber. Mas, os membros da Comunidade aprenderam, a partir das experiências que compartilharam ao longo de quase 20 anos, a criar e seguir suas próprias regras.

A gestão dos FRS como um processo dinâmico não está isenta de conflitos e divergências de opiniões, seja na forma auto ou heterogestionária. Por exemplo, as decisões da comissão gestora nem sempre agradam a todos, haverá um ou outro que discorde e não aceite a decisão. Seja na escolha do próximo agricultor que receberá o financiamento do Fundo Rotativo, ou na maneira como está se usando os recursos da poupança dos fundos. Em certos casos, o interesse individual pode aparecer e prevalecer nas relações sociais de um grupo, podendo colocar em risco o funcionamento do Fundo. É por isso que a noção de cooperação constitui uma peça chave na prática de um Fundo Rotativo na comunidade (Cf. FULGÊNCIO 2014, p. 42)

Esses pontos também estudados por outros pesquisadores revelam que a gestão – e, mais propriamente, a autogestão – é um exercício

constante de aprendizagem coletiva, em que a resolução de conflitos e das tensões internas faz parte do aprendizado¹⁷⁷. Tal processo pedagógico de participação e autogestão contribui como uma das formas para conquistar a “emancipação” dos grupos sociais envolvidos.

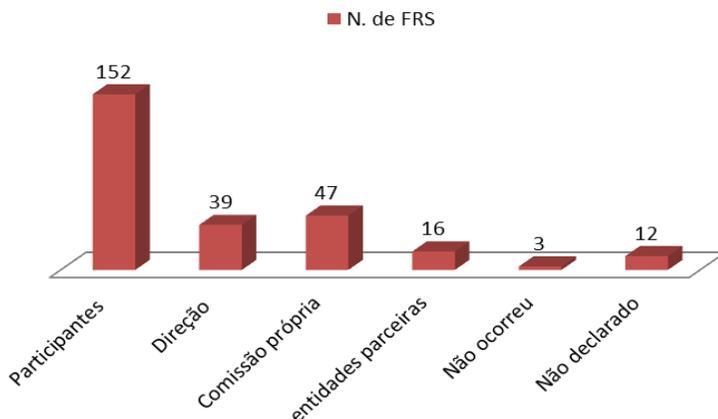
Contudo, “todos os grupos concordam que alguns princípios são fundamentais para o bom funcionamento de um fundo rotativo: a participação ativa dos beneficiários e a transparência na gestão são regras fundamentais” (FULGÊNCIO, 2014, p. 43). Tendo esta discussão como pano de fundo, adiante aponta-se como aparecem os três aspectos da gestão escolhidos para esta análise.

6.4.1 Definição das políticas e regras de funcionamento dos FRS

Sobre este aspecto, os dados revelam que a definição de políticas e regras de financiamento dos FRS foram feitas pelos participantes em 56,30% dos casos. E, por outro lado, 14,44% são definidos pela direção da entidade e por “comissão própria”, em 17,40% dos casos (Tabela 17, Tabela 18 e Gráfico 8). A direção, via de regra, é eleita pelos participantes da entidade enquanto que a comissão é uma delegação da direção com referendo de assembleia ou não.

¹⁷⁷ Por exemplo “fatores humanos, como liderança centralizadora e interesses econômicos pessoais terminaram por suprimir na COOAP a ideia de cooperativismo e o que verificamos nos Assentamentos foi exatamente os interesses particulares em detrimento aos interesses solidários, isso em relação à Apicultura e o Fundo Rotativo Solidário no Litoral Sul da Paraíba” (SILVA, 2015, p.95).

Gráfico 8 – Sujeitos atuantes na definição das políticas e regras de funcionamento dos FRS (2011-2013)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Os sujeitos “definidores” das regras de acesso aos recursos dos FRS são retratados na Tabela 17. Constatou-se que os maiores protagonistas são os participantes das entidades, pela incidência maior dos Fundos de base ou comunitária e geridos por associação comunitária.

Em praticamente 70% dos FRS de abrangência comunitária foram os participantes que definiram as regras, enquanto nos demais casos a definição esteve a cargo de comissão própria (11,27%) ou da direção da entidade (10,56%). A participação direta dos membros das entidades vai diminuindo à medida que o raio de atuação geográfica dos fundos se amplia: embora em âmbito municipal a maioria mantenha o protagonismo dos participantes (52,54% dos casos), nos fundos estaduais apenas 20% mantém essa condição. Nesse caso, predomina a definição por parte da direção da entidade (50%) ou uma comissão própria (30%) (Tabela 17).

Qual o peso da participação na definição das regras das regras de funcionamento dos FRS pelos tipos de entidades gestoras? Observa-se que há um peso maior nas Associações Comunitárias, cujos participantes foram protagonistas em 60,98% do total desse tipo de entidade. Nos FRS geridos por “Grupo Informal”, os índices de “próprio participantes” na definição de regras foi alta (75,47%). Na categoria “outra associação” (geralmente são as entidades maiores, mais institucionalizadas e com atuação geográfica mais ampla), os participantes influenciaram em praticamente metade dos FRS. Nas entidades religiosas os participantes têm uma influência menor, de 19,23% (Cf. Tabela 18)

Tabela 17 - Sujeitos atuantes na definição das políticas e regras de funcionamento dos tipos de FRS por abrangência (2011-2013)

	Comunitária			Municipal			Territorial			Estadual			Total	%
	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T		
<i>Participantes da entidade</i>	95	66,90	35,19	31	52,54	11,48	24	42,11	8,89	2	20,00	0,74	152	56,30
<i>Direção da entidade</i>	15	10,56	5,56	10	16,95	3,70	10	17,54	3,70	5	50,00	1,85	39	1,11
<i>Comissão própria</i>	16	11,27	5,93	12	20,34	4,44	14	24,56	5,19	3	30,00	1,11	47	17,40
<i>Ajuda de entidades parceiras</i>	7	4,93	2,59	3	5,08	1,11	6	10,53	2,22	-	-	-	16	5,92
<i>Não ocorreu</i>	2	1,41	0,74	-	-	-	1	1,75	0,37	-	-	-	3	1,11
<i>Não declarado</i>	7	4,93	2,59	3	5,08	1,11	2	3,51	0,74	-	-	-	12	4,44
Subtotal	142	100	52,59	59	100	21,85	57	100	21,11	10	100	3,70	270	100

OBS.: 1 FRS regional e 1 FRS nacional: comissão própria.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Tabela 18 - Sujeitos atuantes na definição das políticas e regras de funcionamento dos FRS por tipo de entidade gestora (2011-2013)

	Associação			Grupo Informal			Outra Associação			Pastoral/Ent. Rel.			Sindicato			Cooperativa		
	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T
<i>Participantes</i>	75	60,98	27,78	40	75,47	14,81	25	48,08	9,26	5	19,23	1,85	2	40,00	0,74	5	45,45	1,85
<i>Direção da EG</i>	16	13,01	5,93	3	5,66	1,11	9	17,31	3,33	9	34,62	3,33	1	20,00	0,37	2	18,18	0,74
<i>Comissão própria</i>	16	13,01	5,93	5	9,43	1,85	11	21,15	4,07	9	34,62	3,33	2	40,00	0,74	4	36,36	1,48
<i>Entidades parceiras</i>	6	4,88	2,22	2	3,77	0,74	7	13,46	2,59	1	3,85	0,37	-	-	-	-	-	-
<i>Não ocorreu</i>	1	0,81	0,37	1	1,89	0,37	-	-	-	1	3,85	0,37	-	-	-	-	-	-
<i>Não declarado</i>	9	7,32	3,33	2	3,77	0,74	-	-	-	1	3,85	0,37	-	-	-	-	-	-
Total	123	100	45,56	53	100	19,63	52	100	19,26	26	100	9,63	5	100	1,85	11	100	4,07

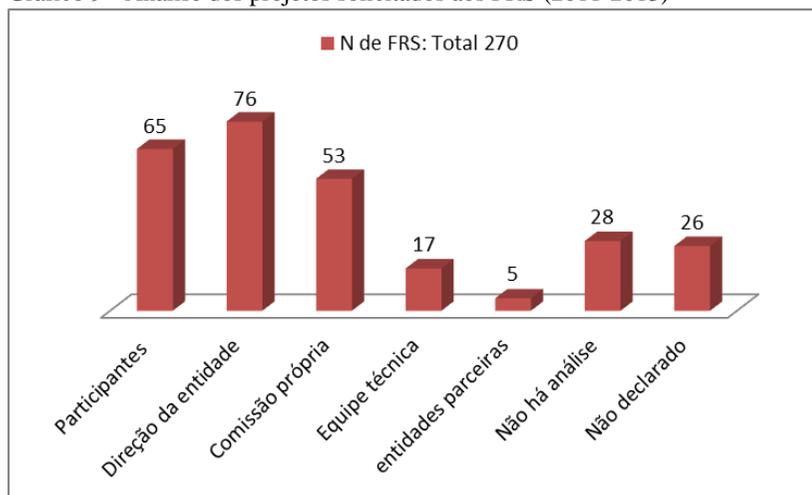
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

6.4.2 Sujeitos da análise das solicitações de recursos dos FRS

Outro aspecto da gestão dos FRS relaciona-se ao protagonismo dos envolvidos (participantes) nas tarefas de analisar (aprovando ou não) os projetos de solicitação de empréstimos. Essas análises implicam em reuniões mais constantes ou periódicas (*ex-ante*) e nelas os conflitos internos tendem a aflorar, discutindo por exemplo, quais projetos devem ser financiados, entre outros tópicos. Algumas das dificuldades e avanços foram apontados nas entrevistas do Mapeamento (que será tratado no próximo capítulo). Pretende-se, aqui, apresentar de forma descritiva quem faz esta análise considerando-se os vários tipos de entidade ou sua abrangência.

Em relação à dimensão a da “análise de projetos”, apresentaram-se as seguintes condições: a) os participantes das entidades diminuem sua influência nesta etapa da gestão de modo geral, caso de 24,07% dos FRS; e b) a direção da entidade assume em boa parte essa tarefa (28,14%) ou delegam-na para uma “comissão própria” (19,62%) ou uma “equipe técnica” (6,30%). Observa-se, ainda que, neste aspecto da análise dos projetos, aumenta o índice de FRS que não fazem análise (10,37%) e que não o informaram (9,63%) nas entrevistas (Tabela 19, Tabela 20, Gráfico 9).

Gráfico 9 - Análise dos projetos solicitados aos FRS (2011-2013)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Os participantes das entidades gestoras tiveram um papel de maior destaque, apesar haver de uma diminuição de 57,23% (em 152 para 65) em relação à sua atuação na definição das regras. Nos 142 FRS de abrangência comunitária, são eles quem realizam as análises de projetos em 29,58% do total, divididos por casos em que as análises são realizadas pela direção da entidade (31,69%) e por comissão própria (14,08%). Nos Fundos de abrangência territorial, a comissão própria foi quem mais atuou nas análises ampliando 29,82% dos casos. Na abrangência territorial, os participantes realizaram análise em sete Fundos (12,28% desse nível de atuação) (Cf. Tabela 19).

Quando se considera o tipo de entidade gestora, nas Associações Comunitárias, em primeiro lugar, são os seus participantes quem realiza a análise, caso de 25,20% dos FRS. Em segundo está a comissão própria (14,63%) mas, por outro lado, são as direções da “outra associação” quem mais exerceu esta tarefa de analisar os projetos dos FRS (37,40%) (Cf. Tabela 19).

Nos grupos informais, os participantes dos FRS participam mais das análises de projetos solicitantes, chegando a 39,62% dos casos. Em “outras associações” as análises se distribuem em comissão própria (25%), pela direção da entidade (25%), e pelos participantes (23,08%). Nas entidades religiosas/pastoral, as análises dos projetos são realizadas preponderantemente por comissão própria (42,31%) e pela direção (19,23%). Os participantes quase não fizeram análise de projetos nos FRS dos Sindicatos e nas cooperativas, nos quais a tarefa está atribuída à comissão própria ou à direção. Há registros de que alguns FRS conferem a tarefa a equipes técnicas, principalmente no caso dos FRS das entidades religiosas (23,08%). (Cf. Tabela 19). Questiona-se: por que essa condição de pouco envolvimento dos participantes nas análises? Seriam pelas dificuldades operacionais e práticas em realizar tal tarefa ou a distância geográfica ou, ainda, por que a atividade-fim da entidade não são os FRS? As respostas para esses questionamentos não estão muito evidentes nos dados da pesquisa, mas poderão ser compreendidas nas análises feitas no próximo capítulo, que aborda as dificuldades relatadas nas entrevistas no que tange ao processo de gestão.

Tabela 19 - Sujeitos atuantes nas Análises das solicitações de recursos dos FRS por abrangência (2011-2013)

	Comunitária			Municipal			Territorial			Estadual			TOTAL	%
	Nº	%	%/Total	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T		
Participantes da entidade	42	29,58	15,56	16	27,12	5,93	7	12,28	2,59	-	-	-	65	24,07
Direção da entidade	45	31,69	16,67	16	27,12	5,93	10	17,54	3,70	4	40,00	1,48	76	28,14
Comissão própria	20	14,08	7,41	13	22,03	4,81	17	29,82	6,30	3	30,00	1,11	53	19,62
Equipe técnica	4	2,82	1,48	-	-	-	12	-	-	-	-	-	17	6,30
Ajuda de entidades parceiras	1	0,70	0,37	2	3,39	0,74	2	3,51	0,74	-	-	-	5	1,85
Não ocorreu	20	14,08	7,41	5	8,47	1,85	3	5,26	1,11	-	-	-	28	10,37
Não declarado	10	7,04	3,70	7	11,86	2,59	6	10,53	2,22	3	30,00	1,11	26	9,63
Subtotal	142	100	52,59	59	100	21,85	57	100	21,11	10	100	3,70	270	100

OBS.: comissão própria 1 FRS regional e 1 FRS estadual.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Tabela 20 - Sujeitos atuantes nas análises de solicitações de recursos por abrangência e tipo de entidade gestora dos FRS (2011-2013)

	Associação Comunitária			Grupo Informal			Outra Associação			Pastoral/ Ent. Rel.			Sindicato			Cooperativa		
	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T
Participantes	31	25,20	11,48	21	9,62	7,78	12	23,08	4,44	-	-	-	-	-	-	1	9,09	0,37
Direção	46	37,40	17,04	7	13,21	2,59	13	25,00	4,81	5	19,23	1,85	2	40,00	0,74	1	9,09	0,37
Comissão própria	18	14,63	6,67	7	13,21	2,59	13	25,00	4,81	11	42,31	4,07	2	40,00	0,74	4	36,36	1,48
Equipe Técnica	3	2,44	1,11	1	1,89	0,37	4	7,69	1,48	6	23,08	2,22	-	-	-	1	9,09	0,37
Ajuda entidades parceiras	1	0,81	0,37	2	3,77	0,74	3	5,77	1,11	-	-	-	1	20,00	0,37	1	9,09	0,37
Não ocorreu	13	10,57	4,81	10	18,87	3,70	4	7,69	1,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não declarado	11	8,94	4,07	5	9,43	1,85	3	5,77	1,11	4	15,38	1,48	-	-	-	3	27,27	1,11
Subtotal	123	100	45,56	53	100	19,63	52	100	19,26	26	100	5	100	1,85	11	100	4,07	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Finalmente, a partir dos dados aqui demonstrados, observa-se que há uma diminuição da participação dos usuários neste elemento da gestão e uma distribuição maior entre os “analisadores” dos projetos solicitantes de recursos enviados aos FRS. À medida que as entidades se tornam mais amplas em tamanho e/ou de abrangência geográfica, a atuação dos participantes dos Fundos nas análises reduz. Os FRS comunitários (de base) são os que demonstraram ter mais condições de proporcionar uma participação direta, podendo diminuir a distância entre usuários (beneficiários) e gestor dos FRS. Em outras palavras, os gestores e beneficiários fundem-se nos mesmos sujeitos, caracterizando a autogestão um viés para a emancipação ou “soberania financeira” (Cf. ARRUDA, 2009 e item 3.8), o que evidentemente não é algo simples, pois implica processos políticos e educativos, que apontam para algo *sui generis* nesta forma de Finanças.

6.4.3 O acompanhamento dos projetos aprovados

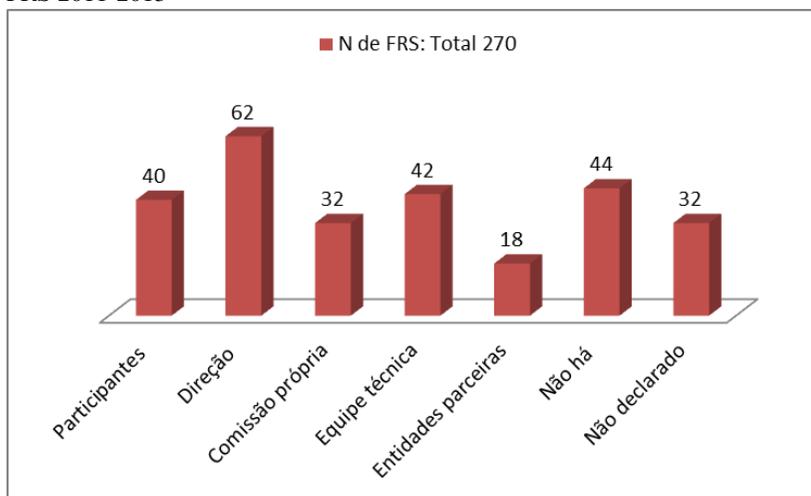
Como terceiro aspecto concernente à gestão está o “acompanhamento”, que diz respeito, por exemplo, às visitas aos projetos depois de aprovados, às cobranças de pagamentos em atraso, às renegociações e, principalmente, ao controle ou monitoramento dos recursos, observando-se a sua correta aplicação, conforme o projeto aprovado. O acompanhamento exerce um papel importante no aumento da confiança entre gestores e participantes: “em geral, são acompanhadas por atividades complementares de formação, capacitação e sensibilização, fundamentadas em relações de confiança e com foco na valorização do ser humano” (FREIRE, 2013, p.45).

Os processos de “acompanhamento” (*Ex-post*) têm interface com a discussão sobre técnicas financeiras para reduzir risco moral e seleção adversas nos mercados financeiros (cf. item 3.5). Nos FRS, os desafios do acompanhamento não se relacionam tanto com problemas de “risco moral” ou a “seleção adversa” como o apontado pelas teorias microfinanceiras, dado que os objetivos e princípios distanciam-se da obtenção de “garantias” convencionais e tradicionais do crédito, pois baseiam-se nas relações de confiança e solidariedade. Entretanto, o que se denomina de acompanhamento não deixa de exercer esse papel, mesmo que indireto ou disfarçado, de garantir a devolução para viabilizar a autossustentação do FRS, além de incentivar o uso correto dos recursos “de todos” para viabilizar a atividade produtiva conforme aprovada.

Em relação ao acompanhamento, como etapa posterior à liberação dos recursos, observa-se que os participantes tendem diminuir a influência

para 14,81% dos FRS (Cf. Tabela 21). Em contrapartida é a própria direção da entidade que mais realiza esta tarefa (em 22,96%), a comissão técnica (em 15,55%) e comissão própria (em 11,85%). Nos Fundos de abrangência comunitária, os participantes das entidades gestoras são os que acompanham em 22,54% dos casos, porém a direção da entidade é que têm assumido a “tarefa” em 28,17% e em 17% é referido que “não há acompanhamento”. Nos Fundos de abrangência territorial, as equipes técnicas são a instância que mais realizou o trabalho de acompanhamento e os participantes o fizeram em apenas um FRS. Conforme aumenta a abrangência, parece ser necessário contar com ajuda de entidades parceiras, principalmente nos níveis territorial e municipal.

Gráfico 10 - Sujeitos atuantes no acompanhamento dos projetos aprovados pelos FRS 2011-2013



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Tabela 21 - Sujeitos atuantes no acompanhamento dos projetos aprovados nos FRS por abrangência (2011-2013)

	Comunitária			Municipal			Territorial			Estadual			Total	%
	Nº	%	%/Total	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T		
Participantes da entidade	32	22,54	11,85	7	11,86	2,59	1	1,75	0,37	-	-	-	40	14,81
Direção da entidade	40	28,17	14,81	14	23,73	5,19	6	10,53	2,22	2	20,00	0,74	62	22,96
Comissão própria	13	9,15	4,81	7	11,86	2,59	9	15,79	3,33	1	10,00	0,37	32	11,85
Equipe técnica	10	7,04	3,70	8	13,55	2,96	22	38,59	8,14	2	20,00	0,74	42	15,55
Ajuda de entidades parceiras	3	2,11	1,11	6	10,17	2,22	6	10,53	2,22	3	30,00	1,11	18	6,66
Não ocorreu	24	16,90	8,89	12	20,34	4,44	8	14,04	2,96	-	-	-	44	16,30
Não declarado	20	14,08	7,41	5	8,47	1,85	5	8,77	1,85	2	20,00	0,74	32	11,85
Subtotal	142	100,00	52,59	59	86,44	21,85	57	61,40	21,11	10	80,00	3,70	270	100

OBS.: 01 FRS Regional e FRS nacional: comissão própria.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Tabela 22 - Sujeitos atuantes no acompanhamento dos projetos aprovados nos FRS por tipo de entidade gestora (2011-2013)

	Associação Comunit.			Grupo Informal			Outra Associação			Pastoral/ Ent. Rel.			Sindicato			Cooperativa		
	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T
Participantes da entidade	22	17,89	8,15	15	28,30	5,56	-	-	-	3	11,54	1,11	-	-	-	-	-	-
Comissão própria	11	8,94	4,07	8	15,09	2,96	5	9,62	1,85	6	23,08	2,22	-	-	-	2	18,18	0,74
Equipe Técnica	8	6,50	2,96	1	1,89	0,37	16	30,77	5,93	9	34,62	3,33	2	40,00	0,74	2	18,18	0,74
Entidades parceiras	4	3,25	1,48	5	9,43	1,85	6	11,54	2,22	4	15,38	1,48	2	40,00	0,74	1	9,09	0,37
Direção da entidade	39	31,71	14,44	12	22,64	4,44	10	19,23	3,70	-	-	-	1	20,00	0,37	-	-	-
Não ocorreu	25	20,33	9,26	8	15,09	2,96	6	11,54	2,22	-	-	-	-	-	-	4	36,36	1,48
Não declarado	14	11,38	5,19	4	7,55	1,48	9	17,31	3,33	4	15,38	1,48	-	-	-	2	18,18	0,74
Total	123	100	45,56	53	100	19,63	52	100	19,26	26	100	-	5	100	1,85	11	100	4,07

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Nas Associações comunitárias, o acompanhamento é feito pelos próprios participantes em 17,89%, nos grupos informais em 28,30% e nas demais entidades é quase nulo o envolvimento dos participantes no acompanhamento dos projetos aprovados. Assim, percebe-se que a direção da entidade é a instância que mais tem realizado a tarefa de “acompanhar”: representa 31,7% nas Associações comunitárias; 22,64% nos grupos informais e pouco nos FRS de sindicatos, de entidades religiosas ou cooperativas. Atribuir o acompanhamento a entidades parceiras é mais típico nas “associações” e nas entidades religiosas com nível territorial mais abrangente. Por fim, a etapa do acompanhamento apresentou-se como um grande desafio, ainda mais se considerado que 10% dos FRS não o realizam e, em média, outros 10% nada declararam (Cf. Tabela 21 e Tabela 22).

Como síntese geral, concorda-se que a gestão dos recursos públicos pode ser parte de um processo mais amplo, pois,

as comunidades, ao gerenciarem os recursos dos fundos, adquirem consciência de sua origem governamental e, portanto, pública. Ao optarem por geri-los, elas constroem uma nova percepção do bem público. Contribuem assim, para desconstruir a visão disseminada em nossa sociedade de que os recursos públicos, exatamente por serem públicos, podem ser gastos sem compromisso com a responsabilidade de seu uso ou com a qualidade que resulta de sua aplicação (OLIVEIRA, 2010, p.143)

Acima foram abordados e sintetizados diversos aspectos para entender o funcionamento dos FRS. Em síntese, podemos dizer que nos quatro aspectos, os grupos e gestores dos FRS enfrentam muitos desafios e dificuldades a serem superados no exercício dessa prática alternativa relacionada às finanças e a própria organização social. Para as entidades gestoras, não se torna tarefa fácil, visto que não basta apenas acessar (captar) os recursos, mas são demandados também por conhecimentos técnicos e articulações políticas de forma a garantir a devolução e a correta aplicação dos recursos. No próximo capítulo apresenta-se as principais dificuldades e as conquistas relatadas pelos gestores dos Fundos no Brasil, complementando o que foi abordado nos dois últimos capítulos.

7. AVANÇOS E LIMITES DOS FRS PARA O FORTALECIMENTO DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Este capítulo apresenta uma sistematização das conquistas e dificuldades dos FRS, de acordo com a avaliação dos seus gestores, com o objetivo de discutir os alcances dessa iniciativa financeira para a emancipação social e política. As fontes principais deste são os dados compilados no Mapeamento, principalmente, as respostas oferecidas às seguintes questões: “quais os principais resultados do trabalho com o fundo solidário?” e “quais as principais dificuldades enfrentadas pelo FRS?”. As respostas foram sistematizadas e divididas nos quatro aspectos do funcionamento dos FRS: as fontes de recursos; o fomento de atividades econômicas; as devoluções e a gestão, complementados com outros pontos.

7.1 AS PRINCIPAIS CONQUISTAS PARA OS ENVOLVIDOS

O objetivo desta seção consiste em apresentar uma breve síntese de algumas contribuições apresentadas no mapeamento. O mais importante é o que é aqui aventado está baseado nos aportes dos próprios “atores”, envolvidos tanto na gestão quanto na construção social dos FRS. Os dados foram sistematizados pelo autor partindo do critério do número de incidências ou citações nas respostas e, de maneira sintética, foram elaborados em tabelas para, na sequência, serem apresentadas algumas “falas” para ilustrar melhor o que significam os pontos destacados.

7.1.1 A contribuição dos FRS para a emancipação de grupos sociais rurais

As maiores conquistas apontadas pelos FRS rurais, de abrangência comunitária, dizem respeito à “melhoria na qualidade de vida” dos participantes, principalmente referindo-se à ampliação da segurança alimentar e nutricional (15,67% das citações), seguida do fortalecimento “do coletivo” e dos “laços do grupo ou da organização” (15,27%) e do fortalecimento do movimento social e da comunidade (11,11%). A melhoria na produção coloca-se como o maior destaque do que a comercialização (10,12% contra 1,38%). O aumento na renda e a “inclusão social ou autoestima” também são resultados relevantes (9,92% e 6,75% respectivamente). Em grau intermediário estão as contribuições para o desenvolvimento local, as ações ecológicas ou de incentivo à agroecologia, o acesso à água (6,15%) e às políticas públicas (4,36%). Em

relação às fontes de recursos e às devoluções são poucos os resultados positivos citados, apenas 0,22% e 2,18%, ao contrário das dificuldades nesses âmbitos, que foram mais relatadas (Cf. Tabela 23).

<i>Acesso a políticas públicas</i>	22	4,36	20	10,05	16	8,04	58	6,43
<i>Subtotal</i>	22	4,36	20	10,05	16	8,04	58	6,43
Contexto externo								
<i>Movimento social/comunidade</i>	56	11,11	19	9,55	10	5,03	85	9,42
<i>Desenvolvimento local/Ecologia</i>	32	6,35	10	5,02	20	10,05	62	6,87
<i>Subtotal</i>	88	17,46	29	14,57	30	15,08	147	16,30
<i>TOTAL</i>	504	100	199	100	199	100	902	100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Como visto, as maiores conquistas dos FRS rurais de abrangência municipal correspondem a avanços na qualidade de vida dos participantes, principalmente em termos de condições de segurança alimentar e nutricional; e melhoria na produção (14,57% cada), seguindo a mesma tendência dos FRS comunitários. Porém, ocorrem mais menções ao fortalecimento do coletivo e dos laços do grupo ou da organização (18,09% das citações). Aparecem também referências à contribuição no acesso a políticas públicas (10,05%) e o fortalecimento do movimento social e da comunidade (9,55%). A melhoria na produção é mais destacada que a comercialização (14,57% contra 5,02%), indicando que os FRS apoiaram mais as atividades produtivas. Por outro lado, o quesito “inclusão social/autoestima” aparece muito pouco, tendo apenas uma citação. Em grau intermediário de recorrência estão as menções às contribuições para o desenvolvimento local ou ações ecológicas ou incentivo à agroecologia (10 citações ou 5,02%) (Tabela 23).

A partir das respostas, percebe-se que as maiores conquistas dos FRS rurais de abrangência Territorial apresentam-se nos avanços no fortalecimento do coletivo e na união do próprio grupo (15,08%) e nas melhorias na produção (14,57%). Em terceiro e quarto lugar foram referenciados o aumento da renda (11,56%) e a melhoria na qualidade de vida (10,55%). Poucos apontam as Finanças Solidárias ou fortalecimento da Economia Solidária, sugerindo um debate ou tema pouco conhecido ou incipiente entre os envolvidos em FRS.

A seguir são topicalizados alguns relatos diretos dos gestores de FRS que explicam melhor os significados dos avanços.

Em relação às atividades econômicas dos protagonistas

Destaca-se que através do Fundo foi facilitado o acesso ao crédito: “Agricultores mais esclarecidos sobre acesso a crédito” (PE008). Os FRS apresentam-se como alternativas para financiar atividades que talvez os Bancos não tenham interesse: “avanços para ajuda em emergências/contas em atraso e/ou alternativa de crédito”.

Ajuda para emergências ou pagamento de contas em atraso

Um resultado positivo pontuado pelos FRS comunitários é a possibilidade de “suprir as necessidades emergenciais de acesso ao crédito das famílias (remédios, exames; atividades produtivas familiares)”. Acrescenta-se que “com acesso a recursos financeiros serviu para suprir necessidades emergenciais de saúde” (AL007). “O objetivo principal dos recursos é a construção das cisternas, mas também serve para compra de

remédios, pagar um carro para levar uma pessoa doente para o hospital, etc.” (CE016).

Qualidade de vida e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Os resultados obtidos foram concernentes à melhoria das condições de vida das famílias como está expresso em: “a estruturação da Casa de Farinha e não necessitam mais arrendar nem deslocar para sítios circunvizinhos para realizar o beneficiamento da mandioca.” (PE021). Ademais a iniciativa é relatada como destaque inclusive para a “segurança alimentar das crianças com o projeto de repasse de cabras leiteiras” (PE017). E como é explicitado por uma presidente de associação, uma das maiores conquistas refere-se à possibilidade de obter “leite de cabra para as crianças: ‘antes na comunidade não havia leite de tipo nenhum’” (PB028).

Nesse ponto reside um aspecto positivo importante na resolução de problemas específicos: “aumentou a segurança das crianças, pois a comunidade situa-se à beira da pista [*rodovia*] e as crianças não têm como sair que agora cercadas pelas telas ficam mais seguras contra acidentes de trânsito”. (PB032). Menciona-se também que os jovens começaram a participar na criação de animais e participam na comissão de jovens (da zona rural) do município. Alguns deles fazem parte do Fundo Rotativo Solidário de Jovens. (PB021)

Acesso à água

É um dos resultados que convém destacar nesses tipos de FRS (6,15%) considerando a sua importância para o semiárido nordestino. “A organização das famílias favoreceu a conquista de eletrificação rural para comunidade que possibilitou implantação de **sistema de irrigação para produção agrícola** na entressafra.” (MA028, grifos nossos)

Cabe mencionar aqui que também houve investimentos na construção da barragem comunitária com recursos do fundo solidário. “Acesso à água potável com a construção de cisternas familiares; reduzindo incidências de doenças relacionadas ao consumo de água não potável. Melhoria da qualidade de vida das famílias com a construção dos banheiros secos”¹⁷⁸ (PE011).

¹⁷⁸ Uma tecnologia mais ecológica que o modo atualmente usado pois não necessita de água.

Em relação à devolução

As condições da devolução são apresentadas como mais favoráveis ao sistema convencional “onde a família ‘paga somente o que pegou’, sem juros e sem correção.” (PB067) Também é relatada como positiva a possibilidade de “ter acesso aos recursos financeiros sem ter que passar pela burocracia do banco, não ter que pagar juros. Ter a autonomia sobre o que vai ser feito com o dinheiro” (CE016). E a “Facilidade na contribuição porque é de forma parcelada a contribuição” (PB023).

São destaques também aspectos como “autonomia e liberdade das famílias em relação aos bancos convencionais” (CE038) e “Acesso ao crédito sem burocracia com regras mais flexíveis, construídas pelo o grupo. Aumento o exercício da confiança mútua. Compromisso com a devolução para manutenção do fundo” (MG004). Importa também o salientado em: “as regras do fundo foram construídas com a participação de todos, essa sem dúvida foi a maior conquista. Facilidade no fornecimento de crédito sem burocracia (sem avalista) e sem outras garantias bancárias.” (MG018)

Em relação ao acesso a políticas públicas

Foram apresentadas conquistas inclusive em relação ao acesso a políticas públicas ou programas de governo nas áreas de interesse dos Fundos e suas organizações, no que se refere às políticas sociais, agrícolas e rurais¹⁷⁹. A emancipação política é uma conquista mesmo no Estado burguês e, nesse aspecto, o “pequeno crédito” dos FRS ajuda a conquistar direitos e políticas públicas. Há muitos relatos sobre tais conquistas e aqui se elenca algumas mais recorrentes e julgadas mais importantes, como maior conhecimento das famílias para reivindicar Políticas Públicas: “despertou a formação política das pessoas.” (PB012) “O acesso às políticas públicas faz com que a comunidade não dependa mais de políticos, como prefeitos e vereadores” (PB020). E “transporte escolar, eletrificação rural e recuperação de estradas de acesso à comunidade” (MA028).

E o acesso à água, já aqui mencionado, entendeu-se que deveria ser uma política pública: “as famílias não tinham acesso à água potável, e dependiam da distribuição no ‘sistema’ de carros pipas disponibilizados

¹⁷⁹ Há uma distinção entre Política agrícolas, que se referem mais às atividades econômicas, e políticas rurais, que abrangem aspectos mais amplos como educação, habitação, saúde etc. cf. Plano Nacional de Desenvolvimento Rural.

pelo governo municipal e/ou utilizavam águas de barreiros e cacimbas” (PE023). Ou ainda,

como afirma a presidente da associação que o processo de formação política vivenciado pela comunidade a partir da participação de eventos de intercâmbios; formação política com ênfase em políticas públicas para mulheres contribuiu significativamente para mudança comportamental quanto a necessidade de reivindicação por acesso a políticas públicas setoriais (saúde, educação, acesso à água). (PE010)

Em relação ao acesso aos programas de compras públicas da agricultura familiar (PAA e PNAE) foi destacado que são uma forma de contribuir para a comercialização dos produtos:

Jovens inseridos/as no Fundo Solidário com renda devido à comercialização dos produtos para o PNAE. Maior interesse e motivação nos jovens em participar das reuniões comunitárias - interesse em discutir questões relativas ao desenvolvimento comunitário; motivação das famílias/ comunidades em desenvolver atividades produtivas familiares (criação de galinhas) na perspectiva de comercializar para o PNAE. (AL003)

É relatada ainda “a comercialização, num espaço onde os agricultores podem vender seus produtos, como PNAE e o PAA, alguns agricultores acessam o PAA, nesse ano de 2012. Recentemente, as famílias estão mais conscientes e usam os defensivos naturais”. (PB085)

Em um contexto geral, observa-se que um dos destaques positivos mencionados sobre a contribuição dos FRS rurais consiste na contribuição para reduzir o êxodo rural:

anteriormente as famílias se deslocavam cinco quilômetros de distância da comunidade para ter acesso a água potável. Segurança alimentar e nutricional: com repasse de cabras leiteiras as crianças ter acesso a leite, reduzindo índices de desnutrição infantil. Com a implantação do fundo solidário, constata-se melhoria de infraestrutura das famílias, geração de renda e segurança alimentar, reduzindo o êxodo rural. (PE016)

Outro ponto, de âmbito geral, é que o fundo solidário promove o **desenvolvimento territorial** a partir da comunidade¹⁸⁰. Nesse aspecto os resultados são lembrados pelos entrevistados do Mapeamento, havendo 32 indicações, ou seja, 6,35%, explicados da seguinte maneira:

O fundo após ser descentralizado passou a ser gerido pelo próprio grupo comunitário seus recursos fazendo assim o sistema rotativo girando dentro da própria comunidade. Com os recursos girando na própria comunidade o fundo proporcionou ações a outras famílias beneficiando-as. Grande parte dos participantes do fundo solidário são pessoas com idade entre 20 e 60 anos. Com os recursos do FRS beneficiando famílias na comunidade aumenta a capacidade do município em se desenvolver (PB018).

O terceiro ponto relaciona-se ao meio ambiente ou às práticas que visam à sustentabilidade, por exemplo, para “recuperação da mata ciliar” em oito nascentes de rios. “As árvores frutíferas plantadas pelo grupo alimentam pessoas e aves locais, e [*geram*] sombreamento rente as casas, melhorando a qualidade de vida” (GO021). E a “introdução ao trabalho na linha da agroecologia, com a diversificação das culturas e o [*abandono*] do uso de agrotóxicos” (PB002).

7.1.2 Os FRS urbanos e sua contribuição para os grupos sociais urbanos

As conquistas dos FRS urbanos residem na sua contribuição para práticas coletivas ou fortalecimento dos laços do grupo ou associação (13,33% das citações). A “inclusão social” e “elevação da autoestima” estão em segundo lugar (11,11%) (Cf. Tabela 24). A melhoria na comercialização e o aumento na renda também são resultados relevantes (9,44% e 8,88% respectivamente). Em menos recorrências nos relatos, podemos considerar o fortalecimento do movimento social; e da comunidade e a melhoria na atividade produtiva (7,22% cada). Seguidos do acesso às políticas públicas (6,66%); da melhoria na qualidade de vida (5,55%) e do acesso a crédito (4,44%). Em relação às devoluções e às

¹⁸⁰ Uma observação em relação aos FRS de abrangência territorial mais ampla é que atingem públicos diversificados, pois os proponentes acessam os recursos através de editais, sendo as conquistas são pouco avaliadas.

fontes são poucos os resultados citados, apenas 0,55% e 1,66%, aspectos que, em contrapartida, são mais citados nas dificuldades encontradas.

A concentração maior de avanços relatados relaciona-se com os destinatários dos FRS urbanos (55,55%), reforçando o papel pedagógico como iniciativas microfinanceiras para viabilizar atividades econômicas de excluídos socialmente. A importância não reside tanto no volume de recursos que circulam, mas, sim, no exercício financeiro.

Tabela 24 - Principais resultados dos FRS que atuam na área urbana (2011-2013)

	Com.	Mun.	Ter.	Urbano. Est.	Reg.	Total	%
a) Fontes							
<i>Ampliação dos recursos</i>	1			1		2	1,11
<i>Diversificação das fontes</i>	1					1	0,55
Subtotal	2			1		3	1,66
b) Destino/prestatários							
<i>Melhoria na produção</i>	6	5	2			13	7,22
<i>Ajuda para emergências</i>	1	3				4	2,22
<i>Alternativa de crédito</i>	2	3	3			8	4,44
<i>Melhoria na comercialização</i>	7	7	2	1		17	9,44
<i>Aumento da renda</i>	6	5	3	1	1	16	8,88
<i>Qualidade de vida/SAN</i>	7	2			1	10	5,55
<i>Inclusão social/Autoestima</i>	8	6	5		1	20	11,11
<i>Fortalecimento da ES</i>	6	1	3	2		12	6,66
Subtotal	43	32	18	4	3	100	55,55
c) Devolução							
<i>Não tem atraso/</i>	1					1	0,55
<i>Compromisso/entendimento</i>							
Subtotal	1					1	0,55
d) Gestão							
<i>Fortaleceu o coletivo/ a união grupal</i>	8	10	5		1	24	13,33
<i>Educação e autonomia financeira</i>	5	1	2	1		9	5,00
<i>Divulgação/visibilidade</i>	1	6				7	3,88
Subtotal	14	17	7	1	1	40	22,22
e) Políticas públicas							
<i>Fortalecimento das Fin. Solidarias</i>	3			1		4	2,22
<i>Acesso a políticas publicas</i>	4	3	4		1	12	6,66

Subtotal	7	3	4	1	1	16	8,88
f) Contexto externo							
<i>Fortalecimento social/comunidade</i>	5	5	2		1	13	7,22
<i>Desenvolvimento local/sustentáveis</i>	3	3		1		7	3,88
Subtotal	8	8	2	1	1	20	11,11
TOTAL de Citações*	74	60	31	8	6	179	100%

* As principais conquistas dos FRS foram sistematizadas pelo autor seguindo o critério de número de incidências (citações) presentes nas tabelas seguintes, por isto, superam o número de 270.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Comparando os FRS de abrangência comunitária, urbanos e rurais, há mais resultados explicitados que concernem aos prestatários dos Fundos (52,26% dos rurais/municipais; 57,54% rurais/comunitários e 55,55% urbanos), reforçando aqui que um importante papel dos FRS consiste em viabilizar atividades econômicas dos mais excluídos em âmbito comunitário.

Em Relação às atividades econômicas e aos usuários/participantes (55,55% das citações)

Na linha da emancipação social, são apresentados aspectos positivos, como **inclusão social**, pela “conscientização sobre os **seus direitos por** que antes e depois de serem beneficiadas as pessoas passam por formações sobre os direitos sociais” (CE025, grifos nossos) e a “tomada de consciência das pessoas em relação à realidade do mundo atual. Maior inserção da mulher através de recursos e outras ações” (MG008, grifos nossos)

Também é referido o “**acesso aos direitos** como aposentadoria e atendimentos pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Envolvimento das mulheres no trabalho da horta, pois antes trabalhavam em casa de famílias” (PI010, grifos nossos).

No início deste tipo de trabalho em 2003 com pessoas de população de rua e catadores de material reciclável e a ajuda era para as necessidades básicas. Este apoio emergencial (alimentação; medicamentos; recuperação ou emissão de documentos; passagens; material escolar para as crianças) abriu caminho para a organização de uma cooperativa de catadores (DF004)

Importa destacar também a “conquista da cidadania, da casa própria; acesso às políticas públicas; encaminhamento para escola e contraturno escolar” (PR004).

Em relação à devolução

Apesar de poucas citações sobre este aspecto, questões concernentes à devolução aparecem como pontos positivos de moradores urbanos:

os membros e simpatizantes depositam não somente dinheiro, mas principalmente a confiança, não se consideram um banco, nem agiotas, os juros são retornáveis para todos. Foi com essa cooperação, essa "poupança comunitária" que

conseguiram fazer a canalização de água e pavimentar a rua do bairro, hoje se encontram ameaçados de despejo por conta das obras do PAC.¹⁸¹(MA017, grifo nosso)

Do ponto de vista emancipatório trata-se de uma conquista a ser destacada, vista que estão aí imbricadas, através dos FRS, as relações de confiança e a emancipação com conquista de direitos.

Em relação à conquista de Políticas públicas

São apresentados avanços como: articulação das entidades no estado de Pernambuco para reivindicação de políticas públicas para Finanças Solidárias. Menciona-se também o resultado macro obtido quanto ao “trabalho com Fundos Solidários, pela legalização de políticas públicas de Finanças Solidárias” (PE003) e “a difusão das Finanças Solidárias como estratégia possível para o meio urbano e inclusive de educação financeira” (BA038a).

Em síntese, os avanços apontados estão situados em aspectos “externos”, ou seja, na conquistas econômicas e políticas dos envolvidos e na melhoria de qualidade de vida de modo geral. Porém pouco avanços são explícitos na construção de políticas de Finanças Solidárias, tema ainda desconhecido nesse contexto, diferentemente das políticas direcionadas a agricultura familiar.

7.2 DESAFIOS PARA A PRÁTICA DE FRS

O objetivo desta seção é apresentar uma breve síntese das principais dificuldades apontadas no Mapeamento pois, nem tudo são “flores” no processo social de construção dos FRS. Tal como na seção anterior, as respostas dadas no Mapeamento são sistematizadas pelo número de incidências ou citações (inseridas em Tabelas) e após, são reproduzidas algumas “falas” dos gestores no sentido de explicitar melhor as dificuldades encontradas no Mapeamento.

¹⁸¹ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciou em 2007 pelo Governo Federal e “promoveu a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.” Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

7.2.1 Dificuldades enfrentadas pelos FRS no mundo rural

As maiores dificuldades dos FRS rurais de abrangência comunitária dizem respeito aos “recursos insuficientes” (11,37% das citações); em segundo lugar residem em ampliar o número de sócios/participantes ou incentivar a sua participação (9,65%); e a incompreensão do funcionamento dos Fundos, com 7,24% das respostas. Em menor grau de citações são apontados problemas como de transporte (5,51%) (Cf. Tabela 25).

A maior concentração de dificuldades aponta para aspectos da gestão dos FRS (31,72%) e, depois, para temas relacionados aos proponentes e usuários (22,60%). São indicadas dificuldades em relação à devolução em 14,48%. Salientou-se, inclusive, a falta de política de Finanças Solidárias (4,48%), o “apadrinhamento político” e outras influências negativas (3,10%).

Tabela 25 - Principais dificuldades apontadas pelos FRS Rural (2011-2013)

	Com.	%	Mun.	%	Ter.	%	Total	%
Fontes								
<i>Recursos insuficientes</i>	33	11,37	15	13,89	21	13,82	69	12,52
<i>Dependência de fontes externas</i>	1	0,34					1	0,18
<i>Baixa renda dos membros</i>	8	2,75					8	1,45
Subtotal	42	14,48	15	13,89	21	13,82	78	14,15
Destino/prestatários								
<i>Relativo à produção</i>	6	2,06	5	4,63	2	1,32	13	2,36
<i>Formação</i>	4	1,37					4	0,72
<i>Assistência/assessoria técnica</i>	10	3,44	4	3,70	4	2,63	18	3,26
<i>Transporte</i>	16	5,51	4	3,70	1	0,66	21	3,81
<i>Armazenamento</i>	4	1,37	3	2,78	3	1,97	10	1,81
<i>Dificuldades de comercialização</i>	6	2,06	4	3,70	9	5,92	19	3,45
<i>Falta de compreensão/compromisso</i>	18	6,20	5	4,63	11	7,24	34	6,17
Subtotal	64	22,60	25	24,03	30	19,74	119	21,60
Devolução								
<i>Inadimplência</i>	15	5,17	4	3,70	5	3,29	24	4,35
<i>Não devolução</i>	19	6,55	8	7,40	3	1,97	30	5,44
<i>Atrasos</i>	8	2,75	3	2,78	16	10,53	27	4,90
Subtotal	42	14,48	15	14,42	24	15,79	81	14,69
Gestão								
<i>Formação da diretoria/gestores</i>	5	1,72	6	5,55	2	1,32	13	2,35
<i>Ampliar os sócios/ incentivar a participação</i>	28	9,65	12	11,11	2	1,32	42	7,62
<i>Falta de agentes</i>	4	1,37	3	2,78	10	6,58	17	3,08
<i>Incompreensão do funcionamento</i>	21	7,24	15	13,88	8	5,26	44	7,98
<i>Acompanhamento/ visitas</i>	7	2,41	2	1,86	17	11,18	26	4,71
<i>Planejamento</i>	4	1,37	2	1,86	2	1,32	8	1,45

<i>Gestão</i>	11	3,79			14	9,21	25	4,53
<i>Comunicação</i>	5	1,72	1	0,92	2	1,32	8	1,45
<i>Prestação de contas</i>	7	2,41					7	1,27
Subtotal	92	31,72	41	39,42	57	37,50	190	34,48
Políticas públicas								
<i>Falta de apoio político de Finanças Solidarias/</i>	13	4,48	3	2,78	8	5,26	24	4,35
<i>Com as políticas já existentes</i>	9	3,10	1	0,92			10	1,81
<i>Apadrinhamento político/influência</i>	9	3,10	1	0,92	5	3,29	15	2,72
Subtotal	31	10,68	5	4,80	13	8,55	49	8,89
Contexto externo								
<i>Interferências climáticas</i>	6	2,06	2	1,86	6	3,95	14	2,54
<i>Individualismo</i>	12		3	2,78	2	1,32	17	3,08
<i>Pressão de fazendeiros</i>	1	0,34	2	1,86			3	0,54
Subtotal	19	6,55	7	6,73	8	5,26	34	6,17
Total	290	100	108	100	153	100	551	100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

As dificuldades mais percebidas nos FRS rurais de abrangência municipal são os recursos insuficientes (13,89%) e a incompreensão acerca do funcionamento (13,88%), seguida da capacidade de ampliar o número de sócios/participantes ou incentivar sua participação (11,11%) e a não devolução (7,40%). Com menor grau de recorrência são apontadas a falta de formação da diretoria /agentes (5,51%) e na produção (4,63%) e na comercialização, assessoria técnica, transporte e inadimplência, com quatro citações cada (3,70%) (Cf. Tabela 25).

Como nos anteriores, as dificuldades situam-se no âmbito da gestão dos Fundos em 39,42% das indicações e no âmbito dos destinatários em 24,03% delas, enquanto na devolução a porcentagem é de 14,42%. Há que se considerar a menção à ausência de política pública de Finanças Solidárias (em 2,78%)

Nos FRS de abrangência geográfica municipal, as principais dificuldades situam-se em três pontos básicos: os recursos insuficientes (15); a incompreensão dos participantes quanto ao funcionamento (15); e a necessidade de ampliar os sócios/participação (12). Segue-se a ausência de formação aos gestores e as dificuldades na devolução, em menor porcentagem.

As maiores dificuldades dos Fundos rurais de abrangência territorial (vários municípios) encontram-se sintetizadas na Tabela 25, sendo que, nesse caso, diferentemente dos anteriores, aparece o problema do acompanhamento e das visitas aos empreendimentos apoiados (11,18%) e a falta de compromisso que implica em atrasos na devolução (10,53%); a gestão (7,89%) e a falta de agentes (6,58%). Também são apontadas dificuldades maiores em relação à gestão dos FRS (37,50%) e quanto aos destinatários representa 19,74%. São também apontadas dificuldades na devolução, com 15,79%.

Os FRS que atuam nessa escala apresentaram como maiores dificuldades “recursos insuficientes”. A dificuldade que não apareceu nos anteriores é o acompanhamento e/ou visitas aos empreendimentos acompanhados (em 17 citações). Há também um alto índice de citações que mencionam problemas com a gestão e inadimplência.

A seguir destaca-se alguns relatos mais significativos do que significam tais dificuldades:

Em relação às fontes

Uma das maiores dificuldades dos FRS comunitários rurais são os recursos insuficientes (são 33 citações, ou seja, 11,37%) e a “baixa renda dos membros”. Apenas uma resposta aponta como problema a dependência de fontes externas, diferentemente dos FRS que têm

abrangência maior. A segunda dificuldade apontada foi a incompreensão da metodologia ou da dinâmica de funcionamento dos Fundos por parte de seus usuários, que aparece em maior número nas Associações Comunitárias (14 indicações em 21, isto é, 60%) (Cf. Tabela 25). Uma grande dificuldade (13,82%) é a insuficiência dos recursos financeiros “diante das demandas apresentadas pelas famílias. Ainda são poucos recursos para atender a todas” (PB048)

Em relação às atividades (destino) e prestamistas

A dificuldade mais citada refere-se ao transporte dificultando o escoamento da produção rural (16 citações); depois, as de comercialização (10) e assessoria/ assistência técnica (10) (Cf. a Tabela 25)

Incompreensão/descompromisso

Aqui os relatos das entrevistas corroboram com o que indica a pesquisa de Oliveira (2010) sobre as dificuldades iniciais de compreensão.

O receio de não corresponderem às exigências do sistema de FRS se alastrou pela Comunidade e tomou conta dos camponeses de Mandacaru. Por um lado, eles temiam que aquelas inovações não funcionassem bem, e assim perderiam o investimento financeiro e social; por outro lado, o temor maior era o de não cumprirem com o pagamento em dinheiro das parcelas, prejudicando o funcionamento do Fundo. Portanto, eles acreditavam que seria mais oneroso participar dos grupos de fundos, do que desfrutar dos benefícios das inovações tecnológicas. É como se naquele momento, a lógica individual dos camponeses não entrasse em consonância com a lógica de ação coletiva afirmada através dos FRS (OLIVEIRA, 2010, p.173)

Em relação à devolução

Salienta-se que uma das dificuldades mais relatadas é a “não devolução” (16); a inadimplência (14); e os atrasos (8) constituindo 13% do total das dificuldades. Segundo os entrevistados: “A postura de alguns sócios que apesar das reuniões sistemáticas ainda resistem para realizar a devolução voluntária, o que acarretando a desmotivação de alguns sócios em participar do fundo solidário” (PE017).

Problemas apontados como inadimplência ocupam o segundo lugar nas citações de Associações Comunitárias. Como relatado na entrevista: “alguns sócios não entendem o que um Fundo Rotativo Solidário é um

recurso da sociedade civil, não entendem que estão num processo de liberdade e acabam alienando outras pessoas que estão engajadas e entendem sobre fundos” (PB021).

A prestação de contas também foi indicada: “os associados relataram dificuldades no momento da prestação de contas, recolhimento de notas fiscais, enfim controlar administrativa e financeiramente o fundo” (BA018). Outro ponto referenciado foi: “a taxa de juros, considerada para a época muito alta (porém não puderam precisar o valor), houve também desvalorização da moeda, o que prejudicou sensivelmente os beneficiários, que não conseguiram renda para honrar as devoluções” (MA009).

Em relação à gestão

Percebe-se a partir das respostas que o desafio maior é o de ampliar os números de sócios e incentivar a participação deles nas reuniões/assembleias (28 citações, isto é, 9,65%). Além de outras dificuldades mais citadas, estão: a incompreensão do funcionamento dos FRS (21); as dificuldades de gestão (11); e a prestação de contas (7). Aspectos da gestão dos FRS Rurais no Nordeste no exercício do poder na associação e na comunidade são melhor entendidos pela explicação de Oliveira (2010):

mesmo com todas as transformações ocorridas, há em Mandacaru, a persistência da figura do líder. É como se naquela Comunidade as coisas só pudessem funcionar se houvesse um indivíduo ou um grupo que exercesse o lugar de mando para que os outros possam segui-lo. O trabalho com o novo grupo de FRS tem obedecido a decisões tomadas em comum. Porém, a figura dos líderes, identificados por todos como os “sabidos” – aqueles que reúnem qualidades especiais – está sempre presente, como se a Comunidade dependesse da opinião deles para tomar as decisões comuns. (OLIVEIRA, 2010, p.186)

Outro relato apresenta problemas referente à participação nas reuniões: “As dificuldades também se referem à falta de formação quanto ao gerenciamento dos recursos por parte das diretorias (aplicabilidade dos recursos financeiros do FRS e planejamento), em seu relato ele demonstrou preocupação no equilíbrio das despesas do FRS” (PE046).

Em relação às políticas públicas

As queixas situam-se em torno da ausência de políticas de Finanças Solidárias (13 citações) e algumas respostas indicam a falta de linhas de crédito específicas (3 citações).

As práticas antigas da ação do Estado ou de governantes, como influência negativa, são chamadas pelos entrevistados de “ações politiquieras” e “apadrinhamento político” (9 citações). “Caso a **politicagem local** (sic) não interferisse e houvesse recursos suficientes para atendimento das demandas que vão surgindo, a experiência ganhava cada vez mais força” (PB063). São relatados também casos de **apadrinhamento e interferência política**: “as cisternas chegam as comunidades por meio de políticos que vêm desrespeitando todos os processos construídos pelas famílias” (PB100) e “a acomodação faz com que algumas pessoas vão recorrer aos políticos” (PB020). Tal sorte de práticas também é referenciada como um empecilho em: “infelizmente isto ainda tem atrapalhado, pois, não respeitam as práticas comunitárias” (PB012).

Os relatos ainda apontam dificuldades como o “individualismo” (12 citações) e as interferências climáticas imprevistas (6). “Muitas pessoas são imediatistas e procuram participar da experiência com o objetivo de obter resultados a curto prazo” (PB074).

7.2.1 Os desafios enfrentados pelos FRS urbanos

As maiores dificuldades dos Fundos urbanos relatadas reportam a falta de incentivo à comercialização dos produtos dos usuários (12,72% das citações). Em segundo lugar aponta-se “recursos insuficientes” (12,08%), seguido de dificuldades em ampliar o número de sócios/participantes ou incentivar a participação (11,41%) e a falta de apoio à política de Finanças Solidárias (7,38%). Em menor grau de citações são apontadas a falta de assistência técnica (6,04%), as dificuldades na produção e a falta de compreensão do seu funcionamento (5,37%) (Cf. Tabela 26).

Tabela 26 - Principais dificuldades apontadas na atuação Urbana (2011-2013)

	Com. 18	Mun. 14	Territ. 8	Est. 2	Reg 1	Total (43)	% Total
Fontes							
<i>Recursos insuficientes</i>	7	7	2	1	1	18	12,08
Subtotal	7	7	2	1	1	18	12,08
Destino/prestatários							
<i>Relação à produção</i>	5	3				8	5,37
<i>Assistência/assessoria técnica</i>	2	3	2	1	1	9	6,04
<i>Transporte</i>	4	1				5	3,36
<i>Armazenamento</i>	1					1	0,67
<i>Dificuldades de comercialização</i>	13	3	2	1		19	12,75
<i>Incompreensão/descompromisso</i>	3	3	1	1		8	5,37
<i>Não aplicação no projeto</i>							
Subtotal	28	13	5	3	1	50	33,56
Devolução							
<i>Inadimplência</i>	3	1	1			5	3,36
<i>Não devolução</i>							
<i>Falta de compromisso (atrasos)</i>	1		4			5	3,36
Subtotal	4	1	5			10	6,71
Gestão							
<i>Formação da diretoria/gestores</i>	2	4	1			7	4,70
<i>Ampliar os sócios/ a participação</i>	10	4	3			17	11,41
<i>Falta de agentes</i>	1	2	1			4	2,68
<i>Incompreensão do funcionamento</i>	2	8	2		1	13	8,72
<i>Acompanhamento/ visitas</i>	3		1			4	2,68
<i>Planejamento</i>	3				1	4	2,68
<i>Gestão</i>	3	1	2			6	
<i>Comunicação/divulgação</i>	2					2	1,34

<i>Prestação de contas</i>	<i>1</i>				<i>1</i>	<i>0,67</i>
<i>Subtotal</i>	<i>28</i>	<i>19</i>	<i>9</i>	<i>2</i>	<i>58</i>	<i>38,93</i>
Políticas públicas						
<i>Falta de apoio política de Finanças Solidárias</i>	<i>2</i>	<i>8</i>		<i>1</i>	<i>11</i>	<i>7,38</i>
<i>Com as políticas já existentes</i>						
<i>Apadrinhamento /influência/dependência</i>						
<i>Subtotal</i>	<i>2</i>	<i>8</i>		<i>1</i>	<i>11</i>	<i>7,38</i>
Contexto externo						
<i>Interferências climáticas</i>						
<i>Individualismo</i>		<i>1</i>		<i>1</i>	<i>2</i>	<i>1,34</i>
<i>Pressão do poder econômico</i>						
<i>Subtotal</i>		<i>1</i>		<i>1</i>	<i>2</i>	<i>1,34</i>
<i>Total</i>					<i>149</i>	<i>100,00</i>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

A maior recorrência de dificuldades apontadas concentra-se na gestão dos FRS, como a pouca participação, a incompreensão dos participantes ou a falta de formação de seus agentes totalizando, 42,96% das citações nos “urbanos”.

Em relação às fontes de recursos

Em 12,08% das indicações aponta-se que uma das dificuldades principais relaciona-se à falta de recursos. A dificuldade está na quantidade de recursos, considerados insuficientes, e não tanto na capacidade dos FRS de acessar ou dialogar com as entidades financiadoras de recursos.

Atividades econômicas apoiadas e aos prestamistas

As maiores dificuldades situam-se na comercialização (12,75%); na falta de assistência técnica (6,04%); em relação à produção (falta de insumos, equipamentos, capital de giro, etc.) (5,37%); e concernentes à compreensão e ao compromisso (5,37%). A seguir algumas são reproduzidas citações que melhor explicam as **dificuldades de comercialização**: “conseguiram vender uma parcela da produção para o programa Compra Direta¹⁸², mas não conseguiram renovação” (PI010). Para “ter fundos fortes precisa haver uma produção e um consumo dentro de outros princípios e escoar a produção dos empreendimentos” (BA038a).

Quanto às dificuldades na devolução

São dez citações (6,71%) que contemplam dificuldades relacionadas à devolução dos recursos, das quais destaca-se que “os grupos resistem a acessar recursos do Fundo, por receios em assumir empréstimo. Necessidade de formação, principalmente na área da viabilidade econômica”. (RS001)

Em relação à gestão dos FRS

As maiores dificuldades estão situadas em duas questões: por um lado, a falta de ampliação do quadro de sócios, incentivando sua participação (11,41% das dificuldades) e, por outro lado, “o não entendimento da metodologia de FRS” (MA015) ou do seu funcionamento (representando 8,72%).

¹⁸² Programa Compra Direta da Agricultura Familiar, da Secretaria de Desenvolvimento Rural do governo estadual do Piauí e relacionado ao PAA/MDA do Governo Federal.

Referente às políticas públicas e contextos externos

Nas respostas avaliadas há poucos relatos referindo-se à necessidade de políticas de apoio ao FRS e/ou de Finanças Solidárias. Alguns registros apontam para dificuldades como “conseguir ampliar o número de FRS para dar conta da demanda dos empreendimentos locais mais desenvolvidos que demandam mais recursos de Finanças Solidárias no meio urbano” (BA038a). Ou outro que diz que: “não existe uma política de apoio a empreendimentos na região, seria desejável um maior apoio por parte de entidades privadas e governo” (DF007).

Como síntese geral das dificuldades reproduzimos o seguinte excerto:

existe uma inadimplência por parte das pessoas beneficiadas, precisa avançar nas questões metodológicas e levar em conta o comportamento cultural da cidade. Culturalmente ainda existem lideranças que conheceram e vivenciaram o desenvolvimento de alguns trabalhos sociais com conotação voltadas para assistencialismo, paternalismo e o filantrópico, no qual não tinham nenhum estímulo para emancipação. Para desenvolver [...] os FRS, se faz necessário realizar um trabalho que fortaleça valores individuais e coletivos, crenças e solidariedade. (CE025)

A partir desta seção, pode-se inferir que as dificuldades apresentadas vão além de uma pura e simples “falta de recursos” ou da ampliação de *Funding*. São apontados problemas que não concernem a aspectos administrativos, mas à capacidade que os FRS apresentam de fomentar ou resolver econômica e socialmente, como, por exemplo, as questões concernentes ao transporte, à assistência técnica e à viabilização da comercialização, em que pese os desafios relacionados a seu funcionamento, como a falta de compromisso com a devolução. É importante deixar clara a ressalva de que aqui não se pretende atribuir aos FRS a única possibilidade de atender as demandas e necessidades sociais das comunidades, sobretudo em virtude de os montantes de recursos serem baixos e também porque há outros meios para isso e, principalmente, como tarefas próprias que o Estado poderia desenvolver como políticas públicas de desenvolvimento nestes locais.

Nesse sentido, parte significativa de dificuldades situa-se na categoria da “ausência de políticas públicas” nestes territórios longínquos e/ou com os excluídos socialmente. Embora, considera-se que estas

práticas financeiras alternativas não podem depender unicamente desta intervenção ou de aportes de recursos públicos, o que conduziria, aos poucos serem entendidos como “braço” do Estado, cooptado, controlado e tutelado, diminuindo a autonomia, a inovação e o protagonismo destas comunidades e estes grupos sociais.

A partir dos dados estudados sugere-se que a importância dos FRS está mais no fato de consistir em uma “metodologia financeira”, baseada em exercícios de práticas autogestionárias, como planejamento, decisão e acompanhamento (controles) democráticos. Metodologia que pode contribuir para a superação do individualismo, a construção de práticas e relações sociais emancipadoras e novas relações sociais baseadas em valores como confiança, dádiva, reciprocidade e solidariedade, tanto entre os grupos sociais e também com o meio ambiente nos seus territórios.

Embora haja inadimplência na devolução, os resultados positivos apontam que os Fundos apresentam muitos aspectos que podem ser viáveis sob ponto de vista social, econômica e politicamente. Em outras palavras, sua originalidade não depende somente de boas quantidades de recursos financeiros, mas manter seus princípios o de ser uma “metodologia financeira” para a emancipação política e humana de seus protagonistas. Em outras palavras, não cabe somente aos FRS todo o papel de emancipação de uma comunidade ou grupo social, mas, sim, o de exercer esta função “pedagógica” para viabilizar ações estratégicas social, política e economicamente.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões finisdeste trabalho não pretendem ser o ponto de chegada definitivo em que se encerra o debate sobre a temática, mas, contribuir com uma reflexão no sentido de sintetizar pontos considerados importantes e efetuar algumas modestas considerações para a continuidade do estudo e do aprofundamento, visando suprir lacunas deste trabalho.

Para atender os objetivos, procurou-se respeitar a conceituação e a tipificação dos FRS construídas coletivamente pelo Mapeamento e que continuam válidas para compreender a temática, embora se tenha descoberto outras maneiras de classificar e sistematizar os dados. A importância do Mapeamento reside não apenas nos dados levantados mas no estímulo em que resultou para a realização de novos trabalhos acadêmicos em várias universidades brasileiras, os quais foram abordados ao longo dos capítulos.

Um dos pontos importantes a considerar é que os FRS estão inseridos nos movimentos sociais no Brasil que ascenderam após o fim dos governos ditatoriais. Essa consideração se torna mais clara pela descoberta ocorrida durante esta pesquisa da importância assumida pelos diversos grupos sociais que participam da construção dos Fundos. Além disso, acrescenta-se que a “solidariedade” que os permeia ou impulsiona consiste em uma racionalidade alternativa à lógica da concorrência, da dominação e da exclusão social. Em outras palavras, os Fundos são parte de organizações populares que encontram nas finanças alternativas formas de sobrevivência e resistência ao poder hegemônico, dominador e excludente das finanças capitalistas.

É necessário ressaltar também que para esses grupos sociais não são as Finanças eo Mercado o “problema” ou o “inimigo” a ser combatido, mas as suas formas capitalistas e suas organizações, que foram hegemônicas as regras de toda a economia e da sociedade. O setor financeiro influencia cada vez mais a ação do Estado através de sua interferência na elaboração das políticas macroeconômicas, como as monetárias, fiscais e cambiais. Dentre tantas maneiras, estrategicamente influenciam na escolha dos gestores das próprias instituições financeiras estatais e órgãos formuladores e reguladores de tais políticas, principalmente nas políticas monetárias¹⁸³.

¹⁸³ A Exemplo da escolha de Joaquim Levi e Henrique Meireles nos governos de Dilma Rousseff (2015-2016) e Michel Temer (2016-até o momento)

Outros aspectos importantes dizem respeito à solidariedade a partir da “teoria da Dádiva”, demonstrando que historicamente em algumas sociedades primevas se desenvolveu um tipo de sociabilidade gerada por um mercado próprio como as “trocas de presentes”. A obrigação de “dar-receber-retribuir” é uma regra subjacente a essas sociedades que garantiam sua sobrevivência material e simbólica. De certo modo, também essa lógica se encontra implícita na dinâmica dos FRS, claro que em menor intensidade, embora não seja a única lógica em que se baseiam, pois também se regem pelas regras do crédito convencional. Diferentemente das teorias da assimetria da informação que prescrevem como solução, inúmeras regras e garantias para superar as “falhas” do mercado financeiro, nos Fundos tal superação é dada pelas relações de confiança, amizade, parentesco e compromisso ético. Nesse contexto, a dádiva e a reciprocidade estão presentes mesmo nas sociedades modernas e capitalistas, na atualidade em certa medida. Um exemplo, pode ser a “obrigação de retribuir” existente no compromisso da devolução dos recursos.

Polanyi colabora nesta discussão salientando o termo Reciprocidade, desdobrando-a de Dádiva, situando-a como princípio das relações sociais econômicas e políticas das sociedades não capitalistas, nas quais havia “mercado” (princípio da troca), porém, subordinado à sociedade (regida pela reciprocidade) ou ao Estado (pelo princípio da centralidade e redistribuição/retribuição). Esse conceito contribui para aproximar a solidariedade como uma prática que sustenta as relações sociais produzindo relações simétricas. E mais, contribui para superar uma visão até convencional, presente inclusive no senso comum, que solidariedade é uma prática assistencialista, ou seja, somente “uma obrigação de dar-receber”. A “obrigação de retribuir” nesta, apresenta um sentido negativo, pois gera relações de subordinação e dependência, e não emancipatória, portanto.

A contribuição polanyiana está em desconstruir os pressupostos liberais, nos quais o ser humano é um homem racional e econômico, movido por interesses individuais. Apresenta como equívoco teórico (do liberalismo clássico) que levou a humanidade às crises econômicas e guerras mundiais. Infelizmente há teses que ganham força e são implantadas dos anos 1980 em diante em diversos países do mundo como políticas neoliberais. De certa maneira, continuam “encantando” e influenciando muitos formuladores e gestores de políticas econômicas e sociais, inclusive muitos teóricos, não só das ciências econômicas.

Retomando que o “solidário” acrescentado a Fundos Rotativos, Finanças e Economia não é um mero adjetivo, mas um substantivo, cuja

expressão efetiva se dá a partir de aspectos concretos, como o financiamento de atividades econômicas (produção, comercialização serviços etc.), de empreendimentos coletivos, de cooperativas, associações agroecológicas, todas alternativas ao capitalismo. Além disso, é possível concluir que o capitalismo (incluindo o setor financeiro) não consegue impor a “todas” as relações da sociedade as suas regras de mercado, embora exerça uma hegemonia sobre elas. A prática de FRS revelam que nos mais distintos lugares e mediante os grupos sociais mais excluídos, a sociabilidade não é regida apenas pelo simples “desejo de lucro” (o *homo economicus* de Smith e Mill) e por uma “escolha racional” em busca de otimização de riquezas nas trocas mercantis. Claro que esses lugares e esses grupos sociais não estão isolados do capitalismo, como “ilhas em estado puro”, nem se encontram em um sistema exclusivo de dádiva (tipo *Potchlat* e o *kula*), de reciprocidade ou de solidariedade “perfeitas”. Há interações com o mercado capitalista (como apontou Sabourin) principalmente de subordinação, de rendição e até de enfraquecimento das relações sociais solidárias.

Embora relevante, tal solidariedade não parece ser suficiente por si mesma se não estiver alinhada a um projeto societário emancipador de humanidade que é construído cotidianamente e concretamente em lutas e experiências históricas da classe trabalhadora. Experiências e projetos societários que se inspiram na Utopia e/ou em princípios como cooperação, dádiva, autogestão, luta pela cidadania e democracia, de autonomia social, de justiça, de solidariedade emancipadora. A emancipação política é um passo importante e necessário, e os FRS, como parte inerente dos movimentos sociais, revelam sua presença em uma luta constante para tal emancipação, embora exista um risco de gerar algum grau de dependência das políticas públicas, como visto nos casos brasileiros da segurança alimentar e nutricional, PAA e PNAE, convivência com o semiárido, para citar alguns.

Trata-se, porém, de uma emancipação ainda condicionada e limitada pelo “Estado burguês” ou a serviço do capitalismo e dos capitalistas como pontua Marx, desde o início de seus trabalhos teóricos, em que pese as políticas do “Estado do Bem Estar Social” a partir do século XX: “A emancipação dos proletários é obra dos próprios proletários”, sendo que o trabalho alienado e alienante deixaria de existir para dar espaço ao trabalho criativo e construtor do ser humano. Nesse contexto as finanças têm um papel dualista e dialético, pois contribuem para o fortalecimento do capitalismo ou podem fomentar iniciativas populares. Que melhor se foram traduzidas como “solidariedade emancipadora” e uma Utopia sempre em construção.

Os elementos teóricos das ciências sociais em que se baseou este trabalho contribuem para compreender a diferença entre Finanças Solidárias e microfinanças. As diferenças estão que os atuais programas ou linhas de microcrédito pressupõem, no fundo, o *homo economicus*, racional, empreendedor, interessado, isolado de contextos históricos sociais, culturais e econômicos, conforme crítica realizada pelos autores da nova sociologia econômica. Na prática, a possibilidade “vendida” pelas microfinanças que os “pobres podem se tornar empresários” não resolve o problema social e político da pobreza, menos ainda das desigualdades sociais.

Evidentemente, não se está menosprezando a necessidade de crédito para o setor conhecido por micro e pequena empresas, ou para quem opta por ser microempreendedor individual ou abrir uma pequena empresa, contratando novos trabalhadores assalariados. É um setor econômico que poderia ser melhor atendido pelo sistema de crédito brasileiro pois dados recentes revelam que possuem um peso majoritário pois em torno de 85% das empresas no Brasil são de pequeno porte¹⁸⁴. Neste trabalho, contudo, a perspectiva é outra: é a ausência de programas de crédito e apoio para quem quer produzir coletivamente ou trabalhar associativa ou cooperativamente, não adotando em seu empreendimento o “trabalho assalariado”.

Os estudos desenvolvidos neste trabalho permitem refletir como os FRS são uma forma que os EES, as pequenas cooperativas, os agricultores familiares e tantos outros grupos sociais encontraram para solucionar determinados problemas decorrentes da exclusão social em que se encontram. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) têm um papel importante nisso, como iniciativa de desenvolvimento local, específico em um bairro ou comunidade rural. As Cooperativas de Crédito Solidário foram iniciativas de certos setores, principalmente da Agricultura Familiar, para obtenção do crédito rural ou viabilização do PRONAF, mas, atualmente, encontram-se cada vez mais subordinadas às regras e normativas do BCB, sendo, em muitos casos, proibidas de emprestar a pessoas consideradas de risco. Caso a Cooperativa realize tais

¹⁸⁴ “O número de micro e pequenas empresas no Brasil mais que dobrou entre 2007 e novembro de 2014, chegando a 12.470.015, o equivalente a 84,9% das 15.479.747 companhias registradas em todo o país”. (Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/numero-de-micro-pequenas-empresas-mais-que-dobrou-em-sete-anos-mostra-novo-empresometro-14592574>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

empréstimos a pessoas com seus nomes inscritos no Serasa Experian¹⁸⁵ ou Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)¹⁸⁶ ou constem no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR)¹⁸⁷, a própria direção da cooperativa será penalizada por “gestão temerária”, se mal compreendida faz que os pobres sejam considerados de maior risco¹⁸⁸. Já os FRS têm uma autonomia de gestão de recursos adaptada às próprias regras estabelecidas por eles mesmos. Autonomia em relação ao Estado, às grandes empresas e aos grandes bancos mesmo que eventualmente recorram a eles como fontes de recursos.

Este é um dos aspectos que se pode considerar como característica original dos FRS e, dentre as iniciativas de Finanças Solidárias, os FRS são as iniciativas que apresentam maior autonomia em relação ao Estado e às instituições financeiras reguladoras – e, ainda, em relação às empresas privadas capitalistas. Por um lado, se essa autonomia pode ser considerada uma vantagem, por outro, se apresenta como desafio para a viabilidade e autossustentabilidade financeira.

Mais do que buscar financiamento, revelou-se que os Grupos Sociais envolvidos encontram nos FRS uma forma de atender

¹⁸⁵ A Serasa Experian é um Banco de Dados criado por bancos e instituições financeiras, com o objetivo de centralizar informações sobre todos os devedores do Brasil, fazendo assim com que bancos e lojas que vendem a crédito possam ter maiores garantias sobre a idoneidade dos clientes.

¹⁸⁶ É um banco de dados privado, com informações de crédito de caráter público, de acordo com a definição do Código de Defesa do Consumidor, gerido e alimentado por associações comerciais e câmaras de dirigentes lojistas do Brasil que são filiadas à Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e que trocam entre si informações colhidas em todo o território nacional.

¹⁸⁷ O SCR é um instrumento de registro e consulta de informações sobre as operações de crédito, avais e fianças prestados e limites de crédito concedidos por instituições financeiras a pessoas físicas e jurídicas no país. Foi criado pelo Conselho Monetário Nacional e é administrado pelo Banco Central do Brasil, a quem cumpre armazenar as informações encaminhadas e também disciplinar o processo de correção e atualização da base de dados pelas instituições financeiras participantes.

¹⁸⁸ Cf. Art. 1º, § único, inc. I, da Lei nº 7.492 /86. “O risco desmedido - que caracteriza a **gestão temerária** de uma instituição financeira - é aquele que refoge aos limites da razoabilidade, constituindo uma verdadeira aventura com o patrimônio de terceiros.” Tendo sido equiparada a uma **instituição financeira**, cabível a aplicação simultânea dos artigos 4º, parágrafo único, e 16 da Lei nº 7.492 /86 a uma empresa comercial. (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7492.htm>. Acesso em: 21 jan. 2017)

determinadas “demandas” como pequenos projetos, necessidades emergenciais, formação política entre outras que nos programas de microcrédito não contemplam. Porém, vão além da simples ideia de suprir à demanda de crédito, na medida em que atendem projetos educativos, culturais, baseados na metodologia de autogestão que considera os participantes como “proprietários” dos recursos. Em outras palavras, grupos sociais como artesão, jovens, mulheres e agricultores, apontados no trabalho, não se organizam em Fundos só em virtude do dinheiro ou das finanças: os recursos tornam-se um “meio” para viabilizar outras atividades mais importantes para a emancipação dos grupos e comunidades envolvidos.

Nesse sentido, a contribuição dos FRS comunitários se dá quando conseguem despertar e fortalecer o sentimento de pertença ao território, tornando seus partícipes “proprietários dos recursos” visto que são capazes de gerir finanças de maneira coletiva, democrática, autogestionária, mesmo que mobilizando pequenos valores. Já os Fundos de Fomento, geridos por entidades ou associações de atuação geográfica ampla, acabam tornando mais difícil perceber a emancipação dos envolvidos (proponentes). Essas entidades “maiores” – como a Fundação Diaconia, a Cáritas, a Fundação Esquel, o CEDAPP, a APAEB, entre outras – têm a vantagem e a força política para conseguirem maiores volumes de recursos junto a bancos, governos e/ou ONGs internacionais. Assim, uma interação entre FRS Comunitários e de Fomento pode fortalecer politicamente a ambos a partir de constituição de redes de Fundos.

Quanto ao “funcionamento” dos FRS (aspectos internos), os desafios se apresentam em grande número. As dificuldades apontadas pelas entrevistas do Mapeamento, aqui arroladas, vão além de uma pura e simples “falta de recursos”. A pesquisa revelou que se situam na disponibilidade das pessoas para a participação e gestão e no compromisso com a devolução. Em geral, quando visto de fora, o que parece prevalecer é uma concepção de que os FRS não conseguem atender todas demandas das comunidades, devido aos poucos recursos. Uma parte significativa de dificuldades situa-se como “ausência de políticas públicas” e de ação do Estado nesses territórios longínquos ou com os socialmente excluídos. Por isso, os FRS representam mais uma metodologia não individualista, de construção de práticas e de relação sociais emancipadoras e de novas relações com o meio ambiente nos seus territórios, do que propriamente alternativa de crédito.

Como os dados e informações revelaram, os FRS são sustentáveis e viáveis social, econômica e politicamente, embora haja casos de

inadimplência na devolução. Por um lado, a “devolução voluntária” e a autogestão são os aspectos principais dos FRS que diferenciariam de outras iniciativas de finanças solidárias, mas, por outro, a devolução implica num “contrato” (formal ou tácito) de crédito, o que seria o aspecto que justificaria situar os Fundos teórica e praticamente no campo das Finanças Solidárias.

Outra contribuição situa-se nos aspectos relacionados à (auto)gestão, principalmente dos Fundos Comunitários. É nela que se centra a luta por maior participação, como revelado nos desafios e limites. Em que pese tais dificuldades, os avanços se caracterizam como um processo educativo e pedagógico na construção da cidadania (ou emancipação política). Apenas nos FRS de fomento isto se torna mais difícil, como já mencionado, haja visto que as regras, as análises dos projetos e os acompanhamentos são realizados por uma diretoria, uma comissão específica ou técnica. Como nesses Fundos há mais recursos, a gestão, é mais complexa e, com isso, produz-se uma menor intervenção social como a desejada a partir dos princípios da Economia Solidária.

Nesse ponto, uma contribuição das Cooperativas de Crédito pode vir no sentido dos FRS se aprofundarem mais nas práticas de “Governança Cooperativa”¹⁸⁹, que consiste em um conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permite aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos e dos princípios cooperativistas. A definição de boas práticas de governança cooperativa deve envolver mecanismos que venham a fortalecer suas estruturas e processos, de forma sistemicamente articulada, para ampliar as condições gerais de segurança, de eficiência e a redução de riscos.

Em outras palavras, infere-se que não bastaria apenas aumentar a quantidade de recursos financeiros em circulação para a viabilidade e expansão dos FRS. Apontam-se como fundamentais outros aspectos correlacionados: como fortalecimento e envolvimento dos Fundos nas redes de movimentos sociais; o fortalecimento de vínculos e laços de confiança e solidariedade, para “dentro” e para “fora” dos territórios, em busca de emancipação social, política e humana dos seus protagonistas.

Em síntese, os Fundos Rotativos Solidários apresentam-se como uma das práticas de Finanças que conciliam apoio financeiro direto aos empreendimentos solidários com ações conjuntas de formação e organização popular. São formas de financiamento relacionadas com a

¹⁸⁹ Maiores detalhes podem ser encontrados na página Portal do cooperativismo de crédito. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

economia solidária, na perspectiva de promover a cidadania daqueles que se situam fora da dinâmica convencional do mercado, mas não como uma ampliação do sistema financeiro ou “novo nicho do mercado” (no caso, os pobres, desde a perspectiva liberal) e, sim, entendendo como uma questão de “soberania financeira”.

Dito de outro modo, a razão de existir do FRS não consiste tanto no sentido de “suprir a ausência” de serviços bancários, mas em trabalhar com recursos, financeiros ou não, no sentido de atender demandas sociais e econômicas de grupos sociais. Demandas de crédito, por vezes, muito simples, baratas e de pequeno porte. Enfim, não é a quantidade e o volume de recursos monetários que circulam que é transformador, mas a forma de usá-los socialmente. Não é o “dinheiro” o elemento principal e transformador, mas os vínculos, as redes, as relações, os processos que se transformam em metodologias pedagógicas de emancipação de seu envolvidos.

Complementarmente, acrescentamos uma alteração importante em relação ao ambiente institucional da construção de políticas públicas de Finanças Solidárias. Houve uma mudança com o governo de Michel Temer, sendo que SENAES passou para o Ministério do Trabalho a partir de 26 de setembro de 2016. Mediante essa mudança, uma nova equipe de gestão assumiu a “Subsecretaria da Economia Solidária” como passa a ser denominada. Assim, em que pese alguns encontros de diálogo com setores do movimento da Economia Solidária, o momento atual é de apreensão e incertezas. As manifestações do movimento vão na direção de luta pelo “direito a crédito”, e aos recursos públicos¹⁹⁰. Infelizmente, mesmo com passos e conquistas significativos na construção de política pública de Economia Solidária, e nela a de Finanças Solidárias, ainda tais conquistas ficam à mercê da vontade política dos governos e necessitam de constante pressão popular para resistir e garantir o já conquistado.

¹⁹⁰ Além de apresentar vários pontos no sentido de ampliar e defender as conquistas da Economia Solidária concluem que “em tempos de crise e de investida do neoconservadorismo é urgente e necessária a radicalização da democracia participativa. Convocamos a todos/as a globalizar a solidariedade e a resistência, contribuindo para a construção de um projeto de desenvolvimento solidário, sustentável e a serviço de todas as pessoas, povos” Cf. Carta de Assembleia Popular da Economia Solidária de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/carta-23o-feicoop/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.
- _____. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semiárido brasileiro. In: COSSÍO, Maurício Blanco (Org.). **Estrutura agrária, mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.htm>. Acesso em: 20 jul. 2007.
- _____. (Org.). **Laços Financeiros na luta contra a Pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004.
- _____. Para uma teoria dos estudos rurais. In: VIEIRA, Paulo et al. (Org.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Editora Secco, 2010.
- AKB. **Dossiê da Crise**. Novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb>>. Acesso em: Fev. 2018.
- _____. **Dossiê da crise II**. Agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb>>. Acesso em: Fev. 2018.
- AKERLOF, George. A. The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488–500, 1970.
- ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta E. Darimon. Bancos e Crédito: Notas sobre os Grundrisse e a transição para o socialismo. In: PAULA, João Antonio de. (Org.). **O Ensaio Geral: Marx e a Crítica da Economia Política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- ALMEIDA, Clarisse; GUZMÁN, Ivonne P. R. Uma Leitura das Finanças Solidárias como Alternativa de Acesso ao Crédito para a População de Baixa Renda. **XXXVI Encontro da ANPAD. ANAIS**. Rio de Janeiro, 2012.
- ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Microfinanças, democratização do crédito no Brasil**: atuação do Banco Central. 3ª ed. rev. e ampl. Brasília: BCB, 2006.
- AMARO, Rogério R. Finanças Alternativas, Moeda e Economia Solidária. **Revista Economia solidária**, p. 09–14, 2011.

ANTEAG (Org). **Atlas da Economia Solidária no Brasil: 2005-2007**. São Paulo: Todos os bichos, 2009.

ARAÚJO, Yara M. C. Bancos comunitários e a economia solidária: estratégias de desenvolvimento de baixo para cima em Montes Claros - MG. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2009.

ARCHETTI, Eduardo. Saberes, poder y desarrollo: el caso de la producción de cuyes en las tierras altas ecuatorianas. In.: ISLA, Alejandro; COLMEGNA, Paula. **Política y poder en los procesos de desarrollo**. Buenos Aires: Editorial de las Ciencias; FLACSO, 2005. p. 39-61

ARRUDA, Marcos. **Indo mais fundo numa Nova Arquitetura Financeira**. 2009. Fórum Social Mundial Belém, 29 de Janeiro de 2009. Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=394&Itemid=216>. Acesso em: 10 maio 2015.

ASSESSOAR. **As origens da Cresol**. s.d. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/64.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017

BARBOSA, Letícia C. Bizarro. **Introdução ao Cooperativismo**. Palhoça (SC): UnisulVirtual, 2012.

BARBOSA, Rosângela N. de C. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In.: VVAA. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 6, p.90-129

_____. **Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARONE, Francisco. M.; SADER, Emir Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1249–1267, 2008.

BARRETO, Simaia. S. Os Fundos Rotativos Solidários no Brasil: Uma perspectiva a partir do Mapeamento. **Mercado de Trabalho - IPEA**, v.

60, 2016.

_____. Coalizões de defesa e finanças solidárias na Bahia: uma análise das interações no processo de construção da política pública no âmbito do GT de finanças. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

BCB. **Relatório de inclusão financeira** - n. 2. Brasília: BCB, 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2011.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2012. p.53-106.

_____. **Plano Nacional para Inclusão Financeira: Relatório 2012-2014**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2014

_____. **Relatório de inclusão financeira** – n. 3. Brasília: BCB, 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/INCFINANC>>. Acesso em: 25 abr. 2018

BELLUZZO, Luiz G. O processo de mercantilização é antinatural. **IHU on line**, n. 147, 2005. p. 24–26.

BERGAMIN, Marta de A. **Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio**. Tese (Doutorado). Centro de Educação e Ciências humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2012.

BERTUCCI, Ademar. Limites e possibilidades de organização dos excluídos - Os projetos comunitários da Caritas Brasileira. IN: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Formas de Combate e de Resistência à Pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

_____; SILVA, Roberto Marinho. **Vinte anos da Economia Solidaria**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BESSONE, Magali. A necessidade da participação como critério prévio à cidadania. (Entrevista a Ricardo Machado). **IHU On Line** n.499, Ano XVI, 19/dez/2016. p. 40-43. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao499.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BORRELLO, Ricardo. El debate contemporáneo sobre el origen y las funciones del dinero. In.: ORZI, Ricardo (Org). **La moneda Social como Lazo Social**. Buenos Aires: Ed. CICCUS, 2012.

BRASIL, Manuela Salau. A produção social das utopias: uma análise a partir da Economia Solidária. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal do Paraná. 2011.

BRASIL. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006a

_____. I Conferência Nacional de Economia Solidária: Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento. ANAIS... Brasília: MTE, SENAES, 2006b. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B495A545B56F3/conf_anais.pdf>. Acesso em: 21 maio 2015.

_____. II Conferência Nacional de Economia Solidária: Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável. Documento Final. Brasília, junho 2010. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf>. Acesso em: 21 maio 2015

_____. **Avanços e Desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003-2010**. 8 Anos de Economia Solidaria no governo federal. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do trabalho e Emprego, 2012.

_____. Termo de referência. Volume 4: Apoio e fomento as iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário. In: BRASIL. **Política Nacional de Economia Solidaria SENAES/MTE**. Brasília, Agosto 2013.

_____. **1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019**. Conselho Nacional de Economia Solidária SENAES: Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1947&Itemid=18>. Acesso em: 28 jun. 2015.

BRAZ, Juliana de O.B.; FAZIO, Denizart B. Prefácio. In: LEITE, Ana C.G. et al (Org.). **Experiências de Finanças Solidarias no Brasil**. São Paulo: Nesol/USP, 2016.

BRUNHOFF, Suzane de. **A Moeda em Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

BRUNHOFF, Suzane de et al.(Org) **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

BÚRIGO, Fábio L. Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. UFSC, Florianópolis, 2006.

_____. **Finanças e solidariedade**: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Chapecó (SC): Argos, 2010.

CAILLÉ, Alain. Dádiva. In: CATTANI, Antonio David. HESPANHA, P.; GAIGER, L. I.; LAVILLE, J. (Eds.) **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra (PT): Almedina, 2009. p. 103–108.

CAMP. **Cartilha dos Fundos Solidários da Região Sul**: Histórico, organização e Gestão. Porto Alegre (RS): CAMP, 2015a, 48p

_____. **Fundos Solidários na Região Sul**: Fortalecendo a Organização Popular. DVD, 2015b (20 min.).

_____. **Mapeamento dos fundos solidários da região sul**: Relatório Final Convênio 749630-2010. Porto Alegre: CAMP, 2015c.

CANGIANI, Michele. et al. A obra de Polanyi para Compreender o Presente. **IHU On Line**, n. 147, p. 1–59, 2005.

CARBONETTI, Clara Inés. Financiamiento de empresas de la economía social em Argentina. El caso de las empresas recuperadas y las cooperativas de trabajo. In: MUÑOZ, Ruth et al. **Las Finanzas y la Economía Social**: Experiencias Argentinas. Buenos Aires: Altamira, 2007.

CARDOSO, Ruth. Abertura. In: BNDES. **Seminário BNDES Microfinança**. Ensaios e Experiências. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em

<<http://www.abscm.com.br/docs/publicacoes/Seminario%20BNDES%20Microfinancas.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2018

CÁRITAS BRASILEIRA. **Sobrevivência e Cidadania**: Avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Caritas Brasileira. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

_____. **25 Anos de Economia Popular e Solidaria**. Série Cartilhas 2. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006

_____. **Fundos Nacional e Diocesanos de Solidariedade: Conquistas e Desafios**. Relatório Síntese de Pesquisa -2002-2007. Brasília: Caritas Brasileira, 2009?

_____. **Fundos Solidários: Contribuição sobre histórico, constituição e gestão**. Finanças Solidárias. Elaboração Projeto Fundos Solidários/Região Sul. CAMP e SENAES. Agosto de 2012. 50p.

CARVALHO, Fernando Cardim de et al. **Economia Monetária e Financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CARVALHO, Fernando Cardim de. **Entendendo a Recente Crise Financeira Global**. Artigo escrito para o IBASE (www.ibase.br), outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/clipping/9.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CARVALHO, Wolnei Roberto. Uma Crítica as teorias do capital financeiro: capital produtor de juros. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou Barbárie: o Conteúdo do Socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CATTANI, Antônio David. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003

CATTANI, Antônio David, et al. (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

CAZELLA Ademir. A.; BÚRIGO, Fábio. L. Sistemas territoriais de financiamento: concepção de projetos inclusivos. In: LEITE, S.; DELGADO, N. (Coord). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. p.131-168, Série desenvolvimento sustentável, v.14. Disponível em: <<http://www.iicaforumdrs.org.br/IICA2010/adm/adm/imagens/arquivos/Volume%2014%20S%C3%A9rie%20DRS.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

CAZELLA, Ademir. et al. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política e Sociedade**. v. 15ª .Ed. Especial. UFSC, 2016, p.49-79.

CHABAL, Mireille. **Les Struture Elementaires de la Reciprocité**. Conferencia de Debate - Cairis, 27 maio de 2005.

CHESNAIS, François. (Org.). **A Finança Mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza**: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

CNBB. **Cáritas Brasileira**: 50 Anos promovendo solidariedade. Estudos da CNBB, n. 92. São Paulo: Paulus, 2006.

COELHO, Franklin Dias. Finanças Solidárias. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p 153-163.

COLISTETE, Renato P. O Desenvolvimento Cepalino: Problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, v.15, n.41, p. 21-34, 2001.

CONSTRUINDO Fundos Rotativos Solidários na Região Sudeste. Projeto Nacional de Fundos Solidários. Cáritas Brasileira; Comitê Nacional de Fundos Solidários, SENAES.MTE: Brasília, 2013?

CORAGGIO, José Luis. **La Gente o el capital**: desarrollo local y economia de trabajo. Buenos Aires: Espacio Editorial. 2004 p. 77-106.

_____. América Latina: necesidad y posibilidad de otra economía. **Otra economía**. v. II; n.2; 1º Sem. 2008. p. 08-11 Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1076>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

CORDEL do Fundo Solidário: gerando riquezas e saberes. Polo Sindical da Borborema Coletivo Regional Cariri; AS-PTA; PATAC, Paraíba, 2011

CORRÊA, João Guilherme de Souza. Sindicalismo Cidadão e Economia Solidária: Uma análise da experiência política da Central Única Dos Trabalhadores (CUT). Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília. 2014.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 4ª Ed. Série Princípios; São Paulo: Ed. Ática, 1991.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O Mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Cap. 2, p. 35-98.

DACOREGIO, Elisete G. D. G. Um Novo Modo de Ser e de Viver: as relações materiais e simbólicas da Igreja Católica com os Mini-Projetos Alternativos e a economia solidária, em Chapecó/SC. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Sociologia Política. UFSC, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In.: JACCOUD, Luciana (Org.) **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. (Cap. 02). Brasília: IPEA, 2005. p.51-90.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. 5ª Ed. São Paulo, Cortez, 2001

DOCUMENTO FINAL. **Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária**. Brasília, Abril de 2014. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=FF80808145B269620145E2BD6DCD4731>>. Acesso em: 15 maio 2015.

DODD, Nigel. **A sociologia do Dinheiro**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DOSSE, François. **O Império do Sentido**: a humanização das ciências humanas. Bauru (SP): EDUSC, 2003.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo. Marx e a Miséria: Considerações Psicografadas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2. p. 237-262, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%207/REC_7.2_03_Miseria_brasileira_e_macrofilantropia_psicografando_marx.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2014.

DUMENIL, Gérard; LEVY, Dominique. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF et al.(Org.). **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

DUQUE, Ghislaine; COSTA, José Waldir de Sousa; ROCHA, José Camelo. Fundos Rotativos Solidários: instrumento de apoio à transição agroecológica na Paraíba. **Agriculturas**, v. 7, n. 2, Julho de 2010. Disponível em:

<http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/financiamento-da-transicao-agroecologica/fundos-rotativos-solidarios-instrumento-de-suporte-a/at_download/article_pdf>. Acesso em: 26 ago. 2012.

DUQUE, Ghislaine; SANTOS FILHO, Clarício. Comunidade rural e cooperação entre camponeses: os fundos rotativos solidários na Paraíba. **V Congresso Europeu Ceisal de Latinoamericanistas**, Bruxelas, Bélgica, de 11 a 14 abr. 2007. 10 p.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Reconstituição da Realidade**: um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski. Col. Ensaios, n 54; São Paulo: Ática, 1978.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 4 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FARHI, Maryse; CINTRA, Marcos A. M. A arquitetura do sistema financeiro internacional contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 3 (115), pp. 274-294, julho-setembro/2009.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária**: Avatares do Trabalho e do Capital. Florianópolis: UFSC, 2011.

FAVARIN, Roque A. Contribuições da economia solidária para o desenvolvimento recente na região do Contestado. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade Regional de Blumenau - FURB, 2009

FELTRIM, Luiz.; VENTURA, Elvira. C. F. e DODL, Alessandra V. B. (Orgs.) **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil**: visão dos diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2012. 254p

FERREIRA, Nilce C. Fundos Rotativos Solidários para Trabalho Associado no Contexto da Reestruturação Produtiva da Década de 1990: a experiência de Codó (MA). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Universidade Estadual do Maranhão, São Luis (MA), 2013.

FLIGSTEIN, Neil. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, ano 6, n. 9, 2000, p. 26 -55.

FONTES, Ângela Mesquita. **A Expansão das microfinanças no Brasil**. Rio de Janeiro: IBAM, 2003

FONTES, Breno; PORTUGAL, Sílvia. Redes Sociais. In.: CATTANI, Antônio David, et al. (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto de C; SILVA JÚNIOR, J. T. Uma dinâmica associativa emblemática no Nordeste Brasileiro. In: FRANÇA FILHO, G.C. et al. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 97-116.

_____. Por que os BCDs são uma forma de organização original? In: Nesol-USP. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9, 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; SILVA JÚNIOR, Jeová. Bancos comunitários de Desenvolvimento. In.: Antônio David et al. (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. p.31-36

_____; DZIMIRA, Sylvain. Economia Solidaria e Dádiva. **Organizações & Sociedade**, v. 6, n. 14, p. 141–183, 1999.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. “A importância dos bancos comunitários para a inclusão financeira”. In: Nesol-USP. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9, 2013.

FULGÊNCIO, F. M. G. DE A. Os Laços Sociais, reciprocidade e solidariedade na agrovila lagoa do jogo Remigio. PB: um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande (PB), 2014.

FUNDOS SOLIDÁRIOS 1: Por uma política de emancipação produtiva dos movimentos Sociais. Caderno 1. Realização: Fundação Grupo Esquel Brasil. 2006?. 96p.

FUNDOS SOLIDÁRIOS 2: Por uma política de emancipação produtiva dos movimentos Sociais. Caderno 2. Realização: Fundação Grupo Esquel Brasil. 2006?. 96p

FUNDOS Solidários e a caminhada para seu reconhecimento e valorização. Caritas Brasileira. Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383061597Cartilhawebfundos_solidarios.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FUNDOS Solidários: passo a passo para a constituição de Fundos Comunitários. CAMP/SENAES. Disponível em: <<http://camp.org.br/files/2017/02/CARTILHA-FUNDOS-SOLIDARIOS-FINAL-WEB.pdf.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Formas de Combate e Resistência à Pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

GARCIA-PARPET, Marie France. A Construção Social de um Mercado Perfeito: O Caso de Fontaines-en-Sologne. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 20, 2003, pp. 5-44.

GERMER, Claus M. A “Economia Solidária”: Uma crítica marxista. **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: UFPR, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista_Direito_Cooperativo_2.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

GERMER, Claus M. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.15, n.1, 1994, p. 179-201

_____. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. In: **Anais do Workshop Teórico da Economia Política da Agricultura**. Campinas. UNICAMP, Instituto de Economia, 09 e 10 de dezembro de 1996, p. 331-366

_____. Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia**. Política, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 106-133, 1997.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. A História dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba: A Construção Político-Institucional de uma Política Pública. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, v. 1, n. 1, fev. 2010.

_____. Desenvolvimento, mercado e políticas sociais em comunidades camponesas no Estado da Paraíba. **Revista IDEAS**, v. 5, n. 1. 2011. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/ojs/index.php/ideas/article/view/86>>. Acesso: 19 maio 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v.45, n.4, out/dez. 1991, p. 491-518.

GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social. O problema da incrustação [1985]. In: MARQUES, R. e PEIXOTO, J. (Org.). **A nova sociologia econômica**. Oeiras: Celta. 2003.

GUSSI, Alcides et al. 2012, A Experiência de Fomento Público a Fundos Rotativos Solidários no Nordeste: O Caso da Rede Bodega. **Mercado de Trabalho**, n. 50 IPEA. Fev. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3907/1/bmt50_econ03_a_experiencia.pdf>. Acesso em: 16 maio 2015.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEERDT, Mauri Luiz. **A subjetividade na teoria e gestão organizacionais no contexto da contemporaneidade**: Estudo de caso sobre os Mini-Projetos Alternativos-SC. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. UFSC, Florianópolis, 2008.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. Col. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IANONNI, Marcus. Ciência Política e sistema financeiro no Brasil: o artigo 192 da Constituição Federal, Política & Sociedade. **Revista de Sociologia Política**. v.9, n. 17, outubro de 2010, p.173 – 204. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15677>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

IPEA. Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise. IPEA, **Comunicado da Presidência**, Número 20, 7 de abril de 2009, 28 p. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1732:comunicado-do-ipea-no-20-abril-de-2009&catid=161:presi>. Acesso em: 12 ago. 2016.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 6, 1994. pp. 51-75.

JOHNSON, Harry M. **Introdução Sistemática ao Estudo da Sociologia**. Rio de Janeiro: Lidaador, 1967.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates; ABRAMOVAY, Ricardo. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de**

Administração da USP, São Paulo, v. 40, n. 1, p.19-33, jan/fev/mar/2005.

KAUTSKY, Karl **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda**. Col. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

KUMAR, Anjali (Org.). **Brasil: acesso a serviços financeiros**. Rio de Janeiro: IPEA; Washington, DC: Banco Mundial, 2004. 648 p.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1979.

LAMARCHE, Hughes (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme**. v. 1. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

LARMINAT, Pierre de. Avant de Lire La Bourse. In: WEBER. Max. **La Bourse**. Paris: Edition Allia, 2010.

LAVILLE, Jean. Solidariedade. In: VVAA. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 310–314.

LECHAT. Nöelle M. P.; SCHIOCHET, V. Economia da Dádiva. In: CATTANI, A. (Org). **A Outra Economia**. Porto Alegre (RS): Veraz Ed, 2003. p. 84–87.

_____. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no dia 20 mar. 2002. Disponível em: <http://www.ecolanet.com.br/teeduc/arquivos/6/apoio/15/raizes_histor.doc>. Acesso em: 26 jul. 2015.

LEITE, Ana C. Gonçalves. et al. (Orgs). **Experiências de Finanças Solidárias no Brasil**. São Paulo: Nesol/USP, 2016.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. 4.Ed.Col. Bases n. 23. São Paulo: Global, 1987, 127p.

LEROY, Jean-Pierre. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, B. K. & MIRANDA, M. (Org). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 251-271.

LESSA, Sergio. A emancipação política e a defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, v.28, n.90, p.35-57, jun. 2007

LIMA, Jacob Carlos; SOUZA, André Ricardo. Trabalho, Solidariedade Social e Economia Solidária. **Lua Nova**, n. 93, São Paulo. 2014, p. 139-168.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização. **Ensaio FEE**, v. 10, n,2 , p. 303-335, 1989.

LISBOA, Armando de Melo. Una Reflexión a la luz de ática Cristina. In: CORAGGIO, José Luis. **La Economía Social desde la periferia: Contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007, p.373-396.

LOPES João do C.; ROSSETTI, José P. **Economia Monetária**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LOPES, Júlio. A.V. **Cooperativismo contemporâneo: caminho para a sustentabilidade**. Brasília: Editora Confabras, 2012. p.61-143.

LÖWI, Michel. **Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

MAFRA, Luciana D. Ação Social da Rede Caritas em Empreendimentos de Economia Solidária – EES: Um estudo sobre valores e dinheiro. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal (RN), 2013.

MANCE, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

MAPEAMENTO dos Fundos Solidários. Disponível em : <<http://www.fundossolidarios.org.br/>>. Acesso em : 20 jun. 2015.

MARTINS, Paulo. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, p. 45–66, 2005.

_____. Redes Sociais: Entre o simplismo da ideologia utilitarista e a complexidade das mudanças sócio-históricas contemporâneas. In: MARTINS, P. H.; MEDEIROS, R. (Eds.) **América Latina e o Brasil em perspectiva**. Recife (PE): Ed Universitária da UFPE, 2009. p. 21–56.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. A Guerra Civil na França. In : MARX, Karl **A revolução antes da revolução.**, São Paulo : Expressão Popular, 2008

_____. **O Capital**: crítica da economia política, 2. Ed. Vol I, Livro I, Col. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985

_____. **O Capital**: crítica da economia política, 2. Ed. Vol II, Livro I, Col. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

_____. **O Capital**: crítica da economia política, 2. Ed. Vol IV, Livro III, Col. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

_____. **O Capital**: crítica da economia política, 2. Ed. Vol V, Livro III, Col. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985c.

_____. **Contribuição a Crítica da economia política**: 2.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____.**Para a Crítica da Economia Política**. (Trad.: Leonardo de Deus) Col. Economia Política e sociedade vol. 1; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. **Grundrisse**: Manuscritos Econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MATTOS, Alice. H. G. Mulheres nos bancos comunitários de desenvolvimento da Bahia: Percepções de gênero das agentes de crédito sobre seu papel profissional. Dissertação (Mestrado). Escola da Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. (Org.). **Bairros pobres – ricas soluções**: Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Lamparina, 2003.

_____. **Banco comunitário de desenvolvimento:** Uma rede sob comando da comunidade. Fortaleza: Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006.

_____. **Bancos comunitários de desenvolvimento:** uma rede sob o controle da comunidade. Fortaleza: Arte Visual, 2007.

_____. Bancos comunitários. **Mercado de trabalho:** conjuntura e análise, v. 14, n. 41, nov. 2009

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MICK, Jacques. O caráter social do crédito. Microcrédito, globalização e combate à pobreza e desenvolvimento alternativo – a experiência brasileira e o caso da PortoSol (1996-2002). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – UFSC, Florianópolis. 2004. 255f.

MIGUEL, Antônia Celene. Microcrédito no Brasil: Uma Agenda de Política Pública para o Mercado de Microfinanças. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012. Disponível em:
<<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/5182/4247>>. Acesso em: 12 maio 2015.

MILL, John Stuart. **Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela.** Coleção os pensadores, São Paulo: 2013, pp.295-319.

MINELLA, Ary C. **Banqueiros:** Organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988.

_____. **Fundamentos teóricos e metodológicos para análise do empresariado financeiro no atual contexto de globalização financeira.** Versão preliminar, novembro de 1999, mimeo. p. 22-42.

_____. Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: a rede transassociativa no ano 2006. **Revista de Sociologia e Política**, jun. 2007a, n.28, p.31-56.

_____. Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico. **Sociologias**, jul./dez. 2007b, n.18, p.100-125. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a06.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Análise de Redes sociais, classes sociais e marxismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Out. 2013. Vol 28. Nº. 83. p.185-242

MINTZ, Beth; SCHWARTZ, Michael. **The Power Structure of American Business**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

MIZRUCHI, Mark S.; STEARNS, Linda Brewster. Money, banking, and financial Markets. In: SMELSER, Neil J. e SWEDBERG, Richard (Eds.). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton, N.J., Princeton University Press. 1994, pp. 313-341.

MOTA, Dalva M.; SCHMITZ, Heribert. Políticas Públicas e comunidade tradicional: reconhecimento e conquista de direitos? In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Eds.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2015. p. 533–548.

MULLER. Alberto Garcia. Aspectos negativos de la Ley de Cajas de Ahorro de Venezuela. **Revista Otra Economía**. v. 2, n. 2, 1º semestre/ 2008, p. 37-51.

MUÑOZ, Ruth et al. **Las Finanzas y la Economía Social**: Experiencias Argentinas. Buenos Aires: Altamira, 2007.

_____. Finanças Solidárias. In: CATTANI, Antônio David et al. (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. p. 208-212.

NANTES, José. F. D.; SCARPELLI, Moacir. Elementos de gestão na produção Rural. In: **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: EdUFSCar, 2011.

NASCIMENTO, Cláudio. **As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionárias**. Centro de Ação comunitária – CEDAC, Rio de Janeiro, 1986.

_____. **A Autogestão e o “Novo Cooperativismo”**. 2004. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_autogestaocooperativismo.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. **Otra Economía**, v. 2, n. 3, p. 27–40, 2008.

NESOL-USP. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando.** São Paulo: A9, 2013.

_____. **Finanças Solidárias** Cadernos de Finanças Solidárias. São Paulo: NESOL-USP, 2015.

_____. **Ação Nacional das Finanças Solidárias: O programa da Senaes entre 2003 e 2016.** Cadernos de Finanças Solidárias. São Paulo: NESOL-USP, 2016a.

_____. **Intercâmbio Técnico de Finanças Solidárias: Partilhar, reconhecer, sistematizar.** São Paulo: NESOL/USP, 2016b.

NOVAES, Henrique T. Lições do debate entre os defensores da estatização sob controle operário e da autogestão. **Otra economía.** v. 2; n.2; 1º sem 2008. p.68-85. Disponível em: <www.riless.org>. Acesso em: Fev. 2018.

OLIVEIRA, Maria. do S. de L.; DUQUE, Gislaine. A importância dos Fundos Rotativos Solidários para o desenvolvimento sustentável do semiárido paraibano. **VII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Americano de Pós-Graduação –** Universidade do Vale do Paraíba, p. 1689–1699, 2004.

_____. Os Espinhos, as Flores e os Frutos do Mandacaru: As Transformações na Configuração Social de uma Comunidade Rural Camponesa a Partir da Intervenção de Atores Externos. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Introdução a uma Leitura de Mauss. In: **Marcel Mauss.** Antropologia, Col. Grandes Cientistas Sociais. n.11 São Paulo: Ática, 1979.

ORZI, Ricardo. (Org). **La moneda Social como Lazo Social.** Buenos Aires: Ed. CICCUS, 2012.

OZOMEK, Sabina. Intervenciones del Estado en el campo de las Microfinanzas. Los casos de FOMICRO y REDES. In: MUNOZ, Ruth. **Las finanzas y la Economía social.** Buenos Aires: Altamira, 2007.

PAIVA, Victória R. P. A Experiência dos Bancos Comunitários no Ceará: Perspectivas de Institucionalização das Finanças Solidárias. **I Congresso de Pesquisadores em Economia Solidária**. GT 5: Sociedade Civil e Políticas Públicas. Universidade Federal São Carlos Ufscar. São Carlos (SP). 17 a 19 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao-4/paiva_victoria.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2016.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Coleção Prazer em Conhecer, v.1. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002, 192 p.

PASSOS, Ósia A. V. Duran. **Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: Conceito, Características e Sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade da Bahia, 2007.

PAULINO, Antônio. G. L. Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. Fortaleza (CE), 2008.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004

PLASENCIA, Adela. ¿Es posible una moneda no capitalista? Cuestiones teóricas y análisis de experiencias con monedas “oxidables”. **I Jornadas de Economía Política**. Instituto de Industria, Universidad Nacional de General Sarmiento, dez. 2007. Disponível em: <http://www.ungs.edu.ar/cm/uploaded_files/file/ecopol/Plasencia_Adela.pdf>. Acesso: 19 ago. 2012.

_____; ORZI, Ricardo. (Org.). **Moneda Social y mercados solidários: potencial emancipador y pedagógicos de los sistemas monetários alternativos**. Buenos Aires: Ed. CICCUS, 2007.

PLEIN, Clério. As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d’Oeste, Santa Catarina. Dissertação (mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

_____; FILIPPI Eduardo Ernesto. Capitalismo, agricultura familiar e mercados. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 98-121, set-dez 2011

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: As Origens da nossa época. (Trad. Fanny Wrobel). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTUGAL JR. José G.(Org.) **Grupos econômicos**: expressão institucional da unidade empresarial contemporânea. São Paulo: FUNDAP/IESP; 1994, p.05-26; 52-58.

PRANDINI, Edimar. **Finanças Solidárias**. [s.d.]. Disponível em: <<https://cirandas.net/nesol-usp/biblioteca/financas-solidarias>>. Acesso em: 15 maio 2015.

QUIJANO, Aníbal. “Solidaridad” y capitalismo colonial/moderno. **Otra economía**. v. 2, n. 2; 1º Sem 2008. p. 12-16. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1077>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

QUISPE, Julio A. La economía comunitaria de reciprocidad en el nuevo contexto de la Economía Social y Solidaria: Una mirada desde Bolivia. **Otra Economía**, v. 6, n. 11, p. 159–170, 2012.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 6ª ed. Gradiva: Lisboa, 2013.

RAHMER, Bárbara Schmidt. **Vencer Juntos**. Disponível em: <http://vencerjuntos.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=9>. Acesso em: 15 jun. 2015.

RAUD-MATTEDI, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, 2005, p. 127-142.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013

REYMÃO, Ana E. N.; CORRÊA, Helena. A. B. Assimetrias de informação e Microcrédito: Reflexões sobre o uso do capital social para a redução da pobreza. In: MATOS, F. de; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. (Orgs.). **A atividade e a Política de Microcrédito no Brasil**: Visão sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT, USP, 2014.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODOLSKI, Roman. **Gênese e Estrutura de O Capital**. Trad. Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ/ Contraponto, 2001.

ROTA, Tomas Nielsen. Dinheiro inconversível, derivativos e capital fictício. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia. Departamento de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), 2008.

ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen. **A economia das crises**: Um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

RUTHERFORD, Stuart. **Los pobres y su dinero**. Tequisquiapan, México: La Colmena Milenaria; México, DF: Universidad Iberoamericana, 2002.

SABATÉ, Alberto F.; MUÑOZ, Ruth; OZOMEK, Sabrina. Introdução. In: **Finanzas y Economía Social**. Modalidades en el manejo de los recursos solidarios. Buenos Aires: Altamira, 2005. p. 15–56.

_____. (Org.). **Finanzas y Economía Social**. Modalidades en el manejo de los recursos solidarios. Buenos Aires: Altamira, 2005

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 131–138, 2008.

_____. **Camponeses do Brasil**: Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

_____. Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 24–51, 2011.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 14ª Ed. São Paulo: Best Seller, 2004

SANTANA, Clarissa Almeida de; GUZMÁN, Ivonne Paola Requena. Uma Leitura das Finanças Solidárias como Alternativa de Acesso ao Crédito para a População de Baixa Renda. XXXVI Encontro da ANPAD. (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração) Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro de 2012.

SANTIAGO, Eduardo Girão. **Os Fundos Rotativos Solidários**: novas utopias socialistas para o mundo do trabalho em transformação? [s.d.].

_____. **Fundos Solidários.** Instrumentos para o desenvolvimento territorial solidário. Disponível em: <http://cirandas.net/articles/0010/1605/fundos_cartilha.pdf>. Acesso em: 19 maio 2015.

SANTOS FILHO, Clarício. Fundos rotativos solidários: uma experiência de gestão social de recursos públicos nos marcos da economia solidária no Nordeste do Brasil. In: IV Encontro Nacional De Pesquisadores em Gestão Social, Universidade Federal de Lavras, 2010

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org). **Produzir para Viver: Os caminhos da Produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

SANTOS, Iliane. **Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina – Badesc:** sua Transformação em Agência de Fomento e o Microcrédito. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Sociologia Política. UFSC, Florianópolis (SC). 2011.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade:** Ensaios. Petrópolis: Ed Vozes, 1979.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 505–517, 2008.

_____. Movimentos Sociais e pós-colonialismo na América latina. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. ANAIS...Rio de Janeiro: 2009

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e pluriatividade.** Tese (mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre Porto, 1999.

SCOTT, John. Social network analysis and intercorporate relations. **Hitotsubashi Journal of Commerce and Management**. n. 23, 1988, p. 53-68.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica:** Marx, Durkheim e Weber. Col. Sociologia. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

_____. **Max Weber e a racionalização da vida.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENAES. **Fundos Rotativos Solidários**. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_fomento_financas_rotativos.asp>. Acesso em: 15 jun. 2015

SERPA, Luiz C. M. da R. Geração de trabalho e renda de forma sustentável através da economia solidária: a experiência do Banco Palmas. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza(CE), 2008

SERVET, Jean-Michel; VALLAT, David (Orgs.) Introduction Générale. In: **Exclusion et liens financiers Rapport du Centre Walras – 2001 –**. Paris: Economica, 2001.

SILVA, Aluísio G. Bancos Comunitários: Impactos do Microcrédito e sua Influência nas famílias da região metropolitana de Pernambuco. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

SILVA, Heliana Marinho da. **Por uma teorização das organizações de produção artesanal**: habilidades produtivas nos caminhos singulares do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Administração) Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2006

SILVA Jr, Jeová T. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. **Cadernos Gestão Social**. v.1, p. 1-18, 2007.

_____. **Avaliação de impacto e de imagem: Banco Palmas – 10 anos**. Juazeiro do Norte: LIEGS, 2008. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/avaliao_de_impactos_e_imagem.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

SILVA, M. C. M. da. Economia Solidária e o Microcrédito no Brasil: Avanços ou Insuficiências? **Revista de Administração de Roraima**, v. 4, n. 1, p. 1689–1699, 2014.

_____. **Apicultura e Fundos Rotativos Solidários**: Possibilidades em Direção ao Desenvolvimento Territorial Sustentável? Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba, 2015.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.116-125.

_____. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** Texto para discussão. Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Brasília, maio 2004. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentocomunidade_espobre.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2012.

_____. Finanças Solidárias e Moeda Social. In: FELTRIM, Luiz. Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski (Coord.). **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para Viver: Os caminhos da Produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

_____. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9, 2013.

SISTER, Sérgio (Org.) **O ABC da crise**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 1

SMITH, Adam **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Col. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1974.

SOARES, Claudia L. B. **Moeda Social: Uma abordagem interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas., UFSC, Florianópolis, 2006.

SOARES, Marden M.; MELO SOBRINHO, Abelardo. D. de. **Microfinanças o Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. 2ª ed rev. Brasília: BCB, 2008.

SOUZA, André Ricardo. **Os Laços da Igreja, Governo e Economia Solidária**. São Carlos: Edufscar, 2013.

SPRANDEL, Marcia Anita. **A Pobreza no paraíso tropical**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

STIGLITZ, Joseph E.; WEISS, Andrew. Credit Rationing in Market

with Imperfect Information. **The American Economic Review**, v. 71, n. 3, p. 393–410, 1981.

STIGLITZ, Joseph E. A formação da crise. In: **O mundo em queda livre**: Os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 35-68.

SWEDBERG, Richard. "Banks from a sociological perspective". In: AHRNE, Góran et al. (Eds.) **Sociology in the World**: essays in honor of Ulf Himmelstrand on his 65th birthday. Uppsala; Uppsala Universitet, 1989, pp. 157-188.

_____. Sociologia econômica hoje e amanhã. **Tempo Social**. v. 16, n. 2, 2004, pp. 7-34

_____. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005

TAFURI, Diogo M. A Experiência Educativa da Gestão de um Banco Comunitário na Periferia de São Carlos/SP. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (SP), 2014.

TEIXEIRA, Nuno Miguel; RODRIGUES, Elves. Microfinanças - Sustentabilidade Financeira versus Alcance Social na África Subsariana **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**. v. 3, n. 3, 2013, p. 30-56.

TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. **La réciprocité et la naissance des valeurs humaines**. Paris, L'Harmattan. 1995.

_____. Les structures élémentaires de la réciprocité. **Revue du MAUSS**, v. 2, n. 12, p.234-242, 1998.

TETT, Gillian. **O ouro dos tolos**: como a ganância desenfreada corrompeu um sonho, despedaçou os mercados globais e desencadeou uma catástrofe global. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

THERET, Bruno. As instituições: entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, n. 58, 2003, p.225-255.

VALENTIN, Fernando Farias; SERRA, Valentin. O Acesso ao Crédito pela Economia Solidária: Cenário de Restrição num Universo em Expansão. **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro 2012.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VERBEK, Griselda. Las transformaciones de la estructura del sector cooperativo de ahorro y crédito en la Argentina: el caso de las cajas de crédito, 1996-2005. In: MUÑOZ, Ruth et al. **Las Finanzas y la Economía Social: Experiencias Argentinas**. Buenos Aires: Altamira, 2007.

VVAA. Função e Multiplicação de Bancos Comunitários. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 2, p. 161–181, 2014.

WANDERLEY, Fernanda. Avanços e desafios da Nova Sociologia Econômica. **Sociedade e Estado**. v. 17, n. 1, 2002, p. 15-62.

WANDERLEY, Maria. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009

WEBER, Max. **A Bolsa**. (Orig. 1894, Trad. Rafael Gomes Filipe), Lisboa: Relógio d'Água, 2004.

_____. **História Geral da Economia**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª Ed.; v. 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2012.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. n. 110. abr-jun 2012, pp.288-322.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo, Ática, 2000.

ZELIZER, Viviana A. **El Significado Social del Dinero**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011

APÊNDICE

APÊNDICE I – SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS OBTIDOS PELO MAPEAMENTO 2013-2014

Tabela 27 – Brasil: FRS por tipos e por abrangência (2011-2013)

FRS de Base	N. FRS %/total		Abrangência				
			Com.	Mun.	Ter.	Est.	Nac.
FRS rural (Agricultura Familiar)							
1.1 Agricultores/as Familiares	142	52,59	102	28	12		
1.2 Assentados/as	13	4,81	8	2	3		
1.3Agricultores agroecológicos	4	1,48	1	-	3		
1.4 Apicultores	7	2,59	2	3	2		
1.5 Trabalhadores Rurais	6	2,22	2	3	1		
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	0,74	1	-	1		
1.7 Quilombolas	5	1,85	5	-	-		
1.8 Hortifruticultores	4	1,48	1	3	-		
1.9 Indígenas	3	1,11	2	1	-		
1.10 Extrativista	3	1,11	-	2	1		
1.11 Pescadores	2	0,74	-	1	1		
1.12 Quebradeiras de Coco	2	0,74	-	1	1		
Subtotal	193	71,48	124	44	25		
FRS meio urbano							
2.1 Artesãos	15	5,56	7	6	2		
2.2. Costureiras	6	2,22	4	2	1		
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	1,85	3	1	-		
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	1,48	-	2	2		
2.5 Catadores	2	0,74	-	1	1		
2.6 Afrodescendentes	1	0,37	-	1	-		
SubTotal	33	12,22	14	13	6		
TOTAL FRS Base	226	83,70	138	57	31		
FRS de Fomento							
3.1 Economia Solidária	8	2,96	1	2	3	2	-
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	2,59	-	1	6	-	-
3.3 Cáritas ou ação social (católica)	17	6,30	1		9	7	
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	3,33	-		9	-	-
3.5 FRS (Luteranos)	2	0,74			1		1
3.6 FRS Ecumênico	1	0,37			1		
Total FRS Fomento	44	16,30	2	3	29	9	1
TOTAL	270		140	60	60	9	1
%/Total		100,00	51,85	22,22	22,22	3,33	0,37

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Tabela 28 – Brasil: FRS por tipos e por natureza da entidade gestora (2011-2013)

FRS de Base	N. FRS	%/ <i>total</i>	Natureza da entidade gestora					
			Ass. Com	Gr. Inf.	Outra Ass.	Ent. Relig.	Coo p	Sin d.
FRS Rural (agricultura familiar)								
1.1 Agricultores/as Familiares	142	52,59	92	26	22		2	-
1.2 Assentados/as	13	4,81	3	7	3		-	-
1.3Agricultores agroecológicos	4	1,48	-	-	2		2	-
1.4 Apicultores	7	2,59	2	-	5		-	-
1.5 Trabalhadores Rurais	6	2,22	2	-	-		1	3
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	0,74	-	2	-		-	-
1.7 Quilombolas	5	1,85	3	2	-		-	-
1.8 Hortifruticultores	4	1,48	3	-	1		-	-
1.9 Indígenas	3	1,11	1	2	-		-	-
1.10 Extrativista	3	1,11	-	-	-		3	-
1.11 Pescadores	2	0,74	1	-	1		-	-
1.12 Quebradeiras de Coco	2	0,74	1	-	1		-	-
Subtotal	193	71,48	108	39	35		8	3
FRS meio urbano								
2.1 Artesãos	15	5,56	6	3	6			-
2.2. Costureiras	6	2,22		4	1		1	
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	1,85	2	2	1		-	-
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	1,48	-	-	1		1	2
2.5 Catadores	2	0,74	1	-	1		-	-
2.6 Afrodescendentes	1	0,37	1	-	-		-	-
SubTotal	33	12,22	10	9	10		2	2
TOTAL FRS Base	226	83,70						
FRS de Fomento								
3.1 Economia Solidária	8	2,96	1	3	3		-	1
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	2,59	-	-	6		1	-
3.3 Cáritas ou ação social (católica)	17	6,30	-	-	-		17	-
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	3,33		-	5		4	-
3.5 FRS (Luteranos)	2	0,74		-	-		2	
3.6 FRS Ecumênico	1	0,37		-	-		1	
TOTAL FRS Fomento	44	16,30	1	3	14		25	1
TOTAL	270	100	119	51	59		25	11
%Total	100		44,07	18,89	21,85		9,26	4,07
							1,85	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Quadro 33 – Brasil: Entidades sociais financiadoras dos FRS

Entidades	Data Fund.	Sede	Histórico	Estados de atuação	N. FRS	Valor total das Fontes R\$
AAGRA	1989	Igaci (AL)	A Associação de Agricultores Alternativos é uma ONG que atua em projetos de desenvolvimento rural sustentável, produção e comercialização solidária, educação do campo e agroecologia, além da implantação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido. Uma organização de agricultores familiares residentes em comunidades rurais do território do agreste alagoano. (Fonte: < https://www.facebook.com/pg/aagra.al >. Acesso em: 28 abr. 2017)	AL	08	30.000,00
Adapta Sertão	2006	Pintadas (BA)	A proposta do Adapta Sertão emerge em 2006 visando à produção com tecnologia de irrigação replicável, ou seja, financiar tecnologias de irrigação fomentando um FRS. O financiador sul-sul-norte (ONG americana) possibilitou a realização da experiência nos países: Brasil, Caribe e África, com financiamento de R\$ 14.000,00 reais para a Bahia. A ideia foi oriunda no PNUD a fim de produzir tecnologia para gerar o desenvolvimento local. (BA025)	BA	01	14.000,00
APAEB e MOC	1967	Valente (BA)	O Movimento de Organização Comunitária (MOC) começou a trabalhar com Fundos Rotativos em 1981 com projetos de agricultura familiar. No início o MOC emprestava dinheiro para os agricultores realizarem melhorias no seu processo produtivo e projetos de tração animal. A partir da gestão de um FRS, ocorreu o surgimento da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB's) de modo que estas entidades passassem a fazer a cogestão dos Fundos Rotativos. (Fonte BA006; BA001)	BA	02	158.000,00

APRO-BOM	2001	Nazário (GO)	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Bom Sucesso (APRO-BOM), é constituída principalmente por mulheres. A associação tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico das famílias dos agricultores familiares. A principal fonte de renda dos associados é a produção de leite. Outra atividade que gera renda é o beneficiamento de frutas e hortaliças na agroindústria da associação para produção de polpas de frutas e temperos. Adicionalmente os agricultores trabalham com a venda de hortaliças in natura para mercados institucionais e Centrais de Abastecimento de Goiás. (Fonte GO015 e página eletrônica: Disponível em: < https://www.facebook.com/aprobom/ >. Acesso em: 30 ago. 2017.)	GO	01	45.092,90
ARCO SERTÃO	2002	Valente (BA)	A Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia é uma associação formada por 30 empreendimentos econômicos solidários dos Territórios Bacia do Jacuípe, Sisal e Portal do Sertão. A organização promove a intercooperação dos empreendimentos filiados. Dessa forma, ela busca a inclusão social e econômica dos empreendimentos através da formação política dos trabalhadores rurais, visando comercializar os produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Os empreendimentos filiados à ARCO Sertão estão distribuídos por 13 municípios localizados no semiárido baiano. No total são beneficiados mais de 2.500 agricultores familiares que, através da ARCO, têm acesso ampliado ao mercado, gerando renda e cidadania na região. (Fonte BA002 e página eletrônica. Disponível em: < https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/rvore/CONT000ghopjshn02wx5ok05vadr1jnwv0ca.html >. Acesso em: 30 ago. 2017.	BA	01	8.000,00

ASA Brasil	1999	Recife (PE)	“A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por mais de mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos nove estados que compõem o Semiárido Brasileiro.” (Fonte: < http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_ME_NU=97 >. Acesso em: 23 jun. 2015.)	AL, BA, CE, PE, PB, PI, SE, RN e MG	16	10.680,00
AS-PTA	1983	Esperança (PB)	“Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA) é uma associação que desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil, com enfoque agroecológico [...] A AS-PTA participou da constituição e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.” (Fonte: < http://aspta.org.br/quem-somos/ >. Acesso em: 11 dez. 2016.)	PB, PE, PR, SP RJ	02	4.940,00
ASSEMA	1989	Pedreiras (MA)	A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) criada e liderada por agricultores(as) familiares rurais e extrativistas do coco babaçu. Tem por missão desenvolver estratégias para a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas, através da luta pela ampliação do acesso ao direito à Alimentação, à Educação e ao exercício amplo e democrático da Cidadania. ASSEMA é formada por 76 sócios (coletivos e individuais) que trabalham em rede, em 18 municípios da região do Médio Mearim. (Fonte: < http://www.assema.org.br/ >. Acesso em: 27 jun. 2017)	MA	03	67.500,00
CACTUS	1952	Senhor do Bom fim	Na região havia uma atuação muito forte dos movimentos sociais populares que ao longo dos anos foi percebendo a necessidade de pessoas técnicas para dar suporte aos movimentos. Logo, emergiram técnicos que detinha relações	BA	01	110.000,00

			com pessoas de movimentos sociais até mesmo do próprio movimento e decidiam se unir enquanto Associação em 1952. Essa associação desde sua fundação atua com grupos e movimentos sociais organizados, embora a formalização tenha ocorrido em 1998 como Associação de Assistência Técnica E Assessoria Aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares (CACTUS) com a missão de servir aos movimentos sociais, trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados/as, tendo inicialmente em seu quadro engenheiros/as, agrônomos/as, técnicos agrícolas, advogada e educadores populares. (BA026)			
CAMP	1983	Porto Alegre (RS)	O Centro de Apoio Multiprofissional foi “fundada por jovens estudantes, religiosos ligados à teologia da libertação e sindicalistas urbanos e rurais. Atua na mobilização, organização social, educação, capacitação, formação de lideranças, pesquisa e sistematização de conhecimento. Entidade que coordenou o mapeamento no Sul do Brasil e continua como fomentadora e assessora para criação de FRS”. (Fonte: < http://camp.org.br >. Acesso em: 27 jun. 2017)	RS, PR, SC	14	1.533.000,00*
Cáritas Brasileira	1956	Brasília (DF)	A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Fundada no Brasil em 12 de novembro de 1956, a Cáritas Brasileira faz parte da Cáritas Internationalis, presente em 165 países e territórios. É um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Atualmente a Cáritas Brasileira conta com 176 entidades-membro e atua em 12 regionais. (Fonte: < www.caritas.org.br >. Acesso em: 27 jun. 2017)	Nac.	37	18.097.715,00*
Casa da Mulher Nordeste	1980	Recife (PE)	A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) é uma organização não governamental feminista, seu objetivo é contribuir para a autonomia econômica e política das mulheres com base no	PE	01	15.000,00

			feminismo. A CMN pode ser considerada a primeira organização brasileira voltada para a transformação da condição feminina incorporando, à sua missão, questões econômicas relativas à mudança das relações das mulheres com a produção.” (Fonte: < http://www.casadamulherdonordeste.org.br/quem-somos.php >. Acesso: 16 dez. 2016; PE035)			
CAV	1994	Turmalina (MG)	Centro de Agricultura Vicente Nica que , gerencia um FRS: “O Fundo tem duas fases. A primeira nasce a partir de uma parceria da paróquia de Turmalina, Sindicato dos Trabalhadores Rurais no sentido de apoiar projeto coletivos nas comunidades rurais e na época já tinha um caráter devolutivo. Em 1994 o CAV é fundado e passa a fazer a gestão do projeto e ampliá-lo, neste período os projetos passaram a apoiar também [<i>atividades econômicas dos</i>] indivíduos. No início o Fundo contava com poucos recursos.” (MG007)	MG	01	124.987,26
CDECMA	1987	Maravilha (AL)	O Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha, é criado pelo incentivo da Visão Mundial Brasil, a atuação da entidade era assistencial, abrangia 40 famílias residentes na zona urbana do município. No ano de 1997, a entidade foi reestruturada e muda o foco de atuação para desenvolvimento comunitário; apoio a atividades agrícolas familiares; resgate de práticas de preservação das sementes crioulas. (AL014)	AL	01	1.000,00
Cearah Periferia		Fortaleza (CE)	Em 1995, O Cearah Periferia já atuava nos mutirões de autoconstrução de casas populares em Fortaleza. Em um destes mutirões foi construído um galpão de pré-moldado de material de construção. A ideia era que após a conclusão das obras, as pessoas deste assentamento urbano montassem uma cooperativa. No trabalho com os conjuntos habitacionais identificaram que existiam muitas atividades de pequena produção exercidas pelas	CE	03	27.000,00

			peças nestas áreas.(CE025) Disponível em: www.cearah.org.br . Acesso em: 30 ago. 2017.			
CEA	1997	Brasília	Centro de Estudos e Assessoria tem por objetivo contribuir com a melhoria das condições de vida de segmentos mais vulneráveis da população. Atua na execução, na assessoria, na pesquisa e formação, favorecendo a construção da cidadania participativa e inclusiva e dos direitos sociais. Tem participado ativamente da organização do movimento da Economia Solidária no Brasil e no DF tendo participado da organização do I Encontro de Economia Solidária que deu origem ao Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno; fez parte da coordenação da III Plenária Nacional de Economia Solidária que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). (Disponível em: http://centrodeestudoseassessoria.org.br). Acesso em: 30 ago. 2017)	Centro-Oeste	30	1.533.000,00*
CEDAPP	1991	Pesqueira (PE)	Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor-Pesqueira abrange 13 municípios na região do Agreste. Como linhas de ação tem o fortalecimento associativo, geração de renda, gerenciamento de recursos hídricos e preservação do meio ambiente. O CEDAPP acompanha 35 comunidades, distribuídas nos 13 municípios, e busca continuamente apoios para as ações sociais através da implantação de Projetos que possam reduzir a pobreza e o sofrimento das pessoas. Os comunitários participam da construção dos Projetos, execução e avaliação, como também de capacitações específicas com análise das demandas, vocação e potencialidades locais numa ação de protagonismo pessoal e comunitário. (Fonte: www.cedapp.org). Acesso em: Fev.2018.)	PE	25	131.893,00
CEPFS	1989	Teixeira (PB)	O Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS) - Transformando o Sertão é uma organização não governamental	PB	03	11.400,00

			e sem fins lucrativos que, desde 1985, trabalha na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no semiárido paraibano brasileiro. Visa melhorar a qualidade de vida de comunidades e famílias da região, com foco o manejo de água de chuva para o consumo humano quanto para a produção de alimentos saudáveis. (Fonte: < http://cepfs.org/novo/sobre-o-cepfs/ >. Acesso em: Fev. 2018; e PB018)			
CEOP	1992	Picuí (PB)	O Centro de Educação e Organização Popular foi criado por lideranças religiosas, preocupadas com os problemas sociais. Seu objetivo é “contribuir no processo de formação dos grupos de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e agricultores familiares na construção coletiva do saber, tendo como enfoque os direitos humanos e a ética, resgatando a dignidade e os valores sociais para vivência em sociedade” (Fonte: < https://ceoppicui.wordpress.com/about/ >. Acesso em: 15 dez. 2016.)	PI	08	33.500,00
CESE	1973	Salvador (BA)	A Coordenadoria Ecumênica de Serviço é uma organização de seis igrejas cristãs. Iniciou com apoio a pequenos projetos foi uma escolha da CESE desde a sua fundação, por entender a importância da participação direta da comunidade no desenvolvimento e gestão de iniciativas transformadoras de organizações – em sua maioria, pequenas – que vivem diariamente as consequências da extrema desigualdade social no País. (BA037)	Nac.	02	2.692.754,00
CNBB	1999	Brasília (DF)	O Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) e os Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS) são formados com os recursos da Coleta Nacional da Solidariedade. Os fundos são compostos da seguinte maneira: 60% do total da coleta permanecem na diocese de origem e compõem o FDS. Os	Nac.	44	35 milhões

			recursos são destinados ao apoio de projetos sociais da própria comunidade diocesana. (Disponível em: < www.caritas.org.br >. Acesso em: 12 dez. 2016)			
COFASPI	2003	Jacobina (BA)	A história da Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte se iniciou com a criação da Cooperativa de Crédito Rural do Piemonte (Ascoob Credimonte) que foi fundada no ano de 2003, com a proposta de ser um dos atores para promover o fortalecimento da Agricultura Familiar, a partir de propostas que permitam o desenvolvimento local sustentável baseado nos princípios da Agroecologia e da Economia Solidária, estimulando assim a cidadania plena dos agricultores e agricultoras. (Fonte: < http://cofaspi.blogspot.com.br/p/quem-somos.html >. Acesso em: 21 abr.2017.)	BA	04	80.000,00
COLETIVO	1980	Campina Grande (PB)	Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano é uma entidade que articula várias organizações do campo, a partir do trabalho das comunidades eclesiais de base, desde a década de 1980 e, que ao longo do tempo, sobretudo de 2005 em diante vem se constituindo como uma rede social que articula famílias agricultoras, associações rurais movimentos populares; sindicatos de trabalhadores rurais e pastorais. Com o objetivo de fortalecimento da agricultura familiar agroecológica. Atendendo diretamente a aproximadamente 600 famílias e indiretamente cerca de 4 mil famílias. (PB099)	PB		7.930,00
CredCidadania	2001	Recife (PE)	É o nome do projeto Fundo Rotativo da Ação da Cidadania (CredCidadania) no valor de US \$ 315.000 ao longo de 2005-2007. “O CredCidadania visava oferecer treinamento a 400 famílias de baixa renda em duas comunidades rurais de Pernambuco, bem como acesso ao capital de arranque e de	Nord.	03	600.000,00

			trabalho através de um fundo de empréstimo que cada comunidade irá estabelecer e gerir.” (Fonte: < http://www.iaf.gov/resources/publications/annual-reports/2005/brazil >. Acesso em: 13 dez. 2016.			
CTA	1987	Divino (MG)	O Centro de Tecnologias Alternativas foi fundado por lideranças sindicais, agricultores/as familiares e profissionais das ciências agrárias. Os objetivos eram ampliar a capacitação social e desenvolver sistemas de produção adequados à realidade da Zona da Mata de Minas Gerais para fortalecer econômica e politicamente a agricultura familiar. (Fonte: < http://ctazm.org.br >. Acesso em: 15 jun. 2017; MG013)	MG	01	63.000,00
Diaconia FLD	1967	Afogados da Ingazeira. (PE)	A Diaconia é uma entidade é fruto de uma convocação da Confederação Evangélica do Brasil às Igrejas Evangélicas. O foco inicial do seu trabalho foi o combate à pobreza em um formato assistencialista, com abrangência em 17 estados brasileiros. A entidade foi reestruturada no ano de 1997, e o enfoque passou a ser o fortalecimento da cidadania com ênfase no desenvolvimento humano e social no nordeste brasileiro. Atualmente, a Diaconia tem seu compromisso na defesa dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais de populações empobrecidas e injustiçadas; ampliando e aprimorando suas estratégias pela efetivação de políticas públicas para a transformação da sociedade.	Nord.	05	813.000,00
ELLAS	2001	Rio de Janeiro (RJ)	O “Fundo Brasileiro de Investimento Social Ellas” é voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo das mulheres. Com quase dez anos de experiência no investimento social em mulheres, o ELLAS (que antes se chamava Fundo Angela Borba) cresceu, evoluiu e ampliou seus programas e suas áreas de atuação. Por isso, o Fundo expandiu a homenagem, antes restrita a uma só pessoa, para todas as mulheres brasileiras.	Nac.	01	522.000,00

			(Fonte RJ001 e página. Disponível em: < http://www.fundosocialelas.org >. Acesso em: 30 ago. 2017.)			
FASE	1961	Rio de Janeiro (RJ)	A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional atua em seis estados brasileiros. A ONG desenvolve, acompanha e apoia projetos de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Constitui e fortalece grupos sociais e populações como sujeitos políticos: jovens, mulheres, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares. A FASE atua em políticas públicas, por meio de conselhos. (ES002)	Nac.	06	5.000,00
Fundação Esquel	1989	Brasília (DF)	“A Fundação Grupo Esquel Brasil integra o GROUP ESQUEL, uma rede de organizações não-governamentais dedicadas ao fortalecimento da cidadania, no sentido da construção de novas formações econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável na América Latina” (Fonte: < http://www.esquel.org.br/apresentacao >. Acesso: 8 jan. 2017).	Nord. e MG	14	2.600.000,00*
Fundação Santa Ângela	1981	Pedro II (PI)	A Fundação surgiu com a vinda de uma religiosa alemã da Congregação Ursulina (Fundada por Santa Ângela, por isso o nome da entidade) que chegou a Pedro II em 1982 e iniciou a construção da sede (com recurso alemão). Foram construídas creche, escola de ensino fundamental e empreendimentos produtivos de caprinocultura, mercearia, mecânica de automóvel e padaria para que os pobres do bairro na qual a sede está localizada pudessem ter trabalho. Com cuidados na questão da educação que se transformou na Escola família Agrícola Santa Ângela.	PI	01	194.602,00
Gol.D	s.d.	Recife (PE)	Grupos Oportunidades Locais de Desenvolvimento é uma metodologia de finanças populares desenvolvida pela ONG Visão Mundial. A metodologia Gol.D é baseada no modelo do <i>Self-Help Group</i> (SHG), desenvolvido no sudeste da Índia pela <i>Hand in Hand</i> (HiH), organização não-governamental de	Nord.	05	45.941,75

			microfinanças. Com o Gol.d, os empreendedores se fortalecem e percebem que, juntos, podem realizar melhor as mudanças necessárias para o desenvolvimento. O acesso ao crédito é coletivo, assim como o aval. Se um integrante do grupo não paga, todos discutem como ajudá-lo a honrar o pagamento, incluindo opções alternativas, como rifas, bingos e demais			
IMS	1995	Brasília (DF)	O Instituto Marista de Solidariedade é uma entidade de Assistência Social, que desenvolve projetos nas áreas de assessoramento, promoção, defesa e garantia de direitos. Atua nas 16 unidades da Federação por meio de parcerias, tem atuação em todo território nacional e iniciativas no âmbito internacional, com ênfase na América Latina, articuladas com redes diversas e outras organizações. Incentiva a Economia solidária e articulação do movimento social. (Fonte: < http://marista.edu.br/ims >. Acesso em: 15 jun. 2017.)	Nac.	05	1.500.000,00
Instituto Acesso	2003	Belo Horizonte (MG)	Instituto Acesso tem sua origem no processo de ocupação do bairro nos anos de 2001 e 2002 com a construção das casas e apartamentos. As pessoas vindas de vários lugares de Belo Horizonte, do entorno e do interior. As mulheres criaram uma associação, nesta elas passaram a fabricar velas, o que servia como terapia e geração de renda. (MG008)	MG		4.242,00
Instituto Vitória Régia	2002	Belém (PA)	Instituto Vitória Régia foi criado com finalidades Científicas, Tecnológicas e Culturais e atuando nas questões ambientais, produtivas, educacionais e sociais, e visa estabelecer, medidas estratégicas que viabilizem eventos e ações eficazes na promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida. A entidade capta recursos junto a instituições privadas e públicas assistidas. (Fonte: < http://www.institutovitoriaregia.org.br/site/quemsomos.php >. Acesso em: 30 ago. 2017.)	PA	13	1.533.000,00*

MTC	2011	Cacimbinhas (AL)	O Movimento dos Trabalhadores do Campo surgiu a partir da necessidade de avançar na luta permanente de enfrentamento ao projeto capitalista no campo, chamado de agronegócio, que exclui os camponeses e que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores. Surge como objetivo de construção de um projeto popular de agricultura capaz de garantir a vida digna no campo. (AL011)	AL	16	9.920,00
Obra Kolping	1849/ 1923	Osasco (SP)	A Obra Kolping foi fundada pelo Padre Adolfo Kolping em Colônia, na Alemanha, no dia 6 de maio de 1849. Está presente há 160 anos em mais de 60 países. Com o ideal e a missão de promover a vida do trabalhador e de sua família. Em São Paulo, no dia 22 de junho de 1923 formou-se a primeira Comunidade Kolping do Brasil. A sustentabilidade financeira da Obra Kolping é possível através do projeto iniciado há mais de 30 anos, tendo em vista sua automanutenção: através das atividades desenvolvidas pela obra e dos cursos profissionalizante. (Fonte: < http://obrakolping-sc.org.br/sobre/ >. Acesso em: 15 ago. 2016; CE048)	Nac.	02	59.007,88
PATAC	1970	Campina Grande (PB)	O Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC) surgiu, como serviço da Congregação Redentorista Nordestina. Atuou na área de habitação popular desenvolvendo pesquisas e contribuindo para a adaptação e difusão de tecnologias simples voltadas para a construção de moradias, sobretudo na periferia de Campina Grande (PB). A partir dos anos 1980 redefiniu sua ação e área de atuação. Passou a desenvolver ações junto às famílias agricultoras e suas organizações na região do semiárido paraibano. Em 1992 desligou-se da Congregação Redentorista e constituiu-se legalmente como Associação autônoma sem fins lucrativos. Tem como missão trabalhar pela viabilidade da agricultura familiar,	Nord.	03	8.688,00

			especialmente no semiárido paraibanotendo a agroecologia com base técnica-metodológica e científica da construção de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável. (Fonte: < http://patacparaiba.blogspot.com.br/p/patac.html >. Acesso em: 6 dez. 2016.)			
Projeto Dom Helder	2001	Recife (PE)	Projeto Dom Helder Câmara “é uma ação operacional descentralizada do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Nordeste, iniciado em 2001, a partir de um acordo de Empréstimo Internacional firmado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), e de uma doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF). Na sua essência, o Projeto Dom Helder Câmara é um programa de ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido do Nordeste.” (Fonte: < http://www.projetodomhelder.gov.br/site/o-projeto-dom-helder.html >. Acesso em: 29 dez. 2016.)	Nord.	03	52.000,00
Rede Bodegas		Fortaleza (CE)	A Rede é composta pela Bodega Nordeste Vivo e Solidário, cuja personalidade jurídica é Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária (Coapsol), estabelecida com loja de comercialização em Aracati e Prainha do Canto Verde, litoral do Ceará; a Bodega do Povo, representada pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroecológicos e Artesãos Bodega do Povo Ltda. (Coopa), estabelecida em Tianguá; a Budegama, associação de mulheres que atua no Conjunto Esperança, bairro da periferia de Fortaleza; e a Arcos, sediada em Sobral e recém-criada. (GUSSE et al., 2012, p. 80)	CE	03	61.536,88
Rede Interação	2004	São Paulo (SP)	A rede interação fomenta grupos de poupança comunitária com o objetivo de fortalecimento das comunidades, que lutam por	SP e PE	18	214.000,00

			moradia e infraestrutura da comunidade. Não está diretamente ligada à Empreendimentos de geração de trabalho e renda. (SP006) (Disponível em: < http://www.redeinteracao.org.br/ >. Acesso em: 30 ago. 2017)			
Terra Viva	1998	Itamaraju (BA)	É uma ONG que presta Assessoria Técnica agroecológica em comunidades de agricultora familiar no Extremo Sul da Bahia. O Terra Viva teve apoio da “Agência de Cooperação Heifer, dos Estados Unidos, e deu prosseguimento com a Ater contratada pelo MDA e pelo Governo da Bahia”. (Fonte: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/ps03.pdf >. Acesso em: 11 dez. 2016. E: < https://www.youtube.com/watch?v=eKA2s0F_114 >. Acesso em: 18 jun. 2017; BA017)	BA	04	814.461,39

*Recursos da SENAES para 2011-2017 Fase II do Projeto de apoio a finanças Solidárias (Cf. seção 3.1).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Quadro 34 - Entidades da cooperação internacional financiadoras e apoiadoras de FRS

Entidades/ Número de FRS	Data de fundação	Sede	Histórico	Atuaçã o em	N. FRS	R\$
ActionAid	1972	Joannesburg (África do Sul)	A ActionAid é uma organização cujo trabalho atinge cerca de 15 milhões de pessoas em 45 países. Inicialmente apoiou o continente africano, sua base é na África do Sul, porém a partir de 2003 expandiu seus trabalhos de cooperação internacional fundando escritórios no Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Grécia e Irlanda A ActionAid está no Brasil desde 1999. A atuação envolve 26 organizações parceiras em 13 estados, em diversas áreas como direito das mulheres, segurança alimentar, Educação e juventude. (Fonte: < http://www.actionaid.org.br >. Acesso em: 18 jun. 2017; MA009)	Norte Centro Oeste e Nordest e	03	18.000

CCFD	1984	Paris (França)	O Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento é uma organização ligada à Igreja Católica da França que apoia organizações que trabalham com o desenvolvimento da sociedade. (Disponível em: < http://ccfd-terresolidaire.org/qui-sommes-nous/ >. Acesso em: 22 ago. 2017)	Nordeste e Norte	01	18.000,00
DISOP Brasil	1961	Bruxelas (Belgica)	DISOP é uma Associação reconhecida pelo Estado belga como uma ONG de Cooperação para o Desenvolvimento. É um verdadeiro instrumento de solidariedade internacional duradoura entre os povos. DISOP é uma ONG experiente dedicada ao desenvolvimento genuíno e real dos povos desfavorecidos do mundo. Sua equipe inclui uma dúzia de pessoas, especialistas em gerenciamento de projetos de desenvolvimento e alguns perfis multidisciplinares. Parte da equipe é voluntária. A DISOP tem escritórios regionais no Brasil, Guatemala, Filipinas, Moçambique e Camarões. (Disponível em: < https://www.disop.be/fr >. Acesso em: 28 ago. 2017).	Norte e Nordeste	02	163.000,00
Federação Luterana Mundial	1947	Genebra (Suíça)	“A FLM foi criada em 1947 como uma Federação de igrejas luteranas. Os luteranos de todo o mundo queriam confessar, refletir, reconciliar e responder juntos ao sofrimento humano no rescaldo da Segunda Guerra Mundial. A FLM é uma comunhão global de 145 igrejas na tradição luterana, representando mais de 74 milhões de cristãos em 98 países.” (Disponível em: < https://www.lutheranworld.org/ >. Acesso em: 24 ago.2017).	Nacional	03	342480,00
Fundação Doen	1991	Amsterdan (Holanda)	“A Fundação DOEN ajuda os precursores que querem criar uma sociedade mais ecológica, mais sociável e mais criativa, na qual: a capacidade do planeta é o ponto de partida (“verde”); todos podem participar, onde as pessoas trabalham juntas e se ajudam mutuamente no respeito das necessidades e oportunidades individuais (“sociais”); pegue a arte e a cultura no centro da crença	MT	01	5.000,00

			de que uma sociedade não pode ser "criativa". (Fonte: < https://www.doen.nl/ >. Acesso em: 30 ago.2017)			
Fundação Esquel	1989	Brasília (Brasil)	“A Fundação Grupo Esquel Brasil - FGEB – integra o GROUP ESQUEL, uma rede de organizações não-governamentais dedicadas ao fortalecimento da cidadania, no sentido da construção de novas formações econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável na América Latina” (Fonte: < http://www.esquel.org.br/apresentacao >. Acesso: 08 jan. 2017).	Nordeste e MG	14	1.969.467,21
Fundação Kellogg	1930	Estado Unidos América	A Fundação W.K. Kellogg foi criada em 1930 por W.K. Kellogg, pioneiro na fabricação de cereais matinais. Durante toda sua vida, W.K. Kellogg doou \$66 milhões em ações da Companhia Kellogg e outros investimentos para “ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”. A Fundação obtém sua renda principalmente do Fundo sob Curatela da Fundação W.K. Kellogg (Trust), criado pelo Sr. Kellogg. Além da sua carteira diversificada, o Fundo sob Curatela continua sendo dono de substancial parcela do patrimônio da Companhia Kellogg. A Fundação obtém recursos principalmente dos investimentos do Fundo sob Curatela. (Disponível em: < https://www.geledes.org.br/a-fundacao-kellogg-no-brasil/ >. Acesso em: 11 ago. 2017)	Nordeste e Sudeste	01	424.000,00
Fundação Mundubat	1988	Governo Basco Espanha	Uma ONG do País Basco que colabora com mulheres e homens, em parcerias com as comunidades do Sul em seus desafios de desenvolvimento e transformação social. A solidariedade e compromisso ético também no Norte-quer contribuir para a defesa dos direitos humanos e desenvolvimento humano sustentável em ambos os hemisférios (Fonte: < http://www.mundubat.org >. Acesso em: 22 jul. 2017)	Sul	01	250.000,00

Heiffer	1998	Estado Unidos América	É uma ONG que presta Assessoria Técnica agroecológica em comunidades de agricultora familiar no Extremo Sul da Bahia. O Terra Viva teve apoio da “Agência de Cooperação Heiffer, dos Estados Unidos, e deu prosseguimento com a Ater contratada pelo MDA e pelo Governo da Bahia” (Fonte: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/ps03.pdf >. Acesso em: 11 dez. 2016. E: < https://www.youtube.com/watch?v=eKA2s0F_114 >. Acesso em: 20 jun. 2017; e BA017)	BA	05	380.400,00
Inter American Foundation (IAF)	1969	Washington EUA	Fundação Interamericana (IAF), órgão independente do Governo dos Estados Unidos, foi criada pelo Congresso dos EUA para canalizar a ajuda para o desenvolvimento diretamente às pessoas de baixa renda organizadas na América Latina e no Caribe. A IAF tem cumprido seu mandato respondendo com o apoio de doações às ideias mais criativas de autoajuda recebidas de grupos de base e organizações não governamentais. Também incentiva parcerias entre organizações comunitárias, empresas e governo local, destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas de baixa renda e a fortalecer as práticas democráticas. (Fonte: < http://www.iaf.gov/home >. Acesso em: 19 jun. 2017)	Nordeste	03	47.580,00
Manos Unidas		Espanha	ONG da Igreja Católica e de voluntários que trabalham para apoiar os povos do Sul no seu desenvolvimento e na sensibilização da população espanhola. Os recursos provêm 87,1%, de fontes privadas e 12,9% no setor público. Manos Unidas financia projetos destinados à saúde, educação, desenvolvimento social da agricultura e o progresso das mulheres, com o objetivo de ajudar o desenvolvimento integral das pessoas em países do Terceiro Mundo. Também serve populações em situações de emergência e ajuda humanitária em desastres e outras circunstâncias que assim	Nacional	03	214.662,31

			o exigirem. (Disponível em: < http://www.manosunidas.org >. Acesso em: 21 jul. 2017)			
Missão Central Franciscanos (MZF)	196?	Bonn (Alemanha)	Uma ONG que trabalha com os Franciscanos para apoiar projetos humanitários.	Nacional	06	76.000,00
MISEREOR	1958	Essen Alemanha	MISEREOR é a entidade da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Desde 1958, MISEREOR está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. A ajuda de MISEREOR dirige-se a todas as pessoas que sofrem necessidade – independentemente da sua religião, raça, cor ou sexo. (Disponível em: < https://www.misereor.org/pt/ >. Acesso em: 20 jun. 2017)	Nacional	06	1.330.073,90
Oxfam Intermón	1956	Espanha	“Entidade da Espanha que centra suas atividades em oferecer uma resposta integral ao combate à pobreza e injustiças para que todos os seres humanos possam exercer plenamente seus direitos [...] Fundada em 1956 como <i>Secretariado de Misiones y Desarrollo de la Compañía de Jesús</i> , desde 1997. É parte da confederação internacional Oxfam, com 18 membros e atua em mais de 90 países.” Apóia projetos de desenvolvimento e de incidência política, executados junto a organizações locais. Esforço concentrado no Nordeste, facilitando o acesso à terra, à água e aos meios de produção.” (Fonte: < http://www.oxfamintermon.org/es >. Acesso: 15 dez. 2016; PE035)	Nordeste	01	15.000,00
Pão para o Mundo	1959	Berlin (Alemanha)	Pão para o Mundo é uma ação das comunidades das Igrejas evangélicas provinciais e autônomas. PPM apoia mais de 1.200 projetos e programas por ano, junto aos seus parceiros na maioria dos países da África, Ásia e América Latina. O princípio básico é apoiar os pobres a organizar a sua vida com dignidade. Os projetos e programas são abrangentes e por regra geral integram várias	Nacional	05	283.638,00

			áreas de atuação, com uma certa concentração em agricultura sustentável/segurança alimentar e resolução de conflitos/construção da paz. Outras áreas importantes são redes sociais, educação popular, formação profissional, saúde, comercialização e geração de renda, meio-ambiente, cultura. (Fonte: < http://www.pad.org.br/contato/ppm >. Acesso em: 30 ago. 2017)			
PFIZER	1952	Nova Iorque (EUA)	É uma empresa farmacêutica multinacional com sede em Nova Iorque, Estados Unidos. Sua sede de pesquisa e desenvolvimento encontra-se em Groton, Connecticut. É uma das maiores empresas farmacêuticas do mundo (Disponível em: < http://www.pfizer.com.br/ >. Acesso em: 30 ago. 2017)	BA	01	62.000,00
SDI	1996	Índia.	A Slum/ShackDwellersInternational (SDI), uma organização presente em 32 países na Ásia, África e América Latina. A metodologia do SDI, implementada no Brasil pela Rede Interação, surgiu na Índia, em 1980, quando um grupo de mulheres foi despejado de suas moradias e decidiu unir-se para transformar suas realidades e lutar pelo direito à cidadania, à moradia digna e à cidade. A estruturação de pensamentos e experiências deste grupo de mulheres originou a metodologia do SDI constituída pelo tripé: poupança comunitária, autorrecenseamento e intercâmbio de experiências (SP006)	SP e PE	20	148.000,00
Visão Mundial	1950	Middlesex Reino Unido	Fundada pelo norte-americano Robert Pierce, pastor e correspondente de guerra, ao visitar um orfanato na ilha de Xiamen (Estreito de Formosa - Taiwan), teve a ideia de ajudar os milhares de órfãos através de doações mensais. Nas décadas seguintes, a Visão Mundial expandiu seu trabalho pela Ásia, América Latina, África e Leste Europeu. Nos anos 1970, ao perceber que o apadrinhamento tradicional não atacava as causas da pobreza, a Visão Mundial implantou o modelo de	Nacional	08	Não enviou recursos.

		desenvolvimento comunitário e de assistência humanitária em situações de emergência, que vem sendo constantemente aprimorado até hoje. No Brasil, A Visão Mundial também atua com projetos especiais, como o Projeto Esportes para a Vida, em Mogi das Cruzes, São Paulo (SP). Atualmente, há 15 programas em andamento no Brasil apoiados exclusivamente por brasileiros - nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. No Brasil, a Visão Mundial também trabalha em diversas situações de emergência, como a seca no Nordeste e as enchentes ocorridas em Santa Catarina e, também, na região serrana do Rio de Janeiro. (Disponível em: < http://www.visaomundial.org.br >. Acesso em: 20 jul. 2017; AL005)			
--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013 e das páginas eletrônicas das respectivas entidades ou de seus programas.

Tabela 29 - Amostra de FRS comunitários de agricultores familiares

	Total de FRS	Amostra
1. Estados		
Alagoas	10	02
Bahia	09	01
Ceará	07	01
Goiás	03	01
Maranhão	15	01
Mato Grosso	01	-
Minas Gerais	03	01
Paraíba	55	05
Pernambuco	29	02
Piauí	08	01
Rio Grande do Norte	01	-
Rondônia	01	-
Total	142	15
2. Ano de criação do FRS		
1990-1995	09	02
1996-2000	14	02
2001-2005	51	05
2006-2010	56	05
2010-2015	12	01
Total	142	15
3. Por tipo de entidade gestora		
Associação comunitária	91	08
Grupo Informal	26	04
Outra Associação	21	03
Cooperativa	02	-
Entidade Religiosa	02	-
Total	142	15
4. Por abrangência geográfica		
Comunitária	101	12
Municipal	28	2
Territorial	12	1
Estadual	01	-
Total	142	15

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

ANEXO

ANEXO 2 - TRECHO DO REGIMENTO INTERNO DO FRS CAJA -
TANGARÁ SERRA MT

SEÇÃO II
DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º - O FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO CAJA é constituído por recursos financeiros captados junto aos associados e de outras fontes ou origens.

Art. 8º – A gestão dos recursos financeiros e não-financeiros que entram no FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO CAJA será realizada pela coordenação do Fundo.

Art. 9º - Para o bom andamento do processo de gestão/administração do FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO CAJA serão realizadas reuniões ordinárias mensais com os seguintes objetivos:

- I - prestar contas dos recursos, financeiros e não-financeiros;
- II - definir as prioridades dos associados e dos recursos, a partir das demandas apresentadas seguindo as orientações aprovadas em assembleia geral.

Parágrafo único – Havendo necessidade, serão convocadas reuniões extraordinárias para deliberar sobre assuntos de extrema urgência.

Art. 10 - Os associados aprovarão em assembleia geral, as regras que estabelecem as condições de apoio do FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO CAJA aos (as) sócios(as) assim como as condições de devoluções.

Art. 11 – O FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO CAJA terá seus recursos financeiros depositados em conta bancária de titularidade da COOPERTAN reservada para gestão por este fundo.

Art. 12 - O valor mínimo por empréstimo individual será de R\$100,00 (cem reais) e o máximo será até 70% do valor do caixa ou da demanda.

§ 1º - O valor máximo poderá ser aumentado de acordo com a disponibilidade do fundo rotativo podendo atingir até 70% do saldo para rodizio.

§ 2º - Os empréstimos serão concedidos mediante assinatura de uma Nota Promissória por parte do tomador.

Art. 13 - Fica destinado 20% (vinte por cento) do total dos recursos financeiros para atender pedidos emergenciais, sendo que o atendimento às emergências será no máximo de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º - Os pedidos de emergência serão deliberados pelo(a) presidente e tesoureiro(a), que informarão à Coordenação para os devidos registros, em reunião subsequente.

§ 2º - Os atendimentos a emergências deverão ser devolvidos em apenas uma parcela.

Art. 14 - Fica criado uma reserva de contingência no montante de 10% (dez por cento) do capital do Fundo como segurança.

Art. 15 – Para obter empréstimo o associado deverá apresentar pedido com justificativa do material, produto ou equipamento a ser adquirido e sua finalidade.

§ 1º – Os empréstimos serão concedidos ao associado, ficando o tesoureiro responsável pela transação e repassando o valor ao associado de seu empreendimento.

§ 2º - Os empréstimos serão concedidos mediante análise criteriosa pela Coordenação do Fundo Rotativo, devendo esta fazer todos os registros e controles necessários à segurança, lisura e transparência do processo.

Art. 16 – A devolução dos empréstimos poderá ser feita em quantidade de parcelas, conforme tabela vigente, definida em assembleia, sendo o vencimento da primeira parcela, 30 (trinta) dias após a tomada do valor.

Art. 17 – O associado interessado terá direito a um segundo empréstimo, após ter havido um rodízio de todos os sócios interessados ou declaração expressa destes em não tomar crédito, lavrada em ata.

Art. 18 - O associado que faltar em duas reuniões seguidas sem justificativa plausível ficará até 3 meses sem financiamento, tendo que retornar duas reuniões seguidas para readquirir a carência para um novo financiamento. E se ficar 6 (seis) reuniões sem comparecer estará automaticamente excluído do fundo.

§ único – exceção decidida em assembleia.

Art. 19 – Os atrasos nos pagamentos das parcelas, implica na notificação por escrito ao associado para que sejam regularizadas as pendências junto do Fundo no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ único - A não liquidação dos compromissos com o Fundo no prazo de 6 (seis) meses implica na suspensão dos direitos do associado e desconto do valor na distribuição de sobras.

Art. 20 - As reuniões do FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO CAJA serão realizadas todo terceiros sábados de cada mês às 08:00 hs.

[...]

ANEXO 3 - INSTRUMENTAL UTILIZADO NO MAPEAMENTO





Realização



Apoio



Patrocínio

Secretaria Nacional de **Economia S lid ria**

Ministério do **Trabalho e Emprego**



MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS
PARTE II: IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

PARTE II: IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO:

2.1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

NOME DA ORGANIZAÇÃO OU GRUPO:																				
ENDEREÇO:																				
MUNICÍPIO:																UF:				
CEP: (99999-999)				-				TELEFONE: (99-9999.9999)			-									
E-MAIL:																				
WEB SITE:																				
CNPJ: (SE TIVER) 99.999.999.999/99			.			.			.			/								
ANO QUE COMEÇOU:				ANO QUE INICIOU SEU TRABALHO COM FS:																
NOME DO RESP. PELO(S) FS.																				
TÍTULO / FUNÇÃO																MESMO ENDEREÇO DA ENTIDADE.				
ENDEREÇO:																				
MUNICÍPIO:																UF:				
CEP: (99999-999)				-				TELEFONE: (99-9999.9999)			-									
E-MAIL:																				

2.2 - TIPO DE ORGANIZAÇÃO

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA | <input type="checkbox"/> BANCO |
| <input type="checkbox"/> OUTRA ASSOCIAÇÃO | <input type="checkbox"/> INSTITUTO |
| <input type="checkbox"/> SINDICATO | <input type="checkbox"/> GRUPO INFORMAL |
| <input type="checkbox"/> FUNDAÇÃO | <input type="checkbox"/> PASTORAL, ENTIDADE RELIGIOSA |
| <input type="checkbox"/> COOPERATIVA | <input type="checkbox"/> ENTIDADE DO PODER PÚBLICO |
| | <input type="checkbox"/> OUTRA: (EXPLIQUE) |

2.3 - CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA

- OSCIP FILANTROPIA

OBSERVAÇÕES:

MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS
PARTE II: IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

2.4 - TIPO DE RELAÇÃO COM FUNDOS SOLIDÁRIOS

<input type="checkbox"/> ENTIDADE FOMENTADORA, DE APOIO A FUNDOS SOLIDÁRIOS	NÚMERO DE FS APOIADOS:	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> ENTIDADE GESTORA (OU GRUPO GESTOR) DE FUNDOS SOLIDÁRIOS	NÚMERO DE FS GERENCIADOS:	<input type="text"/>

OBSERVAÇÕES:

2.5 - ABRANGENCIA DE ATUAÇÃO DO(S) FS

<input type="checkbox"/> NACIONAL (MAIS DE DUAS REGIÕES)	LISTAR ESTADOS:	<input type="text"/>
--	-----------------	----------------------

<input type="checkbox"/> REGIONAL (MAIS DE UM ESTADO NUMA REGIÃO)	LISTAR ESTADOS:	<input type="text"/>
---	-----------------	----------------------

<input type="checkbox"/> ESTADUAL (NOME DO ESTADO)	LISTAR MUNICÍPIOS:	<input type="text"/>
NOME: _____		

<input type="checkbox"/> TERRITORIAL (NOME DO TERRITÓRIO)	LISTAR MUNICÍPIOS:	<input type="text"/>
NOME: _____		

<input type="checkbox"/> MUNICIPAL (NOME DO MUNICÍPIO)	LISTAR COMUNIDADES:	<input type="text"/>
NOME: _____		

<input type="checkbox"/> COMUNITÁRIO/BAIRRO	NOME DA COMUNIDADE/DO BAIRRO:	<input type="text"/>
---	-------------------------------	----------------------

OBSERVAÇÕES

MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

PARTE IV: ENTREVISTA PARA GRUPOS OU ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE UM FUNDO SOLIDÁRIO

4.4 - QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO FS? ENUMERAR AS CINCO PRINCIPAIS DIFICULDADES EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA, (1) SENDO MAIS GRAVE.

- (1)
- (2)
- (3)
- (4)
- (5)

DESCREVER AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS

4.5 - N.º DE ENTIDADES DE APOIO / FOMENTO COM AS QUAIS MANTÉM PARCERIA

LISTAR ENTIDADES DE APOIO

MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

PARTE IV: ENTREVISTA PARA GRUPOS OU ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE UM FUNDO SOLIDÁRIO**4.6 - FONTES DE RECURSOS DO FUNDO SOLIDÁRIO**

QUAIS AS FONTES DE RECURSOS DO FUNDO SOLIDÁRIO EM 2010?

FAVOR COLOCAR O VALOR RECEBIDO DE CADA FONTE

VALOR (R\$)

NOME DA FONTE	VALOR (R\$)

4.7 - SALDO FUNDO SOLIDÁRIO: QUAL O SALDO QUE O FS TINHA EM CAIXA NO FINAL DE 2010?

VALOR (R\$)

4.8 - VOLUME DE RECURSOS REPASSADOS PARA OS PARTICIPANTES

QUAL O TOTAL DE RECURSOS QUE O FUNDO SOLIDÁRIO PASSOU PARA OS PARTICIPANTES?

N.º de Repasses

VALOR (R\$)

NO ANO DE 2010	N.º de Repasses	VALOR (R\$)
DESDE O INÍCIO DO FUNDO SOLIDÁRIO		

OBSERVAÇÕES DOS ITENS DE 4.7 a 4.8:

4.9 - QUAIS ATIVIDADES OU BENS O FUNDO SOLIDÁRIO FINANCIOU DURANTE O ANO 2010?

COLOCAR N.º DE REPASSES E VALOR PARA CADA ATIVIDADE, SE TIVER. (QUEREMOS SABER CATEGORIAS DE ATIVIDADES, COMO POR EXEMPLO: ATIVIDADE PRODUTIVA, CONSUMO, INFRA-ESTRUTURA)

ATIVIDADE OU BENS	COLETIVO		FAMILIAR / INDIVIDUAL		DESTINO DO RECURSO	
	N.º REPASSES	VALOR (R\$)	N.º REPASSES	VALOR (R\$)	INÍCIO (R\$)	AMPLIAÇÃO (R\$)

MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

PARTE IV: ENTREVISTA PARA GRUPOS OU ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE UM FUNDO SOLIDÁRIO

OBSERVAÇÕES (DETALHAR MAIS AS ATIVIDADES E BENS FINANCIADAS, EX. CISTERNAS DE PLACA, ETC.)

--

4.10 - VOLUME DE RECURSOS DEVOLVIDOS N.º DE DEVOLUÇÃO VALOR (R\$)

NO ANO DE 2010	N.º DE DEVOLUÇÃO	VALOR (R\$)
DESDE O INÍCIO DO FUNDO SOLIDÁRIO		

4.11 - COMO FUNCIONA A DEVOLUÇÃO VOLUNTÁRIA PARA O FUNDO SOLIDÁRIO?**4.11.1 - FORMAS DE DEVOLUÇÃO VOLUNTÁRIA: A DEVOLUÇÃO VOLUNTÁRIA PARA O FUNDO SOLIDÁRIO É FEITA (COLOCAR VALOR OU QUANTIDADE CONTRIBUÍDOS EM 2010.**

	N.º DE DEVOLUÇÕES EM 2010	QUANTIDADE OU VALOR (R\$)
Em dinheiro		
Em serviço (dias de trabalho)		
Em produto		
- Banco de Sementes		
- Repasse de Animais		
- Outros produtos (exemplifique)		
Outras formas		
Não há devolução voluntária		

4.11.2 - CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO VOLUNTÁRIA

	Parcial	Total sem juros e CM	Total com CM	Total com Juros, CM, taxas	Outras Condições
Em dinheiro					
Em serviço (dias de trabalho)					
Em produto					
- Banco de Sementes					
- Repasse de Animais					
- Outros produtos (exemplifique)					
Outras formas					

MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

PARTE IV: ENTREVISTA PARA GRUPOS OU ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE UM FUNDO SOLIDÁRIO

4.12 - COMO É FEITA A GESTÃO DO FUNDO SOLIDÁRIO?

QUEM FAZ	COMO É REALIZADO
Captação de novos recursos para o FS	
Definição das políticas e regras de funcionamento do FS	
Definição dos critérios de acesso ao FS	
Mobilização de novos participantes a serem beneficiados	
Seleção de novos participantes	
Planejamento e elaboração dos projetos a serem financiados	
Análise das solicitações de financiamento	
Liberação de recursos do FS	
Acompanhamento dos empreendimentos e projetos apoiados	
Monitoramento e Avaliação dos resultados do FS	
Monitoramento do FS	
Tratamento de casos de:	
- Atrasos nas contribuições	
- Renegociação de prazos e parcelas das contribuições	
- Anistia eventual	
- Desvio de recursos	
Prestação de contas:	
- aos participantes / associados	
- à comunidade em geral	
- à entidade de apoio / fomento	
- aos financiadores	